UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

CAIO GRACO VALLE COBÉRIO

Modernização Agrícola e Monopólio: A *Cargill* no México e no Brasil (Décadas de 1960 e de 1970)

São Paulo

2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Modernização Agrícola e Monopólio: A *Cargill* no México e no Brasil (Décadas de 1960 e de 1970)

Caio Graco Valle Cobério

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do Título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda

São Paulo

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C652m

Cobério, Caio Graco Valle
Modernização Agrícola e Monopólio: A Cargill no México e no Brasil (Décadas de 1960 e de 1970) / Caio Graco Valle Cobério ; orientador José Jobson de Andrade Arruda. - São Paulo, 2014.
280 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. Agroindústria. 2. Brasil. 3. México. 4. Modernização. 5. Monopólio. I. Arruda, José Jobson de Andrade, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: COBÉRIO, Caio Graco Valle

Título: Modernização Agrícola e Monopólio: A Cargill no México e no Brasil (Décadas de 1960 e de 1970)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do Título de Doutor em História.

Aprovada em: _____ de _____ de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a) José Jobson de Andrade Arruda

Instituição: USP Julgamento: _____

Assinatura:_____

Prof.(a) Dr.(a) Renato Colistete

Instituição: USP Julgamento: _____

Assinatura:_____

Prof.(a) Dr.(a) Alexandre Saez

Instituição: USP Julgamento: _____

Assinatura:_____

Prof.(a) Dr.(a) Pedro Paulo Zaluth Bastos

Instituição: IE UNICAMP Julgamento: _____

Assinatura:_____

Prof.(a) Dr.(a) Carlos Gabriel Guimarães

Instituição: UFF Julgamento: _____

Assinatura:_____

Agradecimentos

Em primeiro lugar, ao Professor José Jobson por ter aceitado, acompanhado e sugerido tenazmente sobre os encaminhamentos da pesquisa. Ao Professor Horácio e à Professora Vera pelas contribuições, quando da qualificação. Também agradeço à *Society of American Archivists* - *SAA*, nas pessoas de Jennifer Johnson e Bruce Bruemmer. No México, ao Prof. Aguirre e às pessoas que tão bem me atenderam no *Instituto Nacional de Geografia y Estadística – INEGI*, no *Archivo General de la Nación*, nas bibliotecas da *Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM*, da *Universidad Autónoma Metropolitana – UAM Unidad Xochimilco*, do *Colégio de México* e da CEPAL. No Brasil, devo meus agradecimentos aos funcionários da Faculdade de Geografia e História, da Biblioteca Florestan Fernandes, da Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI, do Arquivo Público do Estado de São Paulo, dentre muitos outros que aqui não poderei mencionar diretamente, expresso meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

A presente tese busca corroborar a hipótese inicial, segundo a qual, no México e no Brasil, o processo de introdução das relações capitalistas na agricultura foi configurado por uma modernização agrícola crescente e de uma tendência ao monopólio. A conjunção desses processos deu consequência à agroindústria que, em um sentido amplo, se tornou a nova forma dominante da estrutura agrícola capitalista, em substituição às antigas formas pré-capitalistas, herdeiras do colonialismo moderno no México e no Brasil, respectivamente, as *haciendas* e as *plantations*. Nesses países, a modernização agrícola, que se iniciou ainda no século XIX, se intensificou após 1930, culminando nas décadas de 1960 e de 1970, quando convergiram para a mesma direção, as empresas transnacionais de grande aporte de capital estrangeiro e a acentuação dos processos de inovação tecnológica. Para ilustrar essa relação plena entre modernização agrícola, organização da agroindústria, tendência ao monopólio e transnacionalização, foi escolhida a abordagem, em particular, da *Cargill*, conhecida empresa do ramo alimentar e de comércio e beneficiamento de grãos, entre outros.

ABSTRACT

The present thesis targets the confirmation of the initial hypothesis, in which, in Mexico and in Brazil, the process of capitalistic relations into agriculture was configured by an improved agriculture modernization and a tendency to monopoly. The conjunction of these processes resulted in agroindustry that in a comprehensive sense became the new dominant way to the capitalistic agriculture structure, in substitution of the former pre-capitalistic models, the Mexican and Brazilian modern colonialism heirs, respectively, the *haciendas* and the plantations. In these countries, the agriculture modernization, which began in the 19th century, intensified after 1930, culminating in the decades of 1960 and 1970, when converged to the same direction, the transnational enterprises with large capital support and an increment of the technological innovation process. Illustrating this complete relation of agriculture modernization, agroindustry organization, tendency to monopoly and transnational change, was chosen the approach, in particular, of *Cargill*, acquainted enterprise of alimentary sector and of grain merchandising and processing, among others.

1. Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Aspectos da atividade mineradora: produção e preços, Nova Espanha e Brasil Colônia (1520-1799)
Gráfico 2 – Produção de mercúrio, Europa e América, 1571-1700
Gráfico 3 – Produção de açúcar em engenhos coloniais mexicanos, média anual (1555-1800)
Gráfico 4 – Produção de açúcar em arrobas, México colonial (1585-1799)
Gráfico 5 – Produção de açúcar em arrobas, Brasil colonial (1560-1831)
Gráfico 6 – Valor da produção da prata em 10 marcos, México (1560-1720)
Gráfico 7 – Quantidade da produção de ouro em quilogramas, Brasil (1700-1799)
Gráfico 8 – Valor total das exportações, México (1800-1929)
Gráfico 9 – Valor total das exportações por grupos de produtos, México (1821-1910)
Gráfico 10 – Total da dívida externa brasileira "antiga" com a Inglaterra; União, estados e municípios (1824-1929)
Gráfico 11 – Produção de petróleo, México (1901-1929)
Gráfico 12 – Principais produtos de exportação em quantidade, México (1901-1929)
Gráfico 13 – Principais produtos de exportação em valor, México (1901-1929)
Gráfico 14 – Exportação de café em quantidade, Brasil (1821-1929)
Gráfico 15 – Exportação de café em valor, Brasil (1821-1929)
Gráfico 16 – Exportações de produtos agrícolas em quantidade, Brasil (1821-1929)
Gráfico 17 – Exportações de produtos agrícolas em valor, Brasil (1821-1929)
Gráfico 18 – Extensão das ferrovias em quilômetros, México e Brasil (1875-1929)
Gráfico 19 – Exportação de café em valor, Brasil (1913-1929)
Gráfico 20 – Exportações de café em quantidade, Brasil (1913-1929)
Gráfico 21 – Principais produtos agrícolas de exportação em valor, Brasil (1913-1929)
Gráfico 22 – Produção de cana-de-açúcar, México e Brasil (1930-1965)
Gráfico 23 – Índice de valor relativo da produção de cana-de-açúcar, México e Brasil (1930-1950) – 1941=100
Gráfico 24 – Índice de valor relativo da produção de cana-de-açúcar, México e Brasil (1951-1960) – 1941=100
Gráfico 25 – Índice de valor relativo da produção de cana-de-açúcar, México e Brasil (1961-1965) – 1941=100
Gráfico 26 – Produção de café, Brasil (1930-1965)

Gráfico 27 – Produção de café, México (1930-1965)
Gráfico 28 – Índice de valor relativo da produção de café, México e Brasil (1930-1950) – 1941=100
Gráfico 29 – Índice de valor relativo da produção de café, México e Brasil (1951-1960) – 1941=100
Gráfico 30 - Índice de valor relativo da produção de café, México e Brasil (1961-1965) – 1941=100
Gráfico 31 – Produção de algodão, México e Brasil (1930-1965)
Gráfico 32 – Índice de valor relativo da produção de algodão, México e Brasil (1961-1965) – 1941=100
Gráfico 33 – Índice de valor relativo da produção de algodão, México e Brasil (1951-1960) – 1941=100
Gráfico 34 – Índice de valor relativo da produção de cana-de-açúcar, México e Brasil (1961-1965) – 1941=100
Gráfico 35 – Índice de valor relativo da produção de arroz, México e Brasil (1930-1950) – 1941=100
Gráfico 36 – Índice de valor relativo da produção de arroz, México e Brasil (1951-1960) – 1941=100
Gráfico 37 – Índice de valor relativo da produção de arroz, México (1961-1965) – 1941=100
Gráfico 38 – Índice de valor relativo da produção de arroz, Brasil (1961-1965) – 1941=100
Gráfico 39 – Índice de valor relativo da produção de feijão, México e Brasil (1930-1950) – 1941=100
Gráfico 40 – Índice de valor relativo da produção de feijão, México e Brasil (1951-1960) – 1941=100
Gráfico 41 – Índice de valor relativo da produção de feijão, México e Brasil (1961-1965) – 1941=100
Gráfico 42 – Índice de valor relativo da produção de tomate, México e Brasil (1944-1960) – 1941=100
Gráfico 43 – Índice de valor relativo da produção de tomate, México (1961-1965) – 1941=100
Gráfico 44 – Índice de valor relativo da produção de tomate, Brasil (1961-1965) – 1941=100
Gráfico 45 – Índice de valor relativo da produção de banana, México e Brasil (1930-1965) – 1941=100

Gráfico 46 – Índice de valor relativo da produção de laranja, México e Brasil (1930-1965) – 1941=100
Gráfico 47 – Índice de valor relativo da produção de batata, México e Brasil (1930-1965) – 1941=100
Gráfico 48 – Índice de valor relativo da produção de agave, México (1930-1965) – 1941=100
Gráfico 49 – Índice de valor relativo da produção de cacau, Brasil (1930-1965) – 1941=100
Gráfico 50 – Índice de valor relativo da produção de amendoim, México e Brasil (1944-1965) – 1944=100
Gráfico 51 – Índice de valor relativo da produção de milho, México e Brasil (1930-1965) – 1941=100
Gráfico 52 – Índice de valor relativo da produção de trigo, México e Brasil (1930-1965) – 1941=100
Gráfico 53 – Índice de valor relativo da produção de soja, México e Brasil (1960-1965) – 1960=100
Gráfico 54 – Estrutura fundiária pelo número de estabelecimentos de propriedade privada, México (1960 e 1970)
Gráfico 55 – Estrutura fundiária pelo número de estabelecimentos de propriedade comunal, México (1960 e 1970)
Gráfico 56 – Estrutura fundiária pelo número de estabelecimentos de propriedade estatal, México (1960 e 1970)
Gráfico 57 – Estrutura fundiária pela superfície (Ha) de propriedade privada, México (1960 e 1970)
Gráfico 58 – Estrutura fundiária pela superfície (Ha) de propriedade comunal, México (1960 e 1970)
Gráfico 59 – Estrutura fundiária pela superfície (Ha) de propriedade estatal, México (1960 e 1970)
Gráfico 60 – Estrutura fundiária pelo número de estabelecimentos de propriedade individual, Brasil (1960 e 1970)
Gráfico 61 – Estrutura fundiária pelo número de estabelecimentos de outra propriedade particular, Brasil (1960 e 1970)
Gráfico 62 – Estrutura fundiária pelo número de estabelecimentos de propriedade de entidades públicas, Brasil (1960 e 1970)
Gráfico 63 – Estrutura fundiária pelo número de estabelecimentos sem declaração de propriedade, Brasil (1960 e 1970)

Gráfico 64 – Estrutura fundiária pela superfície (Ha) de propriedade individual, Brasil (1960 e 1970)
Gráfico 65 – Estrutura fundiária pela superfície (Ha) de outra propriedade particular, Brasil (1960 e 1970)
Gráfico 66 – Estrutura fundiária pela superfície (Ha) de propriedade de entidades públicas, Brasil (1960 e 1970)
Gráfico 67 – Estrutura fundiária pela superfície (Ha) sem declaração de propriedade, Brasil (1960 e 1970)
Gráfico 68 – Monopólio "natural" sem inovação tecnológica
Gráfico 69 – Monopólio "artificial" com inovação tecnológica
Gráfico 70 – Quantum da produção de cana-de-açúcar, México e Brasil (1967-1979)
Gráfico 71 – Quantum da produção de trigo, México e Brasil (1967-1979)
Gráfico 72 – Quantum da produção de soja, México e Brasil (1967-1979)
Gráfico 73 – Quantum da produção de laranja, México e Brasil (1967-1979)
Gráfico 74 – Índice relativo do quantum (toneladas) e do valor (em dólares) da exportação de soja em grãos, Brasil (1967-1979) – 1971=100
Gráfico 75 - Índice relativo do quantum (toneladas) e do valor (em dólares) da exportação de farelo de soja, Brasil (1967-1979) – 1971=100
Gráfico 76 - Índice relativo do quantum (toneladas) e do valor (em dólares) da exportação de laranja, Brasil (1967-1979) – 1971=100

Gráficos do Apêndice I

Gráfico I.1.1.1 – Reta de melhor ajuste para os preços da cana-de-açúcar, México (1966-1979)
Gráfico I.1.1.2 – Reta de melhor ajuste para a renda marginal da cana-de-açúcar, México (1966-1979)
Gráfico I.1.2.1 – Reta de melhor ajuste para os preços da cana-de-açúcar, Brasil (1966-1979)
Gráfico I.1.2.2 – Reta de melhor ajuste para a renda marginal da cana-de-açúcar, Brasil (1966-1979)
Gráfico I.2.1.1 – Reta de melhor ajuste para os preços do trigo, México (1966-1979)
Gráfico I.2.1.2 – Reta de melhor ajuste para a renda marginal do trigo, México (1966-1979)
Gráfico I.2.2.1 – Reta de melhor ajuste para os preços do trigo, Brasil (1966-1979)

Gráfico I.2.2.2 – Reta de melhor ajuste para a renda marginal do trigo, Brasil (1966-1979)
Gráfico I.3.1.1 – Reta de melhor ajuste para os preços da soja, México (1966-1979)
Gráfico I.3.1.2 – Reta de melhor ajuste para a renda marginal da soja, México (1966-1979)
Gráfico I.3.2.1 – Reta de melhor ajuste para os preços da soja, Brasil (1966-1979)
Gráfico I.3.2.2 – Reta de melhor ajuste para a renda marginal da soja, Brasil (1966-1979)
Gráfico I.4.1.1 – Reta de melhor ajuste para os preços da laranja, México (1966-1979)
Gráfico I.4.1.2 – Reta de melhor ajuste para a renda marginal da laranja, México (1966-1979)
Gráfico I.4.2.1 – Reta de melhor ajuste para os preços da laranja, Brasil (1966-1979)
Gráfico I.4.2.2 – Reta de melhor ajuste para a renda marginal da laranja, Brasil (1966-1979)

2. Lista de Ilustrações

Ilustração 1 – Tratamento de minerais segundo “De Re Metallica”, de Giorgio Agricola (1556)
Ilustração 2 – Total da importação de metais preciosos em pesos
Ilustração 3 – Hacienda de Xalpa
Ilustração 4 – Hacienda San Cristóbal
Ilustração 5 – Hacienda La Gavia
Ilustração 6 – Hacienda Santa Barbara
Ilustração 7 – Hacienda San Juan Tlacatecpan
Ilustração 8 – Hacienda San Carlos
Ilustração 9 – Mapa de posses territoriais (1757)
Ilustração 10 – *Plantation* tardia de café, pátio central para secagem dos grãos
Ilustração 11 – P*lantation* tardia de café, colheita e seleção dos grãos
Ilustração 12 – Fim da colheita de café na Fazenda Quilombo
Ilustração 13 – Mão de obra infantil na lavoura cafeeira
Ilustração 14 – Lavradores, economia de subsistência
Ilustração 15 – *Plantation* tardia de café, aspecto do transporte de carga: coexistência de veículos motorizados e à tração animal
Ilustração 16 – *Plantation* tardia de cana-de-açúcar, corte da cana
Ilustração 17 – Engenho trapiche, para moagem da cana-de-açúcar com uso de força motriz animal

Ilustração 18 – Técnica rudimentar de beneficiamento com uso de força motriz humana (monjolo)
Ilustração 19 – Instalação para ensacamento dos grãos de café
Ilustração 20 – Maquinário para seleção dos grãos de café
Ilustração 21 – Anúncio sobre armazenamento e comércio de grãos
Ilustração 22 – Organização econômica do Sul dos Estados Unidos após a Guerra Civil
Ilustração 23 – Cinturão dos Grãos ou *Corn Belt*
Ilustração 24 – Rede ferroviária em torno de Minneapolis
Ilustração 25 – Mapa n.1 com localização dos silos da Cargill em Iowa e Sudeste de Minnesota
Ilustração 26 - Mapa n.2 com localização dos silos da Cargill em Minnesota, Nordeste e Sudeste de Dakota
Ilustração 27 - Interior de um moinho para fabricação de farinha
Ilustração 28 - Primeiro silo da Cargill construído em Minnesota
Ilustração 29 - Movimentação do trigo na região dos Grandes Lagos
Ilustração 30 - Construção do terminal de silos em Omaha, Iowa
Ilustração 31 - Tombador de cargas de grãos despejando a primeira carga de grãos no terminal de silos em Omaha, Iowa
Ilustração 32 - Operações do terminal de silos da Cargill em Albany
Ilustração 33 - Terminal de silos arrendado pela Cargill, da *Rosembau Grain Company*, em Chicago
Ilustração 34 - Charge caracterizando o conflito entre grandes mercadores e pequenos produtores de cereais
Ilustração 35 - Navios construídos pela Cargill, durante a 2ª Guerra Mundial
Ilustração 36 - Navios construídos pela Cargill, durante a 2ª Guerra Mundial
Ilustração 37 – Círculos concêntricos de localização da indústria agrícola
Ilustração 38 – Hibridação do milho em cruzamentos sucessivos
Ilustração 39 – Patrimônio líquido e capital investido da Cargill
Ilustração 40 – Estrutura corporativa da Cargill na década de 1970
Ilustração 41 - Divisão de processamento e refino, doméstica e além-mar
Ilustração 42 - Análise do parentesco para hibridação do milho
Ilustração 43 - Alimentação do gado com forragem produzida a partir da *Hi-Sugar 50*
Ilustração 44 - Pesquisa com aves em uma fazenda Cargill-Nutrena
Ilustração 45 - Béqueres e garrafas do centro de pesquisa em análise do nitrogênio

Ilustração 46 - Funcionários operando máquina de empacotamento de grãos comestíveis de linhaça e triturador de linho
Ilustração 47 - Estação de pesquisa em sementes híbridas, Aurora, Illinois
Ilustração 48 - Aves matriciais da *Shaver* sendo embarcadas de Toronto para Monterrey, onde seriam distribuídas pela *DeWitt's de Mexico, S.A*.
Ilustração 49 - Exame de grãos de trigo híbrido produzido pela Cargill *Bounty 208*, a partir de plantas originárias do México
Ilustração 50 - Teste de cozimento de grãos de trigo híbrido produzido pela Cargill *Bounty 208*, a partir de plantas originárias do México
Ilustração 51 - Cargill Agrícola S.A. no Sul (e Sudeste) do Brasil
Ilustração 52 - Equipamento para secagem de milho, dentro de depósito em Bebedouro
Ilustração 53 - Primeiro moinho de rações e silo para armazenagem de grãos da Cargill, em Jacarezinho
Ilustração 54 - Mapa com as instalações da Cargill Agrícola S.A. no Brasil
Ilustração 55 - Moinho de rações em Recife
Ilustração 56 - Armazenagem de sacos de grãos em Recife
Ilustração 57 - Ensacamento e carregamento de sementes em Belo Horizonte
Ilustração 58 - Instalação de esmagamento e refino de soja em Ponta Grossa
Ilustração 59 - Produção de óleo para salada na refinaria de soja em Ponta Grossa
Ilustração 60 - Ensacamento de ração em Araraquara
Ilustração 61 - Máquina de tratamento de sementes em Andira
Ilustração 62 - Esteira rolante onde as laranjas eram escolhidas e posteriormente armazenadas

3. Mapas e Tabelas

Mapa 1 – Antigo distrito de Guerrero e seus *pueblos*, noroeste do Estado de Chihuahua, México (final do século XIX)
Mapa 2 – Localização aproximada das terras concedidas à *Cargill Lumber Company* por convênio com José Yves Limantour – Secretário da Fazenda, Estado de Chihuahua, México (1906)

Tabela 1 – Área e quantidade de beneficiados atingidos pela reforma agrária, México, 1917-1982

Tabela 2 – Mecanização do campo, México (1960 e 1970)

Tabela 3 – Mecanização do campo, Brasil (1960 e 1970)

Tabelas do Apêndice I

Tabela I.1.1 - Cálculo do Ingresso Total, Marginal e Médio para a Cana-de-Açúcar, México (1967-1979)

Tabela I.1.2 - Cálculo do Ingresso Total, Marginal e Médio para a Cana-de-Açúcar, Brasil (1967-1979)

Tabela I.2.1 - Cálculo do Ingresso Total, Marginal e Médio para o Trigo, México (1967-1979)

Tabela I.2.2 - Cálculo do Ingresso Total, Marginal e Médio para o Trigo, Brasil (1967-1979)

Tabela I.3.1 - Cálculo do Ingresso Total, Marginal e Médio para a Soja, México (1967-1979)

Tabela I.3.2 - Cálculo do Ingresso Total, Marginal e Médio para a Soja, Brasil (1967-1979)

Tabela I.4.1 - Cálculo do Ingresso Total, Marginal e Médio para a Laranja, México (1967-1979)

Tabela I.4.2 - Cálculo do Ingresso Total, Marginal e Médio para a Laranja, Brasil (1967-1979)

Índice

INTRODUÇÃO.....16
CAPÍTULO 1: A TRANSIÇÃO PRÉ-CAPITALISTA COMPARADA (SÉCULOS XVI-XIX).....21
1.1. ANTECEDENTES EM COMUM: A ECONOMIA MERCANTIL-COLONIAL.....24
1.1.1. Mineração e Agricultura.....28
1.2. DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS DO SÉCULO XIX À VIRADA PARA O SÉCULO XX.....49
1.2.1. Um Marco Cronológico no Contexto do Liberalismo: as Leis de 1850, 1856 e 1859.....55
1.2.2. A Formação do Modelo de Exploração Capitalista: Primário e Exportador.....58
1.3. *HACIENDAS* E *PLANTATIONS*.....74
1.3.1. O Fim da Transição.....83
CAPÍTULO 2: DAS ORIGENS À EXPANSÃO DA CARGILL.....102
2.1. UM NEGÓCIO FAMILIAR: DA CONCORRÊNCIA PERFEITA AO MONOPÓLIO.....104
2.2. A *CARGILL, INCORPORATED* (PÓS-1930).....115
CAPÍTULO 3: A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA COMPARADA (1930-1966)..128
3.1. A MODERNIZAÇÃO OLIGÁRQUICA (1900-1929).....130
3.1.1. Distribuição de Terras *versus* Concentração Fundiária.....132
3.1.1.1. A Desapropriação da *Cargill Lumber Company*.....148
3.2. A MODERNIZAÇÃO MONOPOLISTA (PÓS-1930).....157
3.2.1 – Flutuações Agrícolas Comparadas (1930-1965).....162
3.2.2 – o Advento da Agroindústria.....193
CAPÍTULO 4: A EXPANSÃO DA CARGILL (DÉCADAS DE 1960 E DE 1970)...203
4.1. A CARGILL NO MÉXICO.....221
4.2. A CARGILL NO BRASIL.....223
CAPÍTULO 5: AGROINDÚSTRIA E MONOPÓLIO (DÉCADAS DE 1960 E DE 1970).....238
5.1. O "MILAGRE ECONÔMICO" COMPARADO.....242
CONCLUSÃO.....255
BIBLIOGRAFIA.....257
APÊNDICE I.....272

INTRODUÇÃO

Esta tese foi consequência de uma investigação em História Econômica, na linha da História Agrária, perpassando pela História das Empresas e que contou com o uso substantivo do método comparativo em História. O objeto principal de estudo foi o processo da modernização agrícola das estruturas agrárias do México e do Brasil, entendida como uma inserção e uma ampliação das relações capitalistas na produção agrícola, nos países mencionados. Segundo a hipótese inicial, a modernização agrícola proporcionou o advento de uma nova e dominante forma de organização e de unidade produtiva, síntese do processo de desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura – a agroindústria. Nesse contexto, o estudo de caso da *Cargill, Incorporated*, ilustrou a formação e a implantação desse modelo capitalista de exploração agrícola *per excellence*, a agroindústria conglomerada transnacional, atuante nas esferas da produção e da circulação de mercadorias. Segundo Burbach e Flynn,

> Apesar do grande império comercial da Cargill, seu nome não é muito conhecido. Os diretores que administram a empresa são muito reservados quanto às suas atividades, só permitindo artigos ocasionais em revista ou jornal especializado de confiança. A sede da companhia reforça esse ar de sigilo. Instalados num castelo de estilo francês nos arredores de Minneapolis, os funcionários da empresa transacionam com bilhões de dólares em mercadorias em meio a um ambiente bucólico, aparentemente muito distante do moderno mundo e empresarial.[1]

Pressuposto da existência desse modelo agroindustrial é o capitalismo monopolista. A modernização agrícola, quando atingiu a fase capitalista de organização da produção agrícola, concomitantemente apresentou uma tendência ao monopólio. Nesse sentido, foram tomadas como referências teóricas de fundamentação, *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, de Paul Sweezy, e *Capitalismo Monopolista*, de Paul Sweezy e Paul Baran, entre outros, permitindo a compreensão do monopólio como produto da acumulação, da centralização e da concentração do capital;[2] portanto para a consolidação do capitalismo na agricultura, no Brasil e no México, se postulou uma modernização agrícola monopolista, cuja afirmação se verificou não somente pelo processo de mecanização no campo, mas também por políticas públicas e participação de diferentes agentes econômicos, tais como o próprio Estado, as cooperativas agrícolas e as agroindústrias transnacionais.

---

[1] BURBACH, Roger e FLYNN, Patricia. *Agroindústria nas Américas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. P. 232 e 233.
[2] SWEEZY, P. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976 (Biblioteca de Ciências Sociais) e BARAN, P. e SWEEZY, P. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966 (Biblioteca de Ciências Sociais).

Essa condição dominante da agroindústria na estrutura agrária, seja quanto ao capital fixo e o capital variável, seja quanto à dominância hierárquica em uma estrutura piramidal das relações produtivas, foi resultado daquela modernização agrícola monopolista, pois ao ser revertido o capital industrial no campo, as formas mais simples ou rudimentares de plantio foram sendo submetidas a um papel secundário. Em grande parte, as remanescentes da anterior formação econômica de cunho pré-capitalista ou as excluídas no processo de transição para a agricultura capitalista, essas organizações menores da estrutura agrária não contaram com o aporte do capital, seja o industrial, seja o financeiro.

Um aspecto importante da tese consistiu na análise, de longa duração, da transformação da agricultura pré-capitalista para agricultura capitalista, nas primeiras décadas do século XX e, mais precisamente, a partir de 1930. A hipótese do trabalho se baseou na suposição de que o modelo capitalista dominante agroindustrial do século XX, no México e no Brasil, se formou como uma ruptura, em substituição ao ultrapassado modelo agrícola de origem colonial, respectivamente, as *haciendas* e as *plantations*. Essa transformação teria sido uma consequência da insuficiência dessas formas de organização da agricultura perante as exigências do capitalismo pós-Revolução Industrial, em diversos níveis, tais como o mercado, o trabalho, as técnicas e a propriedade da terra. Devido à centralidade da agricultura nas economias coloniais e pós-coloniais, do México e do Brasil, a transformação da organização agrícola pré-capitalista para a organização capitalista implicou em um conjunto de alterações no conjunto da economia, que passava a ser de natureza cada vez mais industrial. Isso não significava nem a perda da importância da agricultura naquelas economias, nem o desaparecimento, por completo, de vestígios das anteriores relações produtivas e de propriedade, nas ulteriores.

A então chamada organização pré-capitalista da produção agrícola se definiu nos termos da teoria da articulação dos modos de produção, supondo a existência de relações capitalistas dominantes e relações pré-capitalistas secundárias, tais como a *peonaje por deudas*, no México, e o trabalho escravo, no Brasil. Também partiu do pressuposto da capacidade do próprio modo de produção capitalista engendrar relações de produção não capitalistas. O paralelismo histórico das duas nações, imersas em um passado mercantil-colonial, ensejou o enriquecimento da interpretação, com destaque para a mencionada superação das relações hierárquicas na estrutura agrária piramidal, ou seja, da superação das *haciendas* e *plantations*, processo este posto para a verificação e a problematização da análise. No marco dessas relações produtivas, se inseriu o processo de modernização agrícola, primeiro, na forma oligárquica (até 1930) e, depois, na monopolista (pós-1930). Nesta, que

condicionou o advento da agroindústria, se consumariam os aspectos da substituição de importações, da mecanização, de políticas públicas de fomento, de inovação tecnológica, de investimentos externos indiretos e diretos, caracterizados, respectivamente, pela provisão de créditos e pela participação de empresas estrangeiras nos mercados nacionais. Do mesmo modo, para a ocorrência da modernização agrícola concorreram os capitais privados e os estatais, os capitais agrícolas, os industriais e os financeiros; a acumulação, a centralização e a concentração do capital, ao longo das décadas, produziram a tendência ao monopólio, para em seguida, se efetuar a transnacionalização do capital, relevadamente, nas décadas de 1960 e de 1970.

Paralelamente à problematização que ocorreu pelo método comparativo, se equiparou uma problematização pelo método quantitativo. Este foi postulado desde o início da investigação, se constituindo a partir de fontes já elaboradas de séries estatísticas, obtidas no *Instituto Nacional de Geografía y Estadística – INEGI* (México) e no *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* – IBGE (Brasil). Como a tese se concentrara no século XX, para jogar luzes sobre as décadas de 1960 e de 1970, a delimitação cronológica se incluiu, totalmente, no denominado período estatístico de elaboração de dados, quando já eram realizados censos demográficos, econômicos e agrícolas. Para interpretar esses dados já elaborados, a maior parte das séries utilizadas foi representada em gráficos, com os dados absolutos ou relativos, cuja ênfase se direcionou para a elaboração das denominadas "flutuações agrícolas", representativas das curvas econômicas da produção na agricultura, dispostas em séries temporais de *quantum* e de valor, principalmente. A partir da interpretação dessas séries é que pudera ser observada a tendência ao monopólio, vistos os progressivos aumentos de produtividade e do valor dos produtos agrícolas, existentes em comum no México e no Brasil, resguardadas significativas diferenças.

O capítulo 1 tratou da transição pré-capitalista com enfoque sobre o surgimento das formações econômicas coloniais, centradas em um sistema minerador e agrícola, urbano e rural, de cujas alternâncias se originaram aquelas unidades agrárias dominantes, as *haciendas* e as *plantations*. O século XIX, século da transição propriamente dita, relevou a constituição do modelo primário-exportador e suas consequências, no contexto da economia de livre mercado. Enquanto subsistiu um paralelismo estrutural entre o México e o Brasil, em relação à colonização, a exploração mercantil, a inserção no livre-mercado, a formação de economias primário-exportadoras, o domínio oligárquico e a crise da organização agrícola colonial tardia, em relação às conjunturas particulares do desenvolvimento histórico e de econômico, se revelaram notáveis diferenças, não raras vezes, caracteristicamente díspares.

O capítulo 2 remontou a essa virada de séculos, mas inserindo as origens da Cargill no processo da revolução agrícola norte-americana, após a Guerra de Secessão. Dessa forma, sublinhou a passagem do empreendimento familiar para a grande empresa, do regime concorrencial para o monopolista, na virada do século XIX para o século XX, e, avançando sobre o século XX, apresentou algumas passagens da vida econômica da empresa, como nos episódios da Grande Depressão, da 1ª Guerra Mundial, do pós-crise de 1929 e da 2ª Guerra Mundial. Esses aspectos, em grande parte, foram extraídos da obra do historiador oficial da Cargill, da qual se procurou enfatizar os aspectos pertinentes ao processo de modernização e de monopolização; dentre uma gama de possibilidades, foram enfocados aqueles aspectos que demonstravam a relação entre a modernização agrícola e a tendência ao monopólio, se verificando, para isso, as relações entre o contexto histórico e o gerenciamento empresarial que contornaram esse processo.

O capítulo 3 retomou a questão da modernização agrícola no México e no Brasil, que foi dividida em dois momentos: a modernização oligárquica, até 1930, e a modernização monopolista, a partir de então. Como foi dito, nesse processo, ainda que mantido o paralelismo histórico, seja na ascensão das oligarquias como classe dirigente, seja na progressiva internacionalização da economia e na manutenção da grande propriedade agrícola, o latifúndio, se acentuaram as diferenças entre o México e o Brasil, principalmente, em decorrência da Revolução Mexicana (1910-1917) e seus efeitos, notoriamente, a reforma agrária, da qual decorreu a partilha e a delimitação das terras e a criação do sistema de *ejidos*. Nesse capítulo foram apresentadas séries temporais de alguns dos principais produtos da agricultura mexicana e da brasileira, derivando daí o entendimento do processo de acumulação, de centralização e de concentração do capital na agricultura, do qual decorreu a agroindústria como produto dessa acumulação no processo da substituição de importações ao nível de implementos e de bens de capital e na internacionalização agrícola. Apesar de não analisadas profundamente, por razões de delimitação do objeto, as políticas creditícias exerceram uma função primordial e, dessa forma, ainda merecem uma investigação específica. Do mesmo modo, as relações intercalares dos agentes da estrutura agrária que se formou, com os pequenos proprietários, os agricultores familiares e os individuais, as cooperativas, os grandes proprietários empreendedores e as empresas transnacionais, necessitam de abordagens *in loco*. A configuração do sistema de *ejidos*, no México, desde 1917, com todos os óbices que lhe afetaram o pleno desenvolvimento, não possuiu paralelo na história agrária brasileira, marcada pela concentração de terras.

O capítulo 4 buscou configurar as consequências históricas da modernização agrícola monopolista no caso da *Cargill, Incorporated*, destacando a organização empresarial, suas ramificações, os novos produtos e os novos processos agroindustriais, a importância da relação entre a pesquisa científica (especificamente a engenharia genética), o aumento da produtividade e as estratégias de expansão mundial, dentro de um conglomerado transnacional. Em particular, se identificaram esses aspectos, trazidos pela modernização agrícola, na atuação da Cargill no México e no Brasil.

O capítulo 5, enfim, contextualizou as décadas de 1960 e de 1970, pelas características do chamado "milagre econômico" (1967-1974) na agricultura, como produto da associação da ideologia da "Revolução Verde" com a do crescimento econômico; analisou brevemente o constructo da estrutura de mercado monopolista, com controle de preços e com inovação tecnológica, invertendo o modelo microeconômico tradicional, utilizado para a leitura dos monopólios naturais. As séries de produtos agrícolas nos quais houve inserção empresarial da *Cargill* foram apresentadas para possibilitar a análise da relação entre o aumento da produtividade e, no caso brasileiro, do valor dos produtos.

O uso de fontes primárias e secundárias permitiu avolumar o texto com várias ilustrações representativas dos processos descritos, caracterizando as diferenças entre a organização pré-capitalista da agricultura e a organização agroindustrial, além de aspectos da modernização agrícola e, consequentemente, da tendência ao monopólio; para o processo de desapropriação de terras da Cargill, no México, após a Revolução de 1910-1917, foram apreciadas algumas fontes documentais, como cartas e telegramas, e para a investigação das atividades da Cargill, nas décadas de 1960 e de 1970, foram utilizados, prioritariamente, boletins, comunicados, rascunhos e outras fontes documentais da própria empresa.

CAPÍTULO 1: A TRANSIÇÃO PRÉ-CAPITALISTA COMPARADA (SÉCULOS XVI-XIX)

Existiu uma agricultura pré-capitalista nos trópicos ibero-americanos. Ao período longo, multissecular, que antecede os processos específicos da modernização agrícola, no México e no Brasil, correspondeu uma gama de expressões já bem conhecidas pelos seus respectivos significados e seus atributos históricos: decorrentes do próprio mundo moderno, elas expressaram algumas das mais basilares características daqueles séculos, tais como o mercantilismo, o sistema colonial, o capitalismo comercial e a acumulação primitiva de capital. Pois a economia colonial, em particular, correspondeu ao desenvolvimento do capitalismo comercial, que, na Europa, se encontrava em uma condição mista, entre uma economia medieval, pré-capitalista, preponderantemente agrícola e artesanal, e uma economia mais capitalista, dinâmica, caracterizada pelo progresso industrial e pelo comércio terrestre e marítimo.[3]

Sob as relações capitalistas dominantes subjazem as relações pré-capitalistas. Essa realidade, que temporalmente se estendeu do início do século XVI até meados do século XIX, prorrogando-se em alguns resquícios e vestígios específicos até os primórdios do século XX, se observada sobre a ótica dos modos de produção, demonstraria com inteireza a variedade, a abrangência e as peculiaridades das ditas "condições gerais da produção", no continente latino-americano. Sob essa mesma ótica, contudo, o *Mundus Novus* não se enquadraria em uma exposição esquemático-sucessiva dos modos de produção (asiático, escravista, feudal, capitalista), tampouco lograria unanimidade interpretativa que autorizasse a aplicação de algum modelo único, consumado e exclusivo, cujas supostas bases materiais se formaram em outras partes do mundo.[4] Com suas características próprias, essa realidade deveria se autoexplicar por suas contradições internas, as quais elucidariam, ao mesmo tempo, o conjunto de outros modos e de formas de produção articuladas em torno das condições de produção dominantes, através das determinações do processo histórico específico às quais o continente esteve relacionado.[5]

---

[3] Cf. MAURO, Frédéric. *Nova História e Novo Mundo.* 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1973 (Debates, 13). P. 81.
[4] SEMO, Enrique. *Historia del Capitalismo en México*. Los orígenes. 1521/1763. 14 reimp. México, D.F.: Era, 1990 (Problemas de México 62/15). P. 18 e 19.
[5] BARTRA, Roger. Sobre la Articulación de Modos de Producción en América Latina. In: HISTORIA Y SOCIEDAD. *Revista Latinoamericana de Pensamiento Marxista.* México, DF: Juan Pablos, primavera de 1975 (segunda época, n. 5). P. 7.

No colonialismo ibérico, algumas relações produtivas pré-capitalistas foram notáveis, apesar de secundárias. As características das relações de produção dominantes, estabelecidas nesse intervalo de tempo, também poderiam conduzir à compreensão de uma realidade histórica já marcadamente capitalista. Mas da conquista colombiana e da cabralina até a queda do sistema colonial, como um todo, abundam os exemplos de extração da mais-valia absoluta: conjunturas sucessivas de extração de riquezas em larga escala. Tudo isso para o enriquecimento apenas temporário das metrópoles ibéricas, posto que os repositórios, fixos e duradouros, das fortunas avultadas advindas das colônias ibero-americanas, foram os monopólios comerciais de outros audazes centros europeus, favorecendo o contundente e cíclico acúmulo de capitais nas cidades-estados italianas, como Gênova e Veneza, e também, na Holanda, na França e na Inglaterra.[6] Assim, por um lado, se configurava a correspondente e heterogênea condição pré-capitalista da sociedade mexicana, submetida ao unilateral capitalismo europeu nascente, que transformou suas estruturas econômicas, de multirrelações despótico-tributárias, feudais, comunitárias e capitalistas;[7] no processo colonizador brasileiro, por outro lado, submetidas ao mesmo impulso mercantilista advindo da Revolução Comercial européia, as estruturas econômicas, semelhantemente manifestaram transformações profundas nas suas próprias relações pré-capitalistas, fossem elas feudais ou escravistas ou comunitárias.

O conhecimento da realidade histórica, real e concreta, superpõe-se ao de postulados teóricos pouco ou nada verossímeis. Lucubrada de outra maneira, por equivalentes relações de produção "não-capitalistas" ao invés de "pré-capitalistas", mantém-se o quadro lógico e dinâmico da variação e da articulação de modos de produção: os subsidiários, os secundários ou os subordinados, com o capitalismo dominante, se distinguindo apenas o grau da variação e o da articulação entre eles; porquanto se preserva o útil sentido dado à interpretação histórica, de que "relações sociais mediadas por coisas trabalhadas, se instauram e se mantêm graças a um processo que vem repor sua própria realidade".[8] Compreende-se que o capital, em geral, como lado reificado do modo de produção capitalista, se instala enquanto uma realidade, que põe e repõem suas formas de existência, incorporando modos anteriores de produção e se defrontando com modos de produção periféricos - em um ato de destruição criadora, dá forma àqueles modos de produção "não-capitalistas", subsidiários e esporádicos;

---

[6] Cf. correspondência com "ciclos sistêmicos de acumulação" em ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX.* Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996 e as economias-mundo européias em BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material e Capitalismo: Séculos XV e XVIII. O Tempo do Mundo.* 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. P. 18 e 19.

[7] V. SEMO, Enrique. *Op. Cit.* P. 15 a 17.

[8] GIANNOTTI, José Arthur. Notas sobre a Categoria de Modo de Produção para Uso e Abuso dos Sociólogos. *In*: *Cadernos CEBRAP 17*. P. 163. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/notas_sobre_a_categoria.pdf>. Acesso 25 jul 2012.

conquanto o modo capitalista de produção seja aquele que objetiva e individualiza a entidade "capital". Esse entendimento permite abarcar outras variantes interpretativas, comuns à análise dos modos de produção, como o "modo de produção mercantil simples"[9], o "modo de produção colonial"[10], o "modo de produção colonial latino-americano"[11], o "modo de produção latifundiário"[12], o "capitalismo de *plantation*"[13] etc.

A compreensão dos modos de produção permeou a identificação das relações de produção agrícola pré-capitalistas, no México e no Brasil colonial. No escopo desse entendimento, mais amplo, continua bastante plausível a investigação, tanto dos aspectos singulares e dos particulares, quanto dos gerais e dos abstratos, que foi iniciada na produção histórica de outrora, tão necessária à construção atual do conhecimento sobre a economia daquelas sociedades no tempo passado e no presente. Permanece válida a polêmica, mesmo que o enfoque tenha se afastado do anterior debate conceitual sobre os modos de produção e suas categorias teóricas correlatas.[14] A seguir, em favor dos argumentos apresentados, serão expostos alguns fatos e algumas conjunturas, através de três séculos de colonização, que à luz do processo dominante de formação do capitalismo, demonstravam a coexistência dele com outros elementos gerais daquelas relações produtivas "pré" ou "não-capitalistas", subsidiárias ou secundárias, moldando as relações produtivas na agricultura, mais especificamente.

---

[9] BARTRA, Roger. Sobre la articulación de modos de producción en América Latina. *In*: HISTORIA Y SOCIEDAD. *Op. Cit.*, primavera de 1975 (segunda época, n. 5). P. 5-19.

[10] CARDOSO, Ciro Flamarion S. Los modos de producción coloniales: estado de la cuestión y perspectiva teórica. *In*: *Ibdem*, p. 94 *et seqs.* _____. O modo de produção escravista colonial na América. In: SANTIAGO, Théo (Org.) *América Colonial. Ensaios*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975 (Economia e Sociedade). P. 89-143.

[11] MATA, Héctor Malavé. Reflexões sobre o modo de produção colonial latino-americano. *In*: SANTIAGO, Théo. *Ibdem*. P. 144-180.

[12] TOPALOV, Christian. *Estruturas Agrárias Brasileiras*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978 (Ciências Sociais). P. 25-29.

[13] MELLO, João Manoel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. 11 ed. Campinas: Unesp; Facamp, 2009. P. 29-32.

[14] V. LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980 (História Brasileira, 5) para o debate brasileiro e, para o debate mexicano, a revista HISTORIA Y SOCIEDAD. *Revista Latinoamericana de Pensamiento Marxista.* México, DF: Juan Pablos, vol. 5 e outros.

1.1. ANTECEDENTES EM COMUM: A ECONOMIA MERCANTIL-COLONIAL MODERNA (SÉCULOS XVI - XVIII)

As colônias ibero-americanas estiveram sujeitas, durante séculos, a uma política econômica mercantil, conduzida pela aliança entre a monarquia centralizadora e a burguesia ascendente.[15] Advindas de um mesmo impulso, dado pela Revolução Comercial, e encerradas no contexto da disputa de hegemonia entre os recém-formados Estados modernos europeus, a *Nueva España* e o Brasil colonial foram porções genuínas do vasto império ultramarino em poder das metrópoles ibéricas, respectivamente, da Espanha e de Portugal.[16] Apesar do fracasso da coroa espanhola, durante o século XVI, em assegurar no seu território nacional as riquezas oriundas da América e sem, sequer, mencionar uma política econômica em Portugal, Pierre Deyon considerou esse o primeiro momento da moderna experiência mercantilista.[17] O contexto europeu, pós-prosperidade econômica do século XV, envolvido pelo crescimento demográfico e pela expansão agrícola, foi propício à expansão marítima e comercial e fez convergir dois fluxos: o fluxo dos metais preciosos enviados da América e o fluxo das especiarias vindas do Oriente, gerando um incremento substancial das atividades mercantis no velho continente.[18] A teoria quantitativa da moeda foi associada ao bulionismo e somada ao abastecimento do mercado consumidor, com uma variedade de produtos dos outros domínios coloniais, positivou a manutenção de uma vigorosa balança comercial favorável, assim como agiu na pressão ascendente do nível geral de preços[19]. Ao mesmo tempo, a riqueza consumada

---

[15] Abalavam as bases sociais do feudalismo lusitano, minguando os rendimentos do senhor rural, e avançavam as novas forças mercantis, resultando na configuração social mais ilustrativa da transição para o capitalismo: "comprimindo-se a aristocracia da terra entre o fantasma da centralização monárquica e (...) a ambiciosa classe 'cosmopolita' de comerciantes, marinheiros, armadores e prestamistas, amparada no trono", através da qual foi proporcionada a visão não somente de novos agentes sociais, mas de uma nova aliança de classes, uma "solidariedade de interesses". Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *História Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1983 (Biblioteca de História, v.8). P. 25 e 26. Nesta direção é que se permite falar de um "capitalismo mediterrâneo semissenhorial, semiburguês, pré-Atlântico, com o renascimento urbano, a valorização progressiva do capital mobiliário, o afrouxamento da rigidez das corporações, a intensificação do tráfico interurbano, as práticas cambiais nas feiras (...)". Cf. DIAS, Manuel Nunes. *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549).* Contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1963 (vol. I). P. XV. Em Castela a burguesia se apoiou na aliança com produtores de lã, no regime da Mesta, que era exportada para Flandres e Inglaterra. Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Op. Cit*., 1983. P. 26 - 30.

[16] Para afastar a ameaça de anacronismo, é pressuposto o contexto dos Estados Nacionais modernos, a unificação precoce de Portugal e o patrocínio da viagem de Cristóvão Colombo pela Rainha Isabel de Castela à época da unificação da Espanha.

[17] Cf. DEYON, Pierre. *O Mercantilismo.* Lisboa: Gradiva, 1983 (Construir o Passado, 5). P. 24-29.

[18] VILLAR, Pierre. *Ouro e Moeda na História (1450-1920).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981 (Economia, 13). P. 113 *et seqs.*

[19] Neste sentido o uso do princípio monetarista ou teoria quantitativa da moeda. V. MATA, Héctor Malavé. Reflexões sobre o modo de produção colonial latino-americano. *In*: SANTIAGO, Théo (Org.) *Op. Cit.* P. 157.

dos reinos ibéricos alimentava a concorrência entre os nascentes Estados e entre a burguesia internacional, como conjunto das burguesias nacionais, aspecto que foi marcante na Europa, entre o século XVII e o XVIII.[20]

A unidade germinal do princípio econômico mercantilista do Estado interventor que detinha o monopólio comercial se dividira frente a realidades e a interesses distintos. O monopólio comercial hispânico, sob controle oficial da *Casa de la Contratación* e dos *Peninsulares*, era exercido pelos mercadores espanhóis, cujas embarcações alcançavam as Antilhas, porta de entrada ao Mar do Caribe, ultrapassavam o Canal de Yucatán, ao norte, para zarpar na cidade de *Veracruz*, no Golfo do México, ou se dirigiam ao sul, com destino à *Porto Bello*, no Istmo do Panamá. Esses eram os pontos de saída dos principais produtos de exportação dos Vice-Reinos da Nova Espanha e do Peru, o ouro e a prata, seja para Sevilha ou para Cádiz, na Espanha, que eram portos complementares entre si e importantes fontes de equilíbrio no controle monopolista reinol interno.[21]

O denominado "regime de porto único" não passava de uma alusão à determinação da Coroa espanhola de coibir o tráfico, que na maior parte, era de cabotagem - e proporcionava margens de lucro vultuosíssimas. Tinha como correspondente lusitano, por sua vez, o chamado "pacto colonial": forma de monopólio comercial sob controle da Coroa portuguesa, em relação ao Brasil colonial, em que este domínio deveria fornecer gêneros tropicais agrícolas e matérias-primas amoedáveis, como produtos de exportação, além de importar toda espécie de produtos manufaturados de Portugal. Em suma, "a organização da produção e do trabalho, e a concentração da riqueza que dela resulta" e a orientação "voltada para o exterior e simples fornecedora do comércio internacional" acabaram por constituir as características fundamentais da economia colonial brasileira.[22] Havendo uma mata virgem e cerrada como obstáculo natural para o acesso ao interior, a propagação do povoamento colonizador brasileiro se deu no sentido meridional, na estreita e longuíssima faixa litorânea da costa atlântica oriental, por meio da fundação de feitorias, durante as três primeiras décadas e, posteriormente, de vilas e de cidades, esparsas, mas com presenças duradouras, como São Vicente, Salvador, Ilhéus, Porto Seguro, São Sebastião do Rio de Janeiro, Natal, Santa Maria

[20] Apesar das entradas de metais preciosos, faltava às metrópoles ibéricas desenvolvimento médio das atividades manufatureiras, o que levou à progressiva transferência das riquezas coloniais, nos circuitos do grande comércio. V. MATA, H. M. *Ibdem*. P. 158 e VILLAR, P. *Op. Cit.* P. 95 *et seqs*.

[21] CHAUNU, Pierre. *Sevilha e a América*. Nos séculos XVI e XVII. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1980. P. 40.

[22] PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 12 reimp. São Paulo: Brasiliense, 2009. P. 123.

de Belém e outras, das quais algumas foram oriundas de ação militar dos colonizadores contra invasores estrangeiros, fossem eles os franceses, os holandeses ou os espanhóis.[23]

Essa trama se configurou em meio a um capitalismo comercial ou mercantil, pré-industrial. Como ramificações que se diferenciaram de uma raiz comum, na formação do Estado Nacional moderno e, com distinções teóricas e concretas derivadas de políticas governamentais, de práticas econômicas e de projetos colonialistas concorrentes, os mercantilismos espanhol e português, entretanto, perfaziam aquele mesmo sentido geral capitalista da circulação de mercadorias. Subjacentes e alternativas, mas necessárias e suplementares ao montante histórico de capital acumulado, havia também as rotas traçadas pelos "comércios triangulares" do oceano Atlântico que demonstravam vigor inquestionável. Porém, a corrente principal e dominante das mercadorias, em torno da qual se mobilizavam os maiores esforços, era a das riquezas que fluíam das colônias rumo às metrópoles para, então, satisfazerem o mercado consumidor europeu, destino final dos produtos coloniais.[24] A principal característica do colonialismo moderno foi a produção voltada para o mercado externo, compreendida ao nível da organização das forças produtivas existentes. Nível este que, diferenciado a cada período da extração de riqueza nas colônias, configurava uma associação de recursos humanos e tecnológicos, de regimes de trabalho e de propriedade. A base material desses níveis de organização é amplamente discutida e, como apontado anteriormente, mesmo que tenham se desenvolvido em torno da atividade mercantil, caracterizando o domínio do capitalismo e de suas relações produtivas, se articularam internamente com várias outras relações produtivas, não raras vezes, com formas díspares entre si e não-capitalistas.[25]

A economia colonial, ao longo de três séculos de organização produtiva voltada predominantemente para o mercado externo, se destacou nas atividades de extrativismo mineral e vegetal e na agricultura. Diferenciaram-se o grau, a importância, a intensidade exploratória, os períodos e os produtos principais, arrolados na pauta do comércio exterior das

---

[23] V. HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.) *I. A Época Colonial. 1. Do descobrimento à expansão territorial.* 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. *Passim.*

[24] Este sentido foi comentado por Karl Marx ao tratar da acumulação primitiva de capital, quando rememorou o significado "das riquezas apresadas fora da Europa [que] refluíam para a metrópole onde se transformavam em capital", mencionando, particularmente, as "plantações destinadas apenas ao comércio de exportação, como das Índias Ocidentais" e os "países ricos e densamente povoados, entregues à matança e à pilhagem, como México e Índias Orientais". In: MARX, Karl. *O Capital (Crítica da Economia Política).* Livro 1: O Processo de Produção Capitalista. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968 (v.2). P. 871.

[25] A acumulação de capital se processava no meio das metrópoles européias e de seus monopólios, pois as atividades comerciais na colônia tinham como objetivo principal a aquisição de mercadorias e o dinheiro era apenas um meio de troca, não sendo obtido como capital.

colônias espanholas e portuguesa na América.[26] A confirmação da existência de metais preciosos nas terras conquistadas foi buscada, ininterruptamente, como condição *sine qua non* para o sucesso da iniciativa colonizadora, como uma exigência do metalismo ou do bulionismo e da teoria monetarista, praticados pelos Estados europeus. O ouro e a prata, metais preciosos amoedáveis, que serviam de matéria-prima para a fabricação de moedas, eram os mais desejados pelos Tesouros das casas reais européias. O ciclo minerador ocorreu tanto no México, quanto no Brasil colonial, mas no primeiro, foi mais intenso, dada a imensidão das jazidas de prata e a utilização da técnica de amálgama com o mercúrio. Também se deve levar em conta que a metalurgia de metais preciosos já era conhecida dos povos mesoamericanos, ainda que desprovida de valor comercial, pois aqueles não foram amoedados e possuíam apenas um fim ritualístico, como objeto de culto, de adorno ou de elemento decorativo, de valor estético, artístico ou religioso. Os povos nativos do Brasil não dominaram a metalurgia, apesar de provavelmente testemunharem a existência do ouro. Outro aspecto relevante foi o de que no Brasil colonial, se desconheceu a extração argêntea de vulto. Como os colonizadores espanhóis recepcionaram a experiência metalúrgica anterior, puderam praticá-la desde o século XVI, enquanto os colonizadores portugueses só alcançaram as minas de ouro, no interior do Brasil, depois de decorridos dois séculos da conquista, no século XVIII, por meio do bandeirismo.

[26] Em relação às colônias espanholas, dentre quatro vice-reinos e quatro capitanias gerais, serão tratados, apenas, os aspectos referentes ao Vice-Reino de Nova Espanha, em função da delimitação do campo de investigação. Quanto ao Brasil, a inteligibilidade do processo econômico será destacada, apartada das explicações das mudanças territoriais, vinculadas às alterações político-administrativas. Apesar da estreita relação entre economia e administração colonial, não será dada ênfase a essa faceta da colonização, até mesmo para que não seja ela simplificada em demasia. Se a implantação dos modelos político-administrativos de colonização é de uma compreensão cuja delimitação espaço-temporal é bem definida, seja quanto ao modelo espanhol baseado em Vice-Reinos e Capitanias Gerais, seja quanto ao modelo português, de Capitanias Hereditárias ou Donatarias, as transformações ocorridas a partir de então, não seriam de tão simples entendimento. Desde a descoberta da América por Cristóvão Colombo (1492), a Bula *Inter Coetera* (1493) e o Tratado de Tordesilhas (1494) foram exemplos prenunciadores das disputas territoriais ocorridas em variada gama de eventos, ao longo dos séculos seguintes: entre os próprios reinos ibéricos, ao Sul extremo; entre os reinos ibéricos e as outras nações européias, ainda durante a vigência do sistema colonial; ou ainda, entre as nações americanas já independentes, como a expansão norte-americana por vasto território mexicano, durante as guerras de 1846-1848.

1.1.1. Mineração e Agricultura

(...) e aqui também nasce o ouro que trazem pendurado no nariz;
(...) Se o tempo permitir, logo partirei a circundar esta ilha
até conseguir falar com o cacique e ver se posso obter dele
o ouro que ouço dizer que usam (...), e conforme descubra
vestígio de ouro ou especiarias, resolverei o que fazer.

Primeira viagem de Cristóvão Colombo

Todavia um deles fitou o colar do Capitão, e começou a fazer acenos com a
mão em direção à terra, e depois para o colar, como se quisesse dizer-nos
que havia ouro na terra. E também olhou para um castiçal de prata e
assim mesmo acenava para a terra e novamente para o
castiçal, como se lá também houvesse prata!

Carta de Pero Vaz de Caminha

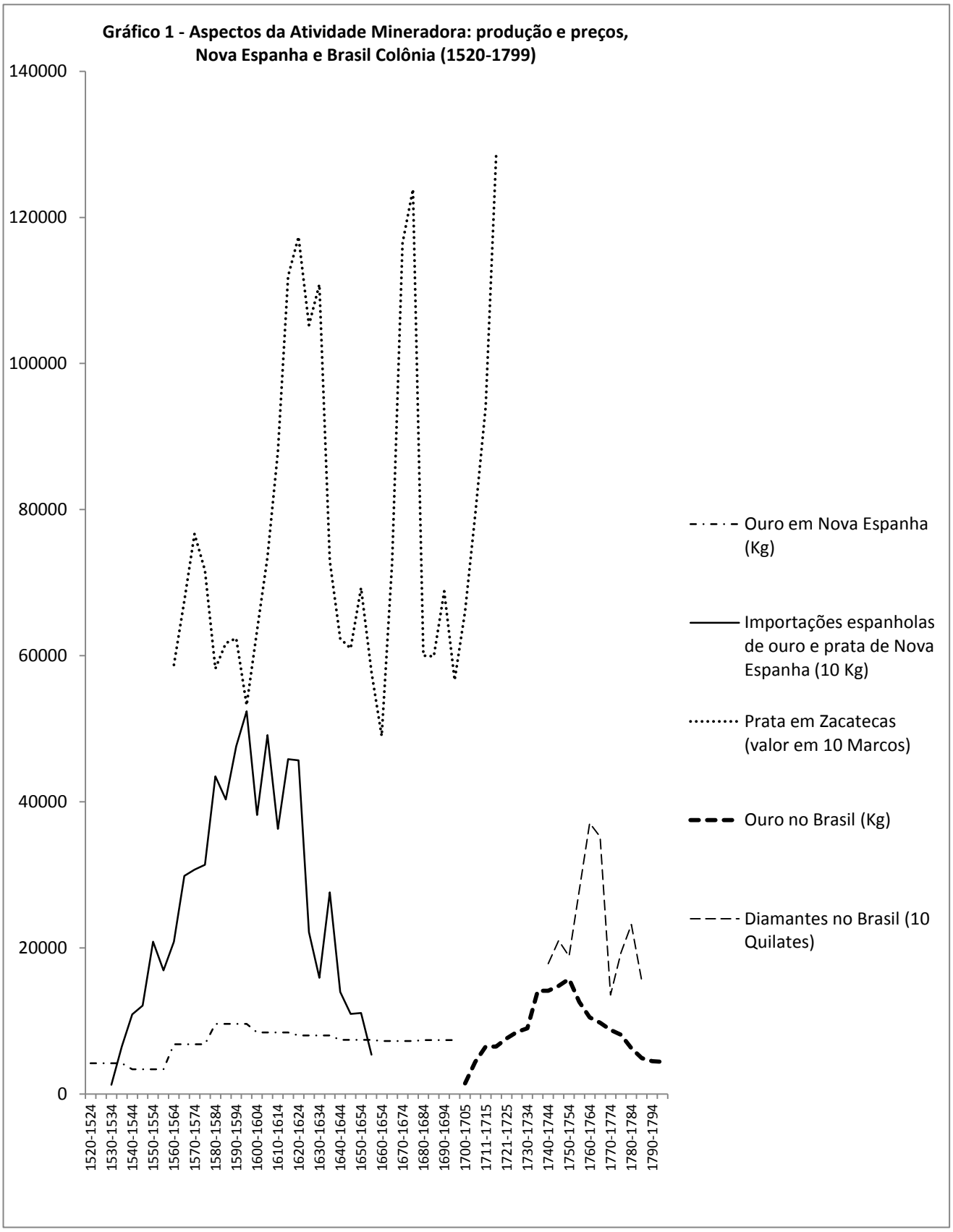
Se o traço comum entre as economias da colônia espanhola da *Nueva España* e da colônia portuguesa do Brasil esteve naquele aspecto geral da produção voltada para a exportação, ao longo de três séculos também ocorreram diferenças marcantes, particulares. O fato de ter ou não havido a descoberta de metais preciosos, logo após a conquista, servindo como pressuposto para sua exploração subsequente - independentemente dos meios utilizados para isso - foi o acontecimento mais decisivo e determinante para todo o desenvolvimento histórico posterior. Os resultados imediatos pós-conquista podem ser percebidos. Na Nova Espanha, o saque, a pilhagem dos tesouros da civilização Asteca e a extração mineral ininterrupta, principalmente, nas minas de prata. No Brasil colonial, a inicial e compulsória extração do *Pau brasilis* e da gradativa expansão das fazendas de engenho, atividades que visavam produtos comercializáveis no mercado europeu, respectivamente, um pigmento avermelhado para tingir tecidos e o açúcar de cana, substituto do de beterraba.

Em ambos, México e Brasil coloniais, esse princípio colonizador determinou a configuração dos modelos econômicos que se seguiram. No México colonial, mineração e urbanização cresceram interdependentemente, com as propriedades rurais servindo para o abastecimento dessas regiões e, por consequência, logo se foi ampliando o espaço de mercado interno. No Brasil colonial, a agricultura protagonizou o crescimento econômico, gerando grandes extensões rurais com pequenos núcleos urbanos - o complexo da fazenda de engenho da cana-de-açúcar - cuja produção era prioritariamente voltada para o mercado externo.

Não obstante a interferência dos fatores exógenos da colonização, como as tradições políticas, administrativas e culturais das duas metrópoles, Espanha e Portugal, em parte, diversas, e dos fatores conjunturais e dos eventuais (as numerosas invasões estrangeiras, a União Ibérica entre 1580-1640, o comércio intercolonial e o contrabando etc.), a realização do

objetivo primeiro do colonialismo foi a de complementar a economia metropolitana por meio de uma decisão sobre os recursos disponíveis, da aquisição de matérias-primas amoedáveis ou de gêneros agrícolas, que conformou uma dicotomia nas estruturas econômicas coloniais. Mesmo fatores endógenos, pré-coloniais, como a influência dos habitantes nativos, fossem eles povos civilizados ou tribais, e seus hábitos e costumes, formaram uma mistura com as instituições coloniais, amplamente voltadas para a extração da riqueza mais ofertada; realizada sobre a praticamente completa destruição das suas bases materiais e imateriais, os povos então denominados "índios" experimentaram, da colonização espanhola e da portuguesa, apenas o extermínio, a escravidão e a aculturação.

A dicotomia estrutural entre a mineração e a agricultura não se encontrava na prevalescência de uma atividade sobre a outra, mas nas alterações proporcionadas ao meio sócio-econômico e na efetivação das formas econômico-institucionais associadas a cada uma delas, tais como a organização da propriedade fundiária e a do trabalho. A urbanização e o incremento da vida cosmopolita são aspectos largamente relacionados com as zonas mineradoras, juntamente com o desenvolvimento das atividades manufatureiras e da vida intelectual; ao contrário, o ambiente proporcionado pela atividade agrícola, do extenso e sertanejo domínio rural, favoreceu as vagas populacionais e a dispersão demográfica, geralmente, em pequenos povoados, fossem os *pueblos* ou as vilas. A abundância de metais amoedáveis tornou os centros mineradores em centros comerciais e pólos de diversificação de mercadorias, que apareceram como bases para o fortalecimento e a expansão dos mercados internos. Efeito cosmopolita similar somente as cidades portuárias exerceram, em período de movimento das embarcações, pois nelas também se concentrou volumosa riqueza, fruto da importação e da exportação do comércio colonial. A mineração, trazendo a possibilidade de enriquecimento rápido, foi uma fonte fundamental para o aumento da poupança interna da colônia, o que possibilitou algumas inversões na agricultura e na pecuária. A atividade mineradora desempenhou um papel econômico fundamental na dinâmica interna das colônias, pois trouxe consigo a intensificação de um conjunto de outros fenômenos - dentre os quais, os de ordem demográfica - que refletiu diretamente no incremento da vida material colonial. Os metais preciosos, como matérias-primas de moedas, tinham um valor de troca concentrado, que propulsionava o afluxo e a aglutinação de mercadorias, de bens e de serviços nos centros mineradores. Essa característica proporcionou o aumento da urbanização, da densidade populacional, do estímulo às manufaturas, da expansão do trabalho pago, da condição de homem livre, dos limites de zonas de mercado interno.



FONTE: PINTO, Virgílio Noya. *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português*. 2 ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979 (Brasiliana, 371), pp. 114, 218, 220, 222; CALDERÓN, Francisco R. *História Económica de la Nueva España en tiempo de los Austrias.* México: FCE, 1988, pp. 360 e 364; BAKEWELL, P. J. *Minería y sociedad en el México Colonial Zacatecas (1546-1700).* 1 reimp. México: FCE, 1984, pp. 335.

O gráfico 1 relaciona a duração apenas dos principais produtos da atividade extrativista mineral, no período colonial ibero-americano, se sublinhando a medida aproximada das magnitudes de produção e de preços.[27] A comparação das diferentes séries temporais permite esboçar algumas considerações em termos econômicos gerais, da dinâmica dos elementos de interação, de expansão ou de retração, das atividades agrícolas e mineradoras, resultando, consequentemente, na formação do urbano e do rural, nas economias coloniais mexicana e brasileira, sugerindo dois ritmos diferentes, quase inversos, isto é, de que a ascensão de uma atividade econômica ocorreu em consequência ao declínio da outra, observado estreito paralelo. Quando ilustradas pelas curvas de expansão e de depressão da atividade mineradora, aproximadamente, no primeiro século e meio da colonização, descartando as duas ou três primeiras décadas do século XVI e seguindo até meados do século XVII, esse ritmo foi marcado pelo apogeu da extração da prata na Nova Espanha e, no Brasil, pelo do plantio da cana-de-açúcar. Já no século XVIII, invertendo o quadro primevo, enquanto a mineração do ouro se intensificou no Brasil, uma expansão agrícola se consolidou na Nova Espanha, ainda que se esboçasse nova recuperação da extração de metais preciosos. No final do século XVIII, a diversificação produtiva foi alcançada pelo "renascimento" da agricultura brasileira, enquanto na Nova Espanha se consolidava nova tendência para o extrativismo mineral, notadamente, o da prata. As datas definidoras dessas conjunturas podem ser mais precisas.

No Brasil, a primeira fase da exploração econômica, pré-colonial, logo após as primeiras expedições, no início do século XVI, foi marcada pelo extrativismo vegetal e pelo comércio do Pau-Brasil. Nessa época, a principal fonte de riquezas para Portugal se encontrava no comércio de especiarias com as Índias Orientais e o início da colonização efetiva, posterior à década de 1530, esteve diretamente relacionado ao declínio desses ganhos. Para alterar a política do Pau-Brasil e compensar as perdas do comércio com o Oriente, se organizou o cultivo da cana, visando à produção sistemática do açúcar, atrelada à construção de engenhos como condição para a doação das donatarias. A empresa atraiu os comerciantes e os proprietários de terras portugueses, devido ao alto valor que o açúcar possuía no mercado europeu. Atingindo o ápice durante o século XVII, não é possível determinar com exatidão o

[27] As fontes da época não permitem auferir com total exatidão a quantidade extraída, pois existem muitas lacunas e os registros realizados não refletiam rigorosamente a totalidade da extração mineral, pois não havia controle absoluto sobre as atividades das minas ou faíscas. De certa forma, os produtos estatísticos são projeções feitas a partir de dados oficiais, principalmente, em relação ao exercício fiscal e tributário das fazendas reais. O comércio ilegal ou contrabando, auferido apenas em parte muito reduzida, por registros de metais e pedras confiscados em operações da administração colonial, também não retiram os números do campo dos resultados oficiais.

valor do açúcar produzido e exportado pelo Brasil,[28] mas, certamente, foi um longo período de tendências seculares de expansão e retração, com algumas variações resultantes de eventos internacionais, como o aumento do consumo no mercado europeu e o comércio intercolonial ou guerras, que afetaram as exportações. O "decréscimo da rentabilidade do comércio português de especiarias permitiu que se mantivesse a tendência secular positiva até pelo menos 1650".[29] Enquanto os incentivos do Estado estimularam a produção na segunda metade do século XVI, dificuldades financeiras e naturais (secas), na década de 1620, geraram uma inflexão negativa, que, entretanto, não foi suficiente para alterar, em um século de baixa, o aumento progressivo da produtividade do açúcar. A oscilação do preço do açúcar na Bahia foi provocada por vários outros fatores: invasão holandesa, dificuldades de transporte e aumento do preço do escravo. Essas oscilações ocorreram entre 1622 e 1634. Segundo Ferlini, contribuíram para a tendência secular regressiva, iniciada pós-1650: menos a concorrência antilhana e mais a queda geral dos preços, a crise do Império Lusitano desde a Restauração (1640), o reinício do conflito com os holandeses, o peso excessivo da tributação na produção, os problemas ainda contínuos com o transporte. No decênio entre 1660 e 1670 a queda dos preços do açúcar foi geral e, nos dois decênios seguintes, entre 1670 e 1690, sofreram mais uma queda acentuada, quase pela metade. Isso refletiu diretamente uma depressão econômica em Portugal e a retração do mercado europeu, situação que se reverteu na conjuntura de guerras da última década do século XVII.[30]

Porém, o século XVIII trouxe a concorrência da mineração, acarretando aumento nos preços dos produtos manufaturados importados da metrópole e também nos custos da produção, devido à valorização da mão-de-obra, por exemplo. A transferência de produtos de subsistência e de lavradores para as áreas mineradoras provocavam a carestia e o êxodo rural. Os sinais da passagem da época do domínio do açúcar nordestino para o centro mineiro eram inequívocos. A mineração esteve indissociável do processo de urbanização. Segundo o relato de um íncola do Brasil Imperial, W. L. von Eschwege, a primeira notícia de descoberta do ouro na Província de São Paulo datava de 1590, na Serra do Jaraguá, por Afonso Sardinha, após a qual se disseminaram alguns pontos de extração mais ou menos distantes daquela região, como na serra do Jaguamimbaba (Mantiqueira), Freguesia dos Guarulhos, serra de Uvuturuna, Vila de Apiaí, distritos de Curitiba, Iguapé, Cananéia e Vila da Serra Acima. As atividades desenvolvidas podem ser atestadas em leis de 1603 e 1659, e nas visitas de

[28] FURTADO, Celso. *Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec/abphe, 2001. P. 61, 77 e 105.
[29] FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder.* São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1988. P. 61.
[30] *Id. Ibdem*. P. 62-93.

governadores em 1660 e 1682 e do enviado real Arthur de Sá e Menezes, em 1697. Em consequência do início da extração aurífera, foram estabelecidas Casas de Fundição nas Vilas de Iguapé, Taubaté e São Paulo. Servindo como ponto de partida para as incursões exploratórias, a expansão se deu para as províncias vizinhas, pois a riqueza na região das primeiras descobertas não foi muito grande.[31] Na Província de Minas Gerais, a descoberta do ouro se deu pelo bandeirante Manuel Borba Gato, em 1680, nas margens do Rio das Velhas, no sertão de Sabará-buçu. Inúmeras tentativas foram se sucedendo na região, até que a descoberta de locais auríferos fosse se generalizando. Na virada do século XVII para o XVIII, as regiões de Vila Rica, Passa Dez, Bom Sucesso e Ouro Fino eram ocupadas por exploradores de São Paulo e do Rio de Janeiro. No ano de 1711, alguns locais foram elevados à categoria de vila: Vila Rica de Ouro Preto que, mais de um século depois, tornou-se Cidade Imperial de Ouro Preto, em 1823; o arraial do Carmo, junto à Vila Rica, tornou-se posteriormente cidade e sede do bispado de Mariana; a Vila de Sabará, na região do Rio das Velhas. Em 1714, a região de Caeté foi elevada à categoria de Vila Nova da Rainha e a do Serro do Frio, a Vila do Príncipe. Em 1718, foi a vez das povoações de São João del Rei e São José del Rei. Este fenômeno se deu devido ao afluxo de habitantes de outras províncias em busca de riquezas na região, provocando um considerável crescimento demográfico. Na mesma época, na província de Minas gerais, pelas mesmas razões, foram fundadas as povoações do Inficionado, de Catas Altas do Mato Dentro, Arraial de Santa Bárbara, Cocais e as Vilas de Barbacena, Congonhas do Campo, Tamanduá, Campanha, Paracatu, Pitangui e Bom Sucesso de Minas Novas.[32]

Na Província de Goiás, Bartolomeu Bueno noticiou a existência de ouro ao final do século XVII. Em 1719, novas indicações ali surgiram e também na Vila de Cuiabá. Em 1726, novas expedições vasculharam uma ampla área e encontraram vários sítios e rios auríferos, resultando nas povoações de Minas de Goiás, Catalão, Crixás, Pilar, São Fidélis, Arrais, Conceição e Cavalcanti, entre outros. Em 1729, Vila Boa foi escolhida para capital da província, onde, em 1752, foi erigida uma Casa de Fundição e uma Intendência do Ouro. Em 1754, as erigiram também em São Fidélis. Entre 1730 e 1735, quando o ouro era extraído na superfície, o povoamento levou ao surgimento de diversos arraiais, por exemplo, Arraial do Maranhão, Córrego do Jaraguá, Ouro Fino, São Felix, Montes Claros, Gerinos, Chapada,

[31] ESCHWEGE, W. L. Von. *Op. Cit.* 1º vol. P. 23 a 26.

[32] Atribui-se conhecimento anterior a toda essa região aurífera das Minas Gerais a Sebastião Fernandes Tourinho, em 1573 e Fernão Dias, por volta de 1670. A disputa pelo controle das minas levou a um conflito armado entre paulistas e portugueses, pejorativamente denominados de Emboabas, entre 1709 e 1710. Cf. *Id. Ibidem*, p. 27-36.

Carmo, Conceição, Bonfim, Morro do Chapéu, Pontal e Água Quente, este último chegando a contar com uma população de doze mil pessoas, após a fundação em 1732.[33] Na vizinha Província de Mato Grosso, a notícia da existência de ouro data de aproximadamente 1532 ou 1533, quando fôra enviada a expedição de Aleixo Garcia. Entretanto a descoberta do cascalho aurífero ocorreu somente em 1719, com o paulista Pascoal Moreira Cabral, no rio Cachipó-mirim, seguida de outras tantas expedições, estimuladas pelas grandes descobertas em Minas Gerais. Menciona-se ainda a existência de explorações auríferas, ainda que de importância reduzida, nas províncias do Ceará, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Em quaisquer desses casos, a descoberta de ouro, propiciando a atividade econômica extrativista, consequentemente, gerava a fundação de vários núcleos de povoamento, muitos dos quais se constituíram, em definitivo, como centros urbanos.[34] Como se pode notar, a conjuntura da exploração aurífera no Brasil inicia-se na segunda década do século XVIII, experimentando forte expansão no segundo quartel, o ápice em meados do século e um vertiginoso declínio na segunda metade. Tomando por base a produção de ouro nas Minas Gerais, os sinais de declínio existiram desde 1745 e, em Goiás, verifica-se a queda na produção entre 1755 e 1759. Entrementes, foi essa década de 1760 que sinalizou a queda da produção do ouro brasileiro, em geral.[35]

Após o declínio da mineração, se altera o quadro da produção agrícola. A queda dos rendimentos na extração mineral, concomitantemente aos conflitos na América do Norte, Caribe e parte do Atlântico estimulou, no nordeste do Brasil, o retorno ao plantio da cana para a produção do açúcar, que voltou a ser o principal produto das exportações brasileiras, [36] seguido de perto pelo cacau. Mas a economia colonial brasileira se diversificara. No final do século XVIII, já havia se consolidado o chamado "renascimento agrícola", acenando para um princípio de mudança na estrutura agrária brasileira, dada pela intensificação da produção agrícola em um novo patamar, vista a necessidade crescente de quebra do monopólio metropolitano. Nos séculos anteriores, quando se delinearam os objetivos da economia colonial, de abastecer o mercado europeu com produtos agrícolas tropicais, algumas monoculturas de valor comercial se constituíram além da cana-de-açúcar. Em um breve panorama, o tabaco se expandiu na Bahia, principal centro produtor, e também no Espírito

[33] *Ibdem*, p. 53-66.
[34] *Ibdem*. P. 67 – 82.
[35] PINTO, Virgílio Noya. *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português*. 2 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979 (Brasiliana, 371). P. 322.
[36] Segundo a autora, salvo a confusão trazida pela transferência da família real, não ocorreram maiores variações na produção açucareira, representando em torno de um terço das exportações, durante décadas. "Somente a partir de 1830 o produto começou a ser suplantado pelo café na pauta de exportações". FERLINI, V. L. A. *Op. Cit.* P. 95.

Santo, Rio de Janeiro, litoral paulista e sul de Minas, a partir de 1640. O desenvolvimento da indústria têxtil, na Inglaterra, proporcionou o cultivo do algodão na segunda metade do século XVIII. Nesse período, se desenvolveu o cacau nas capitanias do Pará e do Rio Negro, no Maranhão e em Ilhéus, na Bahia; o arroz, destacadamente no Maranhão e, em menor escala, no Pará e no Rio de Janeiro. O anil ou índigo experimentou breve alta de produtividade ao final de século, cultivado no Rio de Janeiro. Ao lado das monoculturas exportadoras, a chamada "cultura de subsistência", constituída pela produção de gêneros alimentícios que circulavam no mercado interno colonial, estava baseada, primordialmente, na plantação de mandioca, milho e feijão.[37] Outra fonte de gêneros tropicais eram as "drogas do sertão", especiarias que podiam ser encontradas *in natura* nas diversas matas e florestas que existiam no território, apesar de que plantações racionais de especiarias asiáticas tivessem sido tentadas pela Coroa portuguesa desde o século XVII. Antes dessa data o privilégio comercial era dado à fonte oriental das especiarias.[38] A pecuária, além de fornecer força motriz para os engenhos de cana de açúcar, foi parte da cultura de subsistência ao lado das monoculturas (fornecendo carne, couros e derivados) e se tornou extensiva a partir de meados do século XVII, dada a penetração para o interior da colônia, em São Vicente, nos campos de Curitiba, na Bahia, no Piauí, no Maranhão, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Ceará, nos sertões do nordeste e centro-oeste e no campo de Viamão, no sul.[39]

A conquista espanhola, que formou o México colonial, prosseguiu pela dinâmica de uma razão direta entre a decadência da antiga economia indígena, tradicional, e a ascensão dos padrões econômicos europeus, sustentados por uma população branca ou mestiça, já que a ocupação do território foi feita sobre um genocídio, responsável por um abrupto decréscimo demográfico, de 25 milhões para um milhão de habitantes, ao longo do século XVI.[40] Nesse período, o entorno da Cidade do México foi a principal região de expansão de propriedades rurais e centros manufatureiros – focos de abastecimento que seguiam em direção ao norte, até que as minas fossem descobertas.[41]

O ouro mexicano que já era conhecido dos nativos, foi logo explorado ou saqueado e configurou uma rede de mineração e um processo de urbanização. Foram os indígenas

[37] PRADO JÚNIOR, Caio. *Op. Cit.* 2009. P. 128-154.
[38] LAPA, J.R. Amaral. *Economia Colonial.* São Paulo: Perspectiva, 1973 (Debates, 80). P. 112 *et seqs.*
[39] SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Conquista e colonização da América portuguesa. O Brasil colônia – 1500/1750. *In*: LINHARES, Maria Yedda (Org.) *História Geral do Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. P. 59.
[40] STANLEY, J.S. e STEIN B. A Herança Colonial na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. P. 29-35. *In*: PINSKY, Jaime *et al. História da América através de Textos*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1991. (Textos e Documentos, 4). P. 44.
[41] HERRERO, Pedro Pérez. *Comercio e Mercados em America Latina Colonial*. Espanha: Mapfre, 1992 (Realidades Americanas). P. 99 *et seqs*.

zacatecas que, por volta de setembro de 1546, mostraram as primeiras pedras de prata para Juan de Tolosa, em uma região situada a, aproximadamente, 240 km de Guadalajara, onde os espanhóis adentravam em direção ao oeste ou ao norte da Nova Espanha, em busca de um caminho para o Oriente. Nessa região, o povoamento europeu e a exploração econômica vinham sendo realizados, desde alguns anos antes, com a chegada dos primeiros conquistadores espanhóis e seus sequazes: em 1528, os de Cortés ao sul da bacia hidrográfica de Lerma – Santiago (Michoacán); em 1529, Beltrán Nuño de Guzmán e os seus percorreram o norte de Michiacán, o sul de Zacatecas, Jalisco e Culiacán, fundando algumas cidades, como Compostela. Em 1531, Cristóbal de Oñate fundou Guadalajara, que se estabeleceu, na sua atual posição geográfica, em 1542. Nesse expansionismo, foram lançadas as bases para a fundação da província de Nova Galícia, palco do maior campo de exploração de prata do México colonial.[42] O avanço da ocupação no nordeste permitiu a descoberta das primeiras minas, a partir de 1543, próximas de Compostela, na Nova Galícia ocidental: ouro em Xaltepec e prata no Espírito Santo; alguns anos depois, em 1547, Tolosa teria descoberto as minas de Zacatecas. Em 1548, foi instalada uma Audiência na província. Diego de Ibarra explorou o norte de Zacatecas, entre 1550 e 1560, e, seu sobrinho, Francisco, alcançou o noroeste dessa região, onde fundou a província de Nova Vizcaya.

O ano convencionalmente aceito para a fundação da cidade de Zacatecas, em 20 de janeiro de 1548, pode ser considerado como um marco para compreender a expansão das atividades mineradoras na Nova Espanha. Pois, a partir de então, foram se descobrindo várias minas de prata que, consequentemente, provocaram sucessivas levas de imigração populacional e expansão colonizadora. "O movimento exploratório que teve por resultado o descobrimento de Zacatecas abarcou, com um grande arco, as terras chichimecas do Oeste, formando um semicírculo cujo diâmetro era a rota direta das minas à capital do Vice-Reino".[43] Entre 1550 e 1555, o Caminho Real – ou rota do Norte – que passava por Querétaro, San Felipe, Ojuelos, Encinillas, Las Bocas, Ciénaga Grande e Cuicillo, entre outras povoações, ao longo do qual se criava gado, ligou Zacatecas à Cidade do México. A partir desse caminho principal, uma rede de abastecimento e conexões secundárias se formou entre os diversos pontos:

> Michoacán também oferecia produtos ao Norte, de modo que, em 1550, empreendeu Mendonza as obras de melhoramento das comunicações dessa região, tratando de unir Zitácuaro e Acámbaro com o Caminho Real. Já em fins daquela década, se transportavam abastecimentos de Michoacán a

[42] BAKEWELL. P. J. *Minería y Sociedad en el México Colonial. Zacatecas (1546 – 1700).* Reimp. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1984. P. 17 e 18.
[43] *Id. Ibdem*. P. 38.

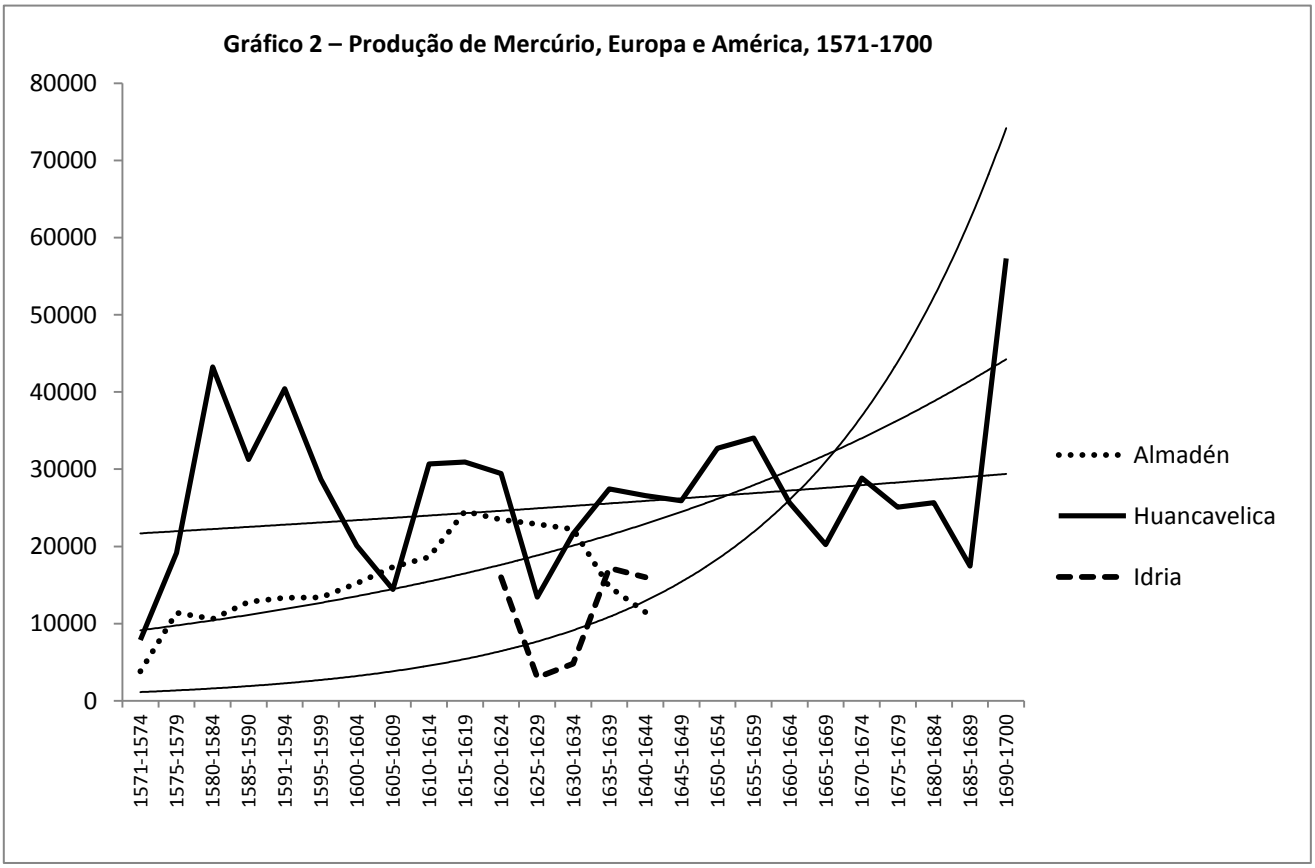
> Zacatecas, ao menos, por dois caminhos importantes. O primeiro, que comunicava a região de Valladolid, Zitácuro, Cuitzeo y Maravatío, passava por Acambro e logo seguia diretamente para o Norte, até San Miguel, de onde se unia com uma ramificação do Caminho Real; o segundo servia uma zona situada mais para o Noroeste, pelo vale onde mais tarde se fundou a cidade de León e passando pelos lugares onde anos depois se estabeleceriam as cidades de Lagos e Aguascalientes. A partir deste ponto, se seguia diretamente para o Norte, até Zacatecas, unindo-se em Cuicillo com a rota que vinha da cidade do México, umas nove léguas ao Sul das minas. O descobrimento de jazidas de prata em Guanajuato, em meados da década de 1550, situadas entre o Caminho Real e a segunda das rotas que partiam de Michoacán para o Norte, foi a principal causa dos vários caminhos locais, Oriente-Ocidente, surgidos para se unirem aos então existentes.[44]

O ouro e a prata estimulavam a cobiça e o ânimo dos colonizadores. A atração original pela busca dos metais preciosos, inerente ao espírito mercantil, predominante na Europa, levou à rápida povoação do Norte, logo após a descoberta das primeiras minas, em Zacatecas. Entre 1546 e 1603, foram mais de quinze polos de mineração, em atividade, com dezenas de minas exploradas. O domínio das técnicas de extrativismo pelos espanhóis, empreendimentos voltados para a obtenção da maior margem de lucro possível, a possibilidade de uso e exploração da mão-de-obra indígena para escavações, extração e transporte, disponibilidade de força motriz animal, incentivo da Coroa para a produção devido ao interesse tributário, eram alguns dos fatores que favoreceram a tendência contínua e crescente até a década de 1630.[45] Particularmente, se atribui o expressivo aumento na extração da prata, a partir da segunda metade do século XVI, à utilização da técnica de amálgama de mercúrio.

Durante o século XVI e o XVII, a produção da prata na Nova Espanha dependeu completamente da técnica da amálgama de mercúrio. Como as pepitas não eram grandes o suficiente, para se separarem dos outros metais por meio da fundição, somente o processo químico permitia a extração do metal precioso. “Sem mercúrio não se produzia a prata, e sem prata faltava a força motriz da economia das colônias”.[46] O Conselho das Índias e o Conselho da Fazenda de Castela, caracterizando o monopólio da Coroa, eram os órgãos responsáveis por buscar o mercúrio em três fontes principais na Europa e na América (Huancavelica, no Peru Central; Almadén, no sul da Espanha; e Idria, no Mar Adriático) e exportá-lo para a colônia, dada a relevância que o metal adquirira na amalgamação. Com tamanha valorização, esse comércio proporcionou um fluxo crescente de abastecimento, até o final do século XVI e o início do século XVII, apesar de curtos intervalos de crises de escassez, cada vez mais frequentes, gerados por altas nos preços do mercúrio. Devido a essas ocasiões, buscou-se de

[44] BAKEWELL. P. J. *Op. Cit.* P. 39.
[45] BAKEWELL. P. J. *Op. Cit.* P.
[46] *Ibdem*. P. 209.

forma alternativa, através do século XVII, o comércio com a China, por intermédio das Filipinas, mas que resultou em fracasso. As oscilações de alta nos preços do produto advindo das tradicionais fontes da Coroa espanhola, que apresentavam tendências de declínio da produção, escasseando o uso comum do mercúrio e, consequentemente, da técnica da amálgama na extração da prata[47], foram fatores de suma importância para a coincidente queda da produção da mineração na Nova Espanha no século XVII, cujos efeitos também se fizeram sentir na depressão econômica geral, constatável para a época.



FONTE: *Cuadro* 10b in: BAKEWELL, P. J. *Minería y sociedad en el México Colonial Zacatecas (1546-1700).* 1 reimp. México: FCE, 1984, pp. 346.

O período de expansão da mineração no México colonial correspondente ao século XVI, todavia não deixou de ser acompanhado por alguma atividade agrícola. Desde os primeiros contatos com a civilização mesoamericana, as culturas nativas foram sendo assimiladas, como as do agave, do milho e do feijão.[48] Com o espírito comercial europeu, em torno de um século depois da conquista, esses cultivos já estavam sendo produzidos nas

[47] *Ibdem*. P. 210-239.

[48] Observar a dieta dos teotihuacanos. GONZALBO, Pablo Escalante. La Vida Urbana en el Periodo Clásico Mesoamericano. Teotihuacan hacia el año 600 D.C. *In*: AIZPURU, Pilar G. (Dir.) *Historia de la Vida Cotidiana en México*. Mesoamérica y los ámbitos indígenas de la Nueva España. México, DF: El Colegio de México; FCE, 2004 (Tomo I). P. 62.

grandes propriedades espanholas e causando a marginalização da produção tradicional indígena.[49] O milho era o grão mais importante e extensamente cultivado, fonte de subsistência para a maioria da população indígena, mestiços, castas e espanhóis pobres e também era utilizado como alimento, para a criação de animais de carga e de tração, de aves e de suínos. As crises agrícolas foram frequentes: nos anos de 1538, 1543-1544, 1563-1564, 1573 e 1579-1581, durante o século XVI; a longa crise do século XVI, entre o ano de 1624 e o de 1692; e outras dez, entre 1720 e 1813. Qualquer alta nos preços era suficiente para provocar uma grande fome, que com a ocorrência de graves epidemias, multiplicavam os efeitos da crise.[50]

Os cultivos agrícolas, juntamente com as técnicas, introduzidos pelos espanhóis, desde o início da colonização, foram o açúcar e o trigo. Este, em 1563, era o produto agrícola que passava por maior expansão, acompanhando o aumento das populações brancas e mestiças, sendo cultivado em terras irrigadas e de, aproximadamente, sessenta ares. Um movimento quase contínuo, para as regiões do México, de Puebla e para a zona do Baixio, em direção ao norte minerador, até o ano de 1631, quando se iniciou a crise por más colheitas e escassez de mão de obra, que se prolongou no ano seguinte.[51] Até 1630, o vale de Atlixco dispunha de umas 90 áreas e cultivo intensivo de trigo que rendia 150.000 *fanegas*.[52] Nessa época, a Cidade do México era abastecida por ricos comerciantes espanhóis e, com a redução da importância da produção comunitária nesse abastecimento, o trigo estava entre os poucos produtos espanhóis que se encontravam disponíveis nos mercados indígenas.[53] A produção agrícola voltada para o abastecimento dos centros urbanos foi uma marca da economia agrária colonial mexicana:

---

[49] FRANK, Andre Gunder. *La Agricultura Mexicana: transformación del modo de producción. 1521 – 1630.* 1ª reimp. México, DF: Era, 1985. P. 87.

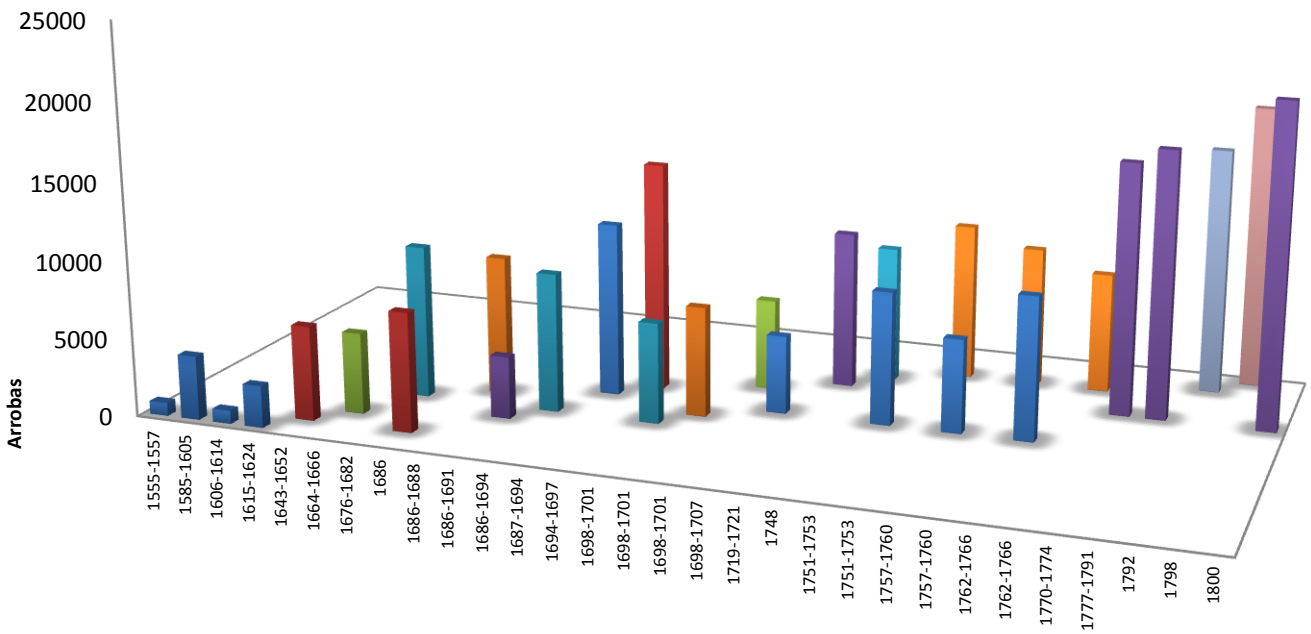
[50] FLORESCANO, Enrique. *Origen y Desarrollo de los Problemas Agrarios de México. 1500-1821*. México, DF: Era, 1976. (Col. Problemas de México). P. 72 e 73.

[51] FRANK, Andre Gunder. *Op. Cit*., 1985. P. 87.

[52] Antiga medida, anterior ao sistema métrico, que corresponde a 55,5 litros. Cf. EL COLEGIO DE MÉXICO. *Historia General de México*. 4 ed. México, DF: El Colegio de México; Centro de Estudios Históricos, 1994. P. 395.

[53] SEMO, Enrique. *Historia del Capitalismo em México. Los Orígenes. 1521/1763*. 14 reimp. México, DF: Era, 1990. (Col. Problemas de México). P. 57.

Gráfico 3 – Produção de Açúcar em Engenhos Coloniais Mexicanos, média anual (1555-1800)



	1555-1557	1585-1605	1606-1614	1615-1624	1643-1652	1664-1666	1676-1682	1686	1686-1688	1686-1691	1686-1694	1687-1694	1694-1697	1698-1701	1698-1701	1698-1701	1698-1707	1719-1721	1748	1751-1753	1751-1753	1757-1760	1757-1760	1762-1766	1762-1766	1770-1774	1777-1791	1792	1798	1800
Tlaltenango	843	4117	852	2702																										
Oaxtepec					6095			7682																						
Tenango						5230																								
Tiripitio										4000																				
Chicomocelo							9850				8953			6470																
Cuautepec									8980						7080															
Xochimancas												1120					5040			8566		6032		9219					
San Nicolás Tolentino													1477																	
Xalmolonga																5885														
Atlacomulco																		1014								1626	1724			2075
Santa rosa Teinta Pesos																			8801											
Barreto																					1014		9024		7765					
Guernavaca (15 engenhos)																												1593		
Atlihuayan																													1834	

Tlaltenango · Oaxtepec · Tenango · Tiripitio · Chicomocelo · Cuautepec · Xochimancas · San Nicolás Tolentino · Xalmolonga · Atlacomulco · Santa rosa Teinta Pesos · Barreto · Guernavaca (15 engenhos) · Atlihuayan

FONTE: *Cuadro 4 In*: CRESPO, Horacio (Dir.) *Historia del Azúcar em México*. México, DF: FCE, 1988 (Sección de Obras de Historia, v. I).

> Próximas das cidades surgiram estâncias dedicadas quase exclusivamente ao cultivo do trigo. Na zona de Puebla-Atlixco viviam, ao fim do século XVI, vários centos de espanhóis cujas propriedades produziam 55000 hectolitros anualmente. Perto dalí, no vale de San Pablo, 60 propriedades espanholas produziam 40000 hectolitros. Ao redor das cidades do México, Valladolid, Pátzcuaro y Guadalajara, se encontravam também importantes estâncias agrícolas dedicadas, principalmente, ao cultivo dos cereais, trigo, cevada, aveia e milho. Mais tarde o cultivo de trigo se desenvolveu também nas planícies de Celaya e inclusive nas localidades de Nova Galícia e Nova Vizcaya.[54]

Desde o século XVI, a cana de açúcar, outro cultivo importado da Europa, teve sua produção fomentada pelos Vice-Reis, que favoreceram a implantação de engenhos de açúcar e trapiches, forneceram adjudicação de terras para o plantio da cana e introduziram a mão de obra escrava de negros. Ao final do século XVI muitas terras irrigadas haviam sido concedidas para o cultivo da cana e a instalação da maquinofatura de produção do açúcar, que se concentrou nas zonas de clima temperado da Nova Espanha.

Pode-se considerar o século XVII como o século da depressão na Nova Espanha. Desde o início da conquista, ainda no século XVI, os colonizadores espanhóis implantaram elementos da cultura européia na base produtiva indígena e sucessivamente, lograram índices de produtividade cada vez mais altos, acompanhados pelo movimento de expansão territorial, em uma tendência que continuou até 1576, aproximadamente. Somente no século XVIII, o ritmo acelerado da produção foi retomado e a expansão do território, ao Norte, alcançou uma grande parte do que hoje são os Estados Unidos.[55]

A expansão durante o século XVII se deu pela ocupação de áreas marginais e periféricas, nas quais se cultivava o trigo, visando o comércio de farinha no Caribe. No norte, expandiu-se o cultivo da uva. Surgiram novas áreas canavieiras para a produção do açúcar e de aguardente. Enquanto declinava o cultivo do cacau, aumentou o do algodão. Na meseta central, o milho continuava sendo de grande importância para o consumo indígena e de alimento para o gado, assim como outros cultivos tradicionais, como a *cochinilla*, para a fabricação do *pulque* (bebida fermentada), o agave, o feijão e a pimenta. Também existiam diversos produtos advindos da criação de animais e, tanto as *obrajes*, quanto a produção artesanal familiar cresceram, para substituir as importações escassas e caras. O Sul e o

---

[54] CHEVALIER, François. A Formação dos Latifúndios no México. (edição francesa, 1952) P. 56. *Apud*: SEMO, Enrique. *Historia del Capitalismo en México. Los Orígenes. 1521/1763.* México, DF: Era, 1990. (Col. Problemas de México). P. 153.

[55] Esses movimentos de ascensão puderam ser confirmados pelas séries compiladas e pelos estudos realizados por Alexander Von Humboldt e Adolfo Soetbeer, gerando um consenso historiográfico em torno de uma linha de ascensão contínua nos três primeiros séculos da economia colonial novo-hispânica, posteriormente confirmada por W. Lewis. Cf. COOK, S. L. y BORAH, W. *El Pasado de México: Aspectos sociodemográficos.* México: FCE, 1989 (Sección de Obras de Historia). P. 213-215.

Sudeste não sofreram grandes alterações, permanecendo os circuitos originais dos indígenas e das primeiras *encomiendas*.[56]

A depressão do século XVII também é corroborada pela interpretação demográfica, pela qual se observa uma contínua diminuição da população indígena e o gradativo aumento da população branca; essas características são os efeitos do impacto de uma queda de quase nove milhões de índios na população mexicana entre 1520 e 1700, causada pela conquista, pelas enfermidades, pela desintegração da economia nativa e pelas más condições de vida.[57] Seguindo a linha de raciocínio da conformação do espaço rural pela dinâmica da economia urbana e mineradora e percebendo que a depressão da economia colonial da Nova Espanha – ainda que causada por diferentes fatores como o declínio demográfico indígena e a falta de abastecimento do mercúrio – foi uma crise da economia mineira, se sublinha que "o longo período de depressão foi fator determinante na formação dos sistemas de propriedade de terra e de trabalho predominantes desde o século XVII e que persistiram até a Revolução de 1910." [58]

A integração entre as atividades econômicas desenvolvidas e sua influência sobre o campo e a cidade foi de fundamental importância para se conhecer a dinâmica das economias do México e do Brasil colonial. Pois, a princípio, não existiu a preponderância de uma das duas atividades econômicas sobre a outra e a principal relação econômica de determinação do período colonial foi a da produção voltada para o mercado externo, cuja pujança se manifestou nos meios metropolitanos. Esse aspecto determinou a organização das instituições coloniais, consolidando a exploração de uma riqueza útil à economia metropolitana e ao mercado europeu. O nuance fundamental foi o de que, na Nova Espanha, a mineração ocupou uma posição mais relevante na produção dos bens que compuseram a pauta de exportações, enquanto no Brasil, excluindo-se o século XVIII, dedicado à mineração aurífera, se consolidou, predominantemente, uma pauta de exportações de produtos agrícolas, extrativos vegetais ou pecuaristas.

[56] HERRERO, Pedro Pérez. *Op. Cit.* P 170-177.
[57] *Ibidem*. P. 216 e 217.
[58] *Ibidem*. P. 213.

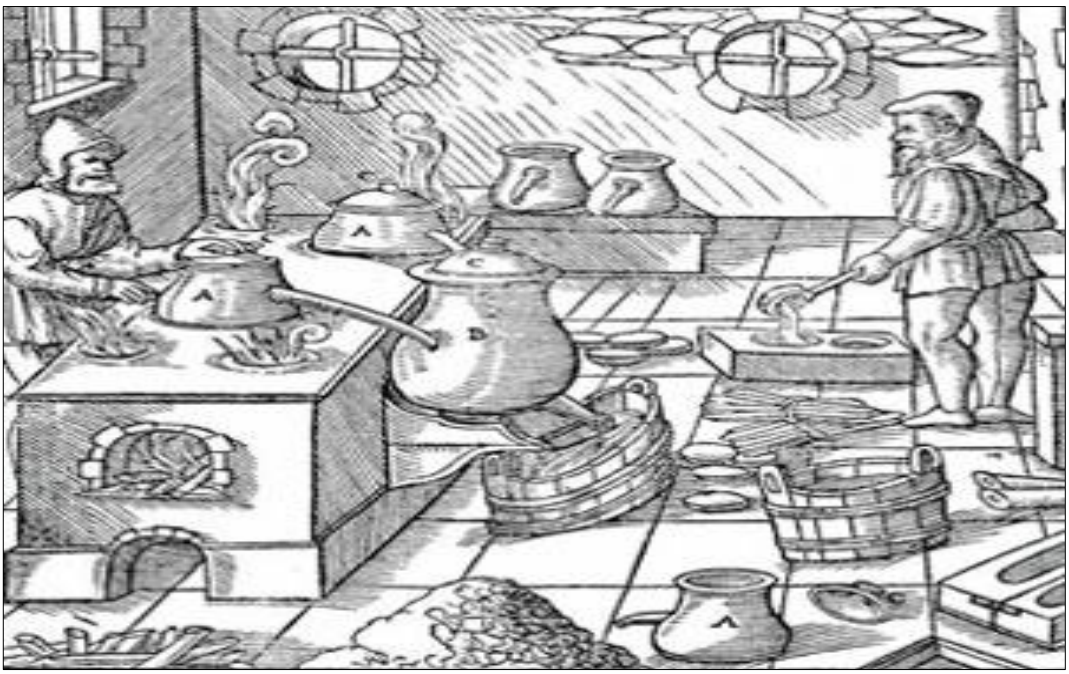
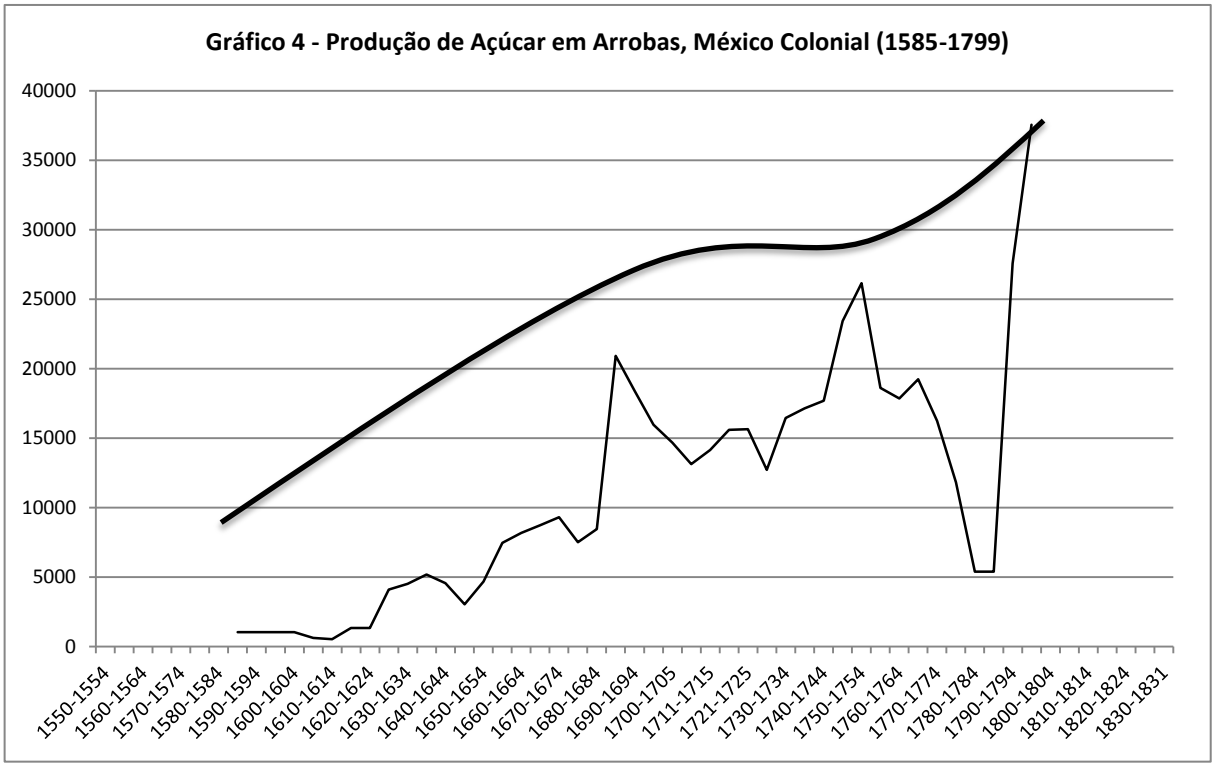


Ilustração 1 – Tratamento de minerais segundo "De Re Metallica", de Giorgio Agricola (1556). Os mineradores zacatecanos certamente conheciam o método, mas criaram a "técnica à seco" para a mineração da prata.
FONTE: Disponível em: http://www.parcodellozolfodellemarche.it/images/de-re-metallica-1.jpg Acessado em: 14 jan 2013. **V.** BAKEWELL, P. J. *Minería y sociedad en el México Colonial Zacatecas (1546-1700).* 1 reimp. México: FCE, 1984, pp. 195-197.

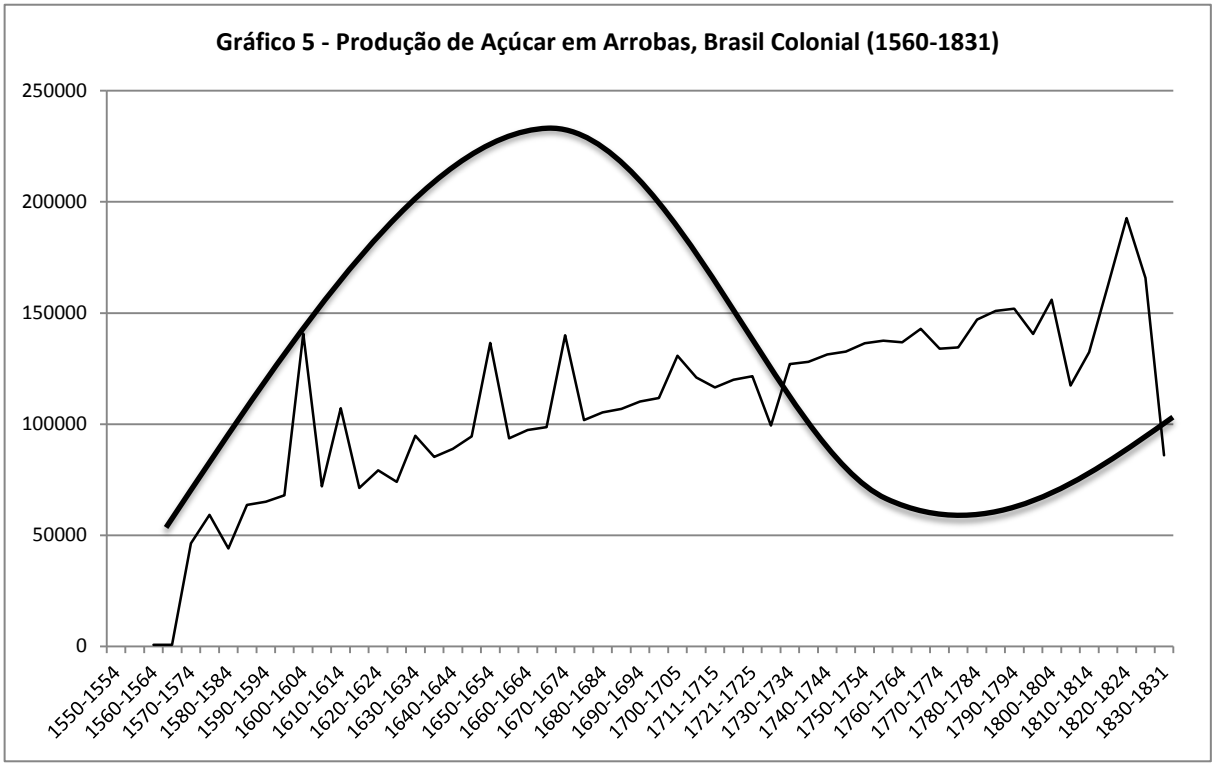
Apesar de comprovada a relação direta entre a mineração e a urbanização - não pela atividade em si, que era realizada nas áreas das jazidas naturais, mas pela riqueza gerada, que atraía a oferta de mercadorias e serviços -, se deve salientar que a mineração incrementou a cidade ao mesmo tempo em que configurou o campo ao seu redor. A organização econômica rural visando à riqueza e ao cosmopolitismo que se interagiam como expressões próprias da lei da oferta e da procura, nos centros urbanos, acabou por se constituir como fator de estímulo à diversificação produtiva e ao crescimento do mercado interno. A produção de metais permitia a formação de uma renda superior, com uma significativa margem de poupança agregada ao consumo; condição essa que proporcionava uma situação de equilíbrio aos proprietários de riquezas, ainda que provisório e sujeito à instabilidade, seja pelos gastos crescentes com produtos importados e a tributação excessiva, seja pela queda da produtividade e a diminuição da renda.

As características do relacionamento entre a descoberta de metais preciosos, a mineração, a urbanização e a configuração do espaço rural geraram uma espécie de movimento oscilatório na economia colonial. Por um lado, houve na ausência e em seguida às fases depressivas ou estagnadas da mineração, uma propensão ou um retorno à ocupação econômica rural, agrícola e pecuária, associada à produção voltada para o mercado externo.

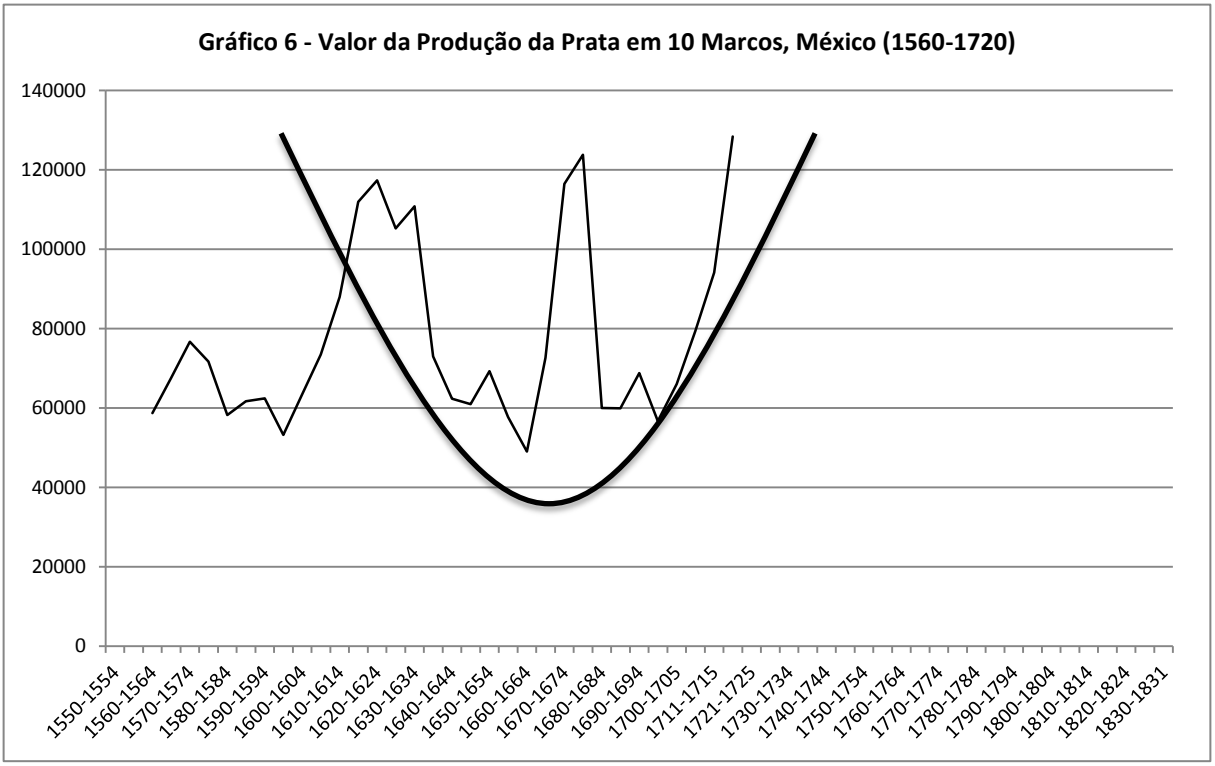
Por outro lado, durante os picos nas fases de expansão da mineração, se percebe um incremento da atividade econômica agrícola, mas associada ao surgimento ou recrudescimento do mercado interno. Essa condição subsidiária de oscilação dos ritmos de crescimento interno das colônias, que existiu durante os mais de três séculos de colonização, criou vagas para o predomínio rural durante as lacunas e crises das atividades mineradoras, que não foram exclusivamente motivadas por fatores endógenos, nem representaram, em termos absolutos, uma depressão econômica nas colônias; esta variação era um indicador vetorial da produção interna das colônias e determinou a organização das estruturas agrárias, na condição simbiótica ou na substitutiva, quando respectivamente, foi colocada frente aos picos ou aos vales, ao longo dos ciclos de extração de metais.



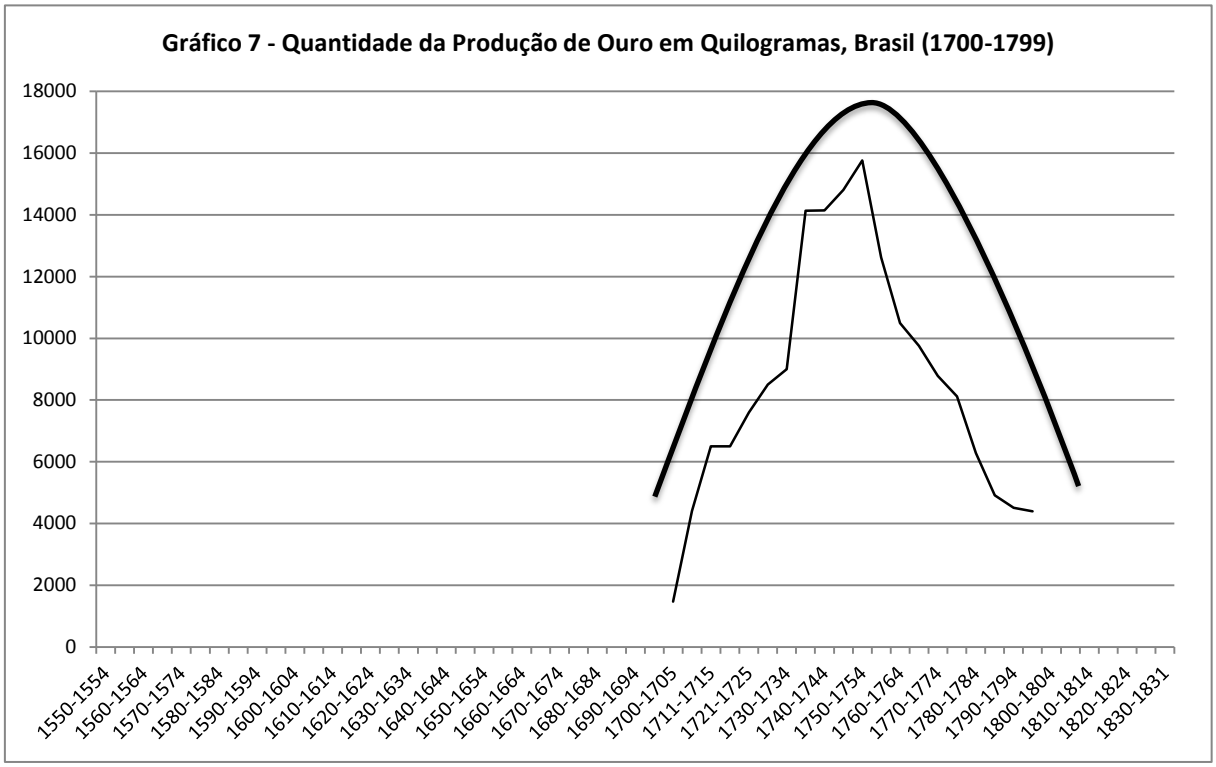
FONTE: (Adaptado de) *Cuadro 4* In: CRESPO, Horacio (Dir.) *Historia del Azúcar em México*. México, DF: FCE, 1988 (Sección de Obras de Historia, v. I).



FONTE: (Adaptado de) "Estudo relativo às quantidades e valores do açúcar exportado do Brasil entre 1535 e 1822". In: SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil (1500/1820)*. 8 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978 (Col. Brasiliana Grande Formato, v. 10). Entre p. 382 e 383.



FONTE: (Adaptado de) BAKEWELL, P. J. *Minería y sociedad en el México Colonial Zacatecas (1546-1700).* 1 reimp. México: FCE, 1984, pp. 335.



FONTE: (Adaptado de) PINTO, Virgílio Noya. *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português*. 2 ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979 (Brasiliana, 371), pp. 114, 218, 220, 222

Os gráficos buscam demonstrar as oscilações econômicas, ao longo do período colonial, por meio de curvas que foram sobrepostas às séries seculares da produção agrícola, baseada no açúcar, e da produção de metais, baseada na prata e no ouro. Os gráficos 4 e 5 mostram a produção do açúcar no México e no Brasil. No México, se assistiu a uma tendência de crescimento constante, correspondente à expansão da cultura do açúcar, ainda que suavemente amenizada na primeira metade do século XVIII, quando cessa a crise da mineração. A produção açucareira no Brasil chega ao ápice no século XVII, quando começa a decair, após 1650, cedendo lugar ao ouro, no século XVIII. Os gráficos 6 e 7 mostram a atividade mineradora nas suas formas mais expressivas. A prata em Zacatecas, marcando a depressão do século XVII e o ouro no Brasil, em Minas Gerais, principalmente, durante o século XVIII. Dessas curvas expostas nos quatro gráficos, destaca-se que: no início da colonização, o açúcar foi um produto muito mais importante para o Brasil do que para o México, onde a mineração da prata foi a riqueza mais relevante; o açúcar, no México, desenvolve-se no século XVII, século da depressão econômica resultante do declínio da mineração; a mineração no México antecede, em dois séculos, a mineração no Brasil. Esses

movimentos confirmam a necessária integração entre mineração e agricultura no período colonial e, consequentemente, a intensidade da urbanização decorrente dessas atividades.

Os gráficos 1, 2 e 6 indicam possivelmente que a economia mineradora mexicana teve uma ascensão no século XVI e uma queda no século XIX, tendo sido seu apogeu na virada dos dois séculos. Esses gráficos, cujos dados foram extraídos de fontes secundárias, publicadas nas obras em referência, são adaptações, no entanto, das fontes documentais primárias nas quais os respectivos autores se basearam. Ainda que com fontes diversas, elas corroboram as conclusões de Hamilton nos seus estudos sobre a revolução dos preços e a importação de ouro e prata realizadas pela Espanha, nesse período.

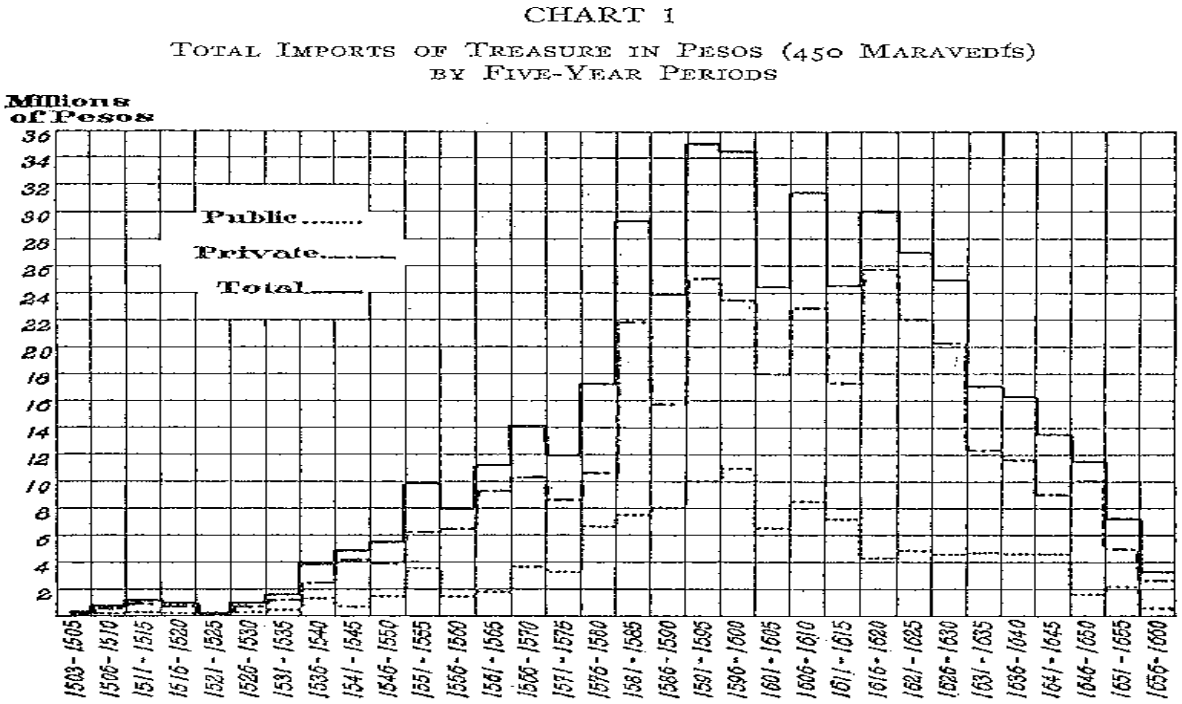


Ilustração 2 - Total da Importação de Metais Preciosos em Pesos.
FONTE: HAMILTON, Earl J. *American Treasure and the Price Revolution in Spain, 1501-1650*. Cambridge: Harvard University Press, 1934.

Na dinâmica da vida colonial ibero-americana são constatadas duas linhas gerais. Primeiro, na alta das atividades mineradoras, produção agrícola diversificada e voltada para o mercado interno. Segundo, retomada da produção agrícola monocultora e voltada para o mercado externo, na ausência ou baixa daquelas atividades. Essa compreensão é basilar na constituição da estrutura agrária mexicana e na brasileira, cujas existências são multisseculares, oferecendo um cenário histórico mais fidedigno para as colônias, que não pode, todavia, abarcar as muitas particularidades existentes nos dois processos, ímpares. Existiram exceções, como nos períodos de coexistência da mineração com a monocultura, ambas voltadas para a exportação ou quando a produção agrícola foi, predominantemente,

voltada para o abastecimento do mercado interno. Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se enfatizar o impacto dos fluxos de mercadorias produzidas nas colônias, do século XVI ao final do século XVIII: no México colonial, a proeminência da mineração e da urbanização como movimentos interdependentes, amenizados durante a estagnação do século XVII, caracterizou um mercado interno mais intenso; no Brasil colonial, a difícil ocupação territorial e a dispersão humana, além da concentração da atividade mineradora durante o século XVIII são fatores que geraram uma integração tardia e um mercado interno menos dinâmico.

Concluindo, houve diferenças singulares nas colônias tratadas, apesar de um matiz comum, a do modelo mercantilista de exploração colonial, baseado no monopólio das Metrópoles e na extração de metais preciosos ou de gêneros tropicais consumidos na Europa. No México, se constataram uma maior urbanização e integração com as zonas mineradoras, além de um século de estagnação econômica, o século XVII, características inexistentes no Brasil de então. Os dois grandes ciclos de mineração no México (1530-1640 e 1690-1800) são substituídos por um único apenas, no Brasil (1700-1790). Durante esses ciclos, o incremento da atividade econômica, como um todo, voltada para o abastecimento das zonas mineradoras, favoreceu um mercado interno incipiente, mais vigoroso no México que no Brasil, no entanto eles se constituíram mais de uma rede de integrações regionais de comércio local, do que de um mercado interno nacional integrado, propriamente dito. A oscilação econômica das atividades agrícolas, quando dinamizadas pela urbanização, por sua vez, sob influência da mineração, pendia, parcial ou totalmente, ora para a exportação, ora para o abastecimento interno. Essa primeira característica, dada a somatória de bens agrícolas, extrativos e minerais, configurou o aspecto principal das economias coloniais: a produção voltada para o mercado externo.

1.2. DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS DO SÉCULO XIX À VIRADA PARA O SÉCULO XX

No final do século XVIII, o México e o Brasil colonial demonstravam algum crescimento econômico, integração, urbanização e diversificação produtiva, na agricultura e na pecuária.

Em Nova Espanha, uma queda na rentabilidade da mineração promoveu a criação de áreas agrícolas, adjacentes aos centros mineradores. A cidade do México se comportava como centro consumidor e distribuidor de mercadorias; São Miguel Grande abastecia mercados longínquos de carnes, gordura e peles; Querétaro fornecia têxteis; Acámbaro e León se especializavam no tabaco; a região cerealífera do Baixio abastecia as zonas mineradoras, os centros urbanos e o mercado exterior. Apesar do crescimento vegetativo nas zonas rurais maior do que o das áreas urbanas, houve um crescimento urbano, devido ao aumento da emigração do campo para a cidade. Em várias regiões, de costa a costa, de norte ao sul, houve uma diversificação na produção de mercadorias para o abastecimento interno, como algodão, lã, arroz, sal, anil e vinho. Realizava-se o comércio, interno e externo, e algumas cidades, como Zacatecas, tornaram-se centros mineradores, agrícolas e industriais. A fronteira mineradora ampliou-se para o norte.[59] Não se chegou a criar um mercado colonial, mas "mercados locais regionais, conectados entre si por meio de um reduzido número de mercadorias comercializadas pelos comerciantes capitalinos, em complexos sistemas monopolistas".[60]

No Brasil colonial, o surgimento da mineração gerou consequências em toda a estrutura econômica da colônia, principalmente, em localidades que se especializaram em dar apoio às áreas mineradoras. As mulas que partiam de Sorocaba, junto com os tropeiros, se espalhavam por todo o Brasil. Além do transporte, o fornecimento de couro impulsionou a pecuária. Em 1772, a capitania do Piauí possuía 578 latifúndios de gado.[61] A integração econômica, ainda precária, percorreu os eixos que interligava a região mineira – núcleo dinamizador da economia – com o Sul, o Norte e o Nordeste do Brasil. Segundo Caio Prado Jr. e Heitor Marçal, no final do século XVIII, um esquema de integrações se delineou:

> (...) Marinha, Minas, Sertão, Metrópole-Costa da África. O fluxo das relações obedece à seguinte orientação de sentido: a região das Minas e do Sertão trocam ouro por gado. O Sertão remete gado-ouro para a Marinha e

[59] HERRERO, Pedro Pérez. *Op. Cit.*, 1992. P. 252-262.
[60] *Ibdem*. P. 262.
[61] *Ibdem*. P. 311.

> recebe manufaturas-escravos. As Minas enviam ouro-diamantes para a Marinha e recebem manufaturas-escravos. Ao nível da Marinha, via navegações de cabotagem, transitam gêneros agrícolas de subsistência, principalmente o charque. Gêneros tropicais ouro-diamantes são remetidos para a Metrópole e Costa d'África, que recompensa em escravos e manufaturas. Delineia-se claramente uma grande divisão: a Marinha e o Sertão.[62]

Além do núcleo mineiro, se constata um núcleo açucareiro, no Nordeste, ligado à pecuária extensiva do sertão. Essa pecuária não deixava de se interligar com o núcleo mineiro, através do rio São Francisco. A região sulina se integrava ao núcleo mineiro pelas tropas de muares e pela pecuária, que se estendia de São Paulo aos Pampas gaúchos, em São Pedro do Rio Grande. Na Bahia se produzia o tabaco e se extraía o Pau-Brasil e, em Pernambuco, a madeira para mobiliário e construção naval. Em ambas se produzia o açúcar da cana, principalmente. No Maranhão e no Grão-Pará, o cacau e o algodão.[63] O anil foi outra cultura trazida pela colonização européia que agregou às grandes lavouras monoculturas, tanto no México, quanto no Brasil.

A segunda metade do século XVIII também demonstrou o começo de alterações no sistema colonial ibérico. Dada a extrema necessidade que Espanha e Portugal tinham das riquezas coloniais, estagnando o crescimento econômico nacional próprio, essas metrópoles viram suas economias serem controladas por outras nações européias, notadamente, a Inglaterra. Sob influência do Iluminismo, as monarquias absolutistas européias almejavam um processo de modernização, através de um movimento que ficou conhecido por despotismo esclarecido, o qual provocou um conjunto de reformas nos Estados nacionais de então. Os aspectos reformistas de modernização econômica, que visavam ampliar os investimentos e maximizar a produtividade, impactaram na administração das colônias: a reforma bourbônica, no México colonial, e a reforma pombalina, no Brasil colonial. Apesar de aumentarem o dispêndio de ambas as metrópoles, o trato em relação à produção manufatureira ilustra, por exemplo, alguma discrepância existente entre as duas concepções reformistas que visavam aumentar o controle dos monarcas europeus sobre a riqueza produzida em suas colônias. Enquanto houve, no México, manufaturas dos mais diversos tipos, de padeiros e toucinheiros a impressores, têxteis, construtores e pedreiros, moinhos e tabacarias,[64] no Brasil, se proibiu as poucas manufaturas de funcionarem, principalmente as têxteis, para assegurar o mercado consumidor colonial para os produtos metropolitanos. No ano de 1796, mais de trezentos

[62] *Apud* ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial.* São Paulo: Ática, 1980 (Ensaios, 64). P. 122.
[63] *Ibdem*. P. 121-123.
[64] KICZA, John E. *Empresarios Coloniales. Familias y negocios en la ciudad de México durante los Borbones.* México, DF: FCE, 1986. P. 205-225.

produtos eram importados pelo Rio de Janeiro, principalmente tecidos. "(...) o soerguimento da economia lusa assentou sobre três planos: reativação da agricultura comercial americana, intensificação do tráfico africano e fomento industrial na metrópole." [65] Em ambas as reforma, bourbônica e pombalina, se delimitou um período tardio da colonização, sendo elas sintomáticas de um processo inexorável: o fim do Antigo Regime, no qual se inseria o sistema colonial.

O período em questão, correspondente ao movimento colonizador dos séculos XVI, XVII e XVIII, característico da expansão européia pelo mundo e, especificamente, sobre o México e o Brasil colonial, que adveio da expansão marítima e comercial, alcançava o seu fim, no século XIX. Tendo sido interveniente no plano econômico - tanto na circulação, quanto na produção de mercadorias, produzidas para o mercado europeu -, a colonização se constituiu em um sistema promovido pela burguesia mercantil e, portanto, promotor de parcelas da acumulação originária de capital. Esse sistema colonial, apesar de ter desenvolvido e se desenvolver ele próprio pelas classes burguesas metropolitanas, esteve voltado para o fortalecimento do Estado e, dessa forma, foi controlado pelo poder monárquico, centralizador e absolutista.

O sistema colonial entrou em crise já no início do século XIX. As várias contradições internas se manifestaram e tiraram o equilíbrio do funcionamento do próprio sistema. Ao procurar maior extração de riqueza para se enviar para a Europa, por meio do aumento da produtividade nas colônias, os Estados europeus acabaram gerando alguma expansão econômica nestas, com várias consequências, como a urbanização, a infraestrutura de transportes, o crescimento do mercado interno, a diversificação produtiva e a formação de uma elite autóctone. O desenvolvimento desses fatores convergira para a ampliação das contradições internas do sistema colonial, seja no aumento da oposição entre as colônias e as metrópoles, seja na oposição de interesses entre a burguesia mercantil e o Estado absolutista. Além disso, com o advento da mecanização da indústria, através da Revolução Industrial, se agudizou a crise do sistema, pois "todo o conjunto começa a se comprometer porque o capitalismo industrial não se acomoda nem com as barreiras do regime de exclusivo colonial nem com o regime escravista de trabalho".[66]

---

[65] *In:* RIBEIRO JR., José. *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro.* 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2004. P. 204. A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, existente entre 1759 e 1780, foi uma companhia de comércio pombalina, de cunho mercantilista, criada para explorar o potencial econômico do nordeste do Brasil, o qual continuava sendo visto como uma rica colônia, fornecedor de gêneros agrícolas e consumidor de escravos e manufaturas portuguesas.

[66] NOVAIS, Fernando. As Dimensões da Independência. *In*: MOTA, Carlos Guilherme. *1822 Dimensões*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1986 (Col. Debates, 67). P. 23.

O processo da Revolução Industrial havia sido provocado na Europa e passou a entrar em choque com o exclusivo metropolitano e com o regime escravista, sendo que a própria intervenção do Estado nos assuntos econômicos tornou-se objeto de revisão; o capitalismo comercial começou a ceder espaço para o capitalismo industrial.[67] Nesse momento de crise do Antigo Regime e do sistema colonial, o panorama da economia mundial era, entretanto, de prosperidade.[68] No Brasil, o panorama econômico entre os anos de 1780 e 1830 demonstrava um novo dinamismo no crepúsculo do regime colonial:

> Em 1760, tínhamos 5 milhões de libras esterlinas concentradas nas mãos dos grandes produtores do açúcar e dos exploradores do metal precioso e, na sua maior parte, remetido para o exterior. Em 1800, a renda monetária é menor, mas resultante da exportação de uma grande variedade de produtos, dentre os quais, o outrora hegemônico açúcar, não representava mais do que 35% da pauta de exportação, enquanto o ouro se reduzia a pó. Além do açúcar e do algodão, com 24% das exportações, uma grande variedade de outros produtos recentemente entrados na pauta de exportação, cujo número se elevava a mais de 120, explicam a intensificação da circulação monetária interna, a distribuição mais intensa da renda *per capita* (...).
>
> Revela-se uma economia viva, pela heterogeneidade das relações de trabalho que se delineiam nos vários recantos do país; pela disparidade dos preços da produção interna de produtos similares, mesmo em regime de monopólio metropolitano; pela forte ação do contrabando nos portos brasileiros nos anos anteriores a 1808, que pela manutenção dos índices de exportação e forte retração das importações, expõe o escancaramento dos portos e, portanto, a inapelável destruição do regime de exclusivo mesmo antes da transferência da família real. Evidencia-se, por outro lado, a ação de colonos buscando seu próprio caminho, nas malhas do sistema colonial. Reversamente, vemos a colônia importando uma enorme variedade de produtos industrializados que Portugal adquire nas demais nações estrangeiras (...). Isto revela uma colônia cujo potencial de consumo cresce, mesmo com a redução global do volume das exportações, considerando-se o ano de 1760 como marco.[69]

Nesse contexto, dois aspectos merecem ser sublinhados para a compreensão da transformação do regime econômico colonial, durante o século XIX, após a emancipação política das colônias: a transição ideológica do mercantilismo para o liberalismo, concomitantemente à afirmação do capitalismo industrial e da orientação exportadora das ex-colônias, que foi produto dos dois primeiros séculos do colonialismo espanhol [70] e lusitano na América, mas que se adequava às novas exigências do comércio internacional.

O chamado "liberalismo do século XVIII" ou "liberalismo britânico", conformado através de "mudanças de longa duração na filosofia, na religião, na ciência e na lei,

---

[67] NOVAIS, Fernando A. As Dimensões da Independência. *In*: MOTA, Carlos Guilherme. *1822 Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986 (Debates, 67). P. 23 e 26.
[68] Cf. ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Op. Cit.*, 1980. P. 331.
[69] *Ibdem*. O Elo Perdido: a economia brasileira entre 1780 e 1830. In: REVISTA USP. P. 98.
[70] STANLEY, J. S. e STEIN B. *A Herança Colonial na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. P. 29-35. *In*: PINSKY, Jaime *et al. Op. Cit.*, 1991. P. 44.

culminando, no século XVIII, em secularismo, racionalismo e individualismo econômico" [71], foi a ideologia que confrontou e derrubou o edifício intelectual projetado pelo Antigo Regime, que se encontrava em crise nesse século. Ainda que movidas por matrizes diversas do Iluminismo e voltadas para a modernização do Estado, aquelas reformas absolutistas do século XVIII - bourbônica e pombalina - não se conformaram em núcleos propagadores do pensamento liberal nas colônias. Pelo contrário, elas possuíram uma concepção política do Estado centralizador e uma concepção econômica do Estado interventor, muito diferente da escola liberal inglesa, do *laissez-faire, laissez-passer* e do livre cambismo. A doutrina liberal foi posta em prática, fora da Europa, por propagandistas da livre empresa e por estadistas receptivos às idéias da economia do livre mercado, cujos princípios foram desenvolvidos por Adam Smith, em "A Riqueza das Nações". A ascensão econômica individual permitiu maior mobilidade social. Apesar de ter exercido grande influência na transformação das ex-colônias ibero-americanas, no século XIX, o liberalismo se confrontou com as outras ideologias em voga, o mercantilismo cameralista[72] ou colbertista[73] e o positivismo,[74] e se mostrou mais com um conteúdo político do que econômico, encetando disputas de poder após as independências. Esse prospecto ideológico caracterizou a possível influência de quatro grandes vertentes nas ex-colônias, durante o século XIX: a ação modernizadora do Estado, resquício do Antigo Regime; o legado dos privilégios das classes dominantes coloniais, propalado pelos

---

[71] HARTWELL, R. M. The Causes of the Industrial Revolution. An essay in methodology. The Economic History Review, Second Series, vol. 18(1), August, 1965, p. 167-168, *In*: HARTWELL, R. M. - The Causes of Industrial Revolution in England. London: Methuen, 1972, p. 53-80, *Apud* ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A Grande Revolução Inglesa 1640-1780*. São Paulo: Hucitec, 1996 (Teses, 1). P. 32.

[72] A expressão foi cunhada para expor dois modelos político-econômicos em choque no século XIX: os princípios econômicos liberais britânicos, da liberdade econômica, e os princípios da economia nacional institucionalizada, de inspiração leibniziana, também chamado de sistema americano, pois foi implantado nos Estados Unidos após a independência, por George Washington, Benjamin Franklin e Alexander Hamilton. "O sistema americano de economia política se baseia fundamentalmente na instituição daquelas políticas que geram um contínuo crescimento da economia nacional, sustentado em incessantes avanços científicos e tecnológicos. (...) O processo são de formação de capital (...) se controla por meio de políticas dirigistas estatais na área das finanças, do crédito, dos impostos, das patentes e da educação e do bem-estar social". Este conceito teria sido fundado pelos revolucionários norte-americanos para se distinguir do sistema britânico de economia política, de Adam Smith e David Ricardo. Cf. MEDINA, Luis Ernesto Vásquez. *El Mercantilismo Mexicano Versus el Liberalismo Inglês.* Essa oposição também é citada por Celso Furtado, mas com outro teor: "A diferença fundamental que existe entre os pontos de vista do visconde de Cairu - seguramente o representante mais lúcido da intelligentsia da classe agrícola colonial - e do visconde de Strangford é que neste último persistiam ranços mercantilistas, enquanto o brasileiro refletia melhor as ideias que prevaleceriam na Inglaterra nos anos subsequentes" *In*: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Ed. Comemorativa 50 anos. São Paulo: Cia das Letras, 2009. P. 159.

[73] No Brasil, o modelo colbertista de estímulo à industrialização, configurado em fábricas nacionais dirigidas por particulares sob a tutela do Estado, pôde ser expresso pelos Alvarás de D. João VI, em 1º de abril de 1808 e 28 de abril de 1809, respectivamente. V. ELLIS, Myriam. A Mineração no Brasil no Século XIX. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico. Declínio e Queda do Império.* 6 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Bertrand Brasil; Difel, 1987 (História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, Volume 4). P. 30 e 31.

[74] Trata-se da relação entre os liberais e os chamados científicos; no México, estes últimos estão identificados com alguns círculos da ditadura de Porfirio Díaz e, no Brasil, com os militares republicanos.

conservadores, corporificado no agrarismo; o liberalismo do século XVIII, forçado pela Inglaterra e impulsionado pela nova força econômica da livre empresa individual e do livre mercado; e o positivismo, ao final do século XIX, de cunho filosófico, racionalista e progressista, que atingiu setores das elites dirigentes.[75]

[75] Sobre a influência do liberalismo no século XIX há uma variedade de debates esparsos em diferentes obras. Para o liberalismo no México, recomenda-se a leitura de diferentes passagens de GUERRA, François-Xavier. *México: del Antiguo Régimen a la Revolución*. 2 ed. México: FCE, 1991(V.I). Para o liberalismo no Brasil, ver o capítulo 3, de COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 8 ed. rev. e amp. 2 reimp. São Paulo: Unesp, 2007.

1.2.1. Um Marco Cronológico no Contexto do Liberalismo: as Leis de 1850, 1856 e 1859

As idéias liberais afetaram o México e o Brasil no quadro das independências. Em 1810, o México se tornou uma República e, em 1822, o Brasil adotava a Monarquia Constitucional. Cada uma das duas formas de governo adotadas já demonstrava, por si mesmas, as influências de reação contra o Antigo Regime, cuja forma privativa de governo era a monarquia absoluta. As estratégias de organização das forças políticas pós-independência abarcaram tendências distintas ou, até mesmo, opostas. Foi possível, contudo, que o arranjo de poder estivesse sempre com as classes dominantes, ainda que estas se alterassem nele, pois as classes populares e exploradas não possuíam representação nas ideologias em voga, mesmo participando de vários movimentos políticos daquele século. Não obstante a efervescência de ideologias, ideais, movimentos intelectuais e agitações diversas que, consecutivamente, apareceram à época, a influência mais hegemônica, concorrente à afirmação do sistema capitalista e ao advento da Revolução Industrial, foi a do liberalismo.

O panorama genérico e comum de disputa entre liberais e conservadores assumiu características bastante peculiares. Com os fatos particularizados, as contradições se mostravam cada vez maiores e as fronteiras ideológicas, não raras vezes, se dissiparam frente aos interesses de grupos locais e disputas circunstanciais. Enquanto, no México, os liberais conquistaram e mantiveram o poder com o uso legítimo da força do Estado, frente os conservadores, no Brasil, foram os liberais os sediciosos que mais vezes buscaram espaço no poder, legitimamente conquistado pelos conservadores, que mais tempo governaram ao lado do monarca. A chamada Reforma Liberal, no México, entre os anos de 1856 e 1876, foi o apogeu da luta dos liberais mexicanos por um projeto de modernização fixado na república federalista e na divisão dos poderes, projeto que, no Brasil, foi compartilhado pelas numerosas revoltas contra o poder centralizador, seja na monarquia de Dom Pedro I ou na de Dom Pedro II, seja, entrementes, no período das Regências. Os liberais mexicanos que ascenderam ao poder por um golpe de Estado, em 1855, seguiram aos anos de caudilhismo, de dezenas de governos diferentes, nas primeiras décadas após a independência e sobrevieram à guerra civil de 1857-1860 e à intervenção francesa pelo arquiduque Maximiliano, logo em seguida e até 1867, para, finalmente, em meio a sobressaltos, cederem ao regime ditatorial de Porfírio Díaz. Os liberais brasileiros dissidiam entre eles mesmos: os mais moderados estiveram presentes nos cenários políticos, desde a independência do Brasil, mas os radicais se ocupavam com um programa político divergente daquele defendido nos centros do poder e

optaram pelos diversos movimentos facciosos das décadas de 1820, 1830 e 1840, sem, entretanto, alçarem o poder por meio destes; os primeiros, quando fizeram se representar, fôra de maneira compartilhada com os conservadores, tanto nas vinte legislaturas da monarquia constitucional representativa, posteriormente à Constituinte e em seguida ao ano de 1826, quanto nos gabinetes ministeriais, depois de 1844, durante a Conciliação, entre 1852 e 1858 etc., *ipso facto*, interrompidos pela proclamação da República, de cunho militar, em 1889; os segundos, combalidos por mais dissidências, foram sempre alvo da repressão exemplar, ora violenta, ora permissiva. No México, a luta contra o conservadorismo se revestiu de um combate contra a interferência da Igreja Católica nos assuntos do Estado, que culminou com a Lei de 1859, que nacionalizou todos os bens da Igreja. No Brasil, a Constituição de 1824, em seu Artigo 5º, declarava a religião Católica Apostólica Romana, a religião oficial do Império, situação que só foi alterada na Constituição de 1891 (§7º, Artigo 72).[76]

De uma maneira geral, México e Brasil sofreram o forte impacto do liberalismo em expansão, mas ambos se encontravam em realidades totalmente diferenciadas. As disparidades do período colonial permanecem, até mesmo, naquela forma de oposições. Por exemplo, a República e o abolicionismo que, no México, aconteceram no início do século XIX, no Brasil, somente se manifestaram no final desse mesmo século. Assim como para compreender as relações entre positivismo e liberalismo, no Porfiriato e dentre os militares brasileiros da Primeira República, um necessário aprofundamento e um nível de detalhamento tornaria tais elementos humanos inconfundíveis, mesmo que entre todos eles houvesse semelhante transpassar dos campos ideológicos.

Para se criar, então, um raciocínio que permita entrever o traço definidor da transformação principal deste século XIX, convergindo as diversas forças de atuação na mudança da estrutura econômica, é fundamental relacionar a superação da conturbada conjuntura de meados do século com a hegemonia da ideologia liberal nos idos da década de 1850 - como a força afirmativa das relações capitalistas de produção - na forma de economia de livre mercado e de liberação dos meios de produção, entre os quais, se destacava a terra.

---

[76] Sobre liberalismo e conservadorismo, no México, v. KNOWLTON, Robert J. *Los Bienes del Clero y La Reforma Mexicana, 1856-1910.* México, DF: FCE, 1985 e BUSTOS, Rodolfo Bórquez (Org.) *Revolução Mexicana: Antecedentes, Desenvolvimento e Consequências.* São Paulo: Expressão Popular, 2008. No Brasil, v. IGLÉSIAS, Francisco. Capítulo I. Vida Política 1848/1868. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico. Reações e Transações.* 6 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Bertrand Brasil; Difel, 1987 (História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, Volume 3). P. 9-114; COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República. Momentos Decisivos.* 8 ed. rev. amp. 2 reimp. São Paulo: Unesp, 2007; LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da Agricultura Brasileira. Combates e Controvérsias.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

No caso específico da legislação sobre a liberalização da propriedade da terra, o primeiro exemplo ocorre no Brasil:

> A Lei de Terras decretada no Brasil em 1850 proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terras mediante posses e mediante doações da Coroa. Tanto os que obtiveram propriedades ilegalmente, por meio da ocupação, nos anos precedentes à lei, como os que receberam doações, mas nunca preencheram as exigências para a legitimização de suas propriedades puderam registrá-las e validar seus títulos após demarcar seus limites e pagar as taxas - isso se tivessem realmente ocupado e explorado a terra. O tamanho das "posses" (terra adquirida por meio da ocupação) foi limitado pela lei: elas não podiam ser maiores do que a maior doação feita no distrito em que se localizavam. Os produtos das vendas das terras públicas e das taxas de registro das propriedades seriam empregados exclusivamente para a demarcação das terras públicas e para a "importação de colonos livres". Criou-se um serviço burocrático encarregado de controlar a terra pública e de promover a colonização: a Repartição Geral das Terras Públicas.[77]

Seis anos mais tarde, proposta legislativa semelhante entrava em vigor no México:

> A primeira grande lei sobre propriedades, a Lei de Desamortizações, de 25 de junho de 1856, obrigava as corporações, civis e eclesiásticas, a disporem de seus bens de raiz, mas lhes permitia conservar as rendas da propriedade em forma de hipotecas. A segunda grande lei, no mais intenso da guerra de Reforma, em 1859, nacionalizou todos os bens da Igreja e enfocou, principalmente, no capital investido em bens de raízes.
>
> A razão dada pelo governo à primeira lei foi basicamente econômica; acreditou que os bens de "mãos mortas" se deterioravam em detrimento da prosperidade econômica, de modo que a desamortização promoveria o progresso econômico e fomentaria a democracia, criando um grande organismo de proprietários de "classe média".[78]

Apesar das diferenças de conteúdo, do caráter político das leis e dos seus agentes de fomento, o que se propunha era a disponibilização da terra enquanto meio de produção econômico, fato que traria a liberação da força de trabalho, consubstanciada no incentivo à migração estrangeira por intermédio das leis de colonização e suas respectivas instituições. As leis de colonização no México foram expedidas em 31 de maio de 1875 e em 15 de dezembro de 1883, já durante o Porfiriato, com o intuito de fomentar a colonização e distribuir grandes extensões de terras nacionais para particulares.[79] No Brasil, a questão da colonização acompanhou a da disposição das terras devolutas, via criação de associações subvencionadas e facilitação de contratos com companhias colonizadoras européias, que facilitavam a vinda do imigrante para o país.

---

[77] *In*: COSTA, Emília Viotti da. *Op. Cit.* 2007. P. 173.
[78] *In*: KNOWLTON, Robert J. *Op. Cit.* P. 9.
[79] Cf. ZAVALA, Silvio. *Apuntes de Historia Nacional 1808-1974.* 5 ed. 7 reimp. México, DF: FCE, El Colegio Nacional, 2005. P. 126-128.

1.2.2. A Formação do Modelo de Exploração Capitalista: Primário e Exportador

Romperam-se os vínculos políticos formais entre as ex-colônias e suas ex-Metrópoles, todavia as estruturas econômicas não conseguiram se modificar na mesma velocidade, nem poderiam, após mais de três séculos de exploração colonial. Tanto a economia mexicana, quanto a brasileira, eram ambas forçosamente dependentes do setor de exportação. É fato de que o tipo de interação entre as diferentes atividades econômicas, o grau de urbanização e a articulação do mercado interno proporcionou variações na organização produtiva dos dois países, na implantação das infra-estruturas, na especialização da pauta de exportações e nas prioridades e origens dos investimentos. Mas as alterações ocorridas não significaram, para qualquer um desses novos Estados independentes, autonomia plena e economicamente, pelo contrário.

Por um lado, a nova condição econômica era herdeira da posição inerente da economia colonial frente à constituição do modo de produção capitalista e, por outro lado, ela buscava se reorganizar em outras bases, para ocupar um espaço mais definitivo neste capitalismo que se constituía. As formas de produção e circulação capitalista se inseriram nas muito recentes ex-organizações econômicas coloniais, pressionando a transformação, pela simples aniquilação daquelas relações produtivas que existiam anteriormente, em diferentes níveis, da força de trabalho à propriedade dos meios de produção, dos laços sociais tradicionais à condição tecnológica geral. Alguns dos vestígios das relações econômicas passadas ainda subsistiram ou resistiram, entretanto.

Na primeira metade do século XIX, as duas economias em tela, ainda que diversificadas e em produtividade, sofreram um processo recessivo. No México, um ritmo econômico lento promoveu uma ou outra possibilidade de lucro, por intermédio do comércio, da especulação e da aplicação imobiliária não produtiva. O período entre 1810 e 1870 é uma fase depressiva da agricultura, grande parte em decorrência da guerra de independência, da instabilidade política, de revoltas camponesas e de outros distúrbios do período. A mineração exigia investimentos altos e o retorno nem sempre era compensatório. Muitas debilidades afetavam a vida econômica mexicana até meados do século, com pouco investimento na produção. Havia contrabando, um sistema financeiro fraco e escassez de moeda circulante metálica, que era substituída por todo outro tipo de meios de troca: bônus da dívida pública, do tabaco e das alfândegas marítimas, letras de câmbio com vários endossos, terras, casas, mercadorias; os empréstimos eram feitos por casas comerciais ou grandes proprietários de

terras. A fragilidade econômica do Estado permitia especulações com a dívida pública e o controle por grandes comerciantes das obras e serviços públicos, que resultavam em privilégios de interesses especulativos, pessoais ou de grupos, nacionais ou estrangeiros.

A economia brasileira, na mesma época, sofria de problemas semelhantes, mas organizava-se diferentemente. O pequeno grau de realização vivenciado pelo comércio no mercado interno mexicano, com o surgimento de uma classe de grupos privilegiados muitos dos quais submetidos a interesses estrangeiros, foi praticamente inexistente no Brasil, que dependia, exclusivamente, do setor exportador, movido por grandes fazendeiros escravistas. É importante salientar que o chamado mercado interno brasileiro, durante o período colonial e ao longo do século XIX, se constituía pelo abastecimento de gêneros de primeira necessidade, principalmente, alimentos, excedentes econômicos produzidos em pequena escala, na grande maioria das vezes, sujeitos às oscilações dos produtos principais. O declínio da mineração do ouro e dos cultivos do açúcar e do algodão, importantes produtos de exportação brasileiros, acarretou graves dificuldades econômicas e, consequentemente, conturbações sociais. A proibição de manufaturas na colônia gerou uma maior dependência com a importação de manufaturados e os acordos de 1810 com a Inglaterra criaram um novo regime de monopólio, diretamente para os comerciantes britânicos, sem o entreposto lusitano. A pequena margem de lucro ficava inviabilizada para os comerciantes regionais, portanto. A fragilidade financeira do Estado foi agravada pelos acordos vantajosos com os ingleses, pois impedida a tributação na importação, ficava sobretaxada a exportação, acentuando ainda mais a crise agrícola. A falta de meios circulantes foi compensada pela constante emissão de papel-moeda, por sua vez, compensada pela contínua elevação da taxa cambial e a supervalorização da libra esterlina. Os interesses ingleses conflitavam com os das classes econômicas dominantes do Brasil dos grandes proprietários rurais escravistas.

Somente na segunda metade do século XIX se esboçaram os primeiros sinais de recuperação econômica. No México, o período de transição esteve relacionado à chamada República Restaurada, entre 1867 e 1876, com o crédito e a atividade empresarial em suspensão. Já a retomada definitiva dos investimentos produtivos, do ressurgimento do sistema bancário, da valorização das terras, da circulação monetária e do afluxo de capitais estrangeiros em larga escala esteve associada ao regime de Porfirio Díaz.[80] O porfirismo foi responsável por trinta anos de um crescimento econômico que só seria abatido pela crise conjuntural internacional de 1907-1910 e cuja longevidade se deveu ao intervencionismo

[80] CARDOSO, Ciro Flamarión S. (Coord.) *Formación y Desarrollo de La Burguesía en México Siglo XIX*. México: Siglo XXI, 1978. P. 20 e 21.

estatal, empenhado em criar os agentes econômicos, mas não em dirigi-los. Em detrimento dos profundos problemas sociais, se desencadeou uma forte ação na sociedade tradicional e nas competências da Administração Pública:

> Progressivamente, o governo federal concentra em suas mãos tudo o que se refere ao desenvolvimento da economia. Não só continua e acelera a construção das estradas de ferro, dos portos e do telégrafo e a concessão das terras incultas, mas acrescenta à sua jurisdição a legislação mineira, bancária e de águas e se reserva à exclusividade de contrair empréstimos no estrangeiro.[81]

A função do Estado, como interventor, foi a de estimular a livre economia, rompendo com a estagnação anterior e proporcionando melhores condições para os agentes econômicos particulares:

> Em todos estes campos o Estado justifica sua intervenção pela necessidade de quitar os obstáculos que impedem a prosperidade do país e pelo desejo de alcançar os países mais avançados. Os governadores porfiristas são, tanto pela sua doutrina como pela sua admiração pela Europa e os Estados Unidos, liberais convencidos. Por consequência, as leis que publicam nestes diferentes âmbitos estão marcadas com as leis do liberalismo econômico: estabelecer uma propriedade plena, facilitar a circulação dos bens, dos capitais e dos homens, suprimir os monopólios e os privilégios, estabelecer a liberdade de mercado. Em uma palavra, o Estado não deve intervir no livre jogo dos atores econômicos, mas criar as condições deste jogo.[82]

Por exemplo, o principal setor exportador do México durante séculos, a mineração, passou do monopólio estatal para a exploração por particulares:

> O setor mineiro, essencial, pois tem sempre sido o motor do México, é porquanto o setor que proporciona a maioria das exportações. As principais leis mineiras abolem as leis que datam do período colonial e que reservavam ao Estado a propriedade eminente das minas. Desde 1884, o código das minas e suas modificações de 1886 e 1887 permitem aos mexicanos, e depois aos estrangeiros, aquisições ilimitadas; finalmente, a lei de 6 de junho de 1892 institui a propriedade perpétua e irrevogável das concessões mineiras.[83]

O Brasil não contou com um período tão pronunciado de política econômica. Tampouco houve momento de intervencionismo estatal, fora o colbertismo de D. João VI, que não fôra concebido para estimular o livre jogo dos agentes econômicos, pois continha mais traços mercantilistas do que liberais. Com a expiração dos tratados comerciais estrangeiros em 1844, a tentativa de apoio à industrialização, notadamente a têxtil, inaugurada pela tarifa Alves Branco, de cunho protecionista, não foi suficiente para deslocar o agrarismo da posição

---

[81] GUERRA, François-Xavier. *México. Del Antiguo Régimen a la Revolución.* 2 ed. México: FCE, 1991 (Tomo I). P. 306.
[82] *Ibdem*. P. 306 e 307.
[83] *Ibdem*. P. 307.

econômica dominante.[84] Desde a Maioridade do Imperador Pedro II, o país esteve envolto em disputas entre liberais e conservadores, cujos projetos que mais se refletiam na política alfandegária, nem mesmo tinham suas diferenças apontadas nitidamente. Por exemplo, após a Guerra do Paraguai, com o objetivo de aliviar gêneros alimentícios e matérias-primas, a tarifa Rio Branco, de 1874, inaugurou "um liberalismo moderado que não contentou os liberais e alienou os conservadores; que não satisfez nem à lavoura nem à indústria." [85]

Essa dicotomia encerrou a política econômica nacional de pelo menos quatro décadas e o poder que a implantava, quando analisado em seus pormenores, se submetia a uma condição ainda mais oligárquica, evidenciada na disputa entre a família Luzia e a família Saquarema.[86] A maior transformação que o país assistiu foi resultante da crise que afetou sua classe dirigente, política e moralmente, conquanto derivasse das relações econômicas obsoletas que as sustentavam, se direcionando ao fim do regime escravista e monárquico. Dessa forma, se completou a expressão do liberalismo no Brasil, extinguindo a principal força produtiva até então, para dar início ao que seria o autêntico mercado consumidor interno brasileiro, com suas forças expandidas, assalariadas, sob a República. Além disso, as demais transformações do século XIX foram fruto de investimentos externos, ingleses, na infra-estrutura e no sistema financeiro, por meio de empréstimos. Celso Furtado cita dois sistemas que dinamizaram a economia da segunda metade desse século: o eixo Maranhão até Sergipe – produtor de açúcar e algodão – e o eixo sulino, fornecedor de charque e erva-mate.[87] A economia brasileira criou um vínculo muito forte com a exportação de produtos agrícolas e a importação de produtos manufaturados, portanto seu desenvolvimento na segunda metade do século XIX se deu graças à manutenção desse sistema integrado, agregado por uma nova força econômica, a do cultivo do café.

O panorama econômico geral é de um quadro recessivo na primeira metade do século XIX e de retomada do crescimento na segunda metade. No México, o gráfico 8 demonstra um aumento do valor total das exportações, a partir de meados do século e, efetivamente, após a década de 1870, provavelmente resultado do retorno em investimentos produtivos que não vinham sendo realizados. O gráfico 9 mostra que as atividades ligadas à mineração continuaram sendo economicamente mais importantes do que as agrícolas, o que remete à continuidade da tradição econômico-exploratória colonialista, sem que por isso as atividades

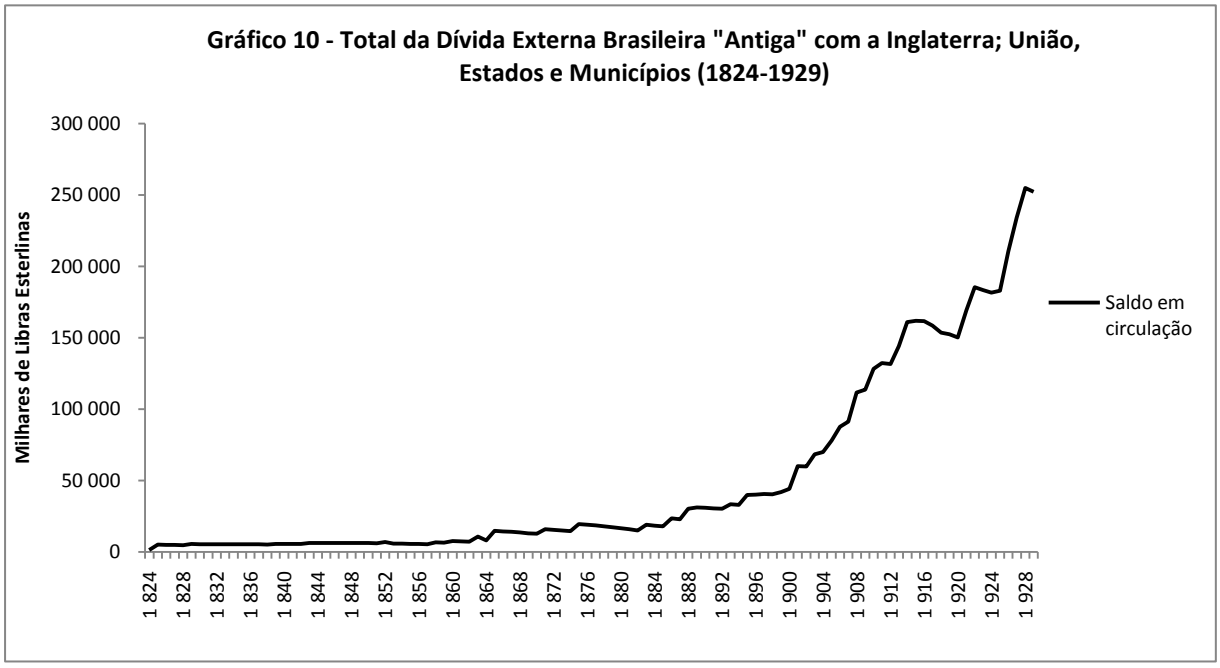
[84] ELLIS, Myriam. *Op. Cit.* P. 35-37.
[85] *Ibidem*. P. 38.
[86] V. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Access, 1994.
[87] FURTADO, Celso. 2009. *Op. Cit.* P. 216.

agrícolas perdessem alguma importância, pelo contrário, houvera nelas um incremento, provável fruto da consolidação do modelo produtivo baseado na grande propriedade rural privada.

FONTE: Valor del comercio exterior, años seleccionados de 1519 a 2008. Cuadro 16.1. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

FONTE: Exportaciones según grupos de productos, años seleccionados de 1821 a 1910. Cuadro 16.8. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

O Brasil, após o fim do monopólio lusitano ou pacto colonial, continuou mantendo sua base econômica assentada na exportação de produtos agrícolas, evidenciando a supremacia dessas atividades sobre as poucas iniciativas de industrialização nacionais, que, ainda, foram prejudicadas pelos acordos de 1810. O direcionamento massivo da economia voltado para a agroexportação teve como contrapartida a necessidade contínua de importação de bens manufaturados e outros passivos externos, como empréstimos no exterior que foram direcionados para investimentos no país. Essa dependência do capital estrangeiro pode ser assimilada de acordo com o aumento progressivo dos saldos das dívidas brasileiras adquiridas com a Inglaterra, mostradas no gráfico10.



FONTE: Endividamento Externo, Dívida Velha, em Libras — 1824-1950. Tabela 16. *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM.

Apesar da aparente prosperidade, a condição econômica do final do século XIX e do início do século XX ainda não configurava a ruptura total com a herança colonial. As metrópoles do México e do Brasil não existiam mais, todavia o capital norte-americano e o inglês exerciam poderoso domínio econômico, respectivamente, entre outros capitais industriais e financeiros da Europa. Com alguma diferença de grau e de natureza, as duas economias constituíam as suas principais fontes de riquezas em produtos primários e nenhuma das duas alcançara o mesmo desenvolvimento dos países industrializados. Aquelas riquezas foram o meio pela qual elas ingressaram no capitalismo internacional, mas ambas ainda engendrariam relações produtivas pré-capitalistas secundárias. Esses produtos que acabaram por gerar riquezas e ocasionaram um acúmulo de capital interno para processar a

transformação do modelo econômico, proporcionando a produção essencialmente capitalista, foram decorrentes dos setores mais antigos, *mutatis mutantis*, há quatro séculos organizados para a exportação: o minerador, no México e o agrícola, no Brasil.

O petróleo era conhecido e utilizado pelos antigos indígenas mexicanos, em cerimônias religiosas, como incenso, corante e com fins medicinais. Modernamente, passou a ser explorado com importância econômica a partir de 1859 e, no México, algumas buscas fracassadas ocorreram em 1869 e nos anos seguintes. No final do século XIX, se fundaram várias empresas para explorar o petróleo mexicano, tais como a *London Oil Trust*, do imperialista inglês Cecil Rhodes, e a *Mexican Oil Corporation*, herdeira da anterior, que, juntas, perderam um investimento em torno de 160 mil libras esterlinas.[88]

As riquezas do subsolo mexicano sempre estiveram sob a posse do Estado. Esse estatuto remonta às Ordenanças das Minas, editadas por Filipe II, em 1563, seguidas do chamado *Nuevo Cuaderno*, ou ainda, às Ordens Reais de Carlos III, de 1783.[89] Com a assinatura do Tratado de Paz e Amizade entre Espanha e México, em 22 de dezembro de 1836, todos os direitos da colônia foram passados para a nação. Em 1863, o presidente Juarez afirmava o domínio direto das minas pela Nação, que teria o poder de cessão de um domínio útil aos cidadãos, para as explorarem. Em seguida, em 1865, o arquiduque Maximiliano emitiu decreto regulando a exploração das riquezas minerais, dentre as quais, o petróleo, somente através de concessão expressa e formal das autoridades competentes. As outras legislações que se seguiram em 1883, 1884 e 1892, direcionaram-se no sentido de permitir, sem necessidade de solicitar autorização, a exploração econômica das riquezas do subsolo, inclusive o petróleo, aos donos das terras em cujas propriedades a dita riqueza fosse encontrada.[90]

Após obterem êxito na busca por petróleo em solo mexicano, o inglês Weetman Pearson e o norte-americano Edward L. Doheny, usando de influência junto ao governo de Porfirio Díaz, conseguiram a expedição da primeira lei petroleira, em 24 de dezembro de 1901. Por ela se estabelecia ao governo federal a faculdade de conceder os territórios pertencentes à nação para as companhias que se estabeleciam no país. Essa concessão era acompanhada de uma série de facilidades, como a expropriação dos terrenos petrolíferos em favor dessas companhias, importação de máquinas e equipamentos livre de taxas, para refino

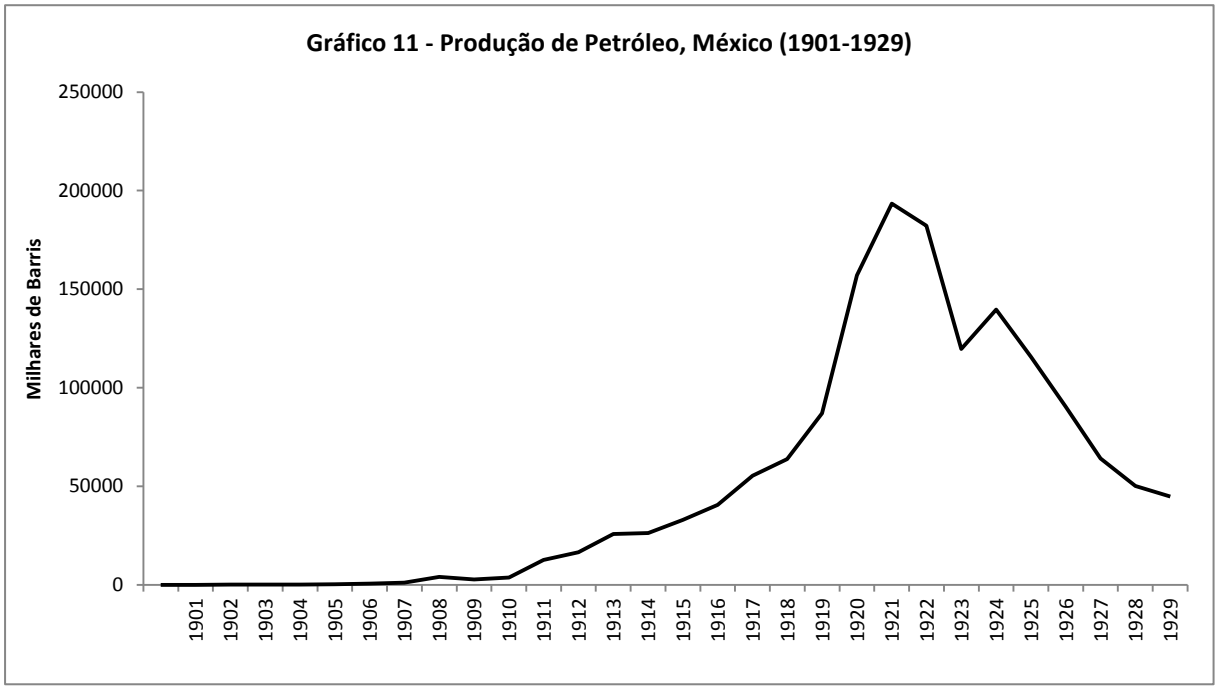
---

[88] HERZOG, Jesus Silva. *Petróleo Mexicano. Historia de un Problema.* México: Fondo de Cultura Económica, 1941. P. 51 e 52.
[89] GOVERNMENT OF MEXICO. *The True Facts about the Expropriation of the Oil Companies Properties in Mexico*. Mexico City: 1940. P. 22.
[90] HERZOG, Jesus Silva. 1941. *Op. Cit.* P. 54-61.

e elaboração de subprodutos do petróleo, desoneração de impostos federais por dez anos para todas as aplicações realizadas.[91] Com as vantagens da Lei do Petróleo de 1901,

> se outorgam concessões de exploração e subsequente exploração de petróleo às empresas S. Pearson & Son Limited, antecessora da Compañia Mexicana de Petróleo El Águila, subsidiária do grupo Royal Dutch Shell; à Huasteca Petroleum Company, filial da Standard Oil Company of New Jersey e à Compañia Transcontinental de Petróleo, S.A.[92]

Até 1938, a exploração do petróleo esteve sob o controle das empresas estrangeiras, quando estas foram expropriadas no governo de Lázaro Cárdenas. O gráfico 11 mostra a alta produtividade alcançada nas jazidas petrolíferas mexicanas, exploradas por essas empresas, vinte anos após a lei de 1901.



FONTE: Volumen de la producción de petróleo crudo, serie anual de 1901 a 2007. Cuadro 10.1.1. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

A região de exploração de petróleo na costa do Golfo do México ficou conhecida como a "faixa de ouro". No Brasil, foi em uma faixa territorial que se iniciava no vale do rio Paraíba e que se estendia ao sul do Espírito Santo, ao Norte do Paraná, à Zona da Mata mineira e ao Oeste paulista, a área geográfica onde se deu o cultivo do café. Esse era o sistema central da economia que absorveu mão-de-obra de outras regiões de menor produtividade[93] e, em menos de quarenta anos, desde os primórdios do século XIX, quando era considerado apenas um arbusto exótico plantado nas adjacências do Rio de Janeiro e consumido localmente, o café se tornou o principal produto das exportações brasileiras,

[91] HERZOG, Jesus Silva. 1941. *Op. Cit.* P. 61-62.
[92] BALESTRINI C., Cesar. *La Industria Petrolera em America Latina.* Caracas: EBUC, 1971. P. 40.
[93] FURTADO, Celso. 2009. *Op. Cit.* P. 219.

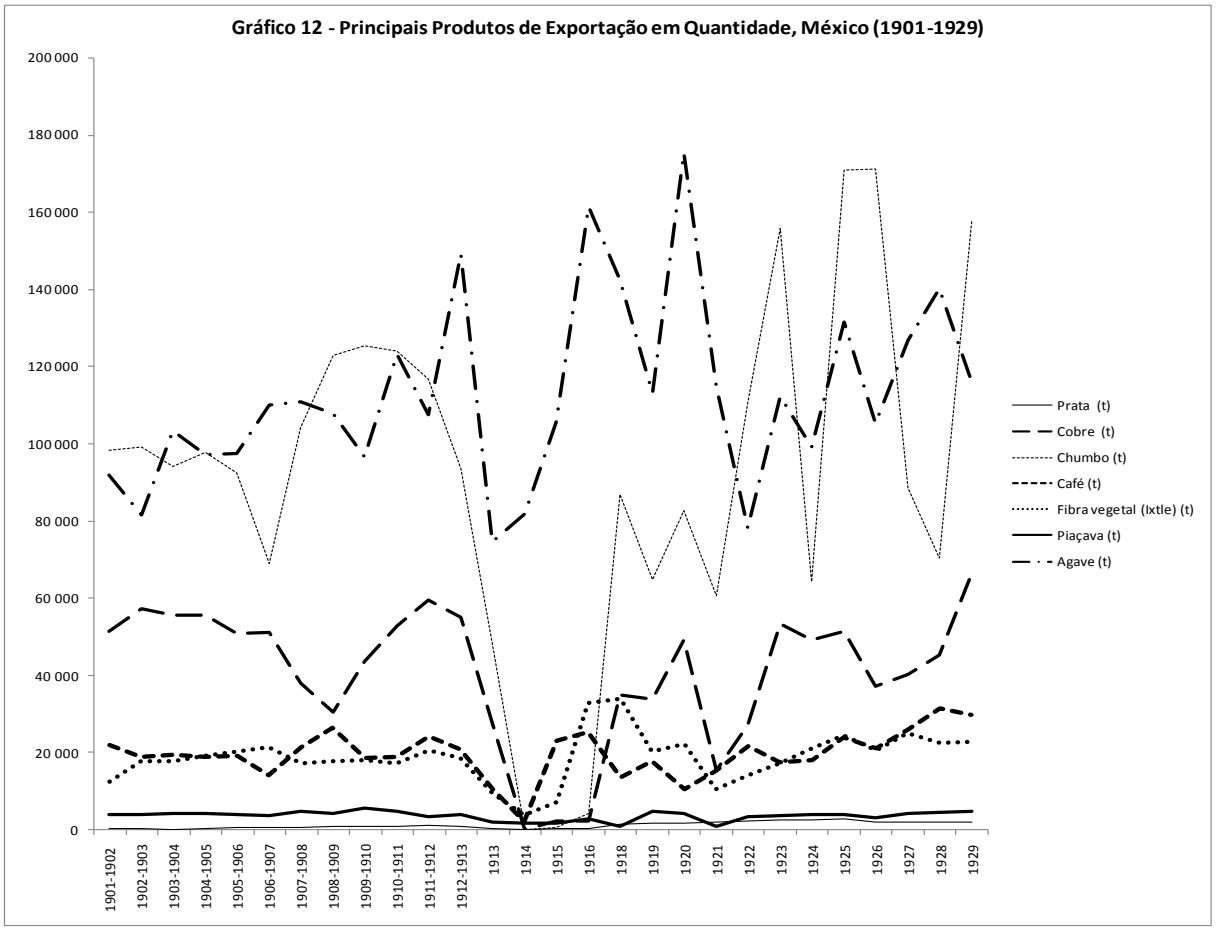
cultivado em escala comercial. Seu cultivo dinamizou a economia ao seu redor, pois exigia recursos em crédito e em capitais, para aquisição de terras, de escravos e de ferramentas. Heranças, dotes de casamento e relações de parentesco, baseadas em alianças intra e interfamiliares eram fontes comuns de recursos financeiros ou em espécie. Fazendeiros ricos também concediam empréstimos a juros, garantidos por hipotecas.[94] "Até cerca de 1880, o Vale do Paraíba do Sul constituiu a mais importante área de produção cafeeira do país, o sustentáculo da economia do Império".[95]

Em termos de produtividade e valor, a baixa característica do declínio dos cultivos tradicionais, como o do açúcar, do algodão e do tabaco, contrastou abruptamente com a ascensão do café, isoladamente a maior riqueza da agricultura brasileira a partir da segunda metade do século XIX e maior responsável pelo crescimento econômico do país até as primeiras décadas do século XX. A economia brasileira, essencialmente agrícola até o século XIX, constituía-se de cultivos principais que se articulavam com os cultivos secundários, na maioria dos casos, também voltados para a exportação, mas também havia a chamada economia de subsistência, que abastecia o incipiente mercado consumidor interno com alguns excedentes de produção agrícola ou pecuária. Esses sistemas se aqueciam em momentos de alta dos produtos principais, como, por exemplo, durante o século XVIII, quando o ouro era a principal riqueza e a mineração tornou-se a atividade mais lucrativa, mas não retirou a importância das atividades agrícolas complementares. Da mesma forma, no auge do açúcar ou do café, as fazendas de engenho e as fazendas cafeicultoras exerceram importância central equivalente. O açúcar era o principal produto de exportação, mas existiu o algodão e o fumo; na transição do açúcar para o café, existiu o cacau; no auge do café, existiu o látex, matéria-prima da borracha.

No México, a mineração destacou-se pela produção da prata, tornando-se esta o motor da economia pré-industrial e da urbanização antecipada, mesmo com a crise do século XVII. Havia ainda a extração de ouro, cobre e outros minerais, como o chumbo. O cultivo do trigo e do açúcar, trazido pelos colonizadores, se expandiu continuamente para o abastecimento do mercado interno e para a exportação, portanto sendo produzidos em larga escala e em grandes extensões territoriais. Contrapunha-se a essa economia mineradora e agrícola, consequência da expansão da colonização, a produção ancestral dos povos nativos, reduzida a espaços cada vez menores, nos quais se cultivava, principalmente, o milho, mas também o feijão, que

[94] STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba com Referência Especial ao Município de Vassouras*. SP: Brasiliense, [s.d.]. P. 3-24.
[95] CANABRAVA, Alice Piffer. *História Econômica: Estudos e Pesquisas.* SP: HUCITEC; Unesp; ABPHE, 2005. P. 110.

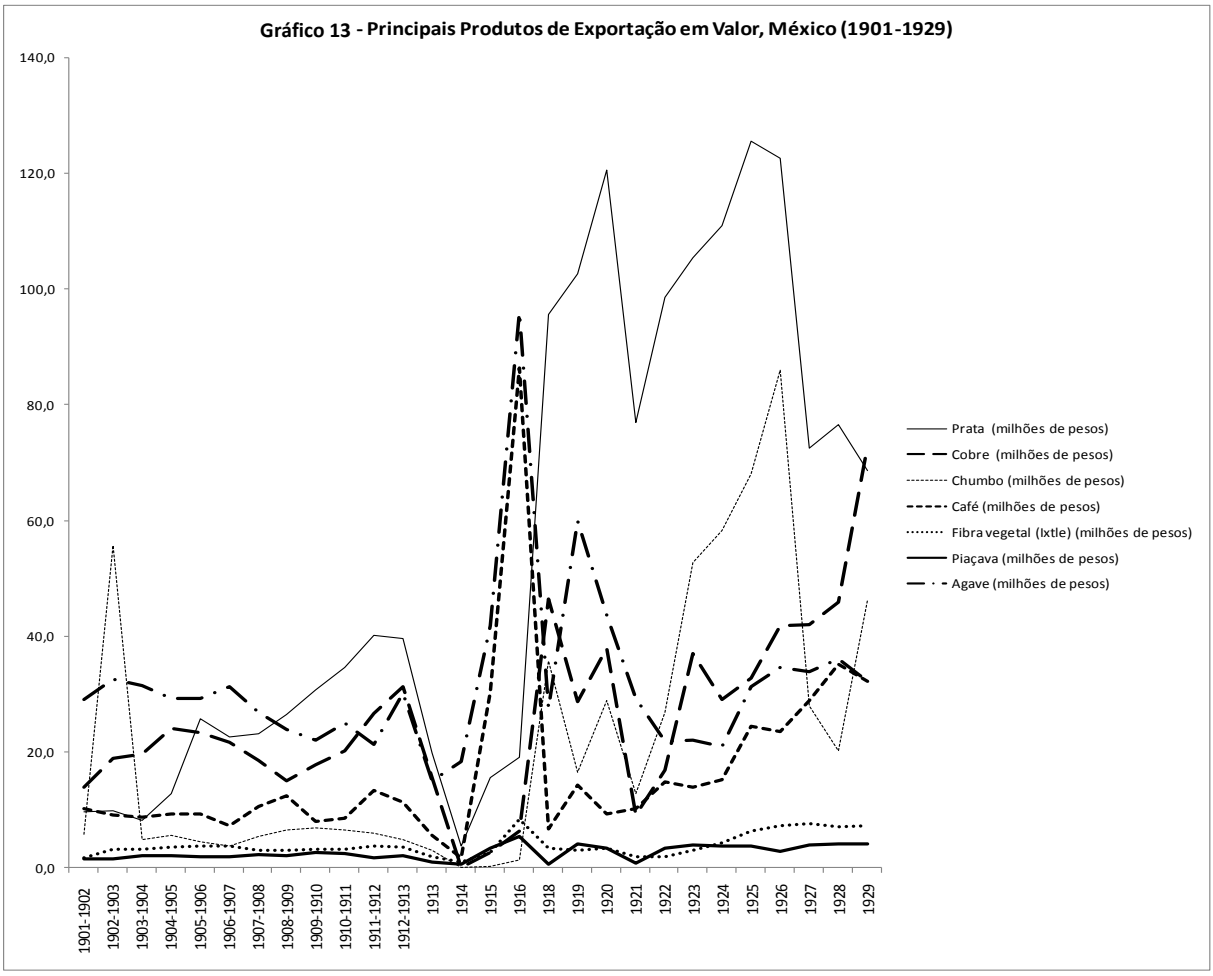
formavam a base alimentar da maioria da população. Durante o porfiriato, em detrimento desses cultivos privilegiou-se produtos agrícolas de maior valor comercial, que concentraram as melhores terras, o capital e a tecnologia disponíveis. Na virada do século XIX para o século XX, decaíram as quantidades produzidas de milho, feijão e trigo, enquanto elevaram-se as de açúcar e arroz. Também houve incremento no cultivo do algodão, matéria-prima para as indústrias têxteis em desenvolvimento, e no cultivo da batata, nesta devido a uma estabilidade dos preços associada ao acesso às técnicas de irrigação.[96] O gráfico 12 inclui ainda, na pauta dos principais produtos mexicanos de exportação, entre 1901 e 1929, fibras vegetais como o ixtle (*Agave lecheguilla*) e a piaçava, além do agave, utilizado na fabricação da tequila. A elevada quantidade e a composição da pauta de exportação dão uma mostra da importância da atividade agrícola na economia do México naquele período.



FONTE: Principales productos exportados, años seleccionados de 1901 a 1978. Cuadro 16.10. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

[96] FLORESCANO, Enrique (Coord.) *Atlas Histórico de México*. 3 ed. México: Siglo XXI, 1988.P. 142-146.

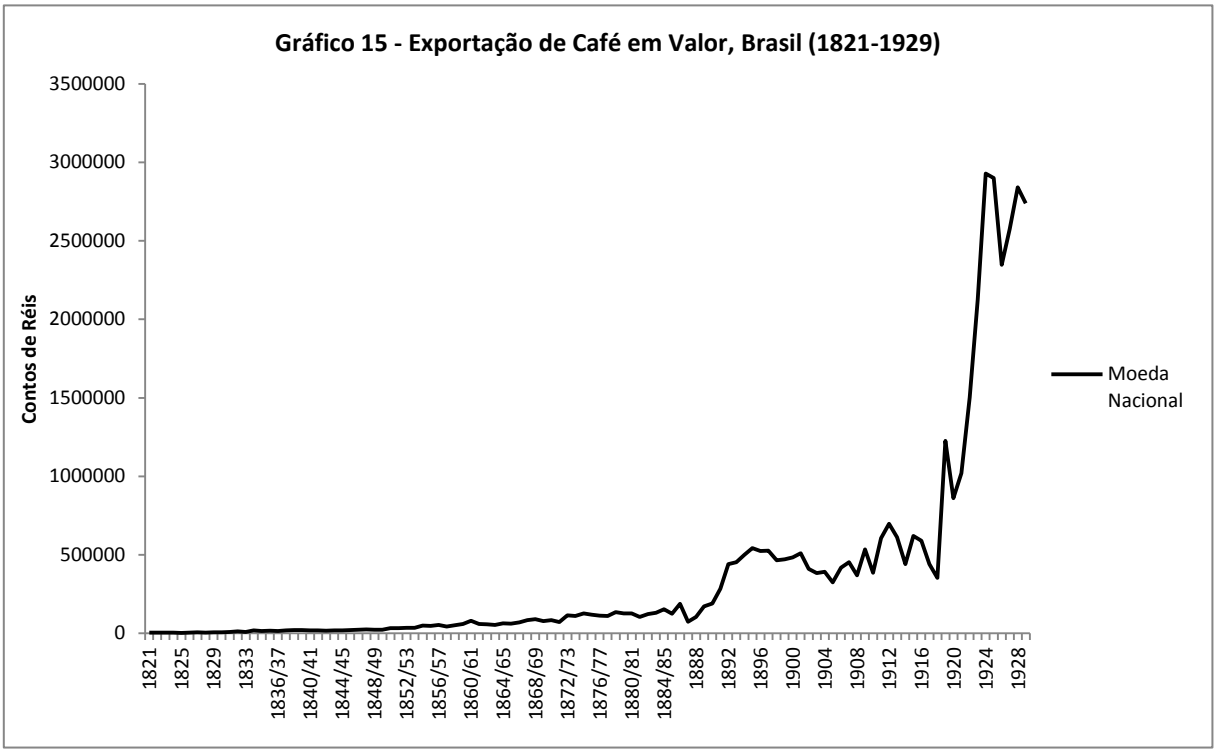
Apesar dos milhares de toneladas produzidas agricolamente e negociadas, ao se comparar com o gráfico 13, identifica-se a necessária importância da mineração, pelo valor agregado aos minérios, principalmente à prata que se constituiu, fora alguns momentos específicos de queda dos preços, o bem de maior valor comercial, mesmo sendo exportada em uma quantidade muito inferior a de todos os demais bens. Certamente, nos dois gráficos apresentados, percebeu-se a posição do café como um daqueles cultivos cuja produção em larga escala passou a ser estimulada em razão de seu valor no mercado externo. A obtenção de ganhos nesse comércio foi prejudicada pelas constantes flutuações internacionais, por exemplo, o pico gerado no curto intervalo da 1ª Guerra Mundial.



FONTE: Principales productos exportados, años seleccionados de 1901 a 1978. Cuadro 16.10. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

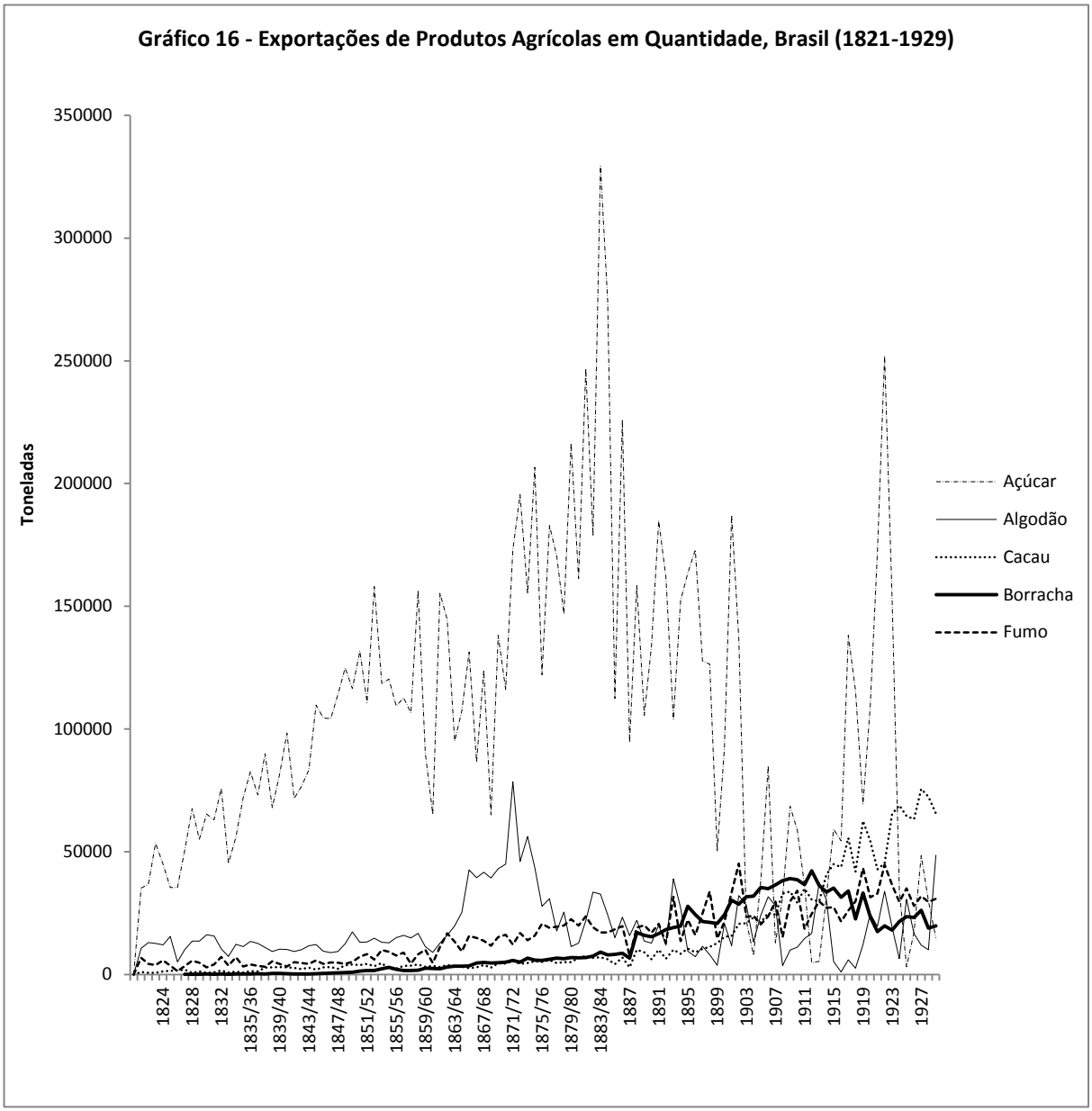
Proporcionalmente, no Brasil a importância do café foi excepcional, muito superior a dos demais produtos agrícolas. Os gráficos 14 e 15 comprovam essa superioridade, tanto em matéria de *quantum* exportado, quanto no valor negociado.

FONTE: Quantidade e Valor da Exportação de Café em Grão — (1821-1987) - (1987-99). Tabela 6.41. *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM.



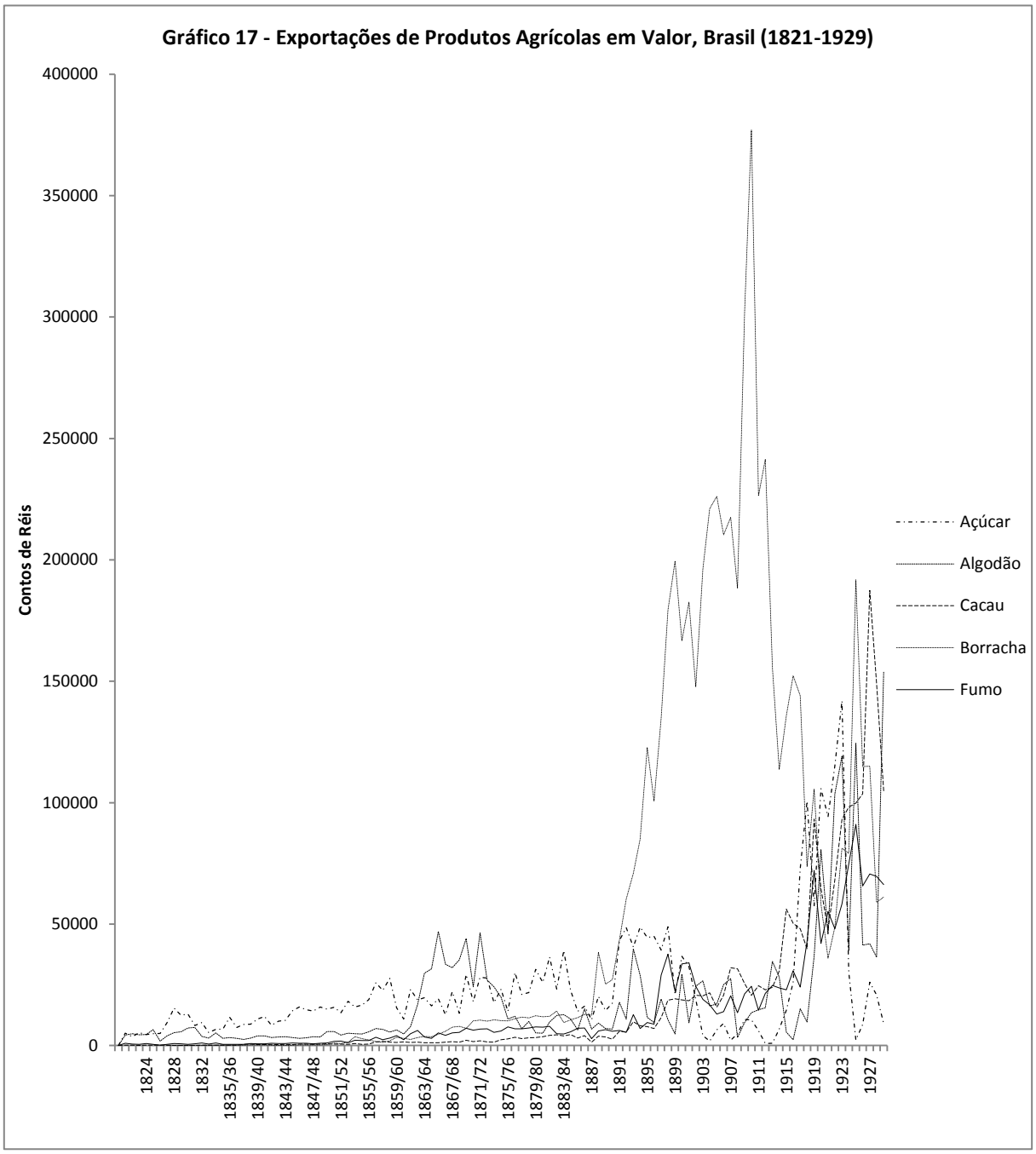
FONTE: Quantidade e Valor da Exportação de Café em Grão — (1821-1987) - (1987-99). Tabela 6.41. *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM.

Comparados os dados do café brasileiro com os dos outros produtos agrícolas (gráfico 16), constata-se, por um lado, a perda relativa de importância econômica daqueles cultivos mais tradicionais - açúcar, algodão e fumo - e o aparecimento, por outro lado, do cultivo do cacau e de outra importante fonte de riqueza advinda de atividade extrativa vegetal, a borracha. O açúcar foi componente em evidência frente aos demais itens exportados e sua queda efetivamente só ocorreu a partir da década de 1880. Em torno de 1900, a quantidade de café exportada variava em pelo menos três vezes mais que a do açúcar, doze vezes a do fumo, vinte vezes a da borracha e quinze vezes a mais que a soma do cacau e do algodão juntos.



FONTE: Quantidade e Valor da Exportação de Açúcar — (1821-1987) - (1987-99). Tabela 6.38; Quantidade e Valor da Exportação de Algodão — (1821-1987) - (1987-99). Tabela 6.39; Quantidade e Valor da Exportação de Borracha — (1827-1987). Tabela 6.40; Quantidade e Valor da Exportação de Cacau — (1821-1987) - (1988-99). Tabela 6.41; Quantidade e Valor da Exportação de Fumo — (1821-1987) - (1988-99). Tabela 6.45. *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX.* Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM.

O gráfico 17, que mostra o valor das exportações, acentua a importância econômica que possuiu a borracha e evidencia o declínio do açúcar.



FONTE: Quantidade e Valor da Exportação de Açúcar — (1821-1987) - (1987-99). Tabela 6.38; Quantidade e Valor da Exportação de Algodão — (1821-1987) - (1987-99). Tabela 6.39; Quantidade e Valor da Exportação de Borracha — (1827-1987). Tabela 6.40; Quantidade e Valor da Exportação de Cacau — (1821-1987) - (1988-99). Tabela 6.41; Quantidade e Valor da Exportação de Fumo — (1821-1987) - (1988-99). Tabela 6.45. *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX.* Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM.

A análise dos gráficos anteriores permite afirmar que as transformações operadas durante o século XIX e o início do século XX foram geradas a partir do incremento das relações capitalistas na economia mexicana e na brasileira. Deu-se início ao processo de

acumulação e concentração do capital nesses países - por meio do desenvolvimento de suas forças produtivas, dos seus meios de produção, da terra, da indústria incipiente e da gradativa liberação da força de trabalho - captado por intermédio do comércio interno e externo ou por investimentos estrangeiros. A aplicação desse sistema econômico trouxe diferentes resultados que caracterizam o aprofundamento das relações econômicas capitalistas, mas que apenas consolidou, na estratégia da especialização produtiva do capitalismo, isto é, da divisão internacional do trabalho, o modelo denominado primário-exportador ou agrário-exportador. Em suma, México e Brasil deveriam continuar sendo países fornecedores de matérias-primas e gêneros alimentícios, como produtos de exportação para os mercados consumidores dos países que avançavam na Revolução Industrial, para que, com os excedentes econômicos gerados, pudessem comprar os bens industrializados, produtos que não produziam. Esse déficit de industrialização era compensado com o uso dos excedentes proporcionados pela intensificação de uma economia voltada para a exportação. Os bens industriais eram adquiridos, então, pela importação direta de produtos estrangeiros.

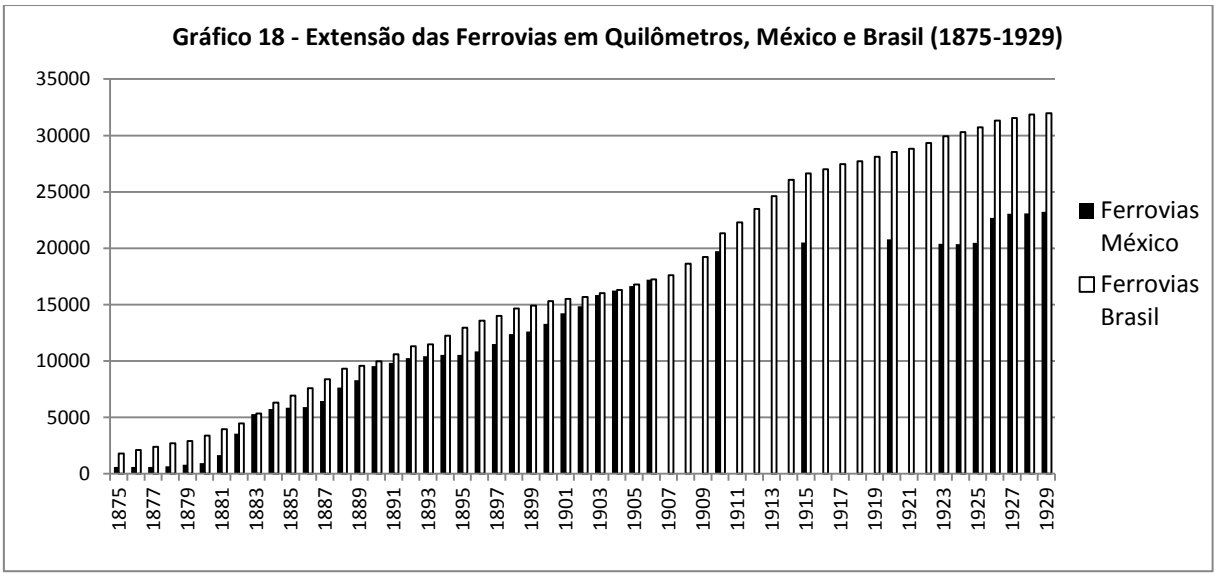
O equilíbrio econômico, contudo inexistia. Para complementar o fomento à industrialização, foi amplamente utilizado o capital estrangeiro, seja na forma de investimentos diretos de companhias estrangeiras em infra-estrutura, em prestação de serviços e em parques industriais, seja por meio de empréstimos bancários, aos quais os governos e os particulares frequentemente recorriam.

No que toca ao fomento da indústria interna, destaca-se o ramo têxtil. Os gráficos 16 e 17, apesar de indicarem a exportação, deixam entrever alguns princípios desse processo no Brasil, logo no início da segunda metade do século XIX, quando há um visível aumento na comercialização de algodão. Provavelmente, tal curva registra a relação da agricultura monocultura brasileira com a expansão da indústria têxtil externa. Neste surto algodoeiro, algumas iniciativas de instalação de fábricas têxteis ocorreram no Brasil, entretanto fracassaram e foram de curta duração. Segundo relatório de 1853, da comissão encarregada de encaminhar sugestões para a revisão do projeto da Tarifa Alves Branco, de 1844, naquela época existiam seis fábricas de tecidos de algodão em operação, na Província da Bahia e na do Rio de Janeiro, duas com poucas informações a respeito e uma malharia. Posteriormente, mais seis fábricas foram fundadas na Província de São Paulo e de 1868 até 1900, trinta e cinco cotonifícios foram fundados na Província de Minas Gerais.[97]

[97] VERSIANI, Flávio Rabelo. Escravos, Homens Livres e Imigrantes: notas sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920. In: SILVA, Sérgio S. e SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.) *História Econômica da Primeira República*. 2 ed. rev. SP: EdUSP; Hucitec, 2002. P. 191-194.

No México, a indústria têxtil era de origem colonial, sobreviveu graças a uma política alfandegária protecionista, mas com investimentos de capital estrangeiro e máquinas adquiridas na Inglaterra, Alemanha e França, que substituíram a produção artesanal. Em 1843 já havia 57 fábricas têxteis, com 125 mil fusos e, em 1856, eram 46 grandes empresas de fios e tecidos, em Durango, Jalisco, México, Puebla, Querétaro e Veracruz. As fábricas do Distrito Federal somavam, nesse ano, 1732 teares.

Do conjunto de transformações trazidas pela segunda fase da Revolução Industrial, resta, por fim, sublinhar a importância das ferrovias. Assim como em qualquer outro local por onde se expandiram, as ferrovias mexicanas e brasileiras também surgiram com o objetivo de promover a integração econômica, facilitando o transporte dos produtos e o escoamento das mercadorias para exportação. Em ambas as nações, as ferrovias promoveram a ampliação do mercado interno por onde passavam e relegavam ao abandono os locais que estiveram por elas desassistidas. No México, se estenderam sobre as regiões mais povoadas, de maior produtividade agrícola ou riqueza mineira. No Brasil, concentraram-se fundamentalmente na zona cafeicultora. As estradas de ferro, nos dois casos, foram construídas com o amplo uso de capitais estrangeiros, aos quais eram concedidos prerrogativas de exploração. Por exemplo, a Lei Geral de Ferrovias, editada em 1898, no México, determinava um prazo de 99 anos para essas prerrogativas. O gráfico 18 aponta a expansão da malha rodoviária no final do século XIX e início do século XX, para os dois países.



FONTE: Extensión de vías y volumen de servicios ferroviarios, años seleccionados de 1873 a 2007. Cuadro 13.18. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM. Extensão da rede ferroviária em tráfego — 1854-85. Tabela 8.3. *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM.

1.3. *HACIENDAS* E *PLANTATIONS*

Após ser considerada a formação do espaço econômico e o desenvolvimento daquelas atividades produtivas desde o século XVI, através do período do colonialismo e suas posteriores transformações durante o século XIX e, principalmente, na virada para o século XX, é possível definir mais claramente a questão da propriedade fundiária e caracterizar seu progresso ao longo dos séculos. Dois sistemas agrícolas principais constituíram a organização produtiva da agricultura nesses pouco mais de quatro séculos: um sistema dominante engendrado pela colonização, da grande propriedade monocultora e voltada para o mercado externo, cuja variação aperfeiçoada se consubstanciou nas posteriores unidades de produção agrícola do modelo agrário-exportador; um sistema secundário, herdeiro da agricultura tradicional, organizado na forma comunitária ou de subsistência, com pequena ou média produção de excedentes voltados para o abastecimento local ou regional, de gêneros alimentares e utensílios. Apesar da aparente oposição entre esses dois sistemas, necessariamente, se estabelecia entre eles uma gama de interrelacionamentos, que eram os seus próprios fatores dinâmicos de desenvolvimento, com uma evidente preponderância de afirmação no sentido gerado pelas alterações do sistema dominante.

A base do sistema agrícola dominante, no México e no Brasil, se assentou sob duas formas centrais de organização produtiva da propriedade fundiária, respectivamente, as *haciendas* e as *plantations*. Tomadas como ponto de partida, elas ilustram, aproximadamente, a formação, o desenvolvimento e o fim da fase inicial da história das estruturas agrárias de ambos os países. Foram nelas que se concentraram os cultivos de maior valor comercial, onde era realizada a produção para o mercado externo e onde se concentrou o poder econômico da então prevalecente vida rural; entretanto não foram essas unidades unívocas nem imutáveis, pelo contrário, foram muito variadas entre si, tanto no ramo de especialização da produção, quanto na forma de exploração da força de trabalho, cabendo uma tipologia comum apenas como uma generalização para abarcar as características semelhantes, que as situam em uma mesma categoria de análise econômica. Assim como houve mudanças intrínsecas ao longo dos séculos, houve coexistência extrínseca com outros níveis de propriedade e organização da produção agrícola, a qual não se restringia àqueles domínios.

Logo após a conquista, colocara-se para as duas Coroas, espanhola e portuguesa, a questão de assegurar o domínio sobre as terras, pois a colonização só se efetivaria, de fato, com a ocupação e a exploração econômica delas. Experiências anteriores de colonização em

outras possessões foram reutilizadas na América para dar início à exploração colonial. No México, foi seguido o modelo aplicado nas Antilhas, pelo qual os colonizadores recebiam lotes de trabalhadores indígenas nativos. O sistema de *encomiendas* foi criado na Nova Espanha para repartir os povoados indígenas, *pueblos*, entre conquistadores e colonizadores. As primeiras *encomiendas* foram distribuídas no vale do México, se convertendo na

> instituição que assegurou a transição de uma economia de subsistência e de consumo para uma economia mercantil, pois através da *encomienda* os *encomenderos* obtiveram dos índios mãos trabalhadoras para suas empresas agrícolas, de gado, mineiras e comerciais, assim como tributos em matérias-primas e manufaturas que eles introduziam no comércio. Os índios de *encomienda* também contribuíram para edificar as casas, as instalações produtivas, os caminhos e as cidades dos espanhóis.[98]

No Brasil, após a descoberta e posta a necessidade de ocupação, também foi o padrão de concessão das terras adaptado do sistema de donatarias, já previamente utilizado pela Coroa portuguesa nas ilhas atlânticas:

> A divisão do Brasil em capitanias hereditárias prendia-se ao sistema colonial luso anterior à promulgação da medida de 1534 por D. João III, já praticada em outros domínios de Portugal. (...) apareceria mais tarde (...) vastos latifúndios de senhores de engenho e fazendeiros de gado, estabelecidos em autarquias compostas de casa-grande, senzala e edificações atinentes à faina produtora, onde o dono, erigido em patriarca, dominava o feudo que lhe coubera por herança ou esforço próprio, rodeado da família, afins, clientela e servos, distantes de outros personagens parecidos, a léguas de empresas agrícolas e povoados, onde se repetiam os mesmos característicos, com iguais aspectos e consequências.[99]

Certamente, tanto as *encomiendas* quanto as capitanias não formaram a origem incondicional das unidades agrícolas de produção, mas por meio delas se criaram os primeiros vínculos de propriedade do solo, indispensáveis para o desencadear das atividades produtivas subsequentes, relacionadas à exploração econômica advinda da colonização.[100] Com o passar deste processo, a afirmação de seu pressuposto mercantil-exportador e as alterações nas conjunturas internacionais, provocou-se a especialização na produção agrícola das colônias.

No México colonial constituíram-se mais instituições de exploração da mão-de-obra associadas à concessão da propriedade, devido à exposição das instituições pré-existentes e da população nativa, cujas formas de organização econômica foram reaproveitadas pelos

---

[98] FLORESCANO, Enrique (Coord.) *Atlas Histórico de México*. 3 ed. México: Siglo XXI, 1988. P. 74.

[99] PRADO, J. F. de Almeida. *O Regime das Capitanias*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico. Reações e Transações.* 6 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Bertrand Brasil; Difel, 1987 (História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, Volume 3). P. 96.

[100] V. FRANK, Andre Gunder. *La Agricultura Mexicana: transformación del modo de producción 1521-1630*. Reimp. México: Era, 1985. P. 28 *et seqs*. O sistema de *encomiendas* ainda seria aperfeiçoado pelos *repartimientos*, até o século XVII. O sistema das capitanias obrigava-se à concessão de sesmarias. Ambos os sistemas confundiram, de início, as funções administrativas e as econômicas que, posteriormente, tornaram-se mais discerníveis, ainda que não fossem separadas no âmbito do poder.

colonizadores. As possessões territoriais eram concedidas por mercê dos vice-reis, de modo que muitos *encomenderos* se apropriaram de terras dentro de suas *encomiendas*, beneficiados com a concessão daqueles títulos. As terras indígenas, individuais ou comunais, tornaram-se objeto de compra ou de simples usurpação na consolidação do patrimônio territorial dos *encomenderos*. Até 1560, havia cerca de 460 deles na Nova Espanha, percebendo tributos que serviam de recursos para erigirem os primeiros campos de cultivos cerealíferos, as estâncias de criação de gado, os engenhos de açúcar e as minas de extração de prata, no que se configurou uma reunião de latifúndios, de *haciendas* e de morgadios. Essa formação expandiu-se continuamente sobre as terras indígenas, de modo legal ou ilegal. Naquele mesmo ano, uma ordem real que realizou a política de congregações, sugeria que os índios que estivessem espalhados pelo território fossem agrupados em *pueblos*, que se tornaram concentrações de populações indígenas, vítimas de despojos, de invasões, de usurpações e de roubos das suas antigas propriedades. Essas ações se acentuaram durante e após a crise demográfica, entre 1530 e 1580, que dizimou a população nativa mexicana, tornando-se um dos principais meios para a aquisição de terras. Outro meio era a compra e venda entre os próprios beneficiados com os títulos de mercês, mesmo que a transação comercial fosse proibida antes do término de um prazo de quatro anos da concessão. [101]

No Brasil colonial, onde os nativos encontravam-se dispersos e que ora se interiorizavam com a aproximação do colonizador, ora contra-atacavam, a distribuição das terras incultas pelo litoral foi realizada através da doação das sesmarias - atributos dos capitães donatários e, posteriormente, dos governadores, como uma adaptação da homônima lei portuguesa de 1375: eram lotes de uma légua de frente por três de fundo, que deveriam ser produtivos e estarem demarcados em até cinco anos ou seriam considerados terras devolutas. Apesar da delimitação territorial imposta pelas Ordenações Manuelinas e pelas Ordenações Filipinas, o frequente descumprimento das ordens régias favorecia a concessão da sesmaria como uma oportunidade comum de obtenção de uma grande propriedade de terra. O principal aspecto de constituição da estrutura produtiva agrária do Brasil colonial foi essa possibilidade do proprietário de terra tornar-se um latifundiário, para conseguir atender as demandas do mercado externo por um determinado produto. Essas grandes explorações associavam as atividades agrícolas e as manufatureiras, utilizavam a mão-de-obra escrava, articulavam a produção monocultora, para a exportação em larga escala, com a produção de subsistência,

[101] FLORESCANO, Enrique. *Origen y Desarrollo de los Problemas Agrarios de México 1500-1821*. Ed. Corr. amp. México, DF: Era, 1976 (Problemas de México). P. 48-58.

para uma economia natural local ou para o limitado mercado interno colonial.[102] Ficaram conhecidas pelo termo *plantation*, que também pode ser traduzido por plantagem ou por grande lavoura.[103]

A descoberta da prata e a expansão territorial no final do século XVI geraram um regime de propriedades de terra na Nova Espanha que, de modo geral, caracterizou-se por "economias satélites nas regiões agrícolas e pecuaristas, estreitamente unidas aos pólos mineradores por artérias de intenso movimento".[104] Constituíra-se, então, os três tipos fundamentais de propriedades rurais: as *haciendas* agrícolas, as *haciendas* de gado e as *haciendas* mineiras, que, não raramente, faziam parte de uma única propriedade.[105] Por exemplo, ao final do século XVI, a *hacienda* Santiago, do governador de Nova Vizcaya, possuía "não somente imensos rebanhos, mas também uma oficina e vários moinhos, duas grandes hortas onde se fabricava vinho, uma fonte de água, quatro fornos para fundir prata com seu depósito de carvão (...)." [106] Mas nem todos grandes proprietários eram funcionários da Coroa, com poderes para distribuir *encomiendas* ou para recolher tributos. Os donos das minas investiam o dinheiro ganho na mineração em outras propriedades, para cultivar gêneros agrícolas ou criar gado, dado o elevado preço dos víveres nos centros mineiros.

> Em consequência, muitos mineiros começaram a anexar boiadas ou muares às suas explorações e, logo, campos de trigo ou de milho. Como tinham necessidade de grandes quantidades de carvão vegetal para as fundições, trataram, assim mesmo, de adquirir bosques, ou melhor, esses arbustos e moitas do Norte de onde tinham suas carvoarias. Assim nasceram umas *haciendas* mistas que recordam um pouco os grandes engenhos açucareiros do Sul, com suas máquinas trituradoras e seus fornos de fundição, seus escravos e gente de trabalho. Em realidade, ao invés de estabelecerem-se ao lado das próprias minas, situadas com frequência nos desertos, muitas dessas *haciendas* se estabeleceram ao redor das escassas correntes de água que podiam subministrar, ao mesmo tempo, uma força motriz suficiente e possibilidades de irrigação. As vantagens do arroio compensavam amplamente de trazer o mineral no lombo da mula ou em carroças, às vezes de muito longe: de 22 léguas em alguns casos. Em outros lugares faziam-se represas que continham o mísero caudal de algum filete de água, para ao menos poder lavar os minerais e, se possível, irrigar alguns campos.

---

[102] REIS, Liana Maria e BOTELHO, Angela Vianna. *Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império*. Belo Horizonte: Dimensão, 1998. P. 76, 98 e 119.
[103] V. GORENDER, Jacob. O *Escravismo Colonial*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1978 (Ensaios, 29). P. 88 *et seqs*.
[104] SEMO, Enrique. *Op. Cit*. 1990. P. 136.
[105] Com a descoberta das minas, foi estimulada a criação de animais e, consequentemente, surgiram *haciendas* de gado. Porém acentuaram-se os processos de conversões, já que "o aumento da população rural ocasionou a expansão da produção agrícola, transformando as *haciendas* de gado em *haciendas* cerealíferas, assim como um maior enfrentamento entre proprietários rurais e comunidades indígenas." Cf. HERRERO. *Op. Cit.* P. 253.
[106] CHEVALIER, François. *La Formación de los Latifundios en México. Haciendas y sociedad en los siglos XVI, XVII y XVIII*. 3 ed. Corr. Aum. México: FCE, 1999 (Obras de Historia). P. 252.

Combinadas entre as grandes propriedades, de homens ricos e poderosos, e as médias ou pequenas, voltadas para o abastecimento das regiões mineiras, por intermédio de uma economia complementar de subsistência, as *haciendas* adquiriram ainda mais relevância após a crise demográfica do século XVI e a crise econômica da primeira metade do século XVII, com o declínio da extração da prata. Com a retração da mineração, a agricultura ascendeu como atividade econômica, mantendo ao mínimo o comércio de exportação e concentrando sua condição de fornecedora de produtos para o mercado interno, ainda que em ritmo lento, pois a economia entrava em um quadro geral de depressão. No século XVII, a *hacienda* polarizou o ampliado âmbito da vida rural mexicana, agregando *pueblos* inteiros, propriedades menores e populações indígenas marginalizadas e dispersas, ao mesmo tempo em que concentrava a riqueza e a produção, portanto congeminou-se como centro econômico e social.[107] Perante as dificuldades para exportar, sobressaiu à grande propriedade sua natureza diversa e parcelar, comportando-se o próprio latifúndio de forma auto-suficiente.

Praticamente, desde seus primórdios, a grande lavoura representou os fundamentos da economia colonial brasileira. A distribuição das terras e a orientação para o cultivo da cana-de-açúcar teve como consequência patente, onde as sesmarias prosperaram, a gradativa proliferação das fazendas de engenho pela costa atlântica, no século XVI e no XVII. Durante o período colonial, o litoral, em geral, foi o domínio da grande lavoura e o Nordeste, em particular. O cultivo era feito sem adubação e, com o passar dos anos, era necessário a derrubada de vastas áreas de matas para novo plantio; a abundância de terras permitia a itinerância às plantações. A experiência prévia dos portugueses na manufatura do açúcar os habilitou a fabricar os engenhos em Portugal, a implantá-los no Brasil e a tratar da lavoura da cana. Essas fazendas eram monocultoras e escravistas, mas podiam conter variações. Elas formavam um pequeno núcleo populacional, semelhante a uma clareira em meio à mata fechada, que ocupava a maior parte da gleba. Esta parte de mata era arrendada a pequenos lavradores que a derrubavam para cultivos de subsistência. Assim se constituíam as terras do engenho de Sergipe do Conde, nas palavras do jesuíta Estêvão Pereira, em 1635:

> A casa-grande, a senzala, a capela e a casa de engenho formam o quadrilátero principal e característico do engenho de açúcar. Outras construções, em número variável, servem de residência ao capelão, ao mestre de açúcar, aos feitores e a outros poucos trabalhadores assalariados. Além do núcleo de construções sucediam-se as culturas de cana-de-açúcar feitas pelos escravos do próprio engenho ou pelos lavradores livres ou a ele obrigados. Em geral, os canaviais do engenho constituíam apenas uma parte, às vezes a área menor das terras dedicadas ao cultivo da cana-de-açúcar. Da imensa gleba de três léguas e meia ao longo da costa e quatro léguas pelo

[107] CHEVALIER, François. *Op. Cit.* P. 9-33.

> sertão adentro, (...) cerca de uma légua e meia em quadra, ou seja, pouco mais de um sexto da superfície, apenas, estava tomada pelos canaviais. "Tudo o mais são matas que só servem para fazer roças de mantimentos e para alguns currais de gado "vacum" (...).[108]

As fazendas de engenho, primeiras unidades de produção agrícola do Brasil, possuíam tanto seus traços individuais, próprios e únicos, quanto demonstravam aqueles elementos gerais reveladores das características mais marcantes da economia colonial: a produção em larga escala e voltada para a exportação. Decorrente dessa necessidade, a especialização e o uso massivo da mão de obra escrava, configuraram a organização produtiva:

> Cada unidade produtora, (...) constitui-se como uma usina, com organização coletiva do trabalho e mesmo especializações. (...) na produção típica da agricultura colonial: a do açúcar, onde o engenho, com seu conjunto de máquinas e aparelhamentos, forma uma verdadeira organização fabril. Mas não é só nas indústrias anexas da agricultura que vamos encontrar tais caracteres. (...) eles aparecem na própria lavoura do campo. O preparo do terreno, a semeadura, os cuidados com a planta, a colheita, bem como outras operações conexas (...).[109]

Nessa perspectiva, a diversidade de *haciendas* que caracterizou o sistema agrário dominante mexicano, tanto em tipo de cultivo quanto em atividade produtiva de até três gêneros - agrícola, pecuarista ou minerador -, gerando aquela chamada *hacienda* mista, no Brasil, foi substituída pela variação e peculiaridades de cada monocultura e, consequentemente, de suas indústrias anexas, em um mesmo sistema de produção, cujas características foram *a posteriori* classificadas sob a denominação de sistema de *plantation* ou plantagem. Tratava-se de uma pequena, média ou grande organização econômica voltada para o abastecimento do mercado mundial e não para o consumo imediato dos produtores, com produção agrícola especializada, isto é, uma tendência à monocultura, guiada pela demanda externa, mas que poderia coexistir com um setor interno de economia natural dirigido para o consumo local. A partir da unidade familial, a mão de obra se ampliava conforme as exigências de produção em grande escala, dirigida de forma unificada e hierárquica, sob um rigoroso regime disciplinar e, embora houvesse integração das tarefas, elas eram executadas segundo uma divisão do trabalho apropriada ao labor agrícola e de beneficiamento, por um largamente variável número de braços escravos.[110]

---

[108] CANABRAVA, Alice P. A Grande Propriedade Rural. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A Época Colonial. Administração, Economia, Sociedade.* 6 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Bertrand Brasil; Difel, 1987 (História Geral da Civilização Brasileira, Tomo I, Volume 2). P. 206.

[109] PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 12 reimp. São Paulo: Brasiliense, 2009. P. 140.

[110] GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial.* 2 ed. São Paulo: Ática, 1978 (Ensaios, 29). P. 88-95.

A primeira fase da *plantation* esteve associada ao plantio da cana-de-açúcar, voltado para a fabricação do açúcar, na fazenda de engenho, pois exigia investimentos e muita matéria-prima; outros derivados da cana, como a aguardente ou a rapadura podiam ser feitos em pequenas instalações por meio de processos caseiros. Do mesmo modo, algumas outras culturas, por exemplo, o fumo e o algodão, podiam ser criados pelo sistema de *plantation* ou por instalações menores, mas a busca pela lucratividade da lavoura, o aumento do tráfico de escravos e as dificuldades para realizar o beneficiamento geravam uma tendência de fortalecimento daquele. Sobre a produção do fumo na Bahia e em Sergipe

> Vilhena estimou em 1500 as "fazendas de tabaco", entre grandes e pequenas (...). E o Autor Anônimo (...) menciona lavradores de 20 rolos de fumo e outros de 200 e mais (cada rolo pesando 14 arrobas). Uma vez que o mesmo economista calculava a produtividade média por escravo em quase sete rolos, conclui-se que os produtores de 20 rolos não possuíam menos de três escravos, enquanto os produtores de 200 rolos deveriam contar de 30 para mais.[111]

Simultaneamente à forma pura de *plantation*, existiram numerosos pequenos proprietários escravistas e lavradores, que participavam da produção agrícola colonial do fumo; enquanto a colheita e a secagem contavam com participação dos familiares, a torcedura e o tempero eram de exclusividade dos escravos, em equipes de três a quatro indivíduos. Condição semelhante também ocorria na lavoura do algodão, coexistindo sistemas de *plantation* e pequenas explorações. "Segundo Tollenare, o possuidor de um capital modesto podia começar um algodoal vantajosamente com dez escravos".[112] Nesse caso e também no do arroz, foi comum comerciantes controlarem o processo de beneficiamento, comprando o produto bruto diretamente dos produtores.

Quanto à pecuária, houvera duas zonas principais de fazendas de gado - o sertão nordestino e os pampas sulinos -, fenômeno que esteve estreitamente relacionado às frentes de expansão das fronteiras agrícolas, notadamente no Nordeste, onde o gado foi introduzido pelo europeu e utilizado primeiramente como força motriz dos engenhos trapiches e para outros serviços auxiliares na lavoura do açúcar, servindo ainda como fonte de alimento e couros. Com o aumento do rebanho, foi se destacando da fazenda de engenho, quando se delimitou com nitidez os espaços das pastagens e da lavoura, até ganhar o sertão, para ser criado extensivamente. Na região sulina, a expansão do *gado vacum* pelo Rio Grande deveu-se a destruição da grande missão jesuítica de Sete Povos das Missões, na fronteira oriental das

---

[111] *Id. Ibdem.* P. 96.
[112] *Ibdem.* P. 97.

Américas portuguesa e espanhola; os gaúchos, habitantes da região, reagruparam esse gado, dando origem às estâncias, como eram denominadas as fazendas de gado do Sul do Brasil.[113]

A ocupação do território mais ao interior pelos criadores pecuaristas gerou um sistema de abastecimento tanto das grandes lavouras, quanto das zonas de mineração, o que possibilitou a abertura de vias de comunicação terrestres e fluviais e a formação de pequenos núcleos urbanos que serviam de pontos de repouso e engorda para o gado em marcha, aspecto este constatável no semi-árido nordestino e no sul e sudeste do Brasil, ao longo dos caminhos de tropas.[114] Ao lado da grande lavoura e das lavouras de subsistência, a pecuária completou a base da economia rural colonial brasileira.[115]

O século XIX e, especificamente, sua segunda metade, assistiria o apogeu, em seu potencial máximo, no México e no Brasil, respectivamente, das *haciendas* e das *plantations*, para, logo em seguida, no início do século XX, ser ocasionada a derrocada definitiva desses sistemas e proporcionada sua necessária superação. A Revolução Industrial havia colocado para esses países, independentes politicamente, uma condição pré-determinada na divisão internacional do trabalho que reforçava aquela função já desempenhada no período colonial, segundo a qual se implementara a organização econômica voltada para atender as demandas de consumo do mercado mundial.

> As novas dimensões que assumi o processo de produção industrial exigiam o consumo considerável de matérias-primas. Por outro lado, a agricultura européia perdeu a importância que desfrutava no passado, e veio a ser suplementada pela importação de gêneros alimentícios. Criaram-se, deste modo, as condições para uma especialização no plano internacional, com base na interdependência entre as economias de todas as partes do mundo. Aos países não industrializados, mas com abundantes recursos do solo e do subsolo, coube a função de fornecedores de matérias-primas e de gêneros alimentícios.[116]

Sob estes termos se colocaram tanto a economia mexicana, quanto a brasileira, no contexto mundial. A agricultura desses países se especializou cada vez mais naqueles cultivos de maior valor no mercado internacional, secularizaram propriedades eclesiásticas e alienaram terras improdutivas, recursos no estrangeiro foram captados, pouco a pouco a mão de obra se assalariou e as políticas públicas do Estado eram dirigidas pelas oligarquias agrárias.

---

[113] Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963. P. 121-125, 142-146.

[114] ANDRADE, Manoel Correia de. A Pecuária e a Produção de Alimentos no Período Colonial. *In*: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.) *História Econômica do Período Colonial*. 2 ed. rev. SP: EdUSP; Hucitec, 2002. P. 102-108.

[115] LINHARES, Maria Yedda L. A Pecuária e a Produção de Alimentos na Colônia. *In*: *Id. Ibdem*, 2002. P. 109-121.

[116] CANABRAVA, Alice Piffer. *Op. Cit.*, 2005. P. 104.

O século XIX, em grande parte, recebeu a estrutura agrária colonial, aprimorou-a no novo contexto de redefinição das relações produtivas intensificadas pelo capitalismo industrial e, dessa maneira, ampliou suas contradições internas ao limite, de tal forma que nem as *haciendas* nem as *plantations* resistiriam às primeiras décadas do século XX. No final do século XVIII, havia no México dois tipos fundamentais de *haciendas*, prolongamentos mais ou menos uniformes daquelas oriundas cem ou duzentos anos antes, relacionadas a atividades pecuaristas, mineradoras ou agrícolas: no Norte, as geradoras de muita renda, com capacidade de inversão na economia dos lucros obtidos no comércio, principiavam a acumulação de capital; no Sul, as de baixa ou nenhuma extração de renda, frequentemente autossuficientes, devotavam seus excedentes aos dízimos religiosos e à economia local. No Brasil, o século XVIII fôra da mineração, logo, com o declínio desta atividade, as lavouras tradicionais retomaram a centralidade da produção nacional: açúcar, fumo, algodão e cacau, tal como nos séculos anteriores, cultivados ora em grandes *plantations*, ora por pequenos produtores. Destacou-se também o período de extração da borracha, mas foi na lavoura do café que se encontrava a síntese da produção agrícola brasileira, como a segunda fase da *plantation*. Até 1889, manteve sua feição original, de grande propriedade monocultora com trabalho escravo e uso de tecnologia rudimentar, como pá, enxada, machado e foice. A partir de então e nas primeiras décadas do século XX, ingressou o sistema na época tardia da *plantation*, quando foi possível combinar a grande propriedade monocultora voltada para a exportação com regimes de trabalho não escravo, uso de máquinas e implementos agrícolas, disposição crescente de créditos bancários e formação de capital acumulado.

1.3.1. O Fim da Transição

A longa transição de quatro séculos aproximadamente, com todas as suas alterações no decorrer da idade moderna e no século XIX, alcança seu término nas primeiras décadas do século XX. Neste momento, as características do sistema capitalista, já amplamente difundidas pela Revolução Industrial, pelo desenvolvimento técnico da produção e pela economia de mercado, já ultrapassavam os centros mundiais do capital, deles se alastrando para o restante do mundo. No México e no Brasil, as principais influências vinham dos países da Europa, Inglaterra, França, Holanda e Alemanha, e dos Estados Unidos, países que se industrializavam e forneciam esses produtos, para consumo ou para a infra-estrutura daqueles que, por sua vez, se especializaram em uma economia exportadora de produtos primários, alimentos e matérias-primas, adequando-se à vigente divisão internacional do trabalho.

O modelo econômico primário-exportador consolidado a partir da segunda metade do século XIX, de padrão capitalista, veio a substituir o modelo colonial-mercantil dos séculos anteriores. A principal diferença era de que, neste último, as colônias deveriam produzir com um único propósito de complementar a economia metropolitana, segundo os princípios do mercantilismo e, no primeiro, sob as leis do livre mercado, as ex-colônias deveriam se especializar na produção de determinadas mercadorias que lhes proporcionassem maiores ganhos no comércio internacional, segundo os princípios do liberalismo; portanto a explícita expropriação de riquezas que ocorreu no primeiro momento do colonialismo foi substituída pela possibilidade de ganhos pelo comércio, no segundo momento do liberalismo.

Abria-se às classes proprietárias um novo horizonte, o da acumulação do capital, condição que desencadeou algumas consequências principais: a consolidação de um Estado oligárquico capaz de promover os interesses e os projetos dos grandes proprietários de terras; a máxima expansão e o esgotamento das forças produtivas geradas e reproduzidas nos sistemas de *haciendas* e de *plantations*; e o prelúdio da modernização agrícola, por meio da importação de equipamentos resultantes da inversão dos lucros obtidos na exportação, de expansão dos investimentos por meio de empréstimos ou da instalação direta do capital estrangeiro.

Desde os primórdios da colonização, seja no México, seja no Brasil, o poder político-administrativo e o poder econômico estiveram indissociáveis da posse de terras. Como principal meio de produção, a propriedade da terra foi o fator que delimitou a integração dos indivíduos nas classes dominantes. Apesar de assumir características diferentes ao longo dos

séculos e diferenciar-se entre si mesma, seria possível identificar a existência de uma elite agrária durante toda a história do México e do Brasil, anterior e posterior ao período colonial.

No México, essa elite se formou desde quando se instalara no início da colonização o poder dos *encomenderos*, dos funcionários "ricos e poderosos"; quando a Igreja aumentou enormemente seu patrimônio nos séculos XVI, XVII e XVIII, perceptível nos numerosos monastérios, conventos, igrejas, capelas, colégios, edifícios religiosos, casas, *haciendas* de trigo, de oliveiras, de gado e de minas, panificadoras, moinhos e engenhos de açúcar, além da cobrança de dízimos em terras ou em espécie; e quando se consolidou o poder dos próprios *hacendados*, os proprietários das *haciendas*, os favorecidos pela concessão do latifúndio e do monopólio, que viviam da renda da terra, do comércio local ou da exportação.[117] É este último caráter específico da economia colonial, o comércio exportador que, no Brasil, configurou o predomínio do senhor de engenho e do grande proprietário de terras no topo da pirâmide social; pois tanto o tráfico de escravos quanto as indústrias de beneficiamento, as transações comerciais transoceânicas e as próprias fazendas de gado também se vinculavam diretamente aos ciclos de prosperidade da monocultura. Mesmo quando em retração, crise ou ausência da demanda externa, convertia-se naquela auto-suficiência produtiva, destacando-se mais a economia natural e a de subsistência, com o comércio local dos excedentes ou a exportação interregional.[118]

No século XIX, iniciaram-se mudanças na composição das classes agrárias dominantes no período colonial. Com os processos de independência, mantendo-se inerte parte da estrutura econômica e dos vínculos com a terra, predominando a grande propriedade, ainda que efetivada a ruptura política com as metrópoles e encetada a formação dos Estados Nacionais, aprofundou-se no cerne das classes dirigentes os interesses agrários tradicionais, ao mesmo tempo em que se exacerbaram os cismas e divergências nas próprias oligarquias rurais. Nas décadas após as guerras de independência, no México, muitos *hacendados* estavam fortemente endividados, principalmente com a Igreja, o que resultou no embargo, no arremate e no fracionamento de muitas propriedades. Isso provocou uma renovação da classe proprietária, com a substituição e ampliação dos indivíduos proprietários, por um lado e, por outro, a concentração fundiária pelas corporações eclesiásticas e ordens religiosas que, em algumas regiões, chegavam a deter 60% das terras. O movimento da Reforma reverteu essa situação, com a Lei de Desamortização de 1856 e a Lei de Nacionalização dos bens

[117] FLORESCANO, Enrique. *Op. Cit*. 1976. P. 58-70, 143-152.
[118] FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Formação do patronato político brasileiro. Vol. 1. 10 ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro). P. 230 *et seqs.*

eclesiásticos de 1860. Antigos *hacendados* puderam recuperar suas terras e devedores resgataram seus créditos, a Igreja desapareceu como fração da classe proprietária de terra e como financista de capital usurário, findou o movimento de renovação dos proprietários rurais, surgiu uma classe laica que assumiu a função financeira e especulativa, gozando de prestígio político e econômico, os proprietários de terras saldaram provisoriamente suas dívidas e aqueles que assumiram os bens da Igreja, passaram a viver de rendas, arrendando o solo como rentistas laicos, tal como faziam os antigos donos religiosos.[119]

Nas décadas seguintes à independência do Brasil, mudanças na propriedade rural decorrem da crise das monoculturas tradicionais e dos limites expressivos apresentados às exportações, na primeira metade do século XIX, associadamente à ausência de respaldo no âmbito do poder central, distante do liberalismo em voga, bandeira da oposição. Isolados do poder político, as classes agrárias tradicionais, como a dos senhores de engenho e demais produtores de tabaco e criadores de gado, ampliaram as culturas de subsistência e o comércio local ou regional, consolidando nessas esferas seu poderio, enquanto ascendiam policulturas autônomas visando estes mesmos mercados. A crise das lavouras tradicionais foi inexorável, levando ao declínio das regiões produtoras, mas um declínio relativo, pois nelas continuou havendo produção e as exportações tenderam ao crescimento a partir da segunda metade do século XIX; todavia foi neste momento que a cafeicultura configurou-se como principal atividade econômica do país, promovendo a troca da figura central das oligarquias rurais, das quais saía o senhor de engenho e entrava o cafeicultor.[120]

Ao final do século XIX, mais precisamente, a partir de 1876, no México, e de 1895, no Brasil, estabeleciam-se em ambos os países, Estados oligárquicos, propriamente ditos. Sem deixarem de ser representativos dos remanescentes agrários tradicionais, caracterizaram-se por uma associação com elementos inovadores que, apesar de encerrarem, neles mesmos, variadas oposições, fomentaram o modelo então vigente até o limite de suas capacidades produtivas, o que determinou sua superação. As duas forças atuantes nessas oligarquias representavam a aristocracia fundiária, porventura nobiliárquica, e um empresariado agrícola, mercantil e financeiro, gérmen da burguesia agrária. Mesmo com perspectivas diferentes da riqueza, a síntese dos interesses de classe com as políticas do Estado se consumava em um único projeto de protecionismo estatal à produção agrícola, seja na abertura de mercados internos e externos, seja no estímulo por meio de redução tributária, no controle da produção e

[119] DÍAZ-POLANCO, Héctor. *Formación Regional y Burguesía Agraria em México*. México: Era, 1982 (Problemas de México). P. 39-48.
[120] FAORO, Raymundo. *Op. Cit.* P. 275-281.

na absorção dos excedentes. A defesa desses preceitos, no âmbito do poder público, existiu desde 1875, quando, por exemplo, os *hacendados* de Morelos discutiram com o governo sobre os preços do açúcar no mercado interno e o ingresso do produto no mercado internacional, chegando a um acordo de estabelecimento de cotas baseadas na capacidade de seus moinhos, desencadeando um conjunto de medidas para favorecer os lucros com a exportação do açúcar entre os grandes proprietários regionais e a diminuição de impostos.[121] Foi por volta da crise de 1875 que surgiu no governo brasileiro a intenção de realizar uma política econômica voltada para o setor agro-exportador, que foi preliminarmente votada pelo Parlamento como uma reforma monetária, em 1888. Como não foi realizada, a proposta para o setor manteve-se, no último decênio do século XIX, fundada na depreciação da taxa cambial, em função da grande expansão creditícia que teve início em 1890 e de acordo com as sucessivas conjunturas de crises mundiais, que afetavam a exportação.[122] A partir da crise da Grande Depressão, em 1893, quando sobressaíram os efeitos da superprodução, provocou-se uma reação dos cafeicultores por medidas concretas de uma política de valorização do café, que acabaram por se consolidar no Convênio de Taubaté, em 1906, que tinha o seguinte como essencial:

> a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes;
> b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros;
> c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada;
> d) a fim de solucionar o problema mais a longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações.[123]

Sublinha-se neste ponto que, enquanto, no Brasil, as diretrizes estavam no sentido de conter a superprodução, causa da queda dos preços, no México, os produtores açucareiros de Morelos tinham problema de queda dos preços no mercado interno e as medidas estavam no sentido de estimular a produção e conquistar o mercado externo, ocorrendo um efeito supostamente contrário ao esperado na cafeicultura brasileira, para o mesmo período, posto que "um aumento de 250% na produção de açúcar da região, foi acompanhado por um incremento nos preços domésticos de 30% e por uma redução de 50% nos impostos estatais".[124]

No início do século XX, estava solidamente firmado o pacto oligárquico e um de seus aspectos mais peculiares foi, sem dúvida, o projeto modernizador. Passado todo um período

[121] PITTMAN JR. Dewitt Kennieth. *Hacendados, Campesinos y Políticos.* Las classes agrarias y la instalación del Estado oligárquico em México, 1869-1876. México, DF: FCE, 1985. P. 100-115.
[122] FURTADO, Celso. *Op. Cit.* 2009. P. 247-253.
[123] *Id. Ibdem*. P. 259.
[124] PITTMAN JR. Dewitt Kennieth. *Op. Cit.* P. 140.

de descobertas científicas e avanços tecnológicos, da eletricidade ao motor à explosão, entre muitos outros, tais características constituíam a base dos novos processos produtivos inaugurados com a Revolução Industrial. As relações entre a agricultura e a indústria foram estabelecidas dentro de parâmetros de reciprocidade, de modo que o início da industrialização foi acompanhado de um crescimento da agricultura, nos países que experimentaram aquela. O crescimento agrícola em si seria insuficiente para provocar o advento da indústria,[125] portanto causaria, no máximo, uma inversão dos rendimentos obtidos sobre o excedente produzido, na forma de investimentos.

A chamada modernização agrícola, do final do século XIX e início do século XX - considerando que México e Brasil foram países predominantemente agrários, populacional e economicamente, até meados deste século - resultou primordialmente daquela inversão em produtos importados ou na instalação de capitais industriais estrangeiros. Nas propriedades rurais mexicanas e brasileiras ocorreu um incremento da infra-estrutura, principalmente com a construção de ferrovias e o uso de alguns equipamentos resultantes de processo industrial, auferindo muito parcialmente atributos de mecanização para a lavoura. As economias rurais e especializadas desses dois países, moldadas pela produção de bens primários voltados para a exportação, apenas absorvia os bens resultantes da modernização industrial de outros países, cuja cooperação entre agricultura e indústria já existia desde 1650.

Outro aspecto que desabona um suposto avanço das relações produtivas dos sistemas agrários do México e do Brasil no início do século XX refere-se às relações de trabalho instituídas. O histórico de exploração da mão-de-obra no México é consideravelmente mais complexo do que no Brasil. A absorção das instituições mesoamericanas na Nova Espanha abrangeu muitas áreas, dentre as quais, aquelas relativas aos sistemas de trabalho e o contingente populacional, apesar do vertiginoso no final do século XVI, ofereceu abundante mão-de-obra nativa. A diversidade de formas de exploração de trabalho no México pré e pós-colonial refletiu alterações nas instituições e relações de poder, de acordo com o ramo ou a intensidade da atividade econômica. No Brasil, desde o início da colonização, após ter sido fracassada a tentativa do uso intensivo da mão-de-obra indígena, alocaram-se recursos humanos, sucessiva e continuamente, do exterior, para suprir com uma única fonte a ausência de disponibilidade laboral na própria colônia: os escravos africanos.

No México colonial, a escravidão foi utilizada em pequena escala, por meio do *asiento*, e o sistema de exploração da mão-de-obra indígena, mais rentável, se amalgamou

[125] JONES, E. L. Los Origenes Agricolas de la Industria. *In*: *Agricultura y Desarollo del Capitalismo*. España, Madrid: Alberto Corazón, 1974 (Comunicación, 22). P. 303.

com as formas ancestrais de trabalho comunitário, na chamada *encomienda* por tributos, que garantiu os ganhos da Coroa espanhola. Visando prestações rotativas de trabalho e tributos em espécie e em moeda, esse sistema se reordenou, constituindo o *repartimiento*, que prevaleceu entre 1550 e 1650. Com a importância crescente da grande propriedade rural, o regime de trabalho mais se aproximou daquilo que, no século XVIII, se assemelhava a uma servidão pessoal. No século XIX, o vínculo entre o fazendeiro e o trabalhador se consolidou no sistema de *peonaje*. [126] Os índios que vinculados à comunidade eram obrigados a trabalhar para os espanhóis, pagando tributos, foram os trabalhadores da *encomienda* e do *repartimiento*, comuns até meados do século XVII; os que se desvincularam de suas comunidades ou *pueblos*, se libertando provisoriamente do regime despótico-tributário e aceitavam ocupar terras nos arredores das *haciendas*, foram denominados *gañanes*, *naboríos* ou *laboríos*, predominando como força de trabalho ao longo do século XVIII, quando deram origem aos *peones*, que viviam sob o regime de servidão por dívidas.[127]

> Ao iniciar-se a colonização, se designava com o nome de *naboríos* os índios que sem serem escravos gozavam de menos liberdade que os comunitários. A partir da segunda metade do século XVI, se designa com este conceito os trabalhadores que prestam seus serviços nas unidades de produção espanholas, sem estarem sujeitos ao *repartimiento*. Paulatinamente, se tornam sinônimos os termos de índio *naborío*, *laborío* e *gañan*. (...)
>
> Do que poderia parecer a primeira vista um embrião de trabalhadores assalariados, semilivres, nascerá na agricultura o sistema de *peonaje* por dívidas, que se generaliza no século XIX. "A origem do regime de trabalho nas *haciendas* - escreve Zavala deve buscar-se na *gañanería* voluntária, antes que nas *encomiendas* ou *repartimientos* forçados." [128]

No Brasil colonial, pelo contrário, a escravidão do negro africano, adquirido como mercadoria pelo tráfico, sustentou a maior parte da força de trabalho durante todo o período, nas *plantations*. Outras tarefas relacionadas à produção podiam ser realizadas por trabalhadores livres ou servis, como nas fazendas de gado.[129] Somente na segunda metade do século XIX, com a crise do regime escravista e o uso de trabalhadores imigrantes, iniciou-se a exploração do trabalho sob o regime de mão-de-obra livre, cuja diversidade de mediações e determinações nas relações de produção específicas configurara distinções intrínsecas, como o regime de colonato[130] ou a parceria, uma "relação econômica que ocorre na agricultura ou

---

[126] CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *História Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1983 (Biblioteca de História, v.8). P. 80-82.
[127] FLORESCANO, Enrique. *Op. Cit.* 1976. P. 100-108.
[128] *In*: SEMO, Enrique. *Op. Cit.* 1990. P. 227-229.
[129] LINHARES, Maria Yedda L. *Op. Cit.* 2002.
[130] V. MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra*. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004. (Ciências Sociais, 16). P. 12.

pecuária (...), na qual o proprietário da terra e o trabalhador dividem a produção na base em que contratarem, seja a meia, a terça, a quarta etc.”.[131]

Os regimes de trabalho agrícola nos princípios do século XX não constituíam a forma capitalista de exploração do trabalho, porque esse sistema não havia sido imposto completamente nas relações produtivas, manifestando-se, contraditoriamente, por meio da permanência de relações subsidiárias e vestígios de formas de exploração pretéritas, que escapam ao da empresa capitalista que visa o lucro. Mesmo que houvesse a ocorrência de assalariamento em algumas situações, a racionalização do processo produtivo e a exploração calculista do capitalista não correspondiam aos regimes de trabalho característicos dos domínios rurais mexicanos e brasileiros, nos quais prevalecia o fortalecimento dos vínculos pessoais dos trabalhadores para com os proprietários, em razão da manutenção de níveis mínimos de subsistência. De acordo com relato de Karl Kaerger, estudioso da agricultura latino-americana a serviço do governo alemão, que visitou o México na virada do século XIX para o XX, durante o Porfiriato,

> Cada *hacienda* possui uma série de choças, em geral muito primitivas, para alojar as famílias dos trabalhadores que vivem ali. Cada família recebe, em regra, o mesmo salário que os trabalhadores que vivem em outros lados e que, em geral, é de 2 ou 3 *reales* (25-37,5 centavos) por tarefa. O assentamento dos trabalhadores na *hacienda* se faz através de três meios (fora o aluguel pelas choças ou a cobrança pela permissão para a construção de uma delas), a saber: por dívidas, por transferência de uma porção de terra e por empréstimo de terra para semear milho ou feijão, como meeiro. Esta última forma é em muito a mais praticada (...). As regras dessa prática são as seguintes: a *hacienda* proporciona ao meeiro a terra, a semente (sem que tenha que devolver a metade), a boiada, os instrumentos de trabalho e certo adiantamento em forma de dinheiro ou de milho, o qual tem que retornar o meeiro depois da colheita, seja em milho, segundo o preço corrente ou em dinheiro vivo. (...)[132]

Condição muito semelhante largamente sobreveio no Brasil, quanto à ocupação da terra e a organização da produção, dado o fim do escravismo e a propagação dessa relação de trabalho que, em geral, ficou conhecida como parceria. De acordo com Candido, uma família do interior paulista, sob esse regime, apresentava nítidos sinais de um modo de vida tradicional, voltado para a subsistência, que persistiu durante décadas ou séculos. Era uma categoria de sitiantes, posseiros e agregados, que não se situava no mesmo círculo dos grandes proprietários:

---

[131] *In:* LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *Parceria e Capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. P. 11.

[132] KAERGER, Karl. Landwirtschaft und Kolonisation im Spanischen Suedamerika. Leipzig, 1901-1902 (2 vol.). *In:* KATZ, Friedrich. *La Servidumbre Agraria en México en la Época Porfiriana*. 5 reimp. México, DF: Era, 1991 (Problemas de México). P. 104.

> A esta rudeza [da habitação primitiva] correspondiam técnicas e usos igualmente rudimentares. Segundo os informantes anciãos do grupo que estudei - e que para responder sondavam não apenas a memória infantil, mas a tradição ouvida de pais e avós -, antigamente, a "gente do sítio" fazia tudo e raramente ia ao comércio, comprar sal. Não havia quase negócios; cada um consumia o seu produto e nos anos fartos sobrava mantimento, que "não tinha preço". Todos faziam fio de algodão, que as tecedeiras transformavam em pano, com o qual se confeccionava a roupa: camisolão até o joelho para meninos e meninas; camisa e saia para as mulheres; ceroula e camisa, usada sobre aquela, para os homens. Trançavam-se em casa excelentes chapéus de junco (*Lepidosperma officinalis*), "que duravam dois anos". Andava-se geralmente descalço, e o único calçado era a precata (alpargata), feita igualmente em casa.[133]

A introdução do capitalismo na agricultura mexicana e brasileira certamente esteve relacionada, desde o princípio, aos ímpetos do colonialismo motivado pela Revolução Comercial européia, apresentando um conjunto de características pré-capitalistas, contudo. Durante a maior parte de sua existência, as relações agrícolas de produção e as demais, que foram complementares entre si, configurando sistemas agrários compostos por diferentes atividades econômicas - cultivos agrícolas e beneficiamento, mineração e criação de gado - estiveram sujeitas a níveis distintos de complexidade da organização da produção. Essas distinções revelaram um setor produtivo dominante e um de subsistência, com diversas variações entre eles, em um mesmo contexto, assim como ao longo do processo histórico. A título de identificação daqueles setores dominantes, tanto em relação à durabilidade, quanto ao potencial de expansão e transformação de suas próprias forças produtivas, destacaram-se, respectivamente, no México e no Brasil, as *haciendas* dos mais diversos tipos e as *plantations* das lavouras tradicionais à cafeicultura. Após várias flutuações, entre o século XVI e a primeira metade do século XIX, as *haciendas* mexicanas e as *plantations* brasileiras, que foram criadas pelo sistema colonial e sobreviveram ao seu fim, sofreram violento impacto do capitalismo internacional, então organizado sob a vigência do livre mercado e pós-Revolução Industrial, em decorrência do qual, disparou-se a desintegração daquelas.

A propiciação de uma organização econômica tradicionalmente voltada para a exportação, já enlevada pela condição colonial, autorizou a busca desmedida pela produção prioritária de bens demandados no mercado externo, condicionando uma adequação forçosa da estrutura agrária ultrapassada às exigências previstas pelo modelo primário-exportador, de fornecimento de matérias-primas e alimentos, em uma escala muito superior. Por um lado, os fatores que eram considerados obstáculos tenderam a ser eliminados e, por outro, inovações

[133] CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito.* Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 7 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987. P. 38 e 39.

foram introduzidas, todavia mostrando-se incapazes de cumprir com o novo patamar econômico que emergia para esses países.

Alcançar um novo patamar de organização econômica, em países cujas economias eram predominantemente agrárias, após o colapso de um sistema produtivo secular, teve significações bastante distintas. O processo de superação do antigo e ultrapassado sistema agrário foi se realizando, no México e no Brasil, porém por trajetórias marcadas por profundas assimetrias.

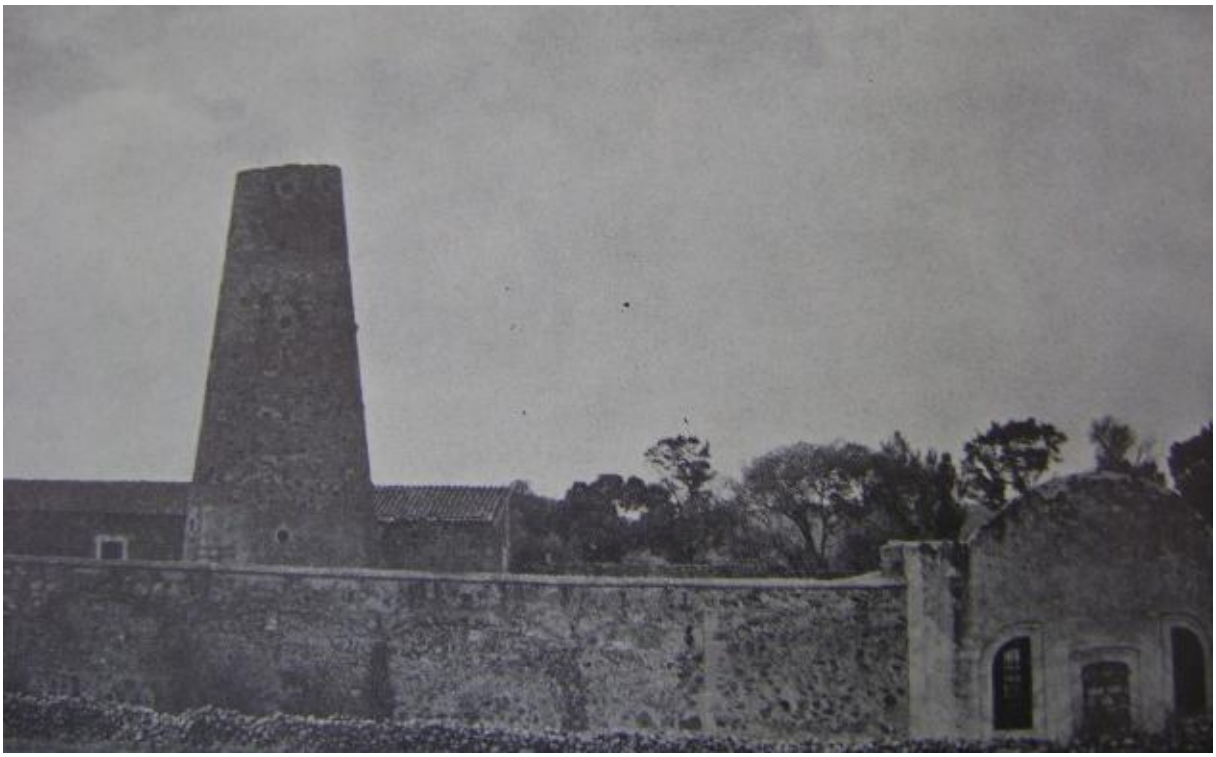


Ilustração 3 - *Hacienda de Xalpa, Huehuetoca*, Estado de Hidalgo, construída no final do século XVI.
FONTE: MAGDALENO *et al*. *Haciendas de México*. México, DF: Rosas Morena, 1966 (Artes de México, nº 79/80, ano XIII). P. 80.

Ilustração 4 - *Hacienda San Cristóbal Zacacalco*, patio interno, [s.d.].
FONTE: MAGDALENO *et al*. *Haciendas de México*. México, DF: Rosas Morena, 1966 (Artes de México, nº 79/80, ano XIII). P. 47.

Ilustração 5 - *Hacienda La Gavia*, fachada, Estado de México [s.d.].
FONTE: MAGDALENO *et al*. *Haciendas de México*. México, DF: Rosas Morena, 1966 (Artes de México, nº 79/80, ano XIII). P. 93.

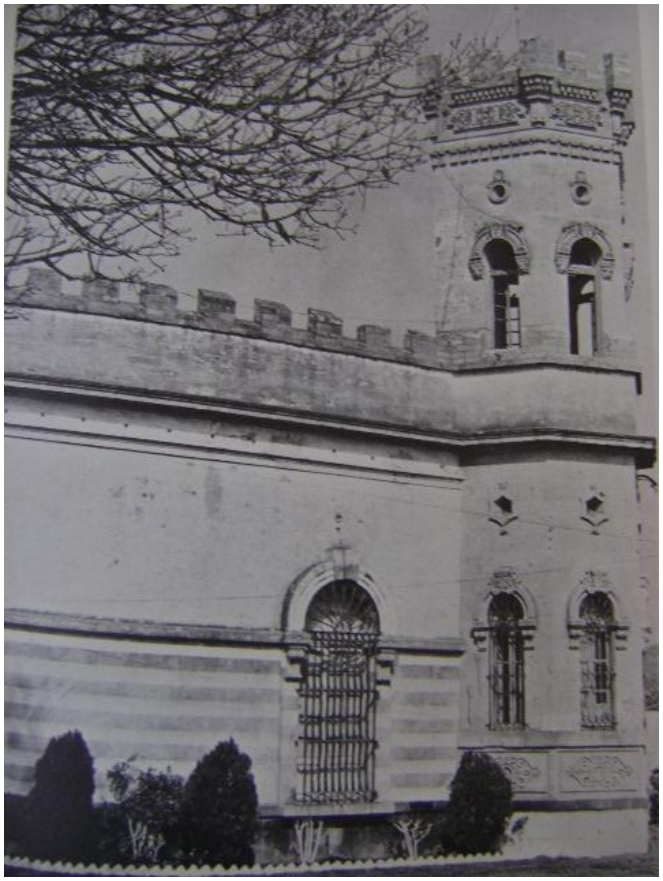


Ilustração 6 - *Hacienda Santa Barbara*, torre, Estado de México [s.d.].
FONTE: MAGDALENO *et al*. *Haciendas de México*. México, DF: Rosas Morena, 1966 (Artes de México, nº 79/80, ano XIII). P. 111.

Ilustração 7 - *Hacienda San Juan Tlacatecpan*, Tinacal, Estado de México [s.d.].
FONTE: MAGDALENO *et al*. *Haciendas de México*. México, DF: Rosas Morena, 1966 (Artes de México, nº 79/80, ano XIII). P. 133.

Ilustração 8 - *Hacienda San Carlos*, corredor da casa, Estado de Morelos [s.d.].
FONTE: MAGDALENO *et al*. *Haciendas de México*. México, DF: Rosas Morena, 1966 (Artes de México, nº 79/80, ano XIII). P. 159.

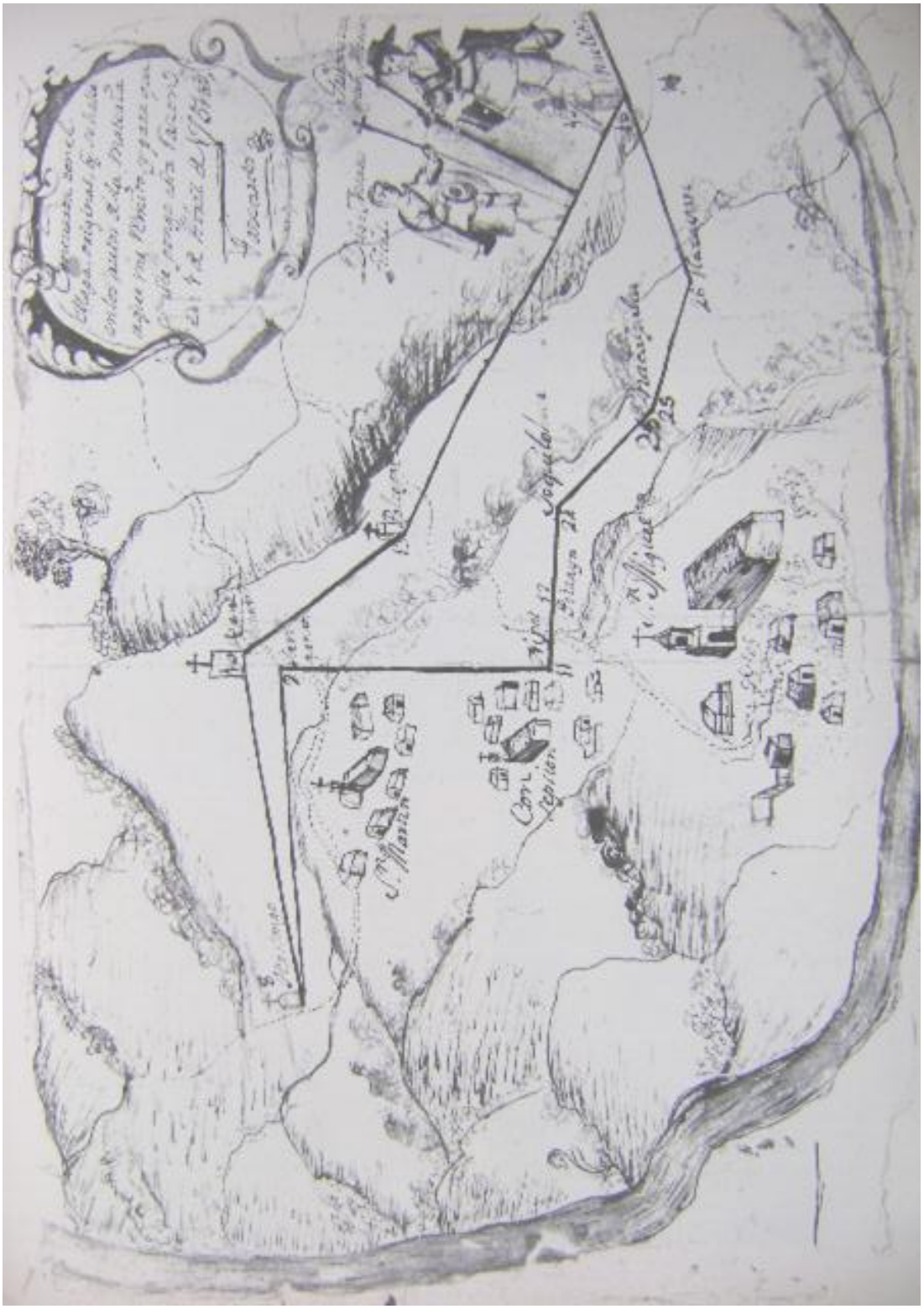


Ilustração 9 - Reprodução de mapa original do ano de 1757, delimitando posses territoriais.
FONTE: MAGDALENO *et al*. *Haciendas de México*. México, DF: Rosas Morena, 1966 (Artes de México, nº 79/80, ano XIII). P. 159.

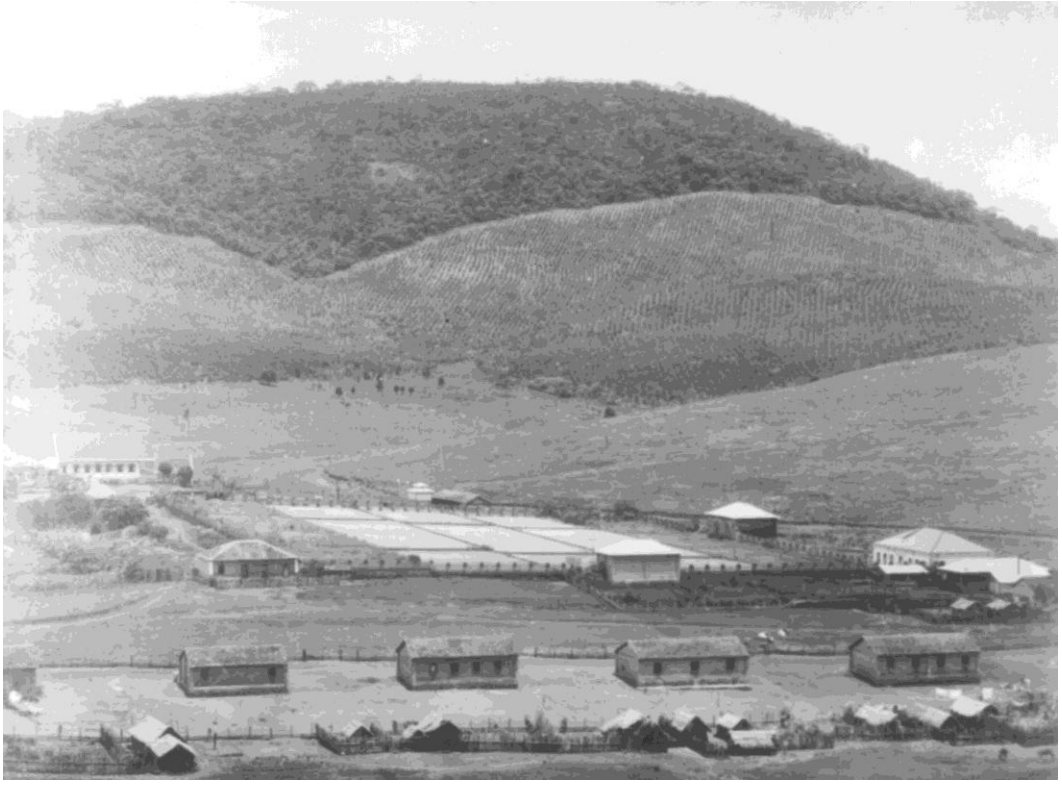


Ilustração 10 - *Plantation* tardia de café, pátio central para secagem dos grãos, Brasil [s.d.].
FONTE: MUSEU do Imigrante. *Acervo Iconográfico*. São Paulo, SP: Arquivo Público do Estado de São Paulo, dez 2010.

Ilustração 11 - *Plantation* tardia de café, colheita e seleção dos grãos, Brasil [s.d.].
FONTE: MUSEU do Imigrante. *Acervo Iconográfico*. São Paulo, SP: Arquivo Público do Estado de São Paulo, dez 2010.

Ilustração 12 - Fim da colheita de café na Fazenda Quilombo, 08/10/1909, Brasil.
FONTE: MUSEU do Imigrante. *Acervo Iconográfico*. São Paulo, SP: Arquivo Público do Estado de São Paulo, dez 2010.

Ilustração 13 - Mão de obra infantil na lavoura cafeeira, Brasil [s.d.].
FONTE: MUSEU do Imigrante. *Acervo Iconográfico*. São Paulo, SP: Arquivo Público do Estado de São Paulo, dez 2010.

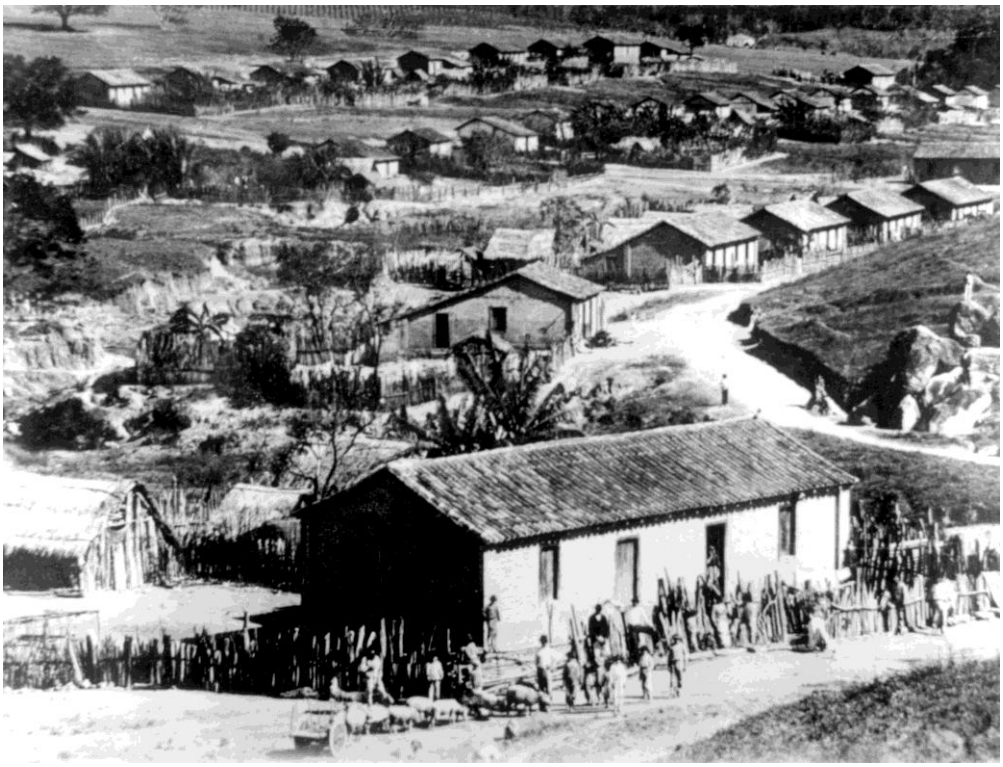


Ilustração 14 - Lavradores, economia de subsistência, Brasil [s.d.].
FONTE: MUSEU do Imigrante. *Acervo Iconográfico*. São Paulo, SP: Arquivo Público do Estado de São Paulo, dez 2010.

Ilustração 15 - *Plantation* tardia de café, aspecto do transporte de carga: coexistência de veículos motorizados e à tração animal, Brasil [s.d.].
FONTE: MUSEU do Imigrante. *Acervo Iconográfico*. São Paulo, SP: Arquivo Público do Estado de São Paulo, dez 2010.

Ilustração 16 - *Plantation* tardia de cana-de-açúcar, corte da cana, 19(?), Estado de São Paulo, Brasil.
FONTE: MUSEU do Imigrante. *Acervo Iconográfico*. São Paulo, SP: Arquivo Público do Estado de São Paulo, dez 2010.

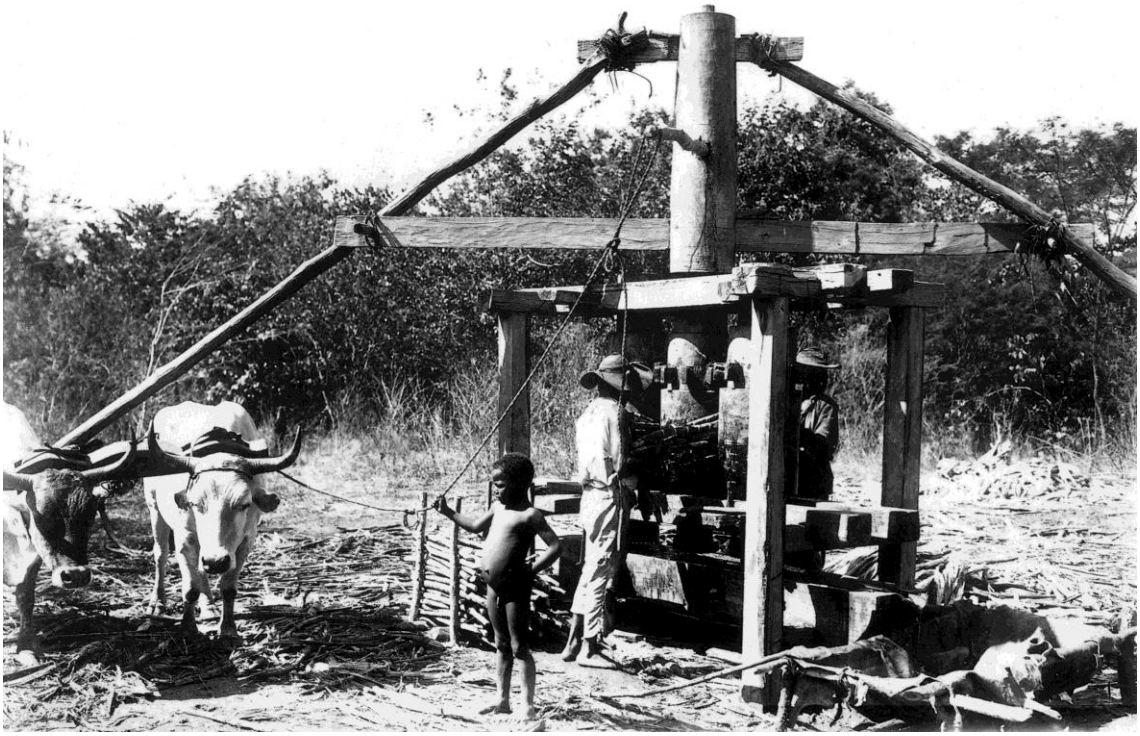


Ilustração 17 - Engenho trapiche, para moagem da cana-de-açúcar com uso de força motriz animal, Brasil [s.d.].
FONTE: MUSEU do Imigrante. *Acervo Iconográfico*. São Paulo, SP: Arquivo Público do Estado de São Paulo, dez 2010.

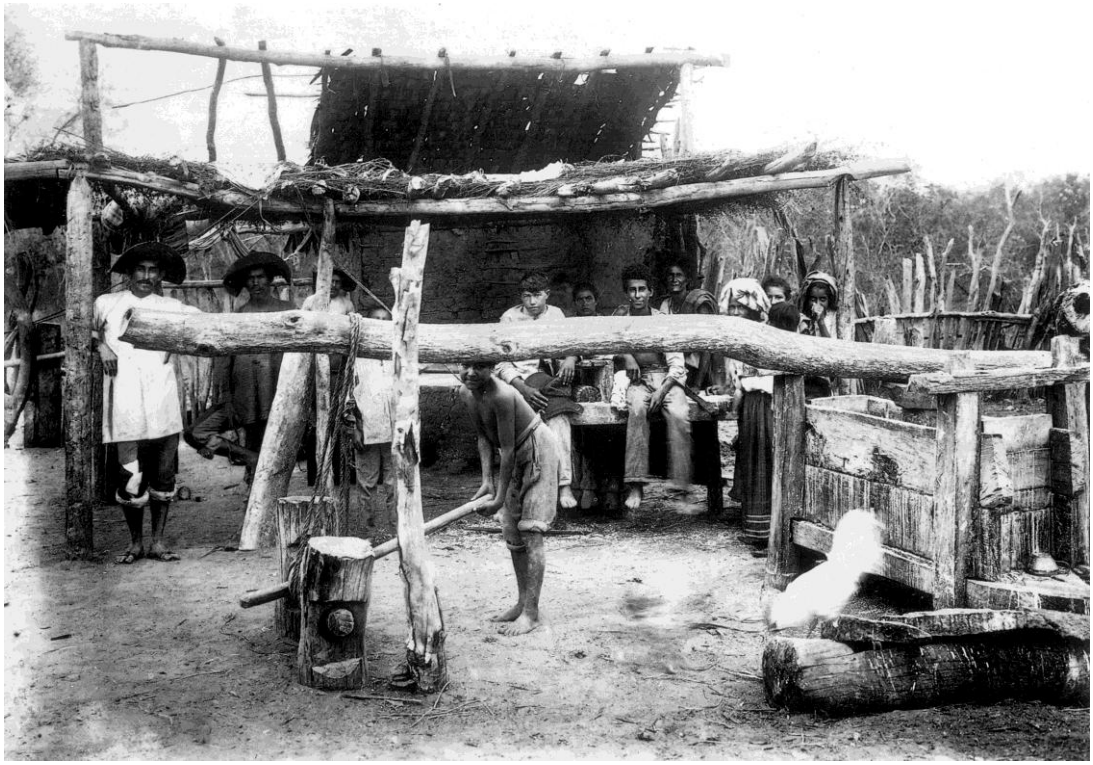


Ilustração 18 - Técnica rudimentar de beneficiamento com uso de força motriz humana (monjolo), Brasil [s.d.].
FONTE: MUSEU do Imigrante. *Acervo Iconográfico*. São Paulo, SP: Arquivo Público do Estado de São Paulo, dez 2010.

Ilustração 19 - Instalação para ensacamento dos grãos de café, virada do século XIX para o XX, Brasil.
FONTE: MUSEU do Imigrante. *Acervo Iconográfico*. São Paulo, SP: Arquivo Público do Estado de São Paulo, dez 2010.

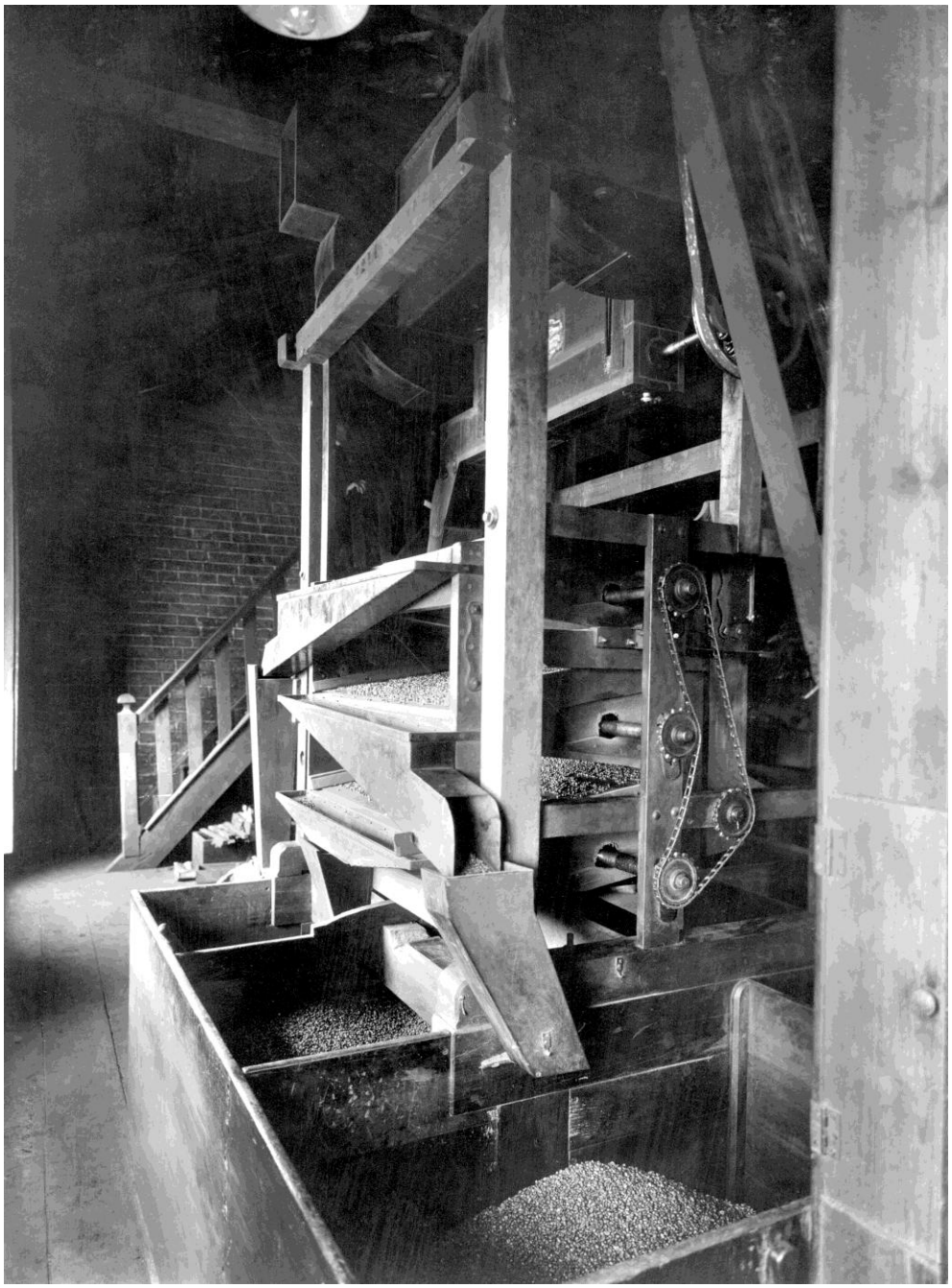


Ilustração 20 - Maquinário para seleção dos grãos de café, Brasil [s.d.].
FONTE: MUSEU do Imigrante. *Acervo Iconográfico*. São Paulo, SP: Arquivo Público do Estado de São Paulo, dez 2010.

CAPÍTULO 2: DAS ORIGENS À EXPANSÃO DA CARGILL

A compreensão da formação do capitalismo na agricultura norte-americana, que perpassa pela via *farmer*, se situou na conjuntura do século XIX. Essa conjuntura se formou em meio ao desenvolvimento da Revolução Industrial nos Estados Unidos, porquanto nela se encontrava a transformação do capital agrícola para o capital industrial e financeiro. Em seguida, a reinversão destes para a economia agrícola, permitiu o advento da agroindústria, em moldes rudimentares, ainda naquele século.

A revolução agrícola dos Estados Unidos foi um resultado bastante anterior, considerando a agricultura que já era realizada pelos nativos, que cultivam tradicionalmente nos vales dos rios e em zonas aluviais os três principais plantios: o milho, a abóbora e o feijão, em sistema de rotação de culturas. Realizada a dominação colonial, se processou a imposição do sistema de fazendas, em algumas situações para o usufruto da comunidade, em outras para o comércio de exportação, pelo uso de trabalho escravo nas *plantations* de tabaco e algodão.[134]

Ainda que iniciada uma rede de comércio de produtos agrícolas internamente, o uso do trabalho escravo remeteu à caracterização de uma fase pré-capitalista da organização da agricultura, embora o sentido da organização da produção, em geral, estava voltado para a consolidação do capitalismo. Foi no século XIX que ocorreu a transição para uma economia estadunidense completamente capitalista, impulsionada pela Revolução Industrial e também por meio da eclosão da Guerra Civil. Outros traços de relações pré-capitalistas ou não-capitalistas de produção existiram, além da escravatura. Por exemplo, as fazendas destinadas a emigrantes, com organização familiar, ou a proto-industrialização do campo que conferiu mais poder de acumulação de capital para a industrialização subsequente, direcionada à economia de mercado.[135]

Menciona-se como elementos dessa mudança, a passagem das plantações extensivas para os plantios intensivos e a transformação da tradição do pioneirismo em uma agricultura comercial, propriamente dita. Essa característica associou, em particular, uma ideologia liberal com um sistema autossuficiente e de alguma produção de excedentes e um sistema escravista de produção em larga escala. Isso foi acompanhado da abertura de mercado para os

[134] HURT, R. Douglas. *American Agriculture. A Brief History*. Rev. Ed. Indiana: Purdue University Press, 2002. P. 3 *et seqs.*

[135] V. HAHN, Steven and PRUDE, Jonathan. *The Countryside in the age of Capitalist Transformation*. U.S.: University of North Caroline Press, 1985.

produtos que vinham do interior, além da abertura de mais de 3.300 milhas ou 5.300 quilômetros, aproximadamente, de canais, até 1840 e mais de 3.000 milhas ou 4.828 quilômetros de ferrovias, no mesmo ano. A mecanização das fazendas familiares, dos chamados "pioneiros", conduziu a formação dos empreendimentos comerciais com uso de maquinário agrícola (charrua, ancinho, capinadeira etc.), cuja origem remonta ao século XVII.[136]

Segundo Beard,[137] a revolução agrícola norte-americana passou por três fases: a ocupação das terras e a acomodação do regime escravista com proprietários, escravos e ocupantes de terras livres; o fechamento final das fronteiras e o desaparecimento de terras baratas ou gratuitas; finalmente, a sujeição do fazendeiro frente o processo de transformação para a economia capitalista, por meio da completa destruição da *plantation* escravista. Para a superação desta contradição entre o escravismo e o capitalismo,[138] a guerra civil foi o acontecimento capital. A "escravidão expandiu apenas para aquelas áreas nas quais o algodão poderia ser cultivado. Sem algodão, o escravismo estaria fadado à extinção".[139] Por exemplo, o negócio do algodão, antes da guerra civil, era organizado em um sistema de manufaturas, cujos proprietários poderiam comprar o algodão, negociar ou fornecer crédito. Depois da guerra, com a fragmentação da estrutura produtiva do algodão, houve problemas na reorganização do trabalho, ocasionando misturas de assalariamento, arrendamento e meação.[140]

---

[136] COCHRANE, Willard W. *The Development of American Agriculture. A Historical Analysis*. 2 ed. U.S.: Minneapolis, 1993. P. 69.
[137] BEARD, Charles. *The Rise of American Civilization*. Rev. Ed. U.S.: The MacMillan Company New York, 1947. P. 259, 269 e 271.
[138] V. GENOVESE, Eugene D. *O Mundo dos Senhores de Escravos*. Dois Ensaios de Interpretação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Pensamento Crítico, 35). P. 37.
[139] DATTEL, Gene. *Cotton and Race in the Making of America*. The human costs of economic power. Chicago: Ivan R. Dee, 2009. P. 50.
[140] *Ibidem*. P. 62.

2.1. UM NEGÓCIO FAMILIAR: DA CONCORRÊNCIA PERFEITA AO MONOPÓLIO

O nome Cargill remete a paróquia de Kergyl, na Escócia, no século XIII. Nos séculos seguintes apareceram familiares na Irlanda, Irlanda do Norte e nas cidades de Virginia, Nova York, Connecticut, entre outros lugares.[141] O negócio empresarial foi organizado a partir de 1865, no período denomidado de "época dos pioneiros", quando surgiram os primeiros empreendedores da organização econômica capitalista norte-americana:

> Will Cargill se revelou em meio a uma mudança. Como Franf Peavey, ele seguiu as estadas de ferro para construir o império dele de silos para armazenagem de cereais. De fato, em 1895, Peavey, Cargill e outra companhia possuíam quase toda a capacidade de armazenagem de grãos, no estrategicamente localizado porto de Duluth. A abrangência da empresa Cargill, ultrapassava o negócio de Peavey, entretanto. Na maior parte, Peavey trabalhou sozinho, enquanto Cargill construiu o império dele com a ajuda de dois irmãos e seu cunhado, John MacMillan. Enquanto Peavey aplicou suas habilitações empresariais apenas no negócio dele de armazenagem e distribuição de grãos, Cargill tentou prospecção de carvão mineral, escoamento de farinha de trigo dos moinhos, mineração de prata e de cobre, construção de ferrovias e compra de madeira para construção e terras para cultivo.[142]

Durante a década de 1870, as ferrovias se estenderam para o Oeste dos Estados Unidos, em direção às grandes planícies de plantação de cereais. [143] Desde 1860, as operações das fazendas dos Cargill em Janesville eram consideradas pequenas, seguindo a tradição familiar e de autossuficiência. Eles obtiveram um bom lucro devido à alta dos preços do trigo durante a guerra civil.[144] Com a "Grande Depressão", cujos efeitos na agricultura se fizeram sentir a partir de 1873, se configurou uma baixa dos preços do trigo[145] e as transformações nas operações comerciais agrícolas começaram a ocorrer:

Em 1865 e, em geral, nos cinco ou mais anos seguintes, os comerciantes de trigo eram pequenos homens de negócios, locais e independentes, sem conexão permanente com qualquer organização externa, assim com sem uma grande firma de grãos, de farinha de trigo, de ferrovia, de cooperativas e nada mais. "Fileiras" de silos, nas quais alguns adquiriram centros de operações sob controle individual, ainda não existiam.[146]

---

[141] WORK, John L. *Cargill Beginnings... an Account of Early Years*. [s.l.]: Cargill Incorporated, 1965. P. 1-3.
[142] GEORGE, Stephan. *Enterprising Minnesotans*. 150 Years of Business Pioneers. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2003. P. 32 e 33.
[143] PERREN, Richard. *Agriculture in Depression 1870-1940*. G.B.: Cambridge University Press, 1995. P. 7.
[144] WORK, John L. *Op. Cit.* P. 59.
[145] PERREN, Richard. *Op. Cit.* P. 8.
[146] WORK, John L. *Op. Cit.* P. 74.

A formação do cinturão dos grãos, com o desenvolvimento da monocultura de cereais, ao longo da fronteira de Iowa e Minnesota foi posterior.[147] A expansão ferroviária foi fundamental para a consecução dos negócios do trigo, alterando "uma miríade de mercados locais em um único, internacional".[148]

Existiram indícios das incorporações da Cargill desde 1866, quando W. W. Cargill foi um dos 62 incorporadores de Canover, uma promissora localidade agrícola, ocasião em que se associou com um residente do lugar, H. C. Marsh. Em torno de 1869, os irmãos de Will Cargill, que trabalhavam em suas grandes lojas de conveniências, em Northwood, Kensett e Sheffield, se associaram e formaram a *W. W. Cargill & Bro*. Em 1870, Will Cargill e sua família se mudaram para a localidade de Albert Lea, junto à linha leste-oeste da ferrovia do Sul de Minnesota, que se tornou a primeira ligação para uma posterior rede integrada de centros de compra de trigo. Naquela região, Cargill construiu seu primeiro silo para armazenagem de grãos, no estado de Minnesota, entre 1871 e 1872, ponto inicial para a expansão nesse estado.[149]

William Wallace Cargill (ou Will Cargill) realizou outras parcerias sólidas com administradores do capital financeiro. O financista Jason C. Easton, do Root River Bank e Robert Eliot, um grande banqueiro de Milwawkee. Em 1873, ano em que a Grande Depressão levou ao fechamento de vários silos, Will Cargill passou a vender seguro de vida da *National Life Insurance Company*. As combinações de negócios da empresa Cargill permitiram que durante os anos depressivos de 1873-1878, ela permanecesse em condições financeiras de adquirir a preço baixo, propriedades que poderiam ser lucrativas após a depressão. Essa operação aumentara a capacidade de armazenamento da Cargill em quatrocentos por cento.[150]

Seguiu-se mais algumas associações e a família Cargill se estabeleceu em La Crosse, uma cidade voltada para o extrativismo de madeira, que se tornara um centro para a comercialização de grãos. Foi lá que se consolidou a aliança da família Cargill com a família MacMillan. A filha de Will Cargill se casou com John H. MacMillan, filho de Duncan MacMillan, cujos negócios prosperavam com a propriedade de um moinho em Neshonoc e por meio de vários cargos que ocupara em firmas e bancos de La Crosse, entre outras fontes

[147] WORK, John L. *Loc. Cit.*
[148] MACMILLAN, Duncan and JOHNSTON, Patricia Condon. MacMillan: the American Grain Family. Minnesota, Afton: Afton Historical society Press, 1998. P. 46.
[149] *Ibdem*. P. 46-48 e WORK, John L., P. 87-89.
[150] MACMILLAN, Duncan and JOHNSTON, Patricia Condon. *Op. Cit.* P. 47-49.

de renda. Nessa cidade, as duas famílias se encontravam na vizinhança de suas mansões em estilo vitoriano.[151]

Os Cargill e os MacMillam ilustraram o fenômeno da associação familiar para a criação e a manutenção de empresas.[152] Esse aspecto caracterizou que o ideal de um regime concorrencial perfeito trouxera, em si mesmo, o espírito do associativismo e da junção de patrimônios particulares. A princípio, essa relação foi parte da natureza do regime de concorrência, necessária à continuidade dos negócios, contudo se revelou, com o passar dos anos, parte importante da estratégia do crescimento empresarial e da avultação patrimonial. Conferiu *status* de ponto de partida para a tendência ao monopólio, portanto à verticalização e a hierarquização dos diferentes setores e dos agentes econômicos.

O período retratado, de expansão das ferrovias e do comércio de grãos, manifestou o aspecto contraditório da época para os fazendeiros brancos do Sul, pequenos agricultores e famílias de negros recentemente libertos. Os fazendeiros sem capital tinham que pedir créditos para fornecedores que captavam recursos de brancos do Norte. Esses créditos eram fornecidos por intermédio da garantia da safra dos grãos, no chamado *crop-lien system*, sobre os quais eram cobrados juros de 25% a 50%. Com a maior lucratividade do algodão, os fornecedores de crédito forçavam os agricultores para o cultivo desse produto; todavia devido a queda dos preços do algodão, durante os anos de depressão (1873 e 1894) e a concorrência com o algodão brasileiro, egípcio e indiano, esses fazendeiros entravam em um círculo vicioso, no qual o crédito para o plantio do algodão foi sendo substituído pelo crédito para a compra de alimentos, pois o algodão ocupara o espaço destes na lavoura. Além desses fazendeiros, havia aqueles pequenos proprietários que viviam em condição de parceiros das antigas *plantations* escravistas. Os grandes proprietários forneciam as ferramentas, os fertilizantes, as sementes, o terreno etc., cujos custos eram deduzidos na colheita. Esse sistema tornou os parceiros legalmente livres, mas economicamente dependentes e, na época de declínio dos preços, mais dependentes e endividados. Por fim, as famílias de negros buscavam sair da condição de pobreza a que foram relegados. Os homens trabalhavam nas fazendas, enquanto as mulheres vendiam produtos rurais e, assim, alcançavam penosamente a libertação dos antigos proprietários.[153]

---

[151] MACMILLAN, Duncan and JOHNSTON, Patricia Condon. Op. Cit. P. 49-59.
[152] GEORGE, S. *Op. Cit.* P. 37.
[153] V. LICHTENSTEIN, Nelson; STRASSER, Susan; ROSENZWEIG, Roy. *Who Built America? Working People and Nation's Economy, Politics, Culture and Society*. NY: Worth Publishers, 2000 (American Social History Project, vol. 2). P. 50-54.

A Cargill & Brother foi um exemplo de associação e parceria – entre empresas. Inicialmente instalada em Iowa, moveu a sede dela para La Crosse e em seguida para Minneapolis, quando efetivou sua expansão junto com a administração de John MacMillan.[154] A fazenda Cargill & Van, outro exemplo de parceria empresarial, no final de 1879, se tornara uma pequena vila com mil carneiros, trezentos porcos, cavalos e um pequeno armazém. Nesta época Cargill tentava o negócio de sementes híbridas. Em 1881 a fase de parcerias terminava e se iniciava a fase de rápida expansão, conduzida pela instalação do escritório na Câmara de Comércio de Minneapolis, centro dos moinhos de grãos do país.[155] A ilustração 21 mostra o anúncio da Cargill, junto com outras companhias, em 1884-1885.

Ilustração 21 – Anúncios sobre armazenamento e comércio de grãos, 1884-1885.

FONTE: KENNEY, Dave. *Op. Cit.* P. 37.

[154] KENNEY, Dave. *The Grain Merchants: An Illustrated History of the Minneapolis Grain Exchange*. Minneapolis: Afton Historical Society Press, 2006. P. 47.
[155] KNEEN, Brewster. *Invisible Giant. Cargill and its Transnational Strategies*. 2 ed. London; Sterling, Virginia: Pluto Press, 2002. P. 20.

As operações em Minneapolis provavelmente acompanhavam as de La Crosse, cujo patrimônio correspondia a pouco mais de 420 mil dólares, em 1889 e constavam dos seguintes bens e direitos:

> 54 silos para armazenagem de grãos e lojas de departamentos em Minnesota e Dakota;
> 16 silos para armazenagem de grãos e lojas de departamentos em Wiscosin, G Bay RR;
> Moinho hidráulico de grãos em Houston;
> Moinho hidráulico de grãos em Hokah;
> Terras cultiváveis em Minnesota e Dakota;
> Propriedade na cidade de La Crosse;
> Fundo na *La Crosse Milling Co*. [moinhos];
> Fundo no *La Crosse National Bank* [banco];
> Fundo na *La Crosse Abittior Co.*;
> Fundo na *La Crosse Street Car Co.*;
> Fundo na *La Crosse Opera House*;
> Fundo na Cia. Hidrelétrica do Salto Ste. Marie;
> Loja de Departamentos & Instalações Domésticas em Long Praire.[156]

Além dessas, ainda havia investimentos em gado, em minas de carvão, em fundos de minas de ouro e em outros negócios não ligados aos grãos. Em 1909, ano da morte de Will Cargill, a empresa quase foi a falência, devido a ações mais sucedidas, ligadas à venda de terras no estado de Montana. Na ocasião, foi o cunhado dele, John MacMillan, quem contornou os débitos da empresa e evitou a dissolução do patrimônio da Cargill.

Da guerra civil à virada do século XIX para o século XX, os Estados Unidos deixavam de ser uma formação econômica de grandes empresas para constituir a tendência ao monopólio:

> Astutos homens de negócio perceberam que se eles trouxessem firmas competitivas para uma única organização, eles poderiam reduzir custos e – o que é mais importante – controlar preços. O instrumento primário para atingir esses fins foi a corporação, então veio o *pool* e, então, o truste. A corporação foi um subterfúgio para criar uma pessoa fictícia a qual poderia usufruir de vantagens legais, mas evitando as responsabilidades morais de um ser humano. Ela usufruiu de vida permanente, de poder para abrir a venda de ações e de notas promissórias, limitada responsabilidade em dívidas e, no tocante às restrições de princípios, obteve o direito de fazer negócios em qualquer lugar da nação. O truste foi, com efeito, uma combinação de corporações na qual cada um dos integrantes poderia por seus fundos nas mãos de "gerenciadores de trustes", os quais gerenciariam o negócio no todo. No passar do tempo, o termo truste veio a designar qualquer grande combinação de negócios. As vantagens dos trustes também foram óbvias. Eles tornaram possíveis combinações em grande escala, controle e administração centralizada, a eliminação das unidades menos eficientes, a reunião de patentes e, pela via dos recursos de capital deles, poder para expandir, para competir com empresas estrangeiras, para barganhar nas relações de trabalho, para tirar o máximo proveito das

[156] MACMILLAN, Duncan and JOHNSTON, Patricia Condon. *Op. Cit.* P. 62 e63. *Colchetes Nosso*.

> ferrovias e para exercer imensa influência na política, dos estados e nacionalmente.[157]

Durante as três primeiras décadas do século XX, a Cargill passou por duas fases principais: o quase colapso, em 1909, e sua recuperação, até 1915; após a recuperação, reorganização e nova fase de expansão, com o impulso da 1ª Guerra Mundial, até 1930. Desde 1890, a Cargill se instituíra como uma corporação, pois a *Cargill Bros*, de Minneapolis, se tornou *Cargill Elevator Company* e, em 1892, a W.W. *Cargill & Bro*, de La Crosse, se transformou em *W.W. Cargill Company*, cada uma com um capital social de 350 mil dólares.[158] Ainda entre 1899 e 1901, a Cargill também encampou o negócio de madeira, com a compra da Sawyer & Austin Lumber Company, de Wiscosin. Em 1904, foi comprada a Thorpe Elevator Company, uma companhia que possuía 52 silos em Minnesota e North Dakota. Em 1905, a Cargill adquiriu o silo "T", em Minneapolis, da Spencer Grain Company, que se tornou, em 1929, uma moderna estrutura cilíndrica de concreto para armazenagem de grãos, com vários anexos. Os primeiros silos eram de madeira e serviam para armazenar os grãos comercializados que estavam em trânsito, receber grãos de produtores, misturar grãos e os reenviar para consumidores.[159]

Essa modernização agrícola conduzida pela iniciativa privada foi acompanhada de um interesse da Administração Pública, nos Estados Unidos, representado nas ações do Departamento de Agricultura. Criado desde maio de 1862, foi sendo reorganizado e no início do século XX, contava com diversas divisões, voltadas para a pesquisa e o conhecimento das condições metereológicas, da indústria animal e vegetal, das florestas, de química, do solo, de entomologia, de levantamento do ecossistema, de estimativa de produção e colheita de grãos, entre outros aspectos. De particular atenção, o gabinete da indústria vegetal, formado em 1901 a partir de cinco outras divisões, analisava os problemas da produção agrícola. Ele conduzia investigações:

> (...) das causas, prevenção e tratamento das doenças das plantas, incluindo frutos, ornamentais, de sombra e árvores das florestas; da fisiologia e reprodução dos grãos; da bacteriologia do solo; da nutrição das plantas; da fertilidade do solo; da aclimatização e adaptação de plantas graníferas introduzidas das regiões tropicais; das plantas medicinais e venenosas; da fisiologia e fermentação das plantas; da tecnologia para grãos; das plantas fibrosas; de biofísica; de testes de sementes; das plantas apropriadas para fabricação de papel; do melhoramento e da produção de

[157] NEVIS, Allan; COMAGER, Henry Steele. *A Pocket History of the United States.* 9 ed. New York: Pocket Books, 1992.
[158] BROHEL JR., Wayne G. *Cargill. Trading the World Grain.* Hanover & London: University Press of New England; Dartmouth College, 1992 (v.1). P. 77. *Elevator* é a designação em inglês para o conjunto do silo para armazenagem de grãos com toda a maquinaria acessória.
[159] *Ibidem*. P. 109.

> cereais; das plantas resistentes à seca e à alcalinidade; de botânica econômica e sistemática; do melhoramento e utilização das plantas selvagens e das terras de pastagem; da agricultura em terras desérticas; da irrigação no Oeste; da utilização das terras reclamadas por meio do "Ato Reivindicatório" e de outras áreas nas regiões áridas e semi-áridas; da pomologia; da horticultura; da introdução nos Estados Unidos de sementes e de plantas estrangeiras; de grãos forrageiros; do algodão; do tabaco; do linho; da espiga do milho; da cana-de-açúcar; e da garapa da cana-de-açúcar.(...) [160]

O projeto da Cargill nas terras de Montana, encaminhado desde 1908, seguiu o modelo de colonização. Otimisticamente, a propriedade adquirida das terras foi sendo revendida para colonos, com o intuito de transformá-las em áreas cultivadas e visando, principalmente, saldar a dívida com banqueiros de Boston, os quais haviam fornecido crédito para a compra. Os negócios abarcavam a construção de uma ferrovia e a incorporação de um novo sistema de silos da *Cargill Elevator Company*, devido à potencial produção de trigo no Estado. Em meio a uma crise interna no gerenciamento do projeto, Will Cargill morreu em 1909. Seu Patrimônio empresarial foi avaliado em 6,7 milhões de dólares; para o pagamento das dívidas adquiridas, se pensou na liquidação da *Cargill Elevator Company*. A solução para a crise financeira instalada com os banqueiros foi dada pela venda de algumas propriedades, como os silos, as lojas de departamentos, um depósito de carvão, os holdings menores e a companhia madereira *Saywer & Austin Lumber Company*.[161]

Entre 1911 e 1912 havia se iniciado uma nova forma de análise da qualidade dos grãos de cevada. A forma tradicional, que consistia na simples observância da aparência dos grãos, foi sendo substituída pela realização, ainda um pouco rudimentar, por uma análise química que consistia, basicamente, de testes de hidratação e germinação.Os comerciantes de cevada rejeitaram a técnica, forçando o governo a editar o Ato de Padronização dos Grãos, oficializando os padrões dos grãos comuns e instituindo um sistema federal de licenciamento e supervisão dos grãos, por meio de inspetores, cujos julgamentos ainda levavam em consideração a aparência física.[162]

O período que se seguiu foi de reorganização da empresa. Em 1912 foi estabelecida a empresa de seguros *Cargill Securities Company*. A política interna para o saneamento financeiro da Cargill determinou, a partir desse ano, novas associações entre empresas, venda das propriedades e das partes do fundo social da *Cargill Elevator Co*., para familiares e empregados mais próximos do alto escalão de gerentes. As colheitas de trigo nos dois

---

[160] UNITED STATES. DEPT. OF AGRICULTURE. OFFICE OF THE GENERAL COUNSEL. *A Brief Statutory History of the United States Department of Agriculture (1916).* U.S.: Cornell University Library, 2011 (Digital Collection). P. 9.
[161] BROHEL JR., W. G. *Op. Cit.* (v.1) P. 150-167.
[162] *Ibidem*. P. 177-179.

primeiros anos da I Grande Guerra, 1914 e 1915, possibilitaram recordes no estoque de cereais. A demanda gerada pelo conflito aumentou em uma escala sem precedentes a exportação de grãos, gerando uma euforia entre os produtores, que venderam a um bom preço suas safras. Em 1916, más condições climáticas afetaram as colheitas e as mudanças no cenário da guerra provocaram quedas nas exportações. Preços elevados e predomínio dos interesses dos negociantes exportadores provocaram, em fevereiro de 1917, uma série de revoltas populares na cidade de Nova York, pois os cidadãos comuns haviam perdido o acesso aos alimentos. As "revoltas da fome" foram sufocadas por meio de uma intervenção do governo que exigiu o controle sobre o comércio de grãos e a fixação dos preços sobre eles, naquele ano. A demora na decisão de preços mínimos e máximos, somada à entrada dos Estados Unidos na guerra, mantiveram a instabilidade social e os preços elevados; contudo a alta demanda pelas exportações impulsionou o maior lucro da história da Cargill, ultrapassando um milhão de dólares na comercialização da colheita de 1916-1917, principalmente em relação ao trigo e à cevada. No último ano da guerra, o comércio e os preços dos grãos foram finalmente regulados pelo governo, o que ocasionou vertiginosa queda no lucro dos exportadores.[163]

A questão dos cereais nos Estados Unidos, notoriamente a do trigo, permeava interesses divergentes e foi fonte de conflitos, nas décadas de 1920 e 1930, entre produtores, comerciantes de grãos, donos de moinhos e consumidores do trigo, na forma de pão. Após a experiência reguladora no fim da guerra os anos seguintes colocaram novas implicações para o comércio de grãos. Alternando períodos de boas safras (1918-1919) e más safras (1920-1921), se inaugurava um período de maior controle e intervenção do governo na economia. Sobre o comércio de grãos, um estudo detalhado da Comissão Federal de Comércio foi publicado, em 1920; no ano seguinte, o Congresso iniciou um debate sobre a venda de futuros, sugerindo uma taxa para os grãos a entregar e, assim, evitar o excesso de práticas especulativas. Na sociedade, os grandes comerciantes de grãos eram atacados, pois se consolidava a monopolização do setor: segundo uma tabela daquele estudo da Comissão Federal de Comércio, quatorze companhias tinham o controle de aproximadamente oitenta por cento da capacidade total da armazenagem de grãos; a Cargill figurava em sexto ou sétimo lugar, com capacidade de 1.800.000 *bushels* (450 mil toneladas).[164]

O problema agrário norte-americano ou *farm problem* encetou contínuos debates, congressos e ações governamentais. Nada que afetasse profundamente os negócios da Cargill

[163] BROHEL JR., W. G. *Op. Cit.* P. 179-232.
[164] *Ibdem*. P. 270.

que instaurava, na segunda metade da década de 1920, uma maior centralização administrativa. Nesses anos, os negócios e os lucros da *Cargill Elevator Company*, que estivera à beira da falência na década anterior, se revelaram muito bem recuperados:

> Nos quatro "anos dos grãos", de 1925-1926 até 1928-1929, a Companhia obteve, em média, pouco mais de meio milhão de dólares em ganhos líquidos e com uma política conservadora de divisas, a riqueza líquida cresceu modestamente de US$4 milhões, no primeiro desses anos, para US$4,8 milhões, no último. Neste último ano da safra 1928-1929, pouco antes do *crash*, a Companhia vinha comprando no nível de 1927-1928 (25 milhões de toneladas de todos os grãos), embora houvesse fortes sinais da crise neste quadro.[165]

Outras contradições do desenvolvimento capitalista da agricultura norte-americana se fizeram notar, mais uma vez, com a crise de outubro de 1929. Nessa ocasião, após ser constatada a incapacidade do governo para financiar os produtores, foi criada a Corporação Nacional dos Produtores de Grãos, uma espécie de cooperativa agrícola, com o objetivo de congregar donos de silos, terminais e demais ramificações da cadeia de distribuição do trigo, além dos produtores, em uma organização única, para enfrentar os desafios do mercado. Frente a essa iniciativa, o escritório da Cargill em Minneapolis, por meio de John MacMillan, se posicionou contrário, interpondo o argumento que aquela organização se revestia de um caráter de monopólio, custoso e ineficiente, no qual todos os fazendeiros estariam obrigados a ingressar![166]

De qualquer forma, se confirmava a instalação de um regime concorrencial imperfeito. A tendência ao monopólio, resultante da sucessiva acumulação de capital, juntamente com as dinâmicas de centralização e de concentração dele, aconteceu em distintos níveis da produção e da circulação dos bens agrícolas, causando as diferenciações no conjunto do sistema. Naquele caso específico, houve um conflito entre os grandes comerciantes e os produtores de grãos. Na medida em que estes se organizavam para obter vantagens, aqueles perdiam espaço para promoverem a comercialização do produto no mercado. Assim, os grandes mercadores, que se organizavam em corporações, próximas de trustes, atacavam a organização dos produtores de enraizamento monopólico, embora aqueles mercadores estivessem eles próprios inseridos em uma estrutura monopolista de mercado; portanto uma estrutura de concorrência imperfeita de monopólios ou um oligopólio.

Com a maior dimensão da concorrência imperfeita e com a crise de 1929, as diretrizes econômicas governamentais foram acentuadas, intensificando a ação governamental. Durante a década de 1930, se destacaram três principais políticas no âmbito do *New Deal* para a

[165] *Ibdem*. *Op. Cit.* P. 331.
[166] *Ibidem*. P. 343-345.

agricultura, proporcionadas nas administrações de H. Hoover e F. D. Roosevelt:entre 1929 e 1933, várias medidas, várias das originárias dos debates da década de 1920, surgiram com o intuito de manter elevados os preços de exportação e manter no nível global os preços domésticos. Os objetivos eram perseguidos por uma nova agência estatal agrícola, o *Farm Board* e com recursos do Ato dos Mercados Agrícolas, que contava com um fundo de US$500 milhões, além de estímulos para a organização cooperativada dos produtores de milho, trigo, tabaco, algodão, criadores de animais, frutos e vegetais do leste e frutas da Califórnia. Apesar do sucesso de algumas metas, os preços entraram em colapso, aprofundando a depressão econômica, que levou em torno de um quarto dos produtores à bancarrota. Em 1933, sobreveio o Ato de Ajustamento Agrícola, que substituiu o Farm Board pela Administração de Ajustamento Agrícola – AAA. Essa agência teve autoridade para se utilizar de diversas estratégias que visassem impulsionar a agricultura: a criação de taxas sobre alimentos para financiar produtores e subsidiar as exportações, a negociação de acordos e o estabelecimento de preços mínimos, a criação de um sistema de lotes e quotas para a produção, entre outras. Além das medidas do AAA, a administração de Roosevelt reorganizou um sistema de crédito para agricultores e até mesmo, comprou terras para remover os agricultores da produção; incentivou a produção de fertilizantes e distribuiu energia elétrica a preços baixos para cooperativas rurais. Finalmente, em 1938, surgiu o Ato de Ajustamento Agrícola e Conservação do Solo, que buscou aperfeiçoar os efeitos do ato anterior, estimulando os agricultores a práticas de preservação e fertilidade do solo.[167]

As mudanças da década de 1930 expressaram a reorganização da produção agrícola no sistema capitalista. A eminência das crises econômicas, abarcando grandes grupos econômicos (corporações, trustes, cartéis e monopólios) promoveu uma ambiguidade na centralidade da economia, entre o novo agente econômico, o Estado e o antigo agente econômico, a livre empresa de iniciativa privada. Apesar da natureza dicotômica da relação entre esses agentes, subsistiu uma perspectiva conciliatória. Por um lado, se relevou ao Estado que as relações econômicas não eram atributo exclusivo das grandes empresas privadas:

> (...) os programas do New Deal incluíram controle de produção e delimitação de terras produtivas, recompensas para a exportação, apoio a cooperativas, socorro alimentar, inflação da moeda, aposentadoria agrária e reassentamento limitado para fazendeiros despossuídos, fundos de subsídios para as commodities, contratos mercantis, recuperação e reabilitação de fazendeiros pobres.[168]

[167] CONKIN, Paul K. *A Revolution Down on the Farm. The Transition of American Agriculture since 1929*. US: The University Press of Kentucky, 2009. P. 51-76.
[168] CONKIN, Paul K. *Op. Cit.* P. 52.

Por outro lado, o aspecto conciliatório do Estado com o capitalismo monopolista, acentuou a tendência à centralização e a concentração do capital:

> (...) Um dos efeitos de longa duração desse sistema baseado na produção foi a tendência para os pequenos, os menos competitivos agricultores deixarem a agricultura, frequentemente vendendo a terra deles para vizinhos comercialmente mais bem sucedidos. Ao mesmo tempo, o importante e crescente Departamento de Agricultura, apesar de batalhas internas, continuou a favorecer, para a sua própria sobrevivência – os fazendeiros mais influentes e capacitados. Programas que respondiam às necessidades dos pequenos fazendeiros, ou para o declinante número de proprietários, foram incapazes de concorrer efetivamente por fundos e no caso da Administração da Seguridade das Fazendas, sucumbiram em face da hostilidade do Congresso.[169]

A nova conjuntura erigiu antagonismos para as pretensões da Cargill. A política de controle do *Farm Board* desagradara seus dirigentes e quando, no outono de 1930, o Centro de Comércio de Chicago ou *Chicago Board of Trade* – CBOT tomou a decisão de criar regras para a venda de grãos em contratos futuros, companhias como a Cargill seriam afetadas. Os contratos tinham por base créditos bancários e a exigência de carregamentos regulares de grãos contrariava as expectativas especulativas. Nesse mesmo ano, o CBOT começou a negociar entregas de grãos futuros soviéticos, que eram vendidos a preços abaixo da média internacional. A União Soviética desejava criar uma grande concorrência para a importação de maquinário agrícola e assim, voltava sua produção de grãos para a exportação. Atendendo pedidos do governo, o CBOT interrompeu a venda dos grãos estrangeiros, mas manteve a restrição para a venda dos grãos nacionais. Apesar das ações do *Farm Board* e do CBOT, a Cargill obteve, na safra de 1929-1930, lucros superiores a US$1,2 milhões e em 1930-1931, ganhos de pouco mais de US$1,3 milhões, recordes na história de vendas da empresa. Desde 1929, o patrimônio da Cargill decaíra de US$17,2 milhões para US$7,3 milhões, situação ainda bastante segura, em uma época em que milhares faliram.[170]

---

[169] *Ibdem*. P. 76.
[170] BROHEL JR., W. G. *Op. Cit.* (v.1). P. 351-360.

2.2. A *CARGILL, INCORPORATED* (PÓS - 1930)

Com o objetivo de garantir a estabilidade organizacional, evitar conflitos e aumentar o controle sobre as enormes somas em dinheiro que se acumulavam nos fundos de capital das famílias Cargill e MacMillan, de alguns poucos altos funcionários e de amigos próximos, uma nova corporação foi formada, para gerir esse fundo comum: "uma nova corporação foi formada para assegurar o fundo familiar da *Cargill Elevator Company*, incluindo aquele levantado pela *Cargill Securities Company*. O nome escolhido foi *Cargill, Incorporated*, registrada como uma corporação de Dalaware, em 18 de julho de 1930". [171]

A *Cargill, Incorporated* se constitui completamente até 1936 e foi considerada, pela posteridade, como a matriz de todas as subsidiárias que surgiram, posteriormente, em sua expansão.

A década de 1940 trouxe novas vantagens para a corporação. Em 1940 ela recuperou os privilégios de comércio no CBOT. Também houve debates sobre a estrutura e a liderança da empresa. Durante a 2ª Guerra Mundial se alavancaram novas oportunidades:

> *Cargill Inc.* foi bem sucedida durante a 2ª Guerra Mundial, usufruindo de contratos com o governo para a construção de navios, armazenagem e entrega de grãos e prestação de serviços segundo as necessidades da agricultura. O Banco Nacional Chase (...) agraciou a Companhia na primavera de 1945 pela sua forte posição financeira: "O capital de giro mais que duplicou desde maio de 1941 – uma verdadeira conquista pela qual nós demonstramos muita satisfação." [172]

Os anos entre 1930 e 1945 demonstraram vários conflitos internos e externos, enfrentados pela *Cargill, Incorporated* como adversidades e adaptações próprias do mundo dos negócios, todavia se constituíssem como contradições lógicas da organização capitalista da produção e da circulação de mercadorias, imbuída da necessidade dos lucros e da transação financeira do excedente econômico dos grãos. A modernização agrícola, seguindo a tendência ao monopólio, ao aumento da produtividade e à configuração de um sistema de preços desejáveis para as demandas externas e domésticas, esteve suscetível a diversas negociatas, mas acabou apresentando uma direção comum. Nesse período a *Cargill Inc.* continuou sua política de aquisições e arrendamentos de silos para a armazenagem de grãos estrategicamente localizados visando o escoamento do produto. Ampliando sua ação sobre o transporte da

[171] BROEHL JR., W. G. *Op. Cit.* V.1. P. 360.
[172] BROEHL JR., W. G. *Op. Cit.* V.1. P. 686. *Apud:* KNEEN, B. *Op. Cit.* P. 21.

produção, buscou pelo controle de mais ferrovias, além de iniciar a aquisição de balsas, barcos e navios, visando o transporte fluvial, marítimo e transoceânico.

Durante a 2ª Guerra Mundial, os contratos assinados com o governo para a construção de navios impeliram os investimentos para a diversificação. Após o ataque japonês em *Pearl Harbor* e a entrada dos Estados Unidos no conflito mundial, se instaurou uma tensão interna sobre a legislação agrícola e o controle de preços. A produtividade dos grãos aumentou e havia uma grande quantidade de estoques armazenados, contudo o livre comércio e a venda de futuros sofreram restrições; a logística para o armazenamento e o transporte dos grãos também foi prejudicada, devido aos esforços de guerra. Frente a essas dificuldades, a Cargill ainda obteve ótimos resultados em 1841-1942 e em 1942-1943, quando a capacidade de armazenagem de grãos da empresa alcançou os 18 milhões de toneladas e o lucro dos negócios bateu novo recorde histórico, atingindo praticamente a cifra de US$2.750.000, em 1941-1942. Parte desses lucros se deveu a comercialização de centeio, importado do Canadá. A Cargill fez compras de enormes quantidades em 1942-1943 e, nos anos seguintes, foi acusada de tentativa de controlar o mercado, que lhe valeu novo processo em Chicago. Em dezembro de 1941, o Departamento da Marinha fez uma solicitação inicial para a Cargill sobre a construção de trezentas balsas-tanques de combustível. Posteriormente, o número foi reduzido para oitenta. Antes que o projeto começasse, a Marinha fez nova proposta, para a construção de seis navios contêineres – AOG de transporte de óleo diesel e gasolina, com noventa metros de comprimento (300 pés), quatorze metros e meio de envergadura (14 pés) e capacidade para quinze mil barris. A assinatura do contratou condicionou a Cargill à construção de um estaleiro, o *Port Cargill*, e à compra de uma companhia ferroviária, a *Minnesota Western Railway Company*. O primeiro navio foi lançado em novembro de 1943.

Dando continuidade ao segmento do milho e de outros grãos da base alimentar, duas novas áreas de atuação surgiram: em 1942, se iniciou o comércio de ração canina, sob a marca *Cargill Dog Food* e, logo em seguida, surgiu o interesse na fabricação de um composto balanceado para pessoas, uma "ração humana", na qual dentre os diversos ingredientes se encontrava a soja. O projeto da ração humana foi extinto no final de 1945, mas permaneceu o interesse no processamento da soja, para o aproveitamento da carne de soja e do óleo de soja.

As mudanças no período da 2ª Guerra se perpetuaram. Além da reformulação de sua estrutura administrativa, a Cargill continuou abarcando novos negócios. Ela adquiriu seus próprios navios contêineres, balsas e mais dois centros de operações, um para o comércio de um tipo de hidromel e o outro para o processamento da soja. Com o prolongamento das pesquisas sobre a dieta alimentar dos animais, em outubro de 1945, a Cargill comprou todo o

capital social da *Nutrena Mills, Incorporated*, uma empresa do meio-oeste, instalada nos estados de Kansas e Iowa. A Nutrena tinha organização, estratégias e produtos diferenciados da Cargill. Contava com uma linha completa de sementes para a avicultura, a suinocultura e a pecuária de leite e de rações para coelhos e cães; fazia anúncios radiofônicos e televisivos e possuía uma administração descentralizada, com unidades autônomas.

Em 1945, a Cargill era considerada a maior e a mais importante mercadora de grãos do mundo. Na época, disputava com três fortes concorrentes: a organização holandesa *Bunge*, que operava desde a Argentina; o grupo *Louis Dreyfus*, de Paris; e a belga *Continental Grain*. Nesse contexto, a aquisição de barcos dirigíveis e balsas para o transporte fluvial dos grãos pelo rio Minnesota e pelo Mississipi, constituíram parte da estratégia de expansão da empresa no território norte-americano. Também com esse propósito, foi criada uma base para o trituramento de linho, em 1946, com capacidade para processar mais de 700 toneladas. Para melhor operacionalização de seus produtos, que vinham se diversificando, foram criadas duas divisões: a Divisão de Grãos ou *Grain Division*, que cuidava do tradicional ramo de comércio dos grãos; a Divisão de Óleo ou *Oil Division*, que se ocupava dos novos produtos, resultantes do processamento industrial (ou do beneficiamento) dos grãos. Ampliando esse último ramo, ainda em 1945, foi comprada a *Falk & Company*, uma empresa química de Pittsburgh que produzia óleo de linhaça, resinas industriais e outros produtos químicos. Em 1947, a Cargill negociou um contrato de exploração de serviços, através de seu escritório em São Francisco, para a compra de côco das Filipinas e revenda da polpa e do óleo de côco, para consumidores domésticos.

Iniciava-se a expansão da Cargill pelo Pacífico e pela América do Sul, quando eclodiu a Guerra da Coréia, em 1950. Mais uma vez, houve intervenção governamental sobre os preços e o comércio de grãos foi impulsionado pela demanda da guerra. A Cargill obteve lucros recordes sucessivos nas safras de 1949-1950 e 1950-1951. Além das duas divisões de grãos e de óleo, já existia uma terceira, a Divisão de Sementes ou *Feed Division*. Novos silos, terminais de escoamento e fazendas para a armazenagem de óleo e de grãos foram anexados ao patrimônio da empresa, além de barcos para o transporte específico de óleo, que tornava a Cargill uma empresa de transporte ferroviário e fluvial, inclusive. Em 1951, a empresa se tornou majoritária em um *holding* da *Royal Feed and Milling Company*, do Tenessee. Assim, um grande truste se caracterizou, porquanto formado pela Cargill, a Nutrena e a Royal, exercendo forte influência econômica e controle comercial no meio-oeste dos Estados Unidos.

Em 1950, um novo centro, em Chicago, para o beneficiamento de sementes oleaginosas havia sido adicionado, paralelamente a construção de um anexo para

armazenagem de grãos, no terminal Cargill, com capacidade para mais de 2,5 milhões de toneladas. Para superar seus competidores europeus, a Cargill montou uma subsidiária em Geneva, construiu um silo enorme em Quebec e projetou mais um porto nas águas geladas do rio São Lourenço.

Essas iniciativas deram início a um ambicioso projeto de comércio exterior de grãos e operações navais. Em 1951, para a instalação da *Cargill International, S.A.*, fôra escolhido o Panamá. Tentativas de ampliar a atuação no comércio internacional foram feitas; de revitalizar as antigas operadoras da Cargill (na Holanda) e de criar outras novas, de aperfeiçoar a linha de compra de côcos das Filipinas. O produto mais sólido dessas composições que visou, então, abarcar negócios no Canadá, na Argentina, no Brasil e na Europa, foi a criação de uma empresa mercantil com sede na cidade de Antuérpia, na Bélgica, denominada de Tradax. Iniciando suas operações em 1954, a Tradax em conjunto com a Cargill International, foi ponto de partida para a transnacionalização corporativa desse enorme conglomerado de comércio e de beneficiamento de grãos.[173]

O quase um século de história da Cargill (1865-1955) mostrou a inserção inexorável da empresa no capitalismo monopolista. A partir de um capital inicial cujas origens remontam à economia pré-capitalista e ao regime de concorrência perfeita, a empresa se formou como agente e objeto da revolução agrícola norte-americana pós-guerra civil, ao oferecer os serviços de armazenamento e de comércio de grãos, pois esses cultivos se propagavam por extensas áreas do meio-leste dos Estados Unidos, no chamado cinturão dos grãos. Por meio de uma rápida acumulação de capitais se diversificaram os ramos dos negócios, expandidos estrategicamente pelas redes ferroviárias que favoreceram os empreendimentos. Além dos silos para a armazenagem dos grãos, as lojas de conveniência, moinhos para a fabricação de farinha de trigo, ferrovias próprias e investimentos em setores variados constituíram o patrimônio original da Cargill, em uma época em que os negócios ainda eram movidos por meio de parcerias entre empresas e famílias. A sociedade fundadora que emergiu desse período, entre os Cargill e os MacMillan, foi a mesma que ingressou a empresa na propensão monopolista. A centralização do capital se manifestou correntemente a partir de então, com aquisições contínuas de outros empreendedores, considerados menos eficientes; a concentração do capital se verificou desde o final do século XIX, mas se acentuou no decorrer da primeira metade do século XX, manifestadamente, na diversificação dos negócios, no aperfeiçoamento da logística para eles e na inovação dos produtos e dos processos agroindustriais.

[173] Cf. BROHEL JR., W. G. *Op. Cit.*, V.1. P. 617, 652, 663, 686, 692, 703, 719, 769, 774, *passim*.

O contexto dessa história destacou as contradições do livre comércio. A tendência aguda ao monopólio, concretizada em algumas décadas após o denominado "período dos empreendedores", mostrou que a busca pela eficiência do sistema econômico ultrapassou o regime concorrencial perfeito. A intervenção governamental no mercado, seja para regular a produção e os preços, seja para controlar a oferta e a demanda, assinalou os limites da economia de mercado e comprovou que a iniciativa privada era apenas uma das partes do processo econômico e que o Estado também havia se tornado um dos agentes da economia.

Enfim, a modernização agrícola – inserção e aprofundamento das relações capitalistas de produção e de circulação de mercadorias na agricultura – foi propulsionada pela associação de capitais agrícolas, industriais e financeiros, consolidando a tendência ao monopólio e a erupção de uma organização empresarial, de cunho agroindustrial, atuando sobre a produção, o processamento ou o beneficiamento e a distribuição dos bens agrícolas. A Cargill, desde suas origens, logo se apresentou com as características de uma agroindústria, características essas que se sobressaíram no decorrer do século XX. A incorporação de diversificados e integrados setores acabaram por lhe contornar com aspectos próximos de um truste, que quando demarcou sua expansão mundial, na segunda metade do século XX, se transformou em um conglomerado transnacional.

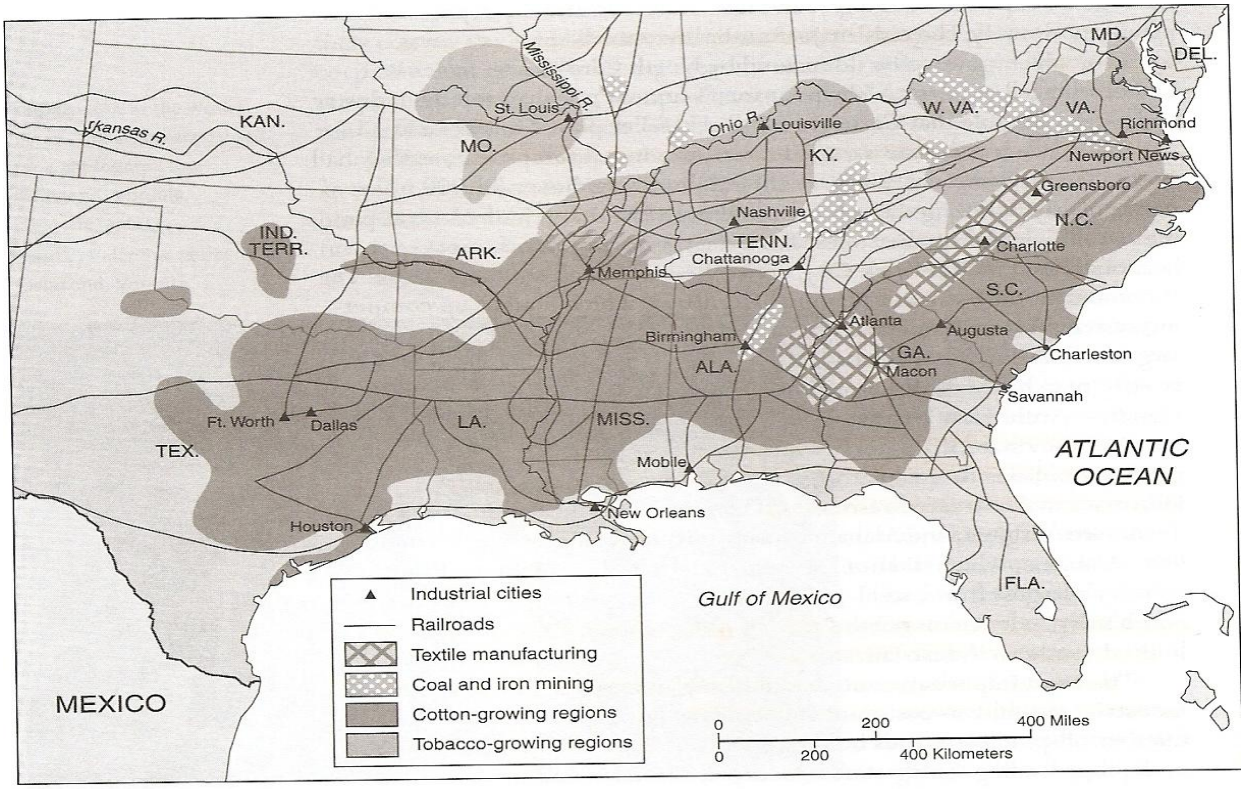


Ilustração 22 – Organização econômica do Sul dos Estados Unidos após a Guerra Civil, c. 1870. Na legenda se indica, em ordem decrescente: Cidades industriais, Ferrovias, Manufaturas têxteis, Mineração de carvão e ferro, Regiões de cultivo do algodão, Regiões de cultivo do tabaco.
FONTE: LICHTENSTEIN, N.; STRASSER, S.; ROSENZWEIG, R. *Op. Cit.* (v.2), p.47.

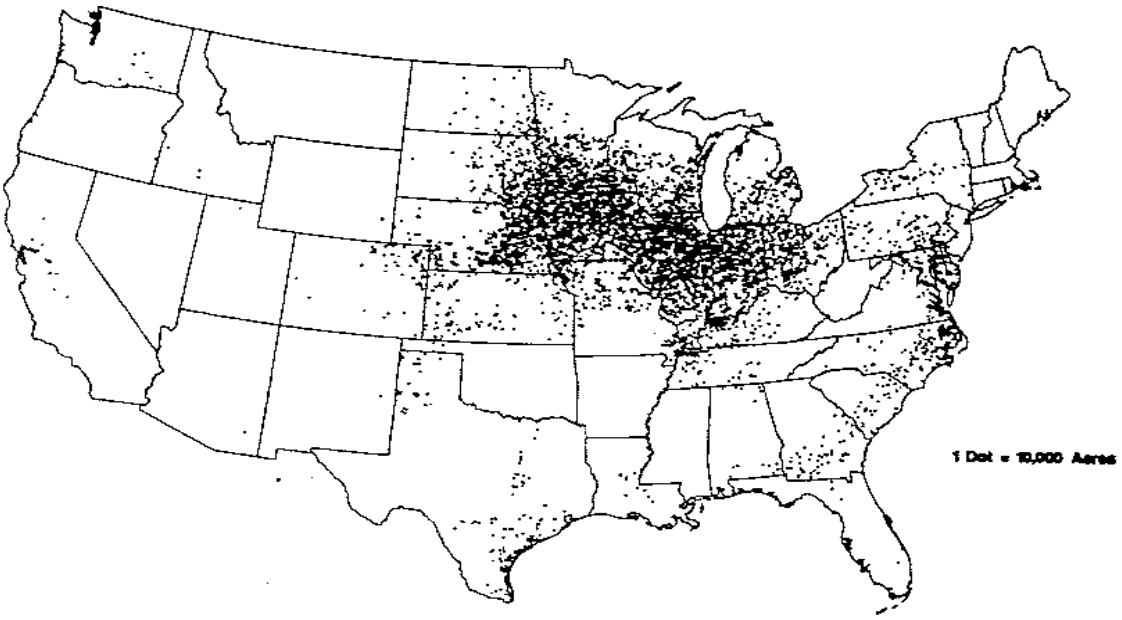


Ilustração 23 – Cinturão dos Grãos ou *Corn Belt*, região do Meio-Oeste norte-americano com elevada produtividade de cereais.
FONTE: HURT, D. *Op. Cit.* P. 338.

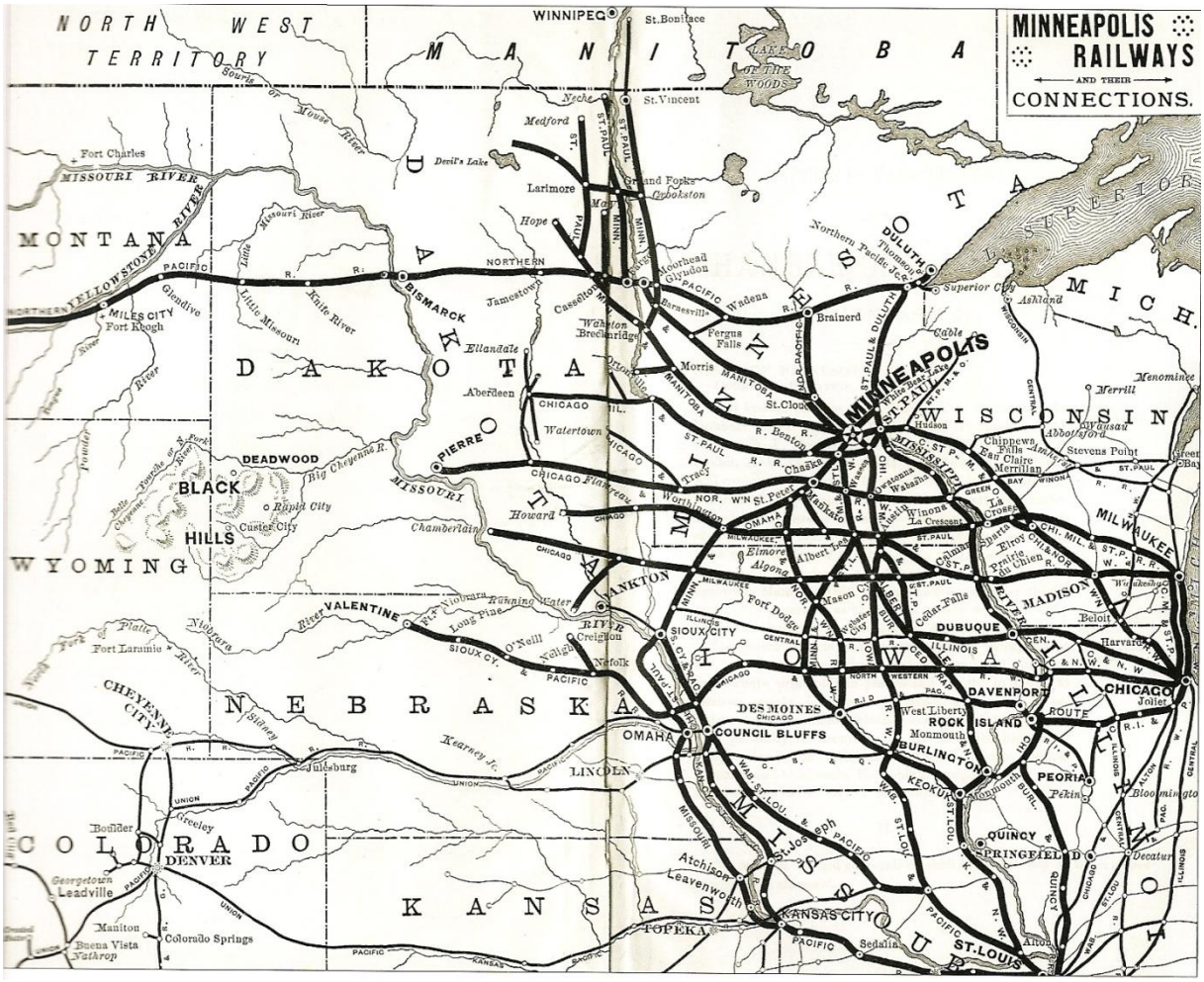


Ilustração 24 – Rede ferroviária em torno de Minneapolis, c. 1882.
FONTE: Joint Annual Report of the Chamber of Commerce and Board of Trade of Minneapolis. *Apud*: KENNEY, D. *Op. Cit.* P. 41.

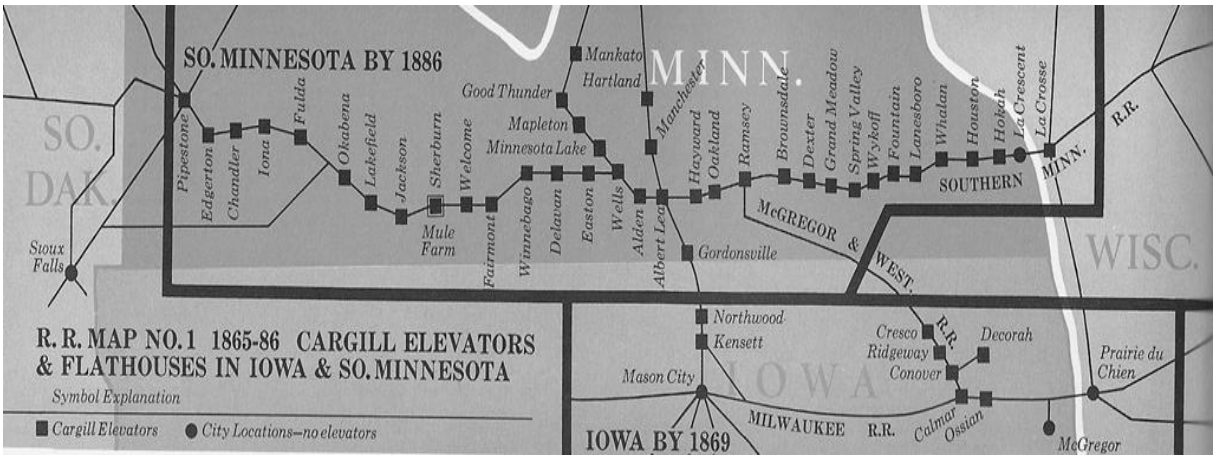


Ilustração 25 – Mapa n.1 com localização dos silos da Cargill em Iowa e Sudeste de Minnesota, (1865-1886). Na legenda se indica: Silos da Cargill e Localização de cidades sem silos.
FONTE: WORK, J. L. *Op. Cit.* P. 114.

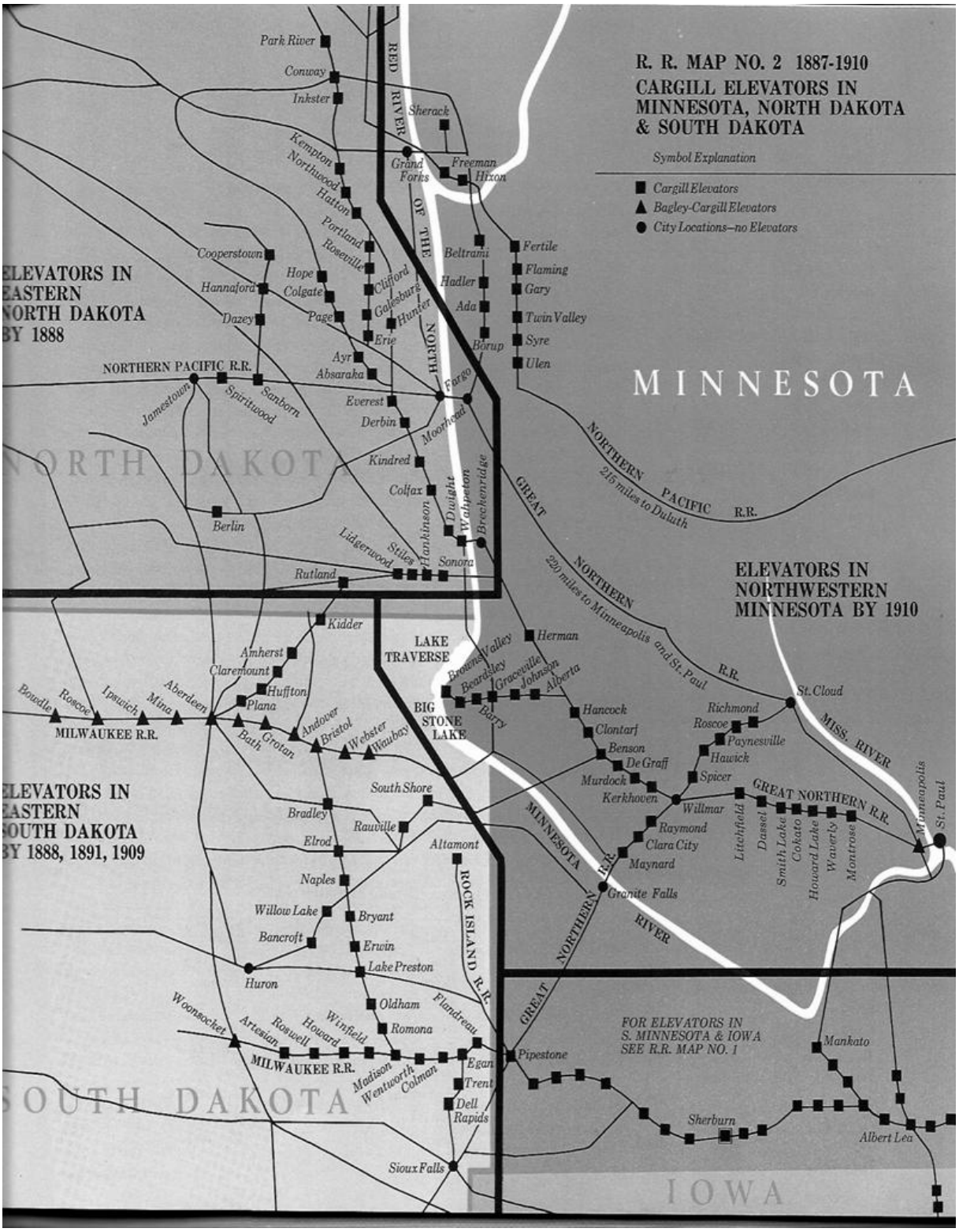


Ilustração 26 – Mapa n.2 com localização dos silos da Cargill em Minnesota, Nordeste e Sudeste de Dakota, (1887-1910). Na legenda se indica: Silos da Cargill, Silos da Bagley-Cargill e Localização de cidades sem silos. **FONTE:** WORK, J. L. *Op. Cit.* P. 117.

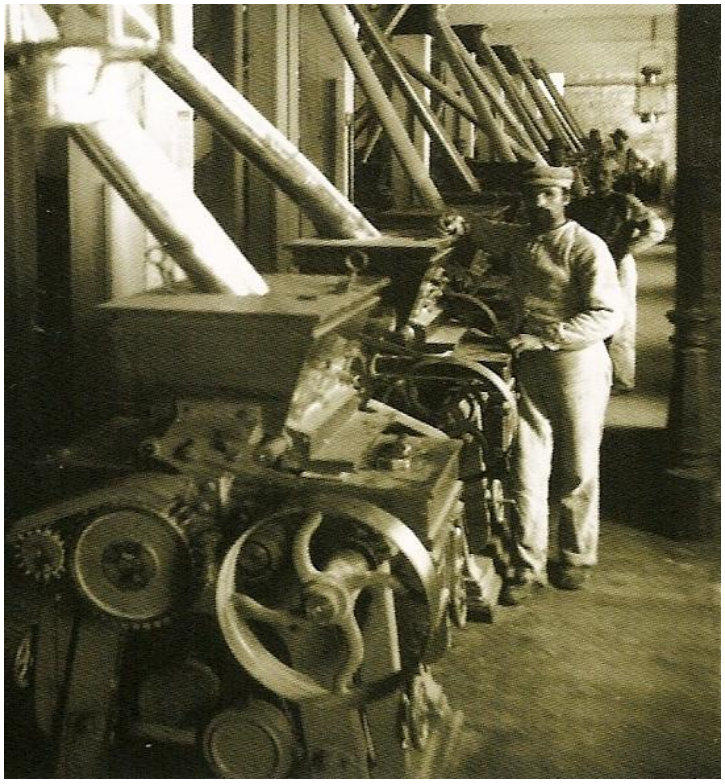


Ilustração 27 – Interior de um moinho para fabricação de farinha, c. 1874.
FONTE: KENNEY, D. *Op. Cit.* P. 22.

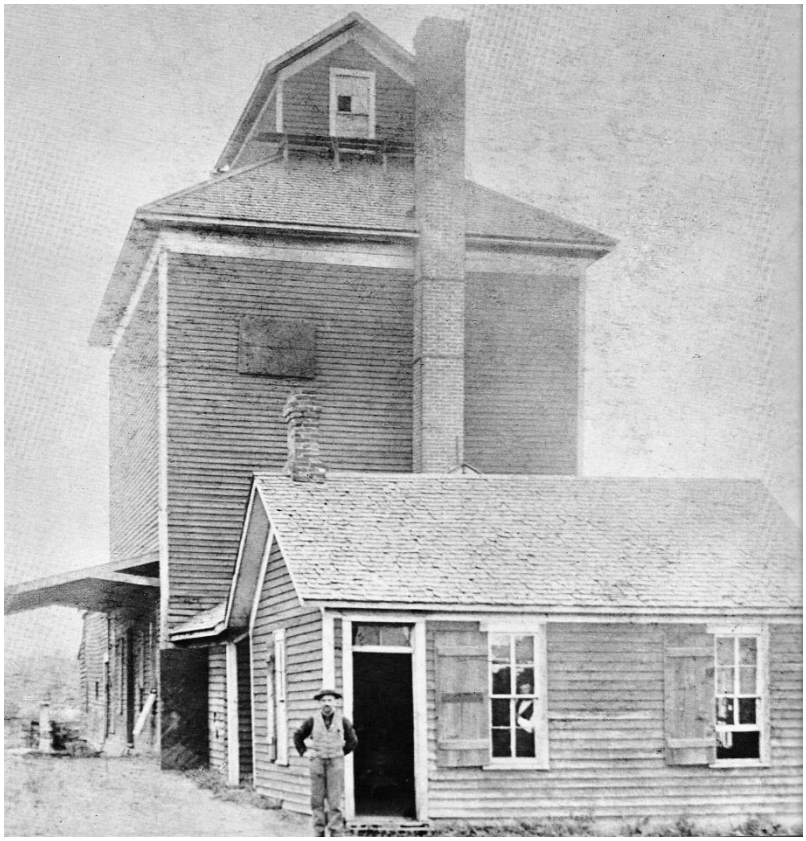


Ilustração 28 – Primeiro silo da Cargill construído em Minnesota, c. 1871-1872.
FONTE: WORK, J. L. *Op. Cit.* P. 114.

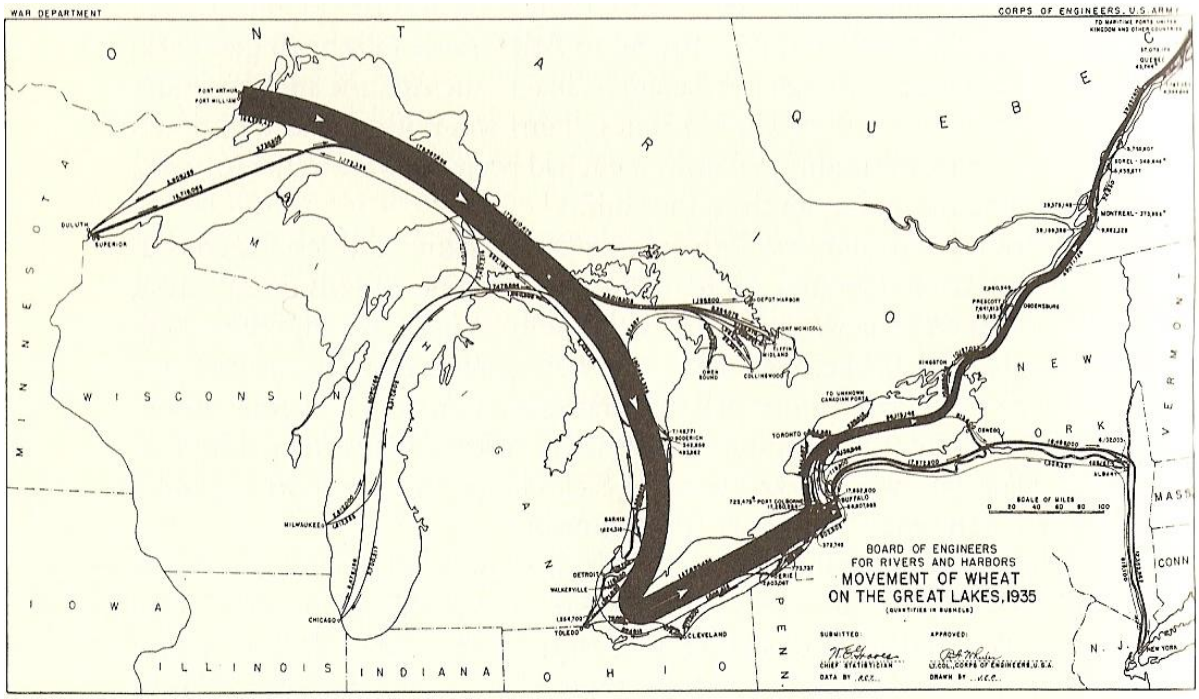


Ilustração 29 – Movimentação do trigo na região dos Grandes Lagos (1935).
FONTE: BROHEL JR., W. G. *Op. Cit*. P. 540.

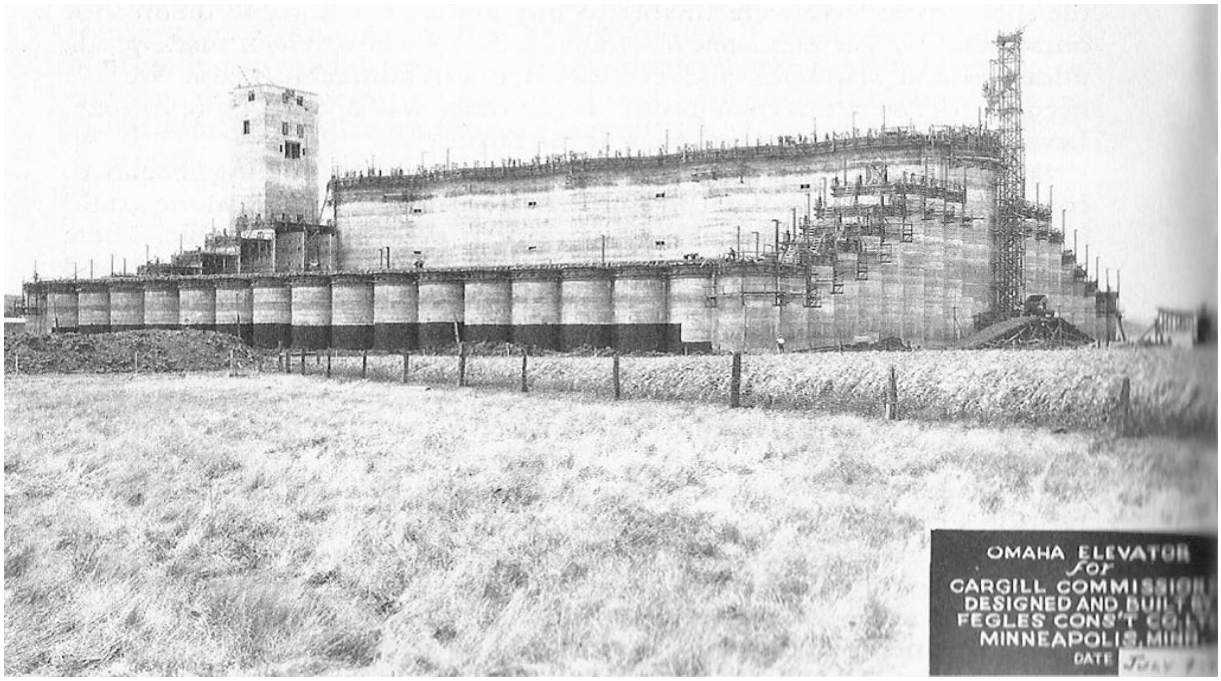


Ilustração 30 – Construção do terminal de silos em Omaha, Iowa (07 de julho de 1930).
FONTE: BROHEL JR., W. G. *Op. Cit*. P. 376.

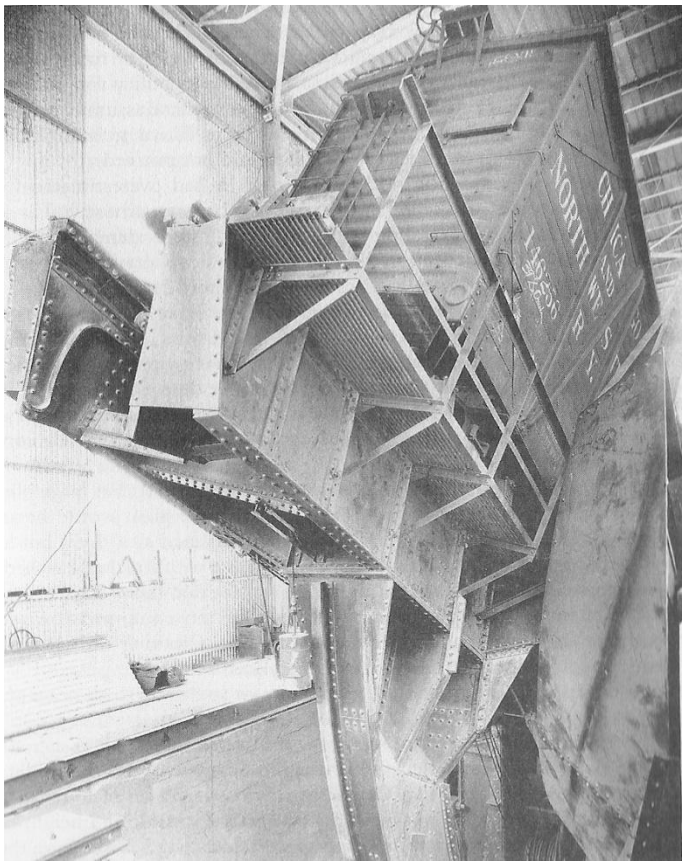


Ilustração 31 – Tombador de cargas de grãos despejando a primeira carga de grãos no terminal de silos em Omaha, Iowa (Agosto de 1930).
FONTE: BROHEL JR., W. G. *Op. Cit*. P. 377.

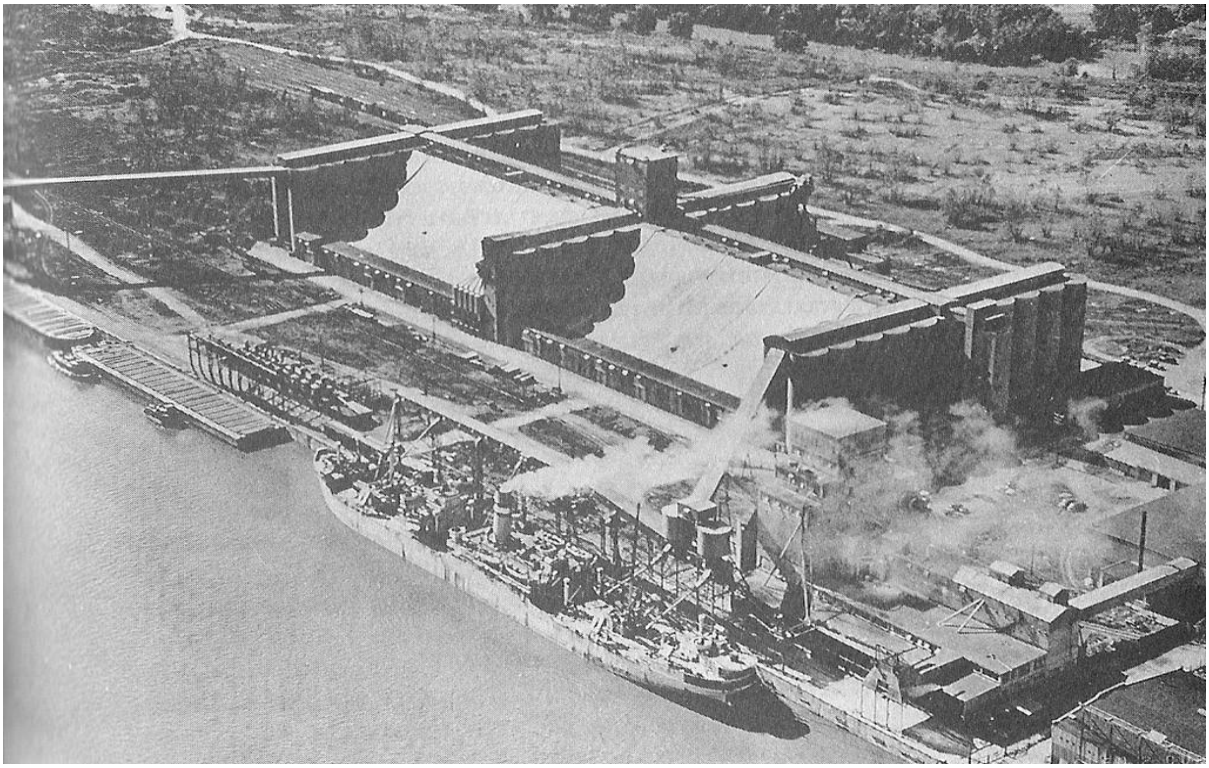


Ilustração 32 – Operações do terminal de silos da Cargill em Albany, capital do Estado de Nova York (c. 1930). Na época, essa foi considerada a maior instalação do gênero no mundo.
FONTE: BROHEL JR., W. G. *Op. Cit*. P. 383.

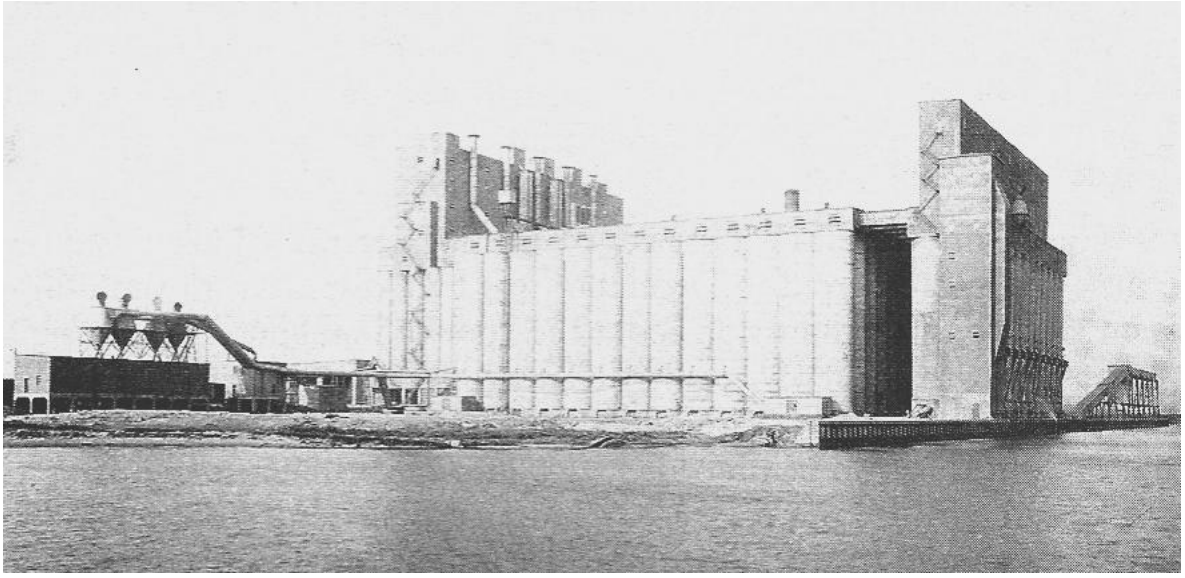


Ilustração 33 – Terminal de silos arrendado pela Cargill, da *Rosembau Grain Company*, em Chicago (1935).
FONTE: BROHEL JR., W. G. *Op. Cit*. P. 376.

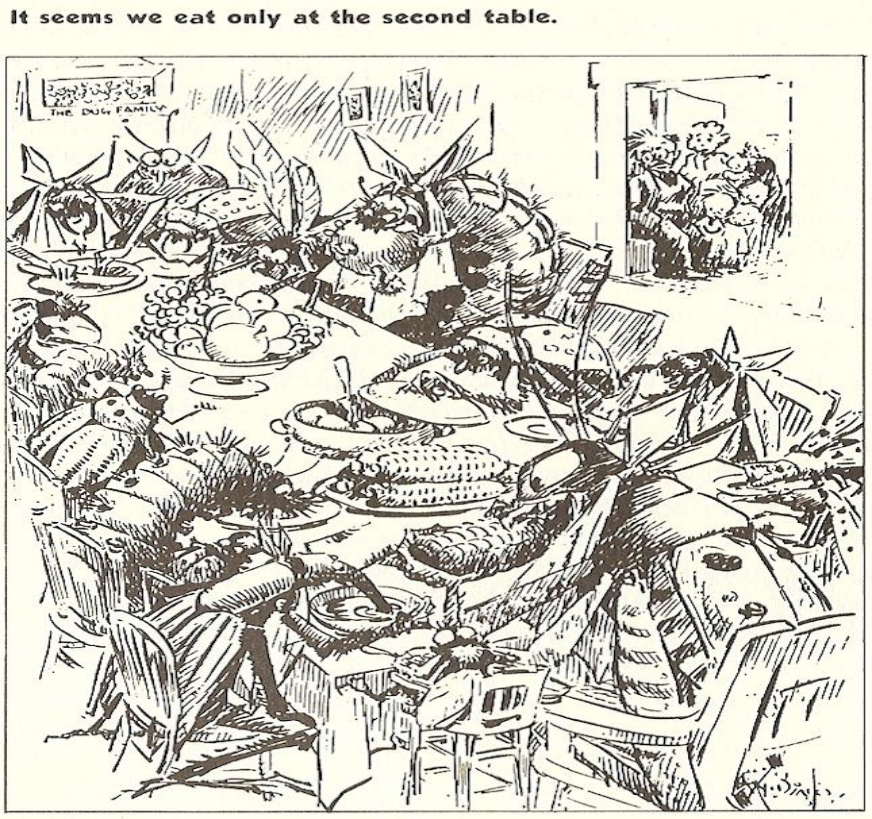
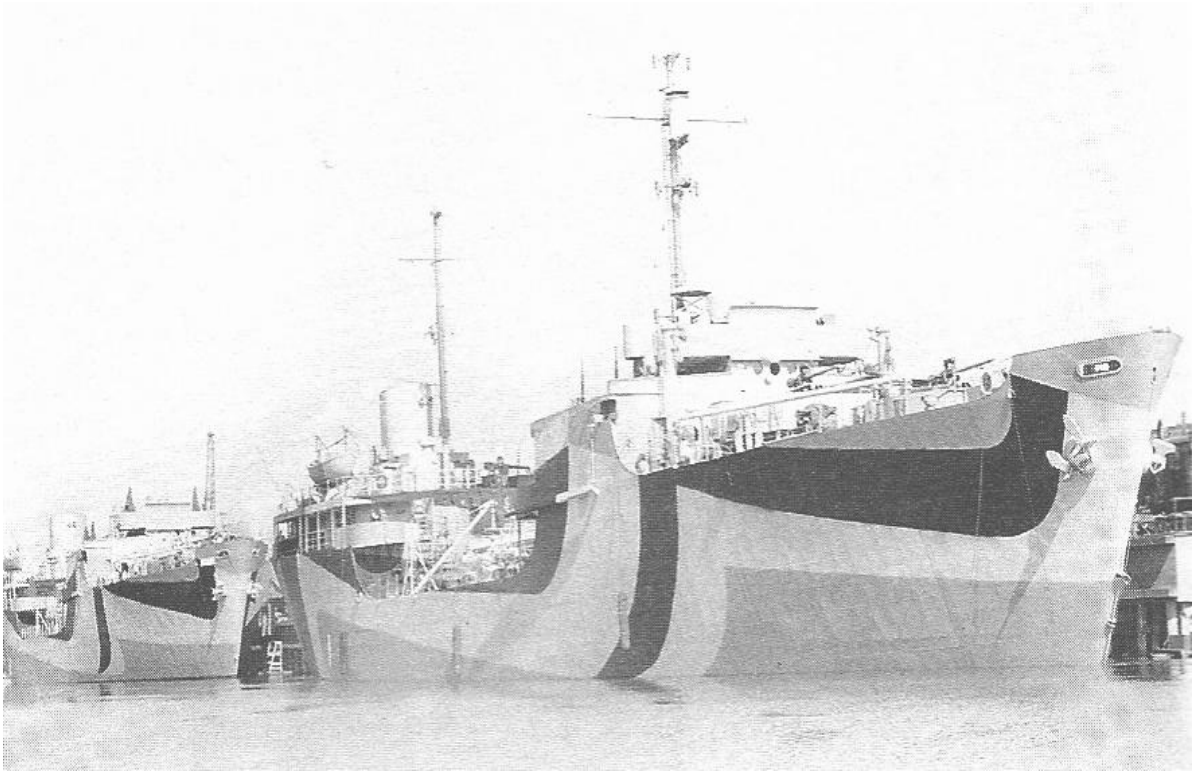


Ilustração 34 – "Parece que nós vamos comer apenas as sobras". Charge caracterizando o conflito entre grandes mercadores e pequenos produtores de cereais (10 de agosto de 1937).
FONTE: *Ding Darling*, University of Iowa Libraries. *Apud*: BROHEL JR., W. G. *Op. Cit.* P. 450.



Ilustrações 35 e 36 – Navios construídos pela Cargill, durante a 2ª Guerra Mundial, para o governo norte-americano. No total, foram dezoito *Auxiliary Oil and Gasoline Carriers – AOGs* ou cargueiros auxiliares para o transporte de óleo e gasolina, construídos entre 1943 e 1946.
FONTE: BROHEL JR., W. G. *Op. Cit.* P. 645 e 646.

CAPÍTULO 3: A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA COMPARADA (1930-1966)

As transformações modernas da agricultura foram necessárias à formação tanto da Europa capitalista, quanto ao advento das novas economias americanas, cada vez mais especializadas na produção voltada para um mercado consumidor em expansão. Esse processo, também denominado de "revolução agrícola", foi instaurado inicialmente pela mudança dos métodos produtivos nos sistemas agrários da Holanda e da Inglaterra, se diferenciando nos demais países.[174]As mudanças na agricultura ocorreram ao longo dos séculos XVI ao XIX, e confluíram com as modificações trazidas pela revolução industrial, dividindo-se em uma primeira etapa e em uma segunda. Na primeira, mais longa, destacou-se a transformação do sistema de cultivo europeu, ocasionando a utilização dos alqueives por forrageiras ou pastagens, as novas rotações, a maior fertilidade do solo, pela adubagem verde, por esterco ou por húmus, de forma que, no século XIX, essa produção agrícola tornou-se capaz de produzir excedentes consideráveis, atendendo à população agrícola e a não agrícola daquele continente, além de formar um mercado consumidor de ferramentas e equipamentos industrializados.[175] O desenvolvimento urbano e o crescimento populacional propeliram a substituição dos equipamentos artesanais por outros, industrializados, efetuando uma economia de mão de obra. Essa fase de mecanização agrícola do final do século XIX constituiu-se de equipamentos siderúrgicos, que podiam ser movidos por tração animal, humana ou a vapor: arado *brabant* duplo reversível com limpador, grade, semeador, rolo ondulado, carpideira-enleareira, ceifadeira, ancinho de ferro, revolvedor de feno, colhedora-juntadora, colhedora-juntadora com molinete, colhedora-enfardadeira, trilhadeira acionada por máquina a vapor, trilhadeira de carrossel e com tração animal, limpador de grãos, moedor, picador de palha e picador de raízes.[176]

Esse caminho da primeira revolução agrícola foi característico da Europa e, posteriormente, alcançou os Estados Unidos, até o início do século XX, quando e onde já ocorrera a crise agrícola de superprodução de 1890. A partir de então, deu-se início à segunda revolução agrícola que, através do século XX, continuou a fase de mecanização apoiada em três produtos da segunda revolução industrial: "a motorização (motores à explosão ou

[174] TAUGER, Mark B. *Agriculture in World History*. London; NY: Routledge, 2011 (Themes in World History). P. 81.
[175] MAZOYER, Marcel e ROUDART, Laurence. *História das Agriculturas no Mundo.* Do Neolítico à Crise Contemporânea. São Paulo: Unesp; Brasília, DF: NEAD, 2010. P. 353-396.
[176] V. ilustração *in*: *Ibdem*. P. 402 e 403.

elétricos, tratores e engenhos automotivos cada vez mais potentes), a grande mecanização (máquinas cada vez mais complexas e eficientes); e a quimificação (adubos minerais e produtos de tratamento)."[177] Concomitantemente, o aperfeiçoamento seletivo de plantas e raças, para o cultivo e a criação, associado ao aprimoramento das condições de produção e das infra-estruturas, favorecia o abastecimento e o escoamento das regiões produtivas, maximizando a rentabilidade.

A transformação dos meios de produção pela mecanização e pela motorização revolucionou a agricultura moderna, entretanto houve uma transformação ainda maior. A especialização da produção em escala mundial foi fator que alicerçou o sistema agrícola contemporâneo, industrial e alimentar, em padrões capitalistas, definitivamente.

Nessa perspectiva, a modernização agrícola apresentou-se *pari passu* ao progresso industrial, assim como foi instrumento de ampliação da produção em moldes capitalistas e, ao mesmo tempo, índice de inserção do próprio capitalismo na agricultura.[178] Enquanto os centros industriais tornavam sua agricultura intensiva, as demais regiões, como México e Brasil, dependiam da importação desses produtos industrializados. A modernização agrícola ocorreu de acordo com suas especificidades históricas, embora o processo de modernização tenha sido uma característica geral da formação e do surgimento do capitalismo industrial.

[177] MAZOYER, Marcel e ROUDART, Laurence. *Op. Cit*. P. 420.
[178] Trata-se do processo contínuo de produção de mercadorias para o consumo e a acumulação de capital, que também pode ser reconhecido abstratamente na transição da forma *M-D-M* para a forma *D-M-D*.

3.1. A MODERNIZAÇÃO OLIGÁRQUICA (1900-1929)

No México e no Brasil, secundaram os efeitos da modernização agrícola durante um longo período e, apenas no final do século XIX e início do século XX, principalmente, que surgiram os aspectos mais acentuados de uma agricultura moderna. O progresso confrontou-se com uma estrutura produtiva agrária ultrapassada e, embora traduzido nos avanços técnico-científicos trazidos pela Revolução Industrial, esses foram implantados *pari passu* com vínculos tradicionais, tecnologias rudimentares e conhecimentos precários. Além disso, a imposição da especialização produtiva, derivada na geração daquelas mercadorias de maior demanda e valor nos mercados consumidores centrais, descaracterizou a organização agrícola voltada para a demanda interna e da própria base alimentar, mantendo-se o predomínio da grande propriedade monocultora-exportadora. A força de trabalho não assalariada, representada pela mão de obra servil ou escravista, foi gradualmente substituída, mas não teve seus vestígios totalmente eliminados, durante décadas.

Durante o domínio político das oligarquias, a modernização mexicana e a brasileira caracterizaram-se por duas tendências principais: primeiro, pela adaptação às exigências do capitalismo industrial como um todo, absorvendo os resultados do processo modernizador gerado nos centros capitalistas mundiais; segundo, buscando livrar-se de suas próprias contradições internas e, no tocante à modernização agrícola, visando à superação das relações pré-capitalistas de produção ainda vigentes na agricultura ou de seus resquícios. Esse movimento de modernização oligárquica configurou um prelúdio da modernização monopolista que, no âmbito da agricultura, preparou a produção para que ela ocorresse totalmente encerrada nos padrões capitalistas vigentes, acentuando a inserção e o caráter primário-exportador das duas economias no sistema capitalista mundial, até a emergência da dominante agroindústria. Até então, o papel econômico das oligarquias mexicanas e brasileiras, no início do século XX, resumiu-se a "promoção das economias de exportação, a negociação de empréstimos públicos com banqueiros estrangeiros e a atração de um crescente influxo de investimento externo direto."[179]

As transformações iniciais na agricultura mexicana, durante o governo de Porfirio Díaz, se inscreveram no programa de modernização dirigido pelas oligarquias, ditado pelo

[179] MARICHAL, Carlos e TOPIK, Steven. *O Estado e o Crescimento Econômico na América Latina: Brasil e México, 1880-1920.In*: HISTÓRIA ECONÔMICA & HISTÓRIA DE EMPRESAS. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. São Paulo: HUCITEC/ABPHE. V. 1 (2003). P. 26.

progresso e seguindo o exemplo das nações avançadas. A expansão do Estado manifestou-se em diversos âmbitos, do gasto público, fiscal, da legislação econômica e do controle da educação, resultando na ampliação dos atores econômicos e no crescimento e diversificação da economia, assim como na ausência de políticas sociais e na desagregação das comunidades indígenas.[180]No Brasil, as transformações ocorreram na ausência de uma unidade ou uma estabilidade política, mas sempre sob o controle de uma elite agrária que veio a se consolidar enquanto um sistema oligárquico, ainda no final do século XIX. Cafeicultores paulistas e outras oligarquias regionais monopolizaram o poder político e econômico nas primeiras décadas do século XX, aprofundando o projeto de modernização, dada a tradicional inserção da economia nacional no sistema mundial e as recentes mudanças nas relações de produção, destacadamente, a abolição dos escravos. Tomava-se conhecimento desse projeto, que mais se comportou como uma ideologia, agregando as propostas em torno da necessidade constante de aperfeiçoamentos e de incentivos à agricultura brasileira, quando da defesa da chamada "vocação agrícola" do Brasil. Ele se corporificou na busca do controle do aparato estatal pelas oligarquias dominantes, de modo que o Estado mediasse, comercial e financeiramente, a realização externa dos produtos agrícolas nacionais.[181]

Uma combinação entre implantação da infra-estrutura e importação de equipamentos diretamente aplicados na produção, aspectos da modernização agrícola lastreados no capital estrangeiro, foram comuns ao México e ao Brasil. O aperfeiçoamento do sistema de transportes, com a construção de ferrovias e portos foi uma diretriz bem delineada, desde meados do século XIX. Apesar da crescente participação do Estado nesses empreendimentos, ou buscando ampliar a influência da máquina pública ou assumindo companhias falidas, em grande parte eles foram resultantes de investimentos estrangeiros, britânicos e norte-americanos principalmente, ou ainda, se associaram aos investidores particulares nacionais.[182] De 1900 até 1910, os investimentos externos diretos na economia mexicana eram até duas vezes mais determinantes do que na brasileira.[183]

---

[180] GUERRA, François-Xavier. *Op. Cit.*, 1991(V.II). P. 336 e 337.
[181] MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931).* São Paulo: HUCITEC, 1997. P. 21-25.
[182] Os capitalistas em geral se fizeram presentes, com investimentos canadenses, belgas, alemães, franceses e holandeses, dentre outras origens. V. MARICHAL, Carlos (Coord.) *Las Inversiones Extranjeras en América Latina, 1850-1930*. Nuevos debates y problemas en história económica comparada. México, DF: Fideicomiso de las Américas; El Colegio de México, 1995 (Serie Estudios).
[183] MARICHAL, Carlos e TOPIK, Steven. *Op. Cit*. P. 26.

3.1.1. Distribuição de Terras *versus* Concentração Fundiária

No início do século XX, o regime de terras dominante era o da grande propriedade. O soerguimento das políticas agrárias do Estado oligárquico, em favor da modernização e do aumento da produtividade, ocorreu em detrimento da distribuição de terras e gerou uma crescente pressão sobre os antigos pequenos proprietários. Iniciativas que antecederam a expansão do latifúndio no final do século XIX e no início do século XX visavam distribuir ou controlar o acesso a terra, todavia não impediram a concentração fundiária. No Brasil, a Lei de Terras de 1850,

> (...) não conseguiu atingir seu objetivo primordial, que era a demarcação das terras devolutas e particulares. O artigo Iº da Lei de Terras, que proibia a posse, também não foi aplicado, e o apossamento (ou, na terminologia do Império, "a invasão dos terrenos devolutos") continuou. (...) É necessário incluir o período republicano na análise. No Império, enquanto durou o regime escravista, o senhoriato rural continuou tendo acesso às terras devolutas (...) um dos objetivos da lei era impedir o acesso à terra dos imigrantes pobres, para garantir mão-de-obra abundante nas fazendas.[184]

O Porfiriato adotou um programa de terras que também previu o fracionamento dos terrenos incultos, de propriedade nacional, aos particulares. Ao exemplo da legislação brasileira, por uma antiga lei de 1863, os possuidores de terras sem título deveriam regularizar suas posses, os terrenos desocupados deveriam ser delimitados, promovendo o povoamento e a produção de bens; no entanto essas obrigações foram abolidas em reforma legal aprovada em 1894, resultando na aquisição de vários terrenos por políticos, banqueiros e advogados. A outra diretriz programática, paralelamente, relacionava-se às leis de colonização de 1875 e 1883, pelas quais o Estado se comprometia a subvencionar e conceder franquias às empresas colonizadoras que introduzissem famílias de colonos, os quais pagariam pelas terras em parcelas. De 1881 a 1889, a superfície de terras alienadas ultrapassou os 32 milhões de hectares, dos quais mais de 12 milhões passaram ao poder de "companhias deslindadoras" e outros quase 15 milhões foram objeto de revenda entre os beneficiários. De 1889 a 1892 foram alienados mais de 12 milhões de hectares e, entre 1904 e 1906, 2,5 milhões, aproximadamente.

Na passagem do Império para a República, a Constituição brasileira de 1891 determinou que fosse de competência dos estados legislarem sobre as terras públicas, com

[184] SILVA, Ligia Osorio. *Terras Devolutas e Latifúndio*: Efeitos da lei de 1850. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. P. 242 e 243.

base nos preceitos anteriores, que previam a revalidação das sesmarias e a legitimação das posses fundiárias, obrigando aos proprietários o registro de suas terras. O prazo para esse registro foi prorrogado várias vezes, nos diferentes estados do país, permitindo a continuidade do processo de apossamento ilegal das terras públicas. Uma vez que estas eram definidas por exclusão, como as que não pertenciam nem ao Estado, nem aos particulares, o não cumprimento das exigências legais de registro das propriedades privadas impedia a demarcação dos terrenos incultos e, consequentemente, sua compra, nos parâmetros da licitude. Este processo, iniciado desde meados do século XIX, favoreceu o acúmulo de terras pelos grandes proprietários e, posteriormente, pelas oligarquias regionais que se favoreciam da condição de elite político-econômica, descumprindo os mandamentos jurídicos sem receio de punibilidade ou prorrogando indefinidamente os prazos de registro das terras. Por meio deste desvio de conduta consolidou-se a relação do Estado com a propriedade privada das terras e do poder público com os proprietários de terras, favorecendo uma política pública vantajosa à concentração fundiária. A demanda de registro das propriedades, derivada da Lei de Terras de 1850, conservou-se nas primeiras décadas do século XX para, a partir de então, iniciar um paulatino afastamento do Estado em relação às políticas públicas fundiárias.[185]

No México, a ação daquelas companhias produziu uma concentração da propriedade rural e afetou especialmente aos proprietários antigos, que por sua debilidade ou escassez de recursos não podiam seguir os litígios. A obrigação legal de fracionar e de povoar as terras não foi cumprida e os projetos de reforma ficaram finalmente reduzidos a uma especulação agrária.[186] A dimensão dessa concentração da propriedade rural e da especulação por ela promovida constituiu-se de um realismo impressionante, pois "(...) essas companhias até o ano de 1889 estavam formadas unicamente por vinte e nove pessoas, toda elas acaudilhadas e de grande estima nas altas esferas oficiais".[187] De 1890 a 1906, quando as companhias foram dissolvidas, a maior parte das terras ficaram com os sócios daqueles negócios que, no começo do século, eram em torno de cinquenta indivíduos.

> Pelo caminho dos deslindes, um dos sócios adquiriu em Chihuahua 7.000.000 de hectares; outro, em Oaxaca, 2.000.000; dois sócios em Durango, 2.000.000, e quatro na Baixa Califórnia, 11.500.000. De maneira

[185] V. MONTEIRO, Denise Mattos. Política de Terras no Brasil: elite agrária e reações à legislação fundiária na passagem do Império para a República. *In*: HISTÓRIA ECONÔMICA & HISTÓRIA DE EMPRESAS. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. São Paulo: HUCITEC/ABPHE. V. 2 (2002). P. 7-27.

[186] ZAVALA, Silvio. *Apuntes de HIstoria Nacional 1808-1974*. 5 ed. 7 reimp. México: FCE, Colégio de México, 2005 (Sección de Obras de Historia). P. 126 e 127.

[187] HERZOG, Jesús Silva. *Breve Historia de la Revolución Mexicana.* Los antecedentes y la etapa maderista. 2 ed. 15 reimp. México, DF: FCE, 1997 (Vol. 1, Col. Popular, n. 17). P. 18.

> que oito indivíduos se tornaram proprietários de 22.500.000 de hectares, fato sem precedente na historia da propriedade territorial no mundo.[188]

Ao todo, as companhias deslindadoras se assenhorearam de 49 milhões de hectares de terras, o que correspondia à quarta parte do território mexicano, cometendo diversos tipos de arbitrariedades e despojos, principalmente em relação aos pequenos proprietários e *pueblos* indígenas, que não possuíam os títulos legais das terras que ocupavam, desde as épocas da colônia e que haviam sido transmitidas de pai para filho. Em muitos casos, as companhias usavam das prerrogativas da lei, prometendo aos camponeses pobres recuperar terras que haviam sido confiscadas pelos *hacendados*, apenas como pretexto para lhes usurpar as terras ocupadas. Para a política oficial do Estado oligárquico porfirista, o avanço das *haciendas* e da alienação de terras sobre os *pueblos* e sobre os pequenos proprietários - como aqueles que vivendo em uma condição intermediária, ocupavam uma enorme quantidade de ranchos e de rancharias - era mais uma decisiva etapa da modernização a ser completada. A reforma constitucional de 1882, sobre o Artigo 72, inciso XXVI, da Constituição de 1857, revogou a proibição sobre a distribuição de monopólios e privilégios, com o intuito de apoiar descobridores, inventores e aprimoradores de indústrias. Essas concessões traduziram-se na isenção de impostos municipais, estaduais e federais, para favorecer os investimentos, o que beneficiou as grandes companhias estrangeiras e os mexicanos ricos.[189] Enquanto um rancho possuía em torno de 1.000 a 2.000 hectares, o total de superfície de uma *hacienda* variava entre 40.000 a mais de 150.000 hectares. Os imensos terrenos entregues foram nessas dimensões:

> (...) a *Cia. Richardson*, 222.000 Ha na região meridional do rio Yaqui e outra parte no norte, até completar 300.000; a *Colorado River Land Co*., 325.364 Ha no Distrito Norte da Baixa Califórnia; a *Paloma Lands Co*., em Chihuahua, 776.938 Ha; a *L. Bocker*, 35.000; a *E.P. Fuller*, 230.000; a *H.G. Barret*, 105.702; a *The Chihuahua Timber Land Co*., 125.000 (...)[190]

O projeto modernizador idealizado pelo Porfiriato, de cunho liberal e oligárquico, contou com a influência marcante de um grupo de políticos que foram considerados representantes do positivismo e, por isso, eram chamados de "científicos". Dentre esses políticos, destacou-se o ministro de Porfírio Díaz, praticamente o segundo homem do governo, José Yves Limantour. Natural da Cidade do México, filho de pais franceses, conheceu mais a Europa, durante a sua infância e a adolescência, do que o próprio interior mexicano, frequentou a Escola Nacional Preparatória e graduou-se em Direito, pela escola de

[188] *Ibidem*. P. 19.
[189] GUERRA, François-Xavier. *Op. Cit.* 1991. (V.I). P. 321 e 322.
[190] HERZOG, Jesús Silva. *Op. Cit.* 1997. P. 30.

Jurisprudência, no ano de 1875. Eleito deputado e senador várias vezes, foi fundador, junto com outros políticos mexicanos, do grupo dos científicos, para difundir e praticar os princípios doutrinários de Auguste Comte, aplicados à esfera estatal: um governo forte, respeitoso de uma lei baseada nos fatos, com o fim de manter a paz e desenvolver o país. Limantour tornou-se Secretário da Fazenda em 1893 e permaneceu no cargo até o fim do regime.[191] A frente dos científicos e adotando uma política de ortodoxia financeira, ele foi responsável por sanar financeiramente a administração pública e criar uma nova legislação, do comércio, bancária, das ferrovias e monetária, entretanto propiciou a ascensão de uma nova burguesia associada ao capital estrangeiro, que antagonizou no cenário revolucionário.[192] Como resultado dessas ações, até a crise de 1907, a economia mexicana mostrava-se em transformação, com tendência ao crescimento e à estabilidade, tornando-se atrativa para os investimentos estrangeiros, principalmente, para as obras de infra-estrutura.

No Brasil, durante os primeiros anos do novo século, assistia-se a consolidação da expansão daquele sistema dominante de grande propriedade rural que, baseado na monocultura exportadora, já realizara a transição da escravidão para o colonato e estava sujeito aos prelúdios do processo de modernização. A vigência dessa estrutura agrária assegurou o controle do poder político e econômico às oligarquias de terratenentes regionais: na Amazônia, grandes áreas de seringueiras foram apropriadas pelos seringalistas, viabilizando a vulcanização da borracha; no Maranhão, a ocupação dos vales fluviais, de São Luís ao sul do estado, proporcionou grandes lavouras tradicionais de algodão, arroz - ligadas à antiga Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará - e cana-de-açúcar, além da pecuária extensiva e do extrativismo do babaçu; a faixa oriental do Nordeste era dominada pelo latifúndio cultivador de cana-de-açúcar, o qual vinha se renovando com a instalação de engenhos centrais e usinas; em Goiás, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, destacavam-se os latifúndios baseados na produção pecuária, principalmente de bovinos e ovinos - formados desde a época de abastecimento das zonas mineradoras; o latifúndio cafeeiro no Sudeste, de maior importância econômica, garantia ao Brasil o primeiro lugar mundial na produção e comercialização do café, sendo este o principal produto da pauta de exportações.[193] Outros cultivos, esparsos pelo país, configuraram uma hierarquia de influências que fez dos grandes proprietários de terras a classe dominante do período, cuja

[191] GUERRA, François-Xavier. *Op. Cit.* 1991. (V.I). P. 82-85.
[192] GUERRA, François-Xavier. *Op. Cit.* 1991. (V.II). P. 82-85.
[193] ANDRADE, Manuel Correia de. A Questão da Terra na Primeira República. *In*: SILVA, Sérgio S. e SZMRECSÁNYI (Org.) *História Econômica da Primeira República*. 2 ed. rev. São Paulo: HUCITEC; ABPHE; EdUSP; Imprensa Oficial (2002). P. 148-154.

hegemonia nacional foi expressa por uma aliança política entre os cafeicultores paulistas e os pecuaristas mineiros.

A unidade do bloco histórico-social oligárquico garantiu o predomínio dos proprietários de terras no poder político durante as três primeiras décadas do século XX. Ainda que houvesse divergências internas e facções com interesses distintos, por exemplo, entre os defensores da cafeicultura e os que pretendiam uma diversificação da produção agrária, como alternativa às flutuações e as crises da exportação do café, isso não foi suficiente para desestabilizar a orientação ruralista do Estado brasileiro. O bloco heterogêneo das oligarquias era controlado pelos cafeicultores, mas as tendências à diversificação e à implantação do projeto modernizador podiam ser notadas nas numerosas associações rurais que se formavam na época, passando de 81, em 1899, para 188, em 1908.[194] Destaca-se a Associação Brasileira para a Animação da Agricultura (SBAA), fundada em Paris, em 1894, pelo político, diplomata e futuro ministro da Agricultura, José Francisco Assis Brasil, e a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), fundada em 1897, inspirada em homônima sociedade francesa e cujo núcleo fundador compunha-se de docentes da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, estando profundamente influenciados pela ideologia do progresso. Ainda que decididamente vinculadas à opção da policultura e da diversificação, essas associações não puderam romper com a hegemonia da cafeicultura, porém expressaram as particularidades nas quais se assentava a abrangência ideológica da vocação agrícola brasileira. Em discurso proferido no encerramento do Congresso Agrícola, realizado em São Paulo, em 1911, Assis Brasil preconizou a policultura e a criação do gado sobre a hipertrofia do café, no entanto sem lhe tirar o mérito, reconhecendo que "o café é a maior riqueza, é a cultura por excelência de São Paulo, é o crédito do Brasil." [195] Embaixador do Brasil no México, em 1902, também pôde ele comparar a produção da espécie nos dois países, relevando-se a superioridade do cultivo brasileiro:

> Na América Central e em outras terras em tomo do golfo do México, hoje nossas únicas competidoras na produção do café, a planta dura à média de quinze anos, aqui chega a ser quase secular; lá se planta na mesma superfície, metade ou menos das plantas de café que aqui se plantam, porque é preciso ocupar metade ou mais do terreno com os renques de plantas estranhas destinadas a proteger com a sua sombra o tímido cafeeiro contra o sol calcinante! Nesses países cada cafeeiro produz, como média anual, menos de uma libra aqui mais de um quilo; a colheita é feita lá de grão em

[194] *In*: MENDONÇA, Sônia Regina de. *Op. Cit*., 1997. P. 201.
[195] *In*: BROSSARD, Paulo. *Assis Brasil, o Fisiocrata*. Rio Grande do Sul: Memorial do RS, [s.d.], (Caderno de História, n. 40). P. 13. Disponível em: <http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/assisbrasil.pdf#page=12&zoom=133,0,842>. Acesso em 14 abril 2013.

> grão, porque a falta de diferença de estações faz com que a flor, o fruto verde e o maduro coincidam sempre na planta ao passo que o nosso cultivador passa a mão ao longo do galho, realizando até cem vezes mais trabalho ao longo do tempo.
>
> Essas e outras diferenças explicam como, tendo sido a média anual da produção ampliada no último quinquênio, cerca de 60 milhões de sacos de 60 quilos, 13 milhões de sacos correspondem ao Brasil e, apenas 3 milhões ao resto mundo.
>
> Dos 13 milhões atribuídos ao Brasil, 10 saíram do Império da Terra Roxa do incomparável solo paulista. (...).
>
> Descurar tão grande opulência, abrir mão de tão extraordinário privilégio só poderia lembrar a loucos.[196]

A índole modernizadora do associativismo ruralista brasileiro demonstrava a procura do bloco heterogêneo das oligarquias pela necessária adaptação da agricultura brasileira às novas alternativas produtivas. Frente ao atraso técnico predominante, as iniciativas consideravam desde o estímulo à colonização e ao uso de métodos mais racionais de cultivo, até a expansão da educação, do crédito e do cooperativismo agrícolas.[197] Em introdução ao manual "Reforma da Agricultura Brasileira", de autoria diversa, o agrônomo Campos da Paz, um dos fundadores da SNA, remetia à necessidade de "substituição dos velhos métodos rotineiros" pela "cultura inteligente com o emprego de máquinas agrícolas, que, decuplicando o esforço do homem, ainda aumentam consideravelmente a produção pela cultura intensiva." E ainda, conjugou a mecanização, com o aumento da produtividade e o aperfeiçoamento do regime de assalariamento, "pois, se um só indivíduo emprenhando, uma máquina cujo motor é relativamente barato, como o arado, faz o serviço de 15 a 20 homens, é justo que seu salário, seja aumentado".[198] Pensamento este que não expressava preocupação social, mas estímulo a uma produção de melhor qualidade, com mais máquinas e menos mão de obra, à qual eram somados pejorativamente os dísticos de vagabundagem, má-vontade e indolência.

A unidade política no México foi conseguida sob o governo ditatorial de Porfirio Díaz. Mas não resistiu a crise e ao fim do Porfiriato, quando se fragmentou o bloco oligárquico, cujas fissuras sempre existiram, nem se configurou exatamente na chamada "paz porfiriana", pois o regime esteve sujeito a inúmeras revoltas ao longo de sua existência. A política de modernização do Estado, privilegiando o capital estrangeiro e alguns poucos mexicanos ricos, deixou a maior parte da população que dependia da terra para auferir seus rendimentos em

---

[196] *Ibdem*. P. 14.

[197] *In*: MENDONÇA, Sônia Regina de. *Op. Cit*., 1997. P. 204 a 206.

[198] *In*: CARMO, Antônio Gomes. Reforma da Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro: Imprensa da Casa da Moeda, 1897. *Apud*: HENRIQUES, Amilson Barbosa. *Propostas de Modernização da Agricultura em São Paulo e a Reforma da Agricultura Brasileira de Antônio Gomes Carmo.In*: HISTÓRIA E PERSPECTIVAS. Revista dos Cursos de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia: EdFU, jul./dez 2012, (47). P. 233-235.

uma condição de abandono social, e originou um enorme problema agrário. As acusações, os abusos e os erros da política fundiária do Porfiriato, contra a população mexicana, foram descritas nas obras "*Legislación y Jurisprudencia sobre Terrenos Baldíos*", de Wistano Luis Orozco, publicada em 1895, e "*Los Grandes Problemas Nacionais*", de Andrés Molina, em 1909.[199] O aumento dessas contradições econômico-sociais no cerne do processo de aprofundamento das relações capitalistas de produção, frente à massa rural expropriada e miserável, foi o fator que desencadeou e propulsionou a Revolução Mexicana, cujo fruto maior expressou-se na reforma agrária.[200]

A derrubada dos ditames porfiristas, a disputa de poder por distintas facções das elites sociais e a luta dos camponeses pela redistribuição das terras foram aspectos próprios da Revolução Mexicana, demarcando os limites do movimento e o potencial de ação das forças que atuaram em conjunto, embora em sentidos conflitantes, determinando uma nova relação de poder político e econômico para o México, ainda agrário, após a queda da oligarquia, seguida de dez anos de guerra civil. Como a população mexicana estava predominantemente ligada à vida no campo, a reforma agrária foi a transformação mais importante introduzida, não somente no âmbito nacional, mais internacionalmente, pois o México usufruiu de certo ineditismo, junto com poucos outros países no mundo.

Três momentos principais configuram o processo. O primeiro deles se deu com a proclamação do Plano de *San Luis Potosí*, pelo líder inicial da revolução política, Francisco I. Madero que fez o chamamento do povo às armas, contra a reeleição de Porfirio Díaz. Assim, esse plano não aprofundou a revolução social, mas reconheceu o problema agrário do México, o que garantiu a Madero um breve apoio dos camponeses, principalmente, pelo o que estava previsto no parágrafo terceiro, do artigo 3º do plano:

> Abusando da lei de terrenos baldios, numerosos pequenos proprietários, em sua maioria indígena, têm sido despojados de seus terrenos, por acordo da Secretaria de Fomento, ou por erros dos tribunais da República. Sendo de toda justiça restituir aos seus antigos possuidores os terrenos que lhes despojaram de um modo tão arbitrário, se declaram sujeitas a revisão tais disposições e erros e lhes exigir-se-á aos que os adquiriram de um modo tão imoral, ou aos seus herdeiros, que os restituam aos seus primitivos proprietários, a quem pagarão também uma indenização pelos prejuízos sofridos. Só no caso de que esses terrenos tenham passado a terceira pessoa antes da promulgação deste plano, os antigos proprietários receberão indenização daqueles em cujo benefício se verificou o despojo.[201]

---

[199] HAMON, James L. e NIBLO, Stephen R. *Precursores de la Revolucion Agraria en Mexico*. México, DF: SepSetentas, 1975 (n. 202).
[200]GUTELMAN, Michel. *Capitalismo y Reforma Agraria en México*. 4 ed. México, DF: Era, 1978 (Col. Problemas de México). P. 29 *et seqs*.
[201] HERZOG, Jesús Silva. *Op. Cit*. 1997. (Vol. 1). P. 163.

O tamanho da confiança depositada em Madero foi o mesmo da decepção, porquanto ele próprio reconheceu que a restituição das terras às comunidades foi a "única promessa que não havia cumprido em toda sua amplitude".[202] Essa situação, interpretada como traição à causa agrária, levou à reação de numerosos rancheiros e camponeses do estado de Morelos, agrupados em torno de Emiliano Zapata. A Revolução do Sul, como ficou conhecida, radicalizou o agrarismo mexicano e aprofundou o elemento de justiça social envolvido na distribuição fundiária, criando um novo elemento até então inexistente: o zapatismo atacou abertamente o latifundismo, destacando que as terras usurpadas pelos grandes proprietários deveriam ser devolvidas aos *pueblos*, seus legítimos proprietários, sem a demora das tramitações legalistas dos tribunais. O projeto de reforma agrária do zapatismo foi exposto em 25 de novembro de 1911, pelo Plano de Ayala, cujo artigo 6º e o 7º definiram, em síntese:

> 6º Como parte adicional do plano que invocamos, fazemos constar: que os terrenos, montes e águas que tenham usurpado os *hacendados*, científicos ou caciques à sombra da justiça venal, tomarão posse desses bens imóveis desde logo, os *pueblos* ou cidadãos que tenham seus títulos, correspondentes a essas propriedades, das quais tem sido despojados por ma fé de nossos opressores, mantendo a todo custo, com as armas em mãos, a mencionada possessão, e os usurpadores que se considerem com direito a eles os requisitarão perante os tribunais especiais que se estabeleçam ao triunfo da Revolução.
> 7º Em virtude de que a imensa maioria dos *pueblos* e cidadãos mexicanos não são mais donos do terreno em que pisam sem poder melhorar em nada sua condição social nem poder dedicar-se à indústria ou a agricultura, por estar monopolizadas em umas quantas mãos, as terras, montes e águas; por esta causa, se expropriarão essas, indenização prévia, da terceira parte desses monopólios, aos poderosos proprietários deles, a fim de que os pueblos e cidadãos de México obtenham *ejidos*, colônias, fundos legais para *pueblos* ou campos de semeadura ou de trabalho e se melhore, para tudo e para todos, a falta de prosperidade e bem estar dos mexicanos.[203]

Além de dotar de potência a maior necessidade material e a reivindicação política do povo mexicano, o Plano de Ayala trouxe a inédita participação dos grupos desprivilegiados na formulação da política agrária do país. Ainda que estivessem sujeitos a muitos percalços, os princípios de 1911 atravessaram os anos seguintes e acabaram por repercutir na elaboração da Constituição Mexicana de 1917. Após a queda de Madero, promovida pelo general Huerta, em 1913, bandos revolucionários se alastraram pelo país. Do estado de Sonora, partiu o exército do general Obregón e, do estado de Coahuila, o governador Carranza organizou o Exército Constitucionalista, responsável por derrotar as tropas federais do general Huerta,

[202] GORTARI, Raúl Salinas de. *Agrarismo y Agricultura en el México Independiente y Postrevolucionario*. 2 ed. México, DF: CEHAM; FCE, 1988. P. 44.
[203] HERZOG, Jesús Silva. *Op. Cit*. 1997. (Vol. 1). P. 290.

então apoiado pelos latifundiários, em agosto de 1914.[204] No Norte do país, sobressaía-se outra força agrária popular, representada pelas tropas de Francisco Villa, um antigo bandido social que se transformou em líder revolucionário, primeiro, defendendo as pretensões maderistas e, depois, após ter conhecido o zapatismo em um período na prisão, tornou-se comandante da poderosa Divisão do Norte, contra o general Huerta.[205] Durante esse período, as propriedades da Cargill ficaram insolventes e seu representante no estado de Chihuahua considerou que uma insegurança havia sido "irrompida... instigada por uma classe almejando chances de roubar e pilhar".[206]

Enquanto para o pensamento revolucionário do Sul a principal preocupação era "a restituição e dotação de terras aos *pueblos"*, no Norte, "a solução radicava no fracionamento dos enormes latifúndios e na criação de grande número de pequenas propriedades, com extensão suficiente para suportar o custo de uma boa exploração agrícola, realizada com recursos suficientes para garantir abundante produção e perspectivas de progresso." [207] O Plano de Guadalupe, elaborado por Venustiano Carranza, apenas conclamou a luta contra o general Huerta, mas não avançou na reforma agrária. Aquele, um *hacendado*, um antigo político porfirista, era contra a forma pela qual se fizeram as distribuições de terras em Morelos, todavia sob pressão dos exércitos camponeses, convocou a Convenção de Aguascalientes, em novembro de 1914, que reafirmou os princípios do Plano de Ayala e destituiu Carranza do poder. Insatisfeito, ele elaborou no exílio o decreto intitulado Plano de Veracruz e se organizou para retomar o poder, com o apoio dos sindicatos operários, organizados em torno da *Casa del Obrero Mundial*. Ao fracasso do Plano de Veracruz sobreveio a Lei de 06 de Janeiro de 1915, que "não só previa a restituição das terras às comunidades indígenas, mas que também organizava o aparato administrativo encarregado de sua distribuição".[208] A lei estabeleceu o pilar da Constituição de 1917, promulgada em 05 de fevereiro, quanto ao projeto de reforma agrária, que foi exposta em seu artigo 27: as terras e águas eram propriedades da Nação, que tinha o direito de transmiti-las para os particulares, constituindo a propriedade privada; as expropriações só poderiam ser feitas em razão de utilidade pública e mediante indenização; a Nação passava a ter o direito de impor o interesse público à propriedade privada, buscando a distribuição equitativa da riqueza pública, pelo fracionamento do latifúndio e pelo desenvolvimento da pequena propriedade; *pueblos*,

[204] GUTELMAN, Michel. *Op. Cit.*, 1978. P. 68 e 69.
[205] VILLA, Marco Antonio. *Francisco "Pancho" Villa. Uma Liderança da Vertente Camponesa na Revolução Mexicana.* São Paulo: Ícone, 1992. P. 53-76.
[206] BROHEL JR., Wayne G. *Op. Cit.* 1992a. P. 161.
[207] SOTO Y GAMA, António Díaz. *La Cuestión Agrária em México*. 2 ed. México: El Caballito, 1976.
[208] GUTELMAN, Michel. *Op. Cit.*, 1978. P. 71.

ranchos e comunidades poderiam tomar as grandes propriedades vizinhas, em terras e águas, para atender as necessidades de suas populações, para o fomento da agricultura e para a conservação da natureza. Cada Estado e Território ficariam responsáveis em limitar o tamanho máximo de terras para um mesmo dono, sendo que o excedente seria fracionado e vendido pelo proprietário ou, na negativa deste, expropriado pelo Estado. O artigo também normatizava as condições de venda das terras, os prazos e os juros, as obrigações do adquirente e do poder público, além de ratificar todas as expropriações e distribuições de terras feitas até então e declarar

> revisáveis todos os contratos e concessões feitos pelos governos anteriores desde o ano de 1876, que tenham trazido por consequência o açambarcamento de terras, águas e riquezas naturais da Nação, por uma só pessoa ou sociedade, e se faculta ao Executivo da União os declarar nulos, quando impliquem prejuízos graves para o interesse público.[209]

O Artigo 27 da Constituição de 1917 alçou o México a uma posição de destaque no mundo, ímpar na América Latina, quanto à distribuição e a nacionalização das terras, contudo não rompeu radicalmente em favor do campesinato. Nem o zapatismo, nem o vilismo foram aprofundados no texto constitucional, que criou as condições para a conservação da grande propriedade, ainda que oferecesse um conjunto de garantias aos pequenos camponeses. Ao manter a propriedade privada da terra em uma formação econômica capitalista e de mercado, limitou-se a concentração fundiária, pelo fracionamento dos latifúndios, porém não se eliminou a diferenciação entre os novos proprietários "preservando a possibilidade ulterior de reconstituir uma classe social formada por pequenos, médios e inclusive grandes exploradores agrícolas."[210]

As implicações do movimento revolucionário, mesmo que este não tivesse questionado a propriedade privada da terra, atingiram definitivamente a política mexicana nas décadas seguintes (ver Tabela 1). O fracionamento das grandes propriedades nem sempre foi o objeto prioritário das políticas públicas, mas a dimensão distributiva das terras passou a ser uma característica elementar e necessária da estrutura agrária mexicana, embora não tenha tornado-se o fator predominante na participação total da produção agrícola.

[209] ANAYA, Pedro. *Los Problemas del Campo*. México, DF: Editorial Jus, 1976. P.65.
[210] GUTELMAN, Michel. *Op. Cit.*, 1978. P. 77.

Tabela 1 - Área e Quantidade de Beneficiados Atingidos pela Reforma Agrária, México, 1917-1982

		Hectares distribuídos					Número de beneficiados	
Ano final do mandato	Presidente	Total	% da superfície total do país	Total acumulado	% da superfície total do país acumulada	Média de hectares por beneficiado	Total de beneficiados	Total acumulado de beneficiados
1920	Venustiano Carranza	167 936	0.1	167 936	0.1	3.6	46 398	46 398
1920	Adolfo de la Huerta	33 696	0.0	201 632	0.1	5.3	6 330	52 728
1924	Alvaro Obregón	1 100 117	0.6	1 301 749	0.7	8.6	128 468	181 196
1928	Plutarco Elías Calles	2 972 876	1.5	4 274 625	2.2	10.0	297 428	478 624
1930	Emilio Portes Gil	1 707 750	0.9	5 982 375	3.1	10.0	171 577	650 201
1932	Pascual Ortíz Rubio	944 538	0.5	6 926 913	3.5	14.6	64 573	714 774
1934	Abelardo L. Rodríguez	790 694	0.4	7 717 607	3.9	11.5	68 556	783 330
1940	Lázaro Cárdenas	18 786 131	9.6	26 503 738	13.5	25.8	728 847	1 512 177
1946	Manuel Avila Camacho	7 287 697	3.7	33 791 435	17.3	46.2	157 816	1 669 993
1952	Miguel Alemán Valdéz	4 633 321	2.4	38 424 756	19.6	57.8	80 161	1 750 154
1958	Adolfo Ruíz Cortines	6 056 773	3.1	44 481 529	22.7	88.7	68 317	1 818 471
1964	Adolfo López Mateos	8 870 430	4.5	53 351 959	27.2	59.8	148 238	1 966 709
1970	Gustavo Díaz Ordaz	24 738 199	12.6	78 090 158	39.9	88.9	278 214	2 244 923
1976	Luis Echeverría Alvarez	12 773 888	6.5	90 864 046	46.4	62.0	205 999	2 450 922
1982	José López Portillo	6 397 595	3.3	97 261 641	49.7	26.3	243 350	2 694 272

FONTE: Tierras distribuidas por periodos presidenciales, Fechas seleccionadas de 1920 a 1992. Cuadro 8.2.4; Beneficiados con dotación de tierras por periodos presidenciales, Años seleccionados de 1920 a 1992. Cuadro 8.2.5.*In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

A reforma agrária mexicana apresentou limites, mas representou uma conquista significativa para a época e, principalmente, uma contrapartida à hegemonia do latifúndio porfiriano. A tabela 1 mostra que, durante a década de 1920, mais de quatro milhões de hectares de terras foram distribuídos e quase meio milhão de pessoas foram beneficiadas com o fracionamento das grandes propriedades. Durante as décadas seguintes, o Artigo 27 da Constituição passou por uma série de reformas, visando atualizar a política pública de reforma agrária.

Iniciativas desse porte inexistiram no Brasil. Ainda que contasse com um regime mais diversificado de propriedades, já que em algumas regiões desenvolvera-se o minifúndio, a unidade dominante de produçãoagrícola foi a grande propriedade monocultora-exportadora, nessa época representada pela cafeicultura. Na República de dominância oligárquica, o efeito perverso da Lei de Terras se prolongava, permitindo a concentração fundiária por meio da posse ilícita, ao invés da almejada pequena propriedade de mão de obra livre. O federalismo republicano, que deu autonomia aos governos estaduais, acabou por garantir às oligarquias estaduais a transmissão das terras públicas para a formação de propriedades privadas, porém no sentido da grande propriedade e não da pequena, na consolidação do latifúndio e não do minifúndio. Este movimento, que ficou conhecido como "liberalismo agrário", incorporado nas legislações estaduais, foi marcado principalmente pela prorrogação sucessiva do prazo

para os ocupantes de terras devolutas legitimarem suas posses. "A Lei de 1850, na melhor das hipóteses, foi servindo para legalizar a situação dos novos latifúndios criados após a sua promulgação. Inverteu-se, assim, um dos seus objetivos, que era pôr um fim ao apossamento desenfreado do patrimônio público." [211]

Apesar de ter sido sublinhado no projeto ruralista brasileiro a modernização, a racionalidade e o binômio mecanização/diversificação produtiva, como expressão "da competição entre os distintos segmentos da classe proprietária rural, em sua busca por melhores condições de colocação de seus produtos (...) oriundos dos diversos complexos agrários regionais - como o açucareiro, o algodoeiro ou o pecuarista",[212] acultura do café predominou na formulação das políticas públicas agrícolas nas primeiras décadas da República.

Isso foi atestado pelas ações de defesa do café, principalmente, pois a maior ameaça à produtividade cafeeira não era a concorrência das outras lavouras, mas a própria superprodução do café. O surto da borracha, extraída da selva amazônica, verificou-se entre 1895 e 1911, com sucessivos aumentos na quantidade produzida e nos preços das exportações, mas declinou rapidamente a partir de 1912; o cacau, na Bahia, foi o produto que apresentou uma maior constância no aumento da produtividade e apesar de verificada uma queda nos preços após 1901, incrementou gradual e continuamente sua participação nas exportações, até 1918; o algodão, pela sua importância com matéria-prima para a indústria têxtil, sofreu várias flutuações entre 1902 e 1913, quando se voltou para o fornecimento do mercado interno. Ainda que acrescidos outros produtos, como o mate, o fumo e os couros e peles, o café mantinha mais de sessenta por cento de participação na pauta exportadora brasileira entre 1889 e 1913. Devido a enorme expansão da área cultivada no final do século XIX, a produção cafeeira ascendeu vertiginosamente nos primórdios do século XX, saltando de 5,4 milhões de sacas de 60Kg em 1886/87, para uma safra recorde de 20,2 milhões em 1906/07. A primeira política de valorização do café foi colocada em prática neste período, pontuada pelo já mencionado Convênio de Taubaté, cujo mecanismo principal de defesa da cafeicultura esteve centrado na compra dos excedentes para a formação de estoques que seriam vendidos, posteriormente, em épocas de maior demanda pelo produto. Inicialmente,

[211] *In*: SILVA, Ligia Maria Osório. A Apropriação Territorial na Primeira República. *In*: SILVA, Sérgio S. e SZMRECSÁNYI (Org.) *História Econômica da Primeira República*. 2 ed. rev. São Paulo: HUCITEC; ABPHE; EdUSP; Imprensa Oficial (2002). P. 163. Bahia, Minas Gerais, Pará, Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Sul são exemplos de estados arrolados pela autora com suas respectivas legislações de prorrogação dos prazos da legitimação de posses, vários dos quais se estendendo através da década de 1920. *Loc. Cit.*

[212] Aos quais restava como alternativa a reconversão produtiva para o mercado interno. *In*: MENDONÇA, Sônia Regina de. Grande Propriedade, Grandes Proprietários: Velhas Questões, Novas Abordagens (1890-1930). In: SILVA, Sérgio S. e SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.) *Op. Cit.*, 2002. P. 171.

diferiram na participação as esferas federais e a estadual paulista, ambas patrocinadas por grupos financeiros internacionais e negociantes de café. A desvalorização cambial foi outra medida adotada pela intervenção do governo sobre o mercado cafeeiro, mas substituída devido aos bons resultados obtidos pela aquisição dos excedentes da safra para controle dos preços. A segunda operação de valorização do café ocorreu após a crise mundial de 1913 e, principalmente após a queda vertiginosa das exportações durante a Primeira Guerra Mundial, situação agravada pela safra excepcional do biênio de 1917/18. Autorizada pela Lei nº 3.316 de 16 de agosto de 1917, o "Banco do Brasil repassou a São Paulo 110 mil contos de réis, que foram empregados na aquisição e estocagem, no porto de Santos, dos excedentes de café".[213]Com a experiência acumulada da primeira operação de defesa do café, a segunda foi bem sucedida tanto no amparo dos preços, quanto na transferência dos excedentes para a venda com lucros nos anos seguintes.

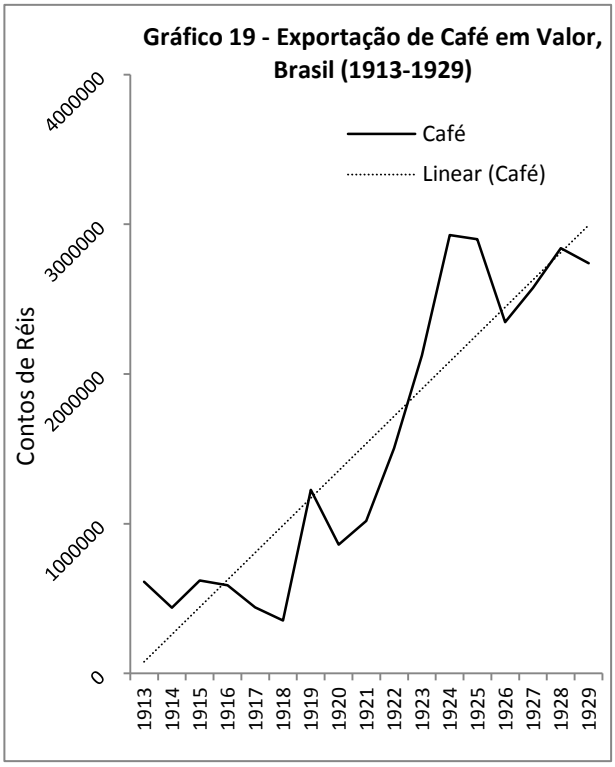
O bom desempenho da defesa do café para todas as partes envolvidas, produtores, negociantes e financistas, estimulou cada vez mais a autonomia dessas operações, inclusive com a criação de uma rede de armazéns no país. Após a emissão da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil para a compra de 1,5 milhões de sacas da safra de 1920/21, o governo federal recorreu a empréstimo de nove milhões de libras esterlinas para comprar mais 4,5 milhões de sacas, que logo foi liquidado, em 1924. Essa foi a terceira operação de defesa de valorização do café, sobre a safra de 1922, e o ponto de inflexão para o início da política permanente de defesa do café, quando o governo paulista comprou os armazéns reguladores federais e criou o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, mais tarde Instituto do Café de São Paulo.[214]

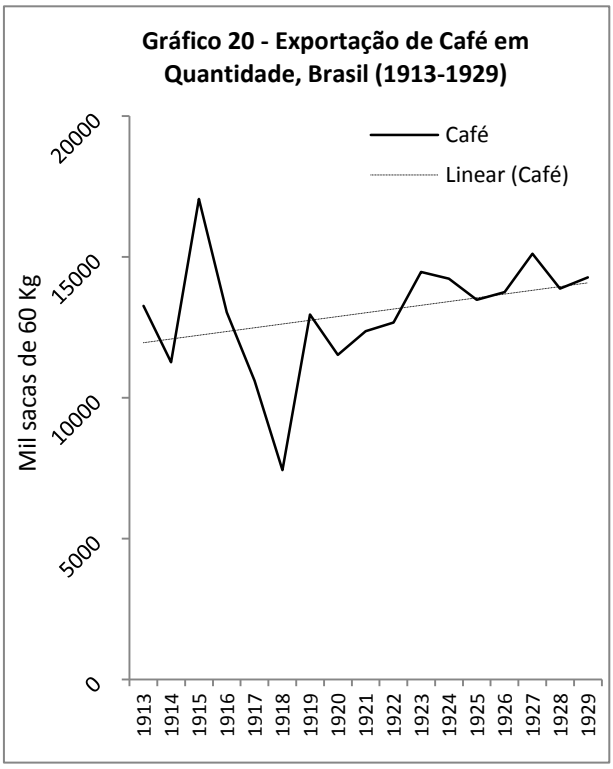
A predominância do favorecimento à cafeicultura no cenário político encobriu a atuação dos outros setores das oligarquias rurais, que buscaram se articular em torno de um órgão estatal, um aparelho econômico representativo dos interesses mais amplos das classes agrícolas produtoras, como alternativa às valorizações do café na formulação das políticas públicas. Esse desejo se concretizou no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), criado em 1909, e reformado, em 1910, como pólo de aglutinação do segmento de segunda ordem das classes agrárias proprietárias. Apesar de propugnar a diversidade intrínseca à vocação agrícola que, em regra, era projetada ao desenvolvimento econômico brasileiro, o MAIC serviu para apaziguar os conflitos interclasses rurais proprietárias, todavia

[213] MUELLER, Charles C. *Das Oligarquias Agrárias ao Predomínio Urbano-Industrial: Um Estudo do Processo de Formação de Políticas Agrícolas no Brasil.*Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983 (Série PNPE, 9). P. 118.
[214] *Ibdem*. P. 166-172.

o órgão tenha permanecido esvaziado financeira e estruturalmente, principalmente na disponibilização de créditos agrícolas, enquanto continuava intocada a hegemonia do café.[215]

Os gráficos 19 e 20 mostram, mais detalhadamente, os efeitos da política de defesa do café, notadamente após a safra de 1917/18, quando se promoveu a segunda operação de defesa do café. Enquanto o gráfico 19 aponta para um tendência ascendente contínua no valor das exportações, o que indicaria uma quantidade exportada cada vez maior, a preços constantes, o gráfico 20 revela uma tendência quase constante, mas na quantidade exportada, para o mesmo período, entre 1913 e 1929. Isso significou que, na prática, após o impacto desestabilizador da Primeira Guerra Mundial, a política reguladora das exportações, por meio da compra do excedente e do estoque da produção, foi efetivada e mantendo um índice pouco variável do *quantum* de café exportado, controlou os efeitos da superprodução e reabasteceu a demanda quando necessário. Não apenas impediu a queda dos preços do café, como promoveu sua valorização.



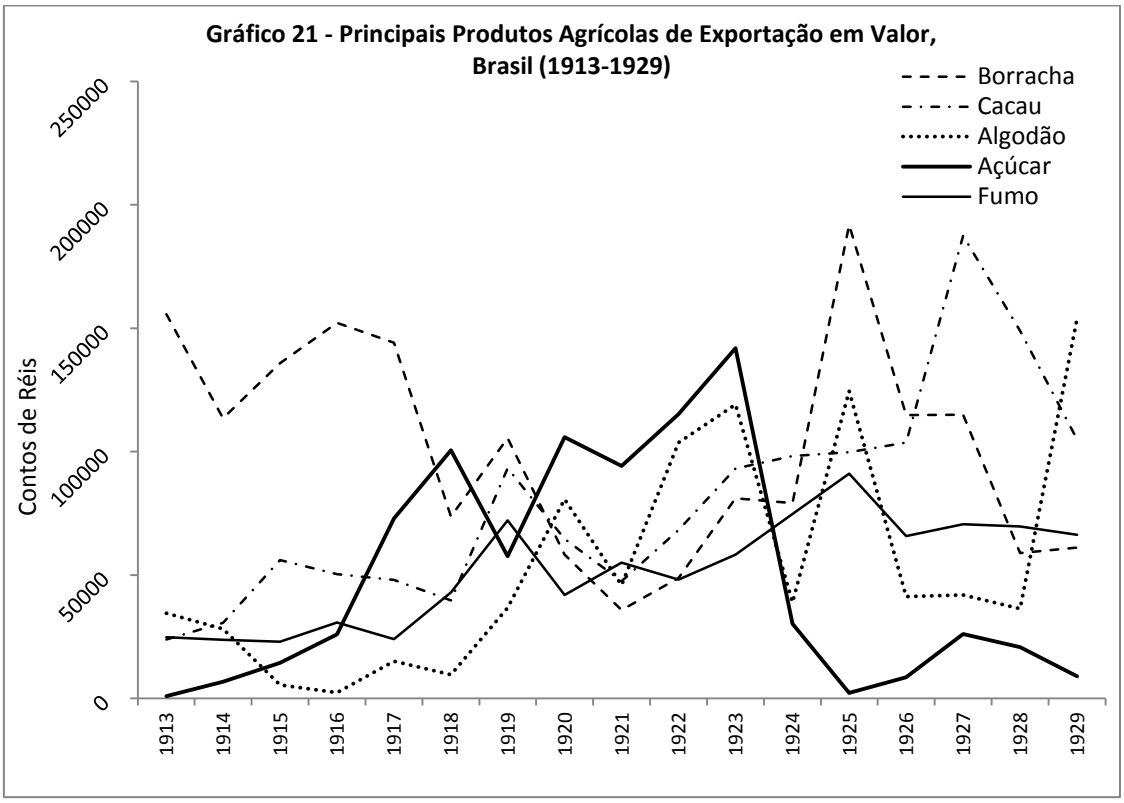


FONTE: Quantidade e Valor da Exportação de Café em Grão — (1821-1987) - (1987-99). Tabela 6.41.*In*:IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM.

O gráfico 21, por sua vez, caracteriza a sujeição das demais atividades agropecuárias brasileiras às flutuações de diferentes magnitudes. O declínio da borracha após seu apogeu em

[215] MENDONÇA, Sônia Regina de. *Op. Cit.*, 1997. P. 126-136

1911, apesar de momentos de importante recuperação durante o conflito mundial, segue de 1913 até 1921, ano em que se recupera e ascende quase ininterruptamente até 1925,quando volta a decair. O cacau, apesar de sofrer algumas variações, seguiu uma tendência crescente desde o início do século XX, se consolidando como um dos principais produtos das exportações brasileiras no final da década de vinte, entre 1927 e 1928. O algodão apresentou uma queda significativa nas exportações durante os anos de guerra, ao se voltar para o abastecimento do pólo industrial têxtil nacional, soerguido no bojo da dinâmica substitutiva de importações; terminado o conflito, retomou a exportação, mas sujeito às flutuações de elevadas magnitudes, ainda que apresentasse tendência crescente. O açúcar vinha de uma baixa secular que se acentuara logo no início do século XX, para recuperar-se, brevemente, até 1923, ano em que seu crescimento na participação das exportações brasileiras foi interrompido, abruptamente.



FONTE: Quantidade e Valor da Exportação de Açúcar — (1821-1987) - (1987-99). Tabela 6.38; Quantidade e Valor da Exportação de Algodão — (1821-1987) - (1987-99). Tabela 6.39; Quantidade e Valor da Exportação de Borracha — (1827-1987). Tabela 6.40; Quantidade e Valor da Exportação de Cacau — (1821-1987) - (1988-99). Tabela 6.41; Quantidade e Valor da Exportação de Fumo — (1821-1987) - (1988-99). Tabela 6.45. *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX.* Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM.

A década de 1920 das políticas públicas agrícolas mexicanas, ainda que não tivessem rompido, em absoluto, com a grande propriedade privada, já infringiam o domínio oligárquico, por meio da distribuição de terras e da limitação das propriedades. Mesmo que

setores das classes dominantes permanecessem no poder, a nacionalização das terras permitiu que os *pueblos* reivindicassem suas posses, frente às companhias deslindadoras estrangeiras da época do porfiriato. De alguma forma, o Estado deveria se mostrar mais aberto e representativo às camadas populares, mesmo que essa fosse a condição prévia para ascender a burguesia agrária ao domínio das relações produtivas no campo.

3.1.1.1. A Desapropriação da *Cargill Lumber Company*

Particularmente, o estado de Chihuahua teve uma larga lista de concessões, entre 1890 e 1911. Dentre os 840 *hacendados* que, em 1910, eram donos da maior parte do território do país, um dos principais proprietários de terras, o general Terrazas foi considerado, popularmente, dono daquele estado, por possuir milhões de hectares no Norte. Entre 1890 e 1910, sessenta e cinco concessões foram outorgadas a empresas mineiras, industriais e agrícolas, com isenções de impostos de cinco a vinte anos, monopólios e franquias. No final do Porfiriato, entre 1904 e 1910, mais quarenta e uma concessões foram outorgadas, nessas condições.[216]

Em 1906,no mesmo estado de Chihuahua,estiveram previstas concessões de terras à empresa estrangeira*Cargill LumberCompany* correspondentes a cento e setenta mil setecentos e vinte e cinco hectares. De acordo com os habitantes locais, eram terras que se estendiam das bordas e dos rincões do antigo distrito de Guerrero[217] (mapa 1) e no entorno de diversos*pueblos* que na região haviam se estabelecido, tais como Boycona, San Juanito, Ataros, Picháchic, Tomóchic e Ariciáchic. A concessão era direcionada para aquele ramo da extração da madeira para construção, abrangendo uma vasta área de bosques de coníferas (*Coniferophyta*) e encinos (*Quercus*) e de selvas secas, pela qual passava a linha de ferro *Kansas City – México y Oriente*, construída a partir de 1903 com capital norte-americano, para conectar os Estados Unidos às suas colônias Los Mochis e Topolobampo, na costa do Pacífico, passando por Ojinaga e Chihuahua, medindo mais de 900 quilômetros de extensão, em território mexicano (mapa 2).

Naquela conjuntura em que William Wallace Cargill buscava ampliar seus empreendimentos e o governo mexicano, através de seu secretário da Fazenda José Yves Limantour, pretendia ampliar os investimentos externos, que se concluira a compra desse longo trecho de terras para extração de madeira, no estado de Chihuahua, em torno de 542.000 acres, correspondentes a 216,8 mil hectares, segundo as estimativas dos norte-americanos.[218]O chamado convênio Cargill-Limantour, parte da então proposta de

---

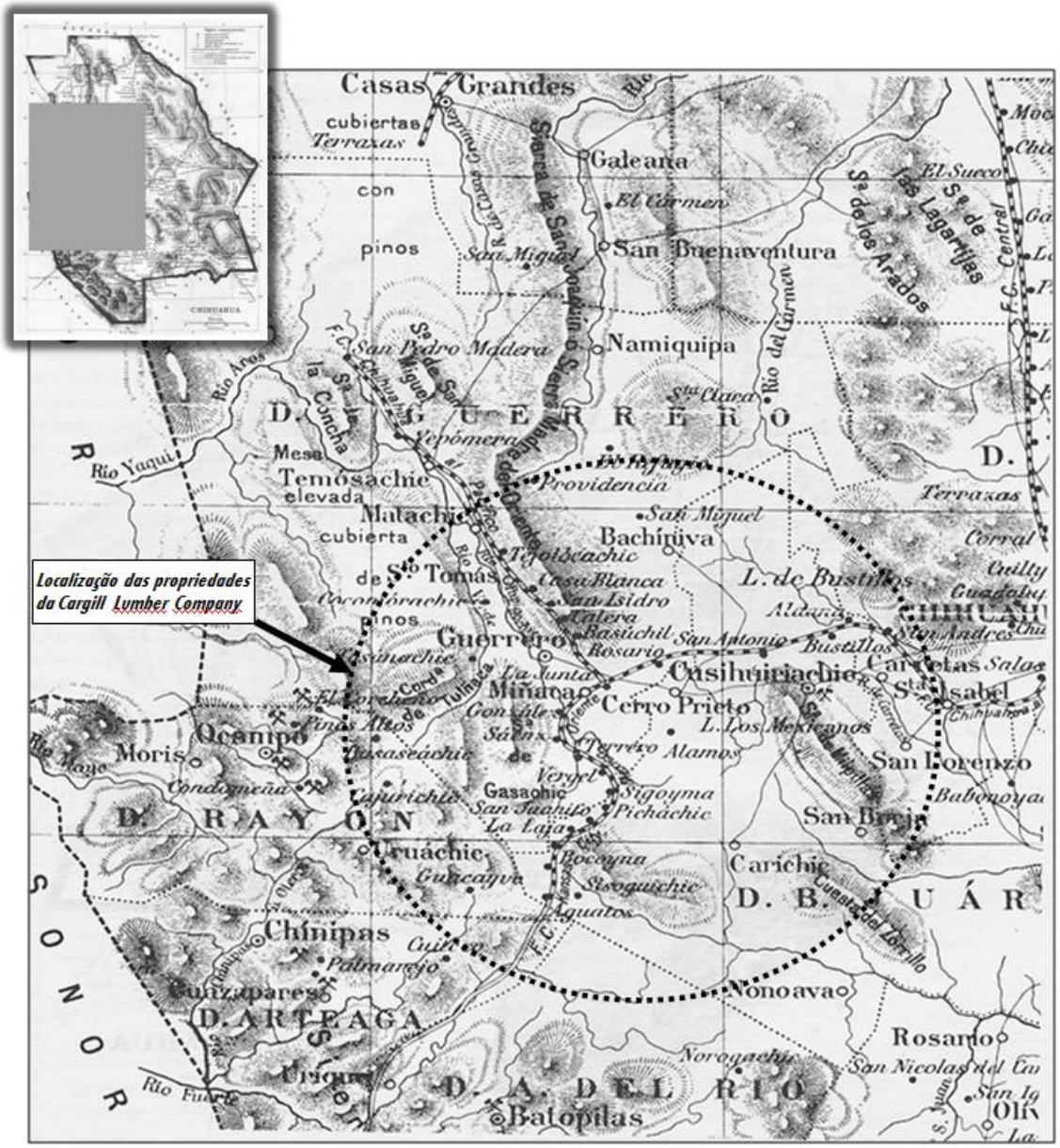
[216] V. HERZOG, Jesús Silva. *Op. Cit*., 1997, v.1. P. 23 e GUERRA, François-Xavier. *Op. Cit.* 1991. (V.I). P. 322.

[217] MENSAGEM do Procurador Geral da República ao Secretário Particular do Presidente da República. *Assunto: sobre o recurso requerido pela Cargill LumberCompany.*México, DF: Archivo General de la Nación, 06/09/1933.

[218] BROHEL JR., Wayne G. *Cargill. Trading the World's Grain*. USA, Hanover: University Press of New England, 1992a. P. 136.

modernização do México, dois anos após o empreendimento inicial, em uma carta de 1908, foi descrito por W.W.Cargill a um possível comprador onde informava que "a plantação é um prêmio e em cinco anos ela pagará um dividendo em um montante igual a dez vezes seu custo (ou deixe por cinco). Não vi a madeira, embora tivesse tido tempo para conhecê-la."[219]

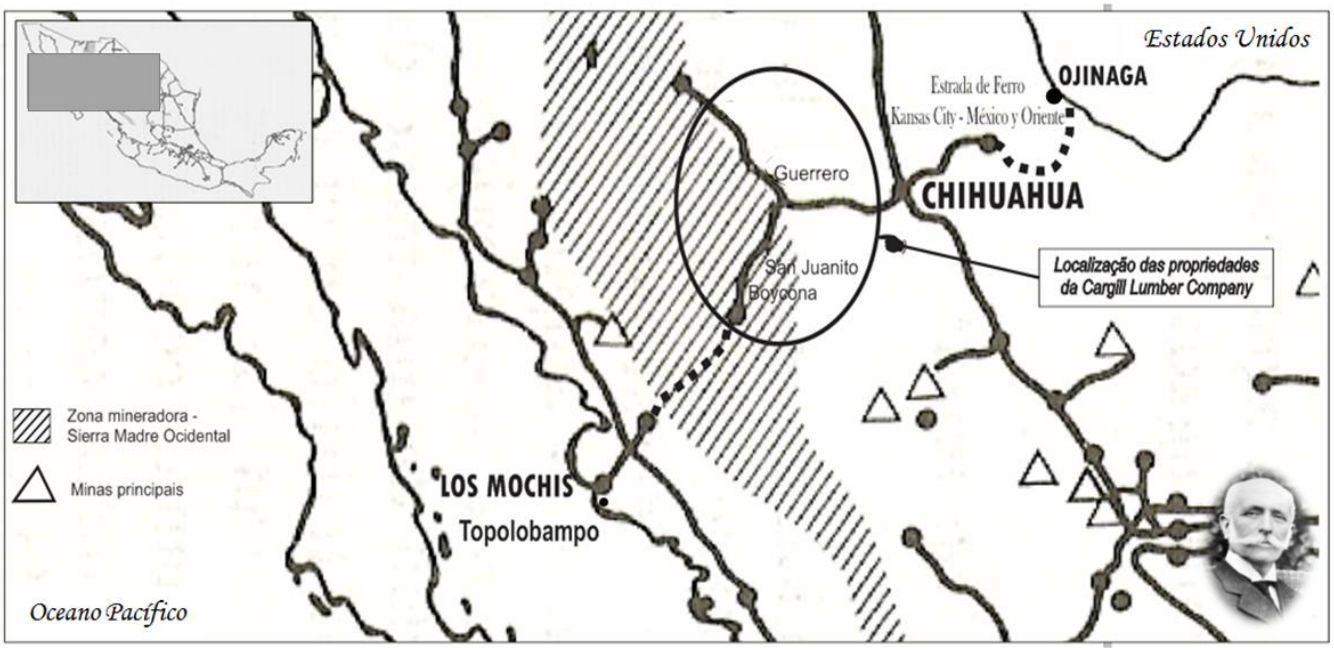
Mapa 1 - Antigo Distrito de Guerrero e seus *Pueblos*,
Noroeste do Estado de Chihuahua, México (final do século XIX)



FONTE: Mapa tomado do livro La República Mexicana: Chihuahua. Reseña geográfica y estadística. Librería de la Vda. de C. Bouret, París-México, 1909. In: OROZCO, Víctor. *Historia General de Chihuahua III. Primera parte. Tierras de Libres. Los pueblos del Distrito Guerrero em el siglo XIX*.Chihuahua, Cd. Juárez: Universidad Autónoma de CiudadJuárez, 1995. P. 12.

[219]*V* BROHEL JR., Wayne G. *Op. Cit.* v.1. P. 150. Em 1909, segundo o cônsul alemão em Chihuahua, a situação econômica estava "particularmente má devido aos aumentos dos preços dos alimentos básicos e do feijão. A maioria dos preços dos alimentos duplicou, e o feijão subiu de 6 a 15 pesos por hectolitro. O poder aquisitivo do povo reduziu-se seriamente (...). O consumo da população restringiu-se aos alimentos mais essenciais." *In*: KATZ, Friedrich. *La Guerra Secreta em México*. Tomo I. 5 ed. México: Era, 1985 (Col. Problemas de México). P. 50.

Mapa 2 - Localização aproximada das terras concedidas à *Cargill LumberCompany* por convênio com José Yves Limantour - Secretário da Fazenda, Estado de Chihuahua, México (1906)



FONTE: (Adaptado de) GUERRA, François-Xavier. *Op. Cit.* 1991. (V.I). P. 327.

Durante o período da Revolução Mexicana, essas terras permaneceram inacessíveis, constituindo um ativo da empresa, mas sem nenhuma liquidez.[220] Logo no começo de 1916, Pancho Villa foi responsável pela morte de norte-americanos nos dois lados da fronteira e, particularmente, de 18 engenheiros que estavam no México para reabrir algumas minas abandonadas, em nome do governo de Carranza. Em resposta, o presidente Wilson convocou uma expedição de 15 mil homens para perseguir Villa no México e uma milícia de 150 mil homens para guardar as fronteiras, na qual esteve quase prestes a servir John H. MacMillan Jr., futuro presidente da Cargill nos anos de 1940. Com o decréscimo das turbulências revolucionárias no ano de 1916, a empresa retomou suas atividades e a seguradora própria *Cargill Securities Company* resgatou a propriedade em 1920.

Durante a década de 1920, iniciou-se um processo de desapropriação das terras da Cargill, contudo. Ele fôra de caráter jurídico-político, perpetrado pelos mexicanos que se viram prejudicados pela tentativa da empresa em reaver as terras por eles ocupadas, sendo tal ato considerado uma arbitrariedade contra a Constituição de 1917 e todas as disposições legais que tinham anulado os convênios da época do porfiriato. Em 30 de dezembro de 1922, a *Casa del Obrero Mundial*, em carta enviada ao presidente da república do México, assim descreveu a situação:

[220] BROHEL JR., Wayne G. *Op. Cit.* v.1. P. 209.

A *Casa del Obrero*, sempre com suas ânsias pelo progresso deste estado, tem tomado conhecimento do litígio que o escritório Cipriano Gonzalez & Cia. e outros concidadãos têm estabelecido contra a *Cargill Lumber Company* para que lhes sejam restituídos direitos, arrebatados por disposições a eles contrárias, em governos anteriores ao vosso, sobre as terras que lhes pertencem desde tempos imemoriais, as quais a Revolução iniciada em 1910 tem tratado de reivindicar e, pode-se dizer que, sob vosso governo, o povo de todo o país tem começado a vê-los tornarem-se fatos tangíveis, uma vez que o povo havia sofrido quase resignado as consequências daquelas ditas disposições antipatrióticas.

A *Casa del Obrero* que tem recebido de V.Sa. apoio decisivo para seu trabalho social, quer por meio do presente instrumento, sem fórmulas legais, vos suplicar que aceiteis o amparo no caso contra a *Cargill Lumber Company*, porque entendo que ajudando os promotores desse assunto, vereis em um curto período de tempo, o florescimento da região, com a criação sem empecilhos do novo *pueblo* de *San Juanito*, sobre a ferrovia Kansas City - México y Oriente, porque é um grande centro industrial do porvir. Centro que agora não pode desenvolver-se por ainda estarem os moradores daquela região sem a confiança necessária para assentar suas ânsias de progresso, por não saberem, em definitivo, se ficarão como antes, a mercê dos piratas estrangeiros, que não têm inibição alguma em adquirir grandes extensões de nosso território, amparados pela impunidade que lhes presta o pavilhão das barras e das estrelas.

A *Casa del Obrero* sempre acreditou e ainda acredita que os interesses estrangeiros devem contar com amplas garantias, neste país e em todo mundo civilizado, mas também acredita que essas garantias devem ser sem o menosprezo dos direitos dos nacionais, permitindo-nos respeitosamente chamar a atenção de V.Sa. ao fato inócuo de que a concessão Limantour foi dada conforme as leis vigentes em sua época e portanto este inqualificável abuso deve cessar-se, para evitar os transtornos graves que poderão ocasionar na região, cuja sublevação tem sido sufocada até hoje, na esperança de que lhes sejam imputados por V.Sa. uma ampla justiça.

Sabemos que à frente dessa ação estão se movendo poderosas influências para evitar a solicitada nulidade da imoral concessão, que é unicamente defendida por advogados mercantilistas sem consciência nem patriotismo, que na falta do Grande Ditador a quem servir em províncias, dedicam-se à tarefa de minar o prestígio da Revolução feita pelo Governo, patrocinando negócios que procuram pôr óbices à V.Sa. e aos vossos colaboradores.

Esta é a segunda vez que temos que dirigir nossa ação social contra o trabalho do Licenciado Dom Guillermo Porras, que tem como consequência natural de seu modo de agir, ir contra os interesses dos desprivilegiados; na primeira vez o combatemos perante a opinião pública porque defendia a ação dos Mc. Quarters e agora, que defende assuntos muito mais injustos, aos quais lhe falta não somente o apoio da lei para seguir adiante, mas porque também nele não há nem mesmo a esperança de que, recebendo seus patrões a sentença favorável, a região onde a Cargill tem seus domínios mais tarde poderá melhorar, visto que essa companhia nunca teve o propósito de realizar trabalhos que beneficiassem seus moradores. Na primeira de nossas campanhas tivemos a satisfação de saber que o Governo, ao digno cargo de V.Sa., deu sentença favorável a causa justa que defendíamos, e esperamos que agora também dê sua última palavra favoravelmente à nossa instância, por assim demandar a saúde de nossa pátria.

Com a resolução do juiz da Primeira Instância de Cuahuiriachic, que tem investido embargos contra os legítimos proprietários, foram suspensos

> os prósperos trabalhos em ascensão daqueles que com direitos incontrovertidos já haviam desbaratado as primeiras perseguições dessa funesta companhia: e com essa paralisação ficaram e estão sem trabalho desde a segunda quinzena de setembro, um sem número de amigos e companheiros nossos.
>
> A *Casa del Obrero* protesta solenemente a V.Sa., que não tenhais defendido, nem defendêreis interesses pessoais nem mercantilistas, e se empenháreis sempre em defender os interesses coletivos, aqueles que tendem sempre a promover o desenvolvimento das riquezas naturais do país, com preferência para os nacionais; é por isto que respeitosamente pedimos a V.Sa. que seja favorecido decretar que: reivindica-se a todas aquelas pessoas ou comunidades que tenham sido afetadas em seus direitos legais com a concessão Limantour-Cargill.
>
> Professamos nossa adesão e respeitos.
> Chihuahua, 30 de dezembro de 1922[221]

A Constituição mexicana de 1917 não acabou necessariamente com a propriedade privada, porquanto criou um projeto de desenvolvimento nacional de base agrícola que, concomitantemente, respondia pelo acesso à terra ao camponês enquanto o tornava pequeno proprietário e aproximou-o mais do projeto da burguesia liberal de interesses agro-exportadores, que da propriedade comunal idealizada na Revolução. O problema central nos primeiros anos da reforma agrária, para Carranza, Obregón e Calles, era o "proprietário privilegiado e parasitário, já que ao viver na maioria dos casos afastado de suas propriedades, pouco se empenhava em melhorar os procedimentos utilizados na exploração de suas terras, quando não as mantinham ociosas." [222]

Esta era justamente a condição das terras da *Cargill Lumber Company*, que foram adquiridas para o fornecimento de madeira, mas devido às crises de 1907 e de 1913, não foram aproveitadas. Após a retomada da normalidade constitucional, na década de 1920, a tentativa de reapropriação das terras entrou em conflito direto com o novo projeto nacional mexicano. Em 1922, o presidente da Junta Municipal de San Juanito, Ricardo B. Saenz queixou-se diretamente ao então presidente da república, Álvaro Obregón, sobre os direitos confiscados da população local pela mencionada empresa estrangeira. Em um telegrama de outubro daquele ano, ele escreveu-lhe:

> Perseguições *Cargill Lumber Company* objeto despojar legítimos proprietários Mexicanos terrenos estão criando situação muito delicada esta região apresenta numerosos cidadãos pedindo justiça contra despojo, já que Secretaria Fomento não tem podido amparar-los contra concessão nula e imoral Limantour, uno minhas súplicas rogando-lhe não esquecer ajuda

[221]CASA DEL OBRERO MUNDIAL. *Carta al Ciudadano Presidente Constitucional de la República.* México, DF: Archivo General de la Nación, 30/12/1922.
[222]GORTARI, Raúl Salinas de. *Op. Cit.* P. 54.

> oferecida aos homens [por] amparos sociais. [Vos] somos todos. Respeitosamente. O Presidente da Junta Municipal.[223]

Proveniente da pequena burguesia, o general Obregón gozava de grande popularidade no meio rural e, para manter-se na presidência da República, distribuiu mais terras que seu antecessor, Vestuniano Carranza, e ainda com maior intensidade, quando, em 1923, para enfrentar dissidências internas, apoiou-se sobre os camponeses. Respondeu pela expedição do primeiro ordenamento para regulamentar o Artigo 27 da Constituição de 1917, a Lei de *Ejidos* de 28 de dezembro de 1920, que considerava o *ejido*, em seu Artigo 13,aquelas terras dotadas aos *pueblos*, fracionadas e tituladas de forma individualizada aos camponeses, o que contrariava o desejo da propriedade comunal e fortalecia a via da pequena propriedade rural, tendência esta que foi reforçada no *Reglamento Agrario* de 17 de abril de 1922, que estabeleceu, entre outros aspectos, os limites das terras *ejidatarias*.[224]

Essas duas disposições legais permitiram o ajuizamento de demandas por direitos, perante as autoridades competentes, em nome das comunidades que se sentissem lesadas. A Lei de *Ejidos* de 1920 estabeleceu, em definitivo, uma das instituições derivadas das circulares expedidas pela pretérita Comissão Nacional Agrária, cujo objetivo era por em prática o Artigo 27 constitucional: os outrora Comitês Administrativos, que foram transformados nas Juntas de Aproveitamento dos *Ejidos*. "Em suma, um organismo responsável pela representação da comunidade de *ejidatarios* e de distribuir entre eles as terras do *ejido* (...)".[225]Foi em nome dessa Junta que se pronunciou o remetente da mensagem supracitada, reivindicando os direitos da comunidade sobre a intrusão da *Cargill Lumber Company*. Sequencialmente, o *Reglamento Agrario* de 17 de abril de 1922, que veio a substituir a Lei de *Ejidos*, endossou a inviolabilidade da pequena propriedade:

> Restituiu-se o nome de Comitê Administrativo ao organismo encarregado de representar o conjunto de *ejidatarios* e se configurou o procedimento agrário sobre a base de um verdadeiro juízo ante as autoridades administrativas, pois se deu ingerência aos proprietários violados para que apresentassem observações, provas e alegações em suas defesas.[226]

Os efeitos dessas disposições repercutiram na então disputa processual contra as posses da *Cargill Lumber Company*, de acordo com a menção feita pelo presidente da

---

[223]SAENZ, Ricardo B. *Telégrafos Nacionales. Telegrama Recibido em México D.F. San Juanito, Chihuahua*. México, DF: Archivo General de la Nación, 13/10/1922.
[224]V. NÚÑEZ, Lúcio Mendieta y. *Síntesis del Derecho Agrario*. México, DF: Instituto de Investigaciones Juridicas, 1971. P. 182 e 183. GUTELMAN, Michel. *Op. Cit.*, 1978. P. 89-94.
[225]*Ibdem. Loc. Cit.*
[226]*Ibdem. Loc. Cit.*

Convenção Agrarista da cidade de Chihuahua, em 15 de janeiro de 1923, dirigida ao presidente da República:

> Por acordo firmado na Convenção Agrarista celebrada nesta cidade enviamos V.Sa. atenta mensagem em nome dos representante Pueblos Boycona, San Juanito, Átaros, Picháchic, Tomóchic, Ariciáchic e demais possuidores legítimos pedindo-vos respeitosamente deis justiça nulificando concessão Limantour, evitando atentados Cargill Lumber, fim de evitar maiores males. Respeitosamente. O Presidente da Covenção.
>
> Abelardo S. Amaya. O Secretário
>
> Rafael Rico[227]

Nesse contexto, a necessidade política inevitável proporcionou o favorecimento da causa demandada pelos nacionais, correspondida pela presidência, conforme mensagem do general Obregón, em 19 de janeiro de 1923:

> Permito-lhes saber fazer que, semana retrasada, ficou firmado acordo pelo Executivo ao meu cargo, declarando nulidade da concessão Limantour; considerando o próprio Executivo que este ato entranha uma reivindicação que devolve à nação terrenos de sua legítima propriedade, com o qual facilitará o governo o qual tenho a honra de presidir, resolução de alguns problemas que atualmente estão apresentando-se entre populações que se encontram encravadas na superfície que tais terras abarcam. Afetuosamente,
>
> Presidente da República,
>
> Álvaro Obregón

Ratificava-se o direito das comunidades, portanto anterior a quaisquer das concessões feitas por Jose Yves Limantour, como a reivindicada pela *Cargill Lumber*:

> Presidentes Municipais San Juanito, Picháchic y Boycona, dizem-me: "Inteirado decreto presidencial nulidade concessão Limantour, com o qual se destroem feitos contrários moral. Leis passadas e presentes se garantem direitos cidadãos. Os subscritos felicitam V.Sa. por ter colaborado triunfo justiça e reiteramos-lhe adesão e respeito". O que me honra transcrever-lhe para seu conhecimento, transmitindo a V.Sa. extensiva felicitação e agradecimento. O Governador Const.
>
> I.C.Enriquez[228]

Álvaro Obregón fez o seu sucessor presidencial, Plutarco Ellías Calles, que governou o México entre 1924 e 1928. Nessa década, foi o presidente que distribuiu mais hectares de terras e mais indivíduos beneficiou, mostrando-se um partidário da pequena propriedade. Aprofundou as características liberais do Estado, através de uma reforma fiscal elaborada pelo Secretário da Fazenda de seu Governo, Alberto Pani; em um sinal das pressões sociais revolucionárias, ele chegava a admitir que, até mesmo, quando necessário, a intervenção

---

[227] AMAYA, Abelardo S. *Telégrafos Nacionales. Telegrama Recibido em México D.F. San Juanito, Chihuahua*. México, DF: Archivo General de la Nación, 03/02/1923.

[228] ENRIQUEZ, I.C. *Telégrafos Nacionales. Telegrama Recibido em México D.F. San Juanito, Chihuahua*. México, DF: Archivo General de la Nación, 15/01/1923. Telegrama do Governador de Chihuahua ao Presidente da República, Álvaro Obregón.

estatal, para sobrepor os interesses coletivos sobre os individuais. Em meio à revolta Cristeira dos camponeses guiados pela igreja Católica, os gastos públicos do governo estiveram destinados para investimentos básicos de desenvolvimento, notadamente no ramo das comunicações e transportes para o meio rural, seguidos do fomento agropecuário e dos benefícios sociais.[229]

Plutarco Calles deu continuidade ao projeto agrarista de formação do camponês como um pequeno proprietário individual, consagrando a visão de que somente a exploração individual das terras possibilitava o máximo esforço e eficiência. O suposto enfrentamento ao latifúndio dominante deveria materializar-se em milhares de pequenas propriedades, em prejuízo da propriedade comunal, portanto. Consubstanciaram-se tais propósitos nas leis sobre o parcelamento dos patrimônios *ejidais* de 1925 e 1926, como os Decretos sobre repartição de terras em regiões áridas ou de cerrados, sobre dotação e restituição de *Ejidos*, e a Circular n. 22 sobre o auxílio das forças federais em assuntos agrários, em maio e junho de 1925; a Lei Regulamentar sobre a Repartição de Terras *Ejidais* e Constituição de Patrimônio Parcelário *Ejidal*, de 31 de dezembro de 1925; entre outras. Essas leis embasavam o "princípio de uma divisão obrigatória dos *ejidos* em parcelas individuais e assinalavam o início da intervenção do Estado na vida interna daqueles." [230] Por um lado, reduzia-se a influência das autoridades *ejidais*, que se convertiam em detentoras locais do poder arbitrário; por outro, se alcançava a almejada estabilidade política e social entre a classe dos trabalhadores agrícolas, lhes possibilitando um usufruto suplementar da terra, já que o principal advinha do trabalho na grande propriedade; portanto não se aprofundava a eliminação desta grande propriedade, que longe de desaparecer, continuou prevalecendo.[231]

No início da década de 1930, durante o governo dos sucessores de Ellías Calles, Portes Gil (1928-1930), Ortiz Rubio (1930-1932) e Abelardo Rodríguez (1932-1934), o ritmo de distribuição de terras sofreu um grande decréscimo. Orientados pelo "Chefe Máximo da Revolução" na condução da política agrária mexicana, esses governos quase puseram fim à via minifundiária do desenvolvimento agrícola e da distribuição de terras aos camponeses, para retomar o caminho do desenvolvimento capitalista da agricultura, direcionado ao aperfeiçoamento exclusivo da grande propriedade privada. Chegou-se a cogitar que a distribuição das terras estava terminada e que o modelo *ejidatario* havia fracassado.

---

[229] FUENTE, José Iturriaga de la. *La Revolución Hacendária*. La hacienda pública com el presidente Calles. México, DF: SepSetentas, 1976 (n.282). P. 49-96.
[230]GUTELMAN, Michel. *Op. Cit.*, 1978. P. 94.
[231]*Ibdem*. P. 94-96. GORTARI, Raúl Salinas de. *Op. Cit.* P. 57 e 58.

No tocante à ação de defesa promovida pela *Cargill Lumber Company*, as instituições mexicanas mantiveram as determinações legais do decreto presidencial anterior, de Álvaro Obregón, de acordo com mensagem transmitida por Portes Gil, em 1933, quando se tornara Procurador Geral da República:

> Com referência ao seu atento memorando com data de 22 de maio deste ano, permito-me manifestar-lhe que a Segunda Vara da Suprema Corte de Justiça da Nação em seu acordo de hoje, resolveu desistir, por causa de improcedência, do julgamento da ação promovida pela Cargill Lumber Company contra atos do Senhor Presidente da República e da Secretaria de Agricultura e Fomento, consistente na declaração de nulidade dos convênios celebrados com os senhores José e Júlio Limantour, em virtude dos quais se alienaram a estes cento e setenta mil, setecentos e vinte e cinco hectares de terrenos nacionais, localizados nos rincões de Guerrero e beiradas do estado de Chihuahua, terrenos que foram cedidos, no ano de 1906, à citada Cargill Lumber Company. Protesto a V.Sa. a minha mais atenta e distinta consideração.
>
> Sufrágio efetivo. Não reeleição.
> México, D. F. , a 6 de setembro de 1933.
> O Procurador Geral da República
> E. Portes Gil.[232]

O desfecho da desapropriação da Cargill Lumber Company, como mais um episódio do encerramento do ciclo daquela grande propriedade oriunda da modernização oligárquica porfirista, se definiu apenas durante o governo de Lázaro Cárdenas:

> Quando a Lei de Nacionalização, mais preocupada com o confisco das terras petrolíferas, foi aprovada em 1941, a Companhia Cargill de Seguros ingressou um requerimento, e para a surpresa de todos, em 1943 as famílias foram notificadas que a compania tinha sido adjudicada em US$ 642,722 (a adjudicação fôra avaliada pela Companhia, incluindo juros, em US$1,375,000). O montante final recebido, entretanto aproximou-se de US$ 300,000.[233]

[232]GIL, E. Portes. *Asunto - Relativo al amparo promovido por la Cargill Lumber Company*. México, DF: Archivo General de la Nación, 06/09/1933.
[233]BROHEL JR., Wayne G. *Op. Cit.* v.1. P. 219.

3.2. A MODERNIZAÇÃO MONOPOLISTA (PÓS - 1930)

O novo contexto econômico da década de 1930 reuniu as características que transformaram e definiram a estrutura agrária do século XX. Após a superação das velhas relações produtivas herdeiras do colonialismo e malgrado vestígios no interior do subsequente padrão cumulativo de capital - o modelo primário-exportador sob a égide do sistema liberal do livre mercado - durante as primeiras décadas daquele século, o início das novas relações produtivas já havia se configurado. O regime agrícola dominante, formado por *haciendas* e *plantations*, que subordinava hierarquicamente outras formas da organização econômica de exploração da agricultura, não resistira ao impacto da modernização capitalista, que exigia desde a transformação da forma de propriedade da terra à da força de trabalho e da técnica produtiva ao do sentido geral da produção. Em termos da lógica dialética, a superação da contradição entre a eliminação dos empecilhos e a criação das condições favoráveis ao desenvolvimento pleno do capitalismo no campo, se manifestou na chamada modernização oligárquica, isto é, na primeira fase de impacto da Revolução Industrial na agricultura dos países não industrializados que gerou a elevação do novo edifício estrutural, para a qual concorreram causas internas e externas. Internamente, o reordenamento da organização econômica pretendeu o aprimoramento da produtividade agrícola em termos capitalistas, através da própria acumulação de capital, da formação de uma burguesia agrária, da reestruturação da propriedade fundiária, do uso cada vez mais intensivo de máquinas e implementos agrícolas e da diversificação agrícola. Outros processos específicos também atuam nesse metamorfismo de natureza endógena, no sentido da industrialização e do predomínio da *urbe*, principalmente. Externamente, a consolidação e a expansão do capitalismo industrial e monopolista configuraram a nova organização produtiva da agricultura, ainda no contexto da especialização e da divisão internacional do trabalho: elevou-se a oferta de produtos finais relacionados à modernização agrícola,oriundos dos países industrializados, que chegaram seja como insumos, bens intermediários ou de capital, seja como empresas coligadas ou subsidiárias, ou mesmo, filiais de empresas transnacionais. Dada a insuficiência dos recursos próprios gerados no montante da acumulação interna de capital e a debilidade do raciocínio ricardiano que enlevava a supremacia do modelo primário-exportador como fonte da modernização pelo comércio internacional, posta a deterioração dos termos de intercâmbio e a industrialização via substituição de importações, o capital estrangeiro continuou detentor das condições de supremacia econômica e produtiva,

tecnológica e científica, portanto capaz de estar delineando e direcionando os aspectos e características de dominância dos sistemas agrários dos países não industrializados.

A segunda modernização é a de adequação das estruturas agrárias ao desenvolvimento pleno do capitalismo na agricultura. Ela também se situa em um novo contexto, para além da já mencionada nova etapa estrutural do capitalismo monopolista e dos desdobramentos técnicos da Revolução Industrial. Tratava-se de um momento de explosão demográfica, que suscitou movimentos migratórios e êxodos rurais concomitantes à crescente urbanização; com uma maior expectativa de abastecimento alimentar, projetou-se indispensável aumento da produtividade agrícola; paralelamente, as tecnologias empregadas diminuíam a quantidade de trabalho necessário por unidade produzida; formou-se um proletariado rural, cuja força de trabalho deixou de ser utilizada integralmente, para submeter-se a contratos de trabalhos parciais em regimes de sazonalidade; abandonavam-se os regimes de auto-suficiência; ampliara-se a participação do mercado interno na dinâmica do crescimento econômico, ainda que o mercado externo continuasse sendo a principal fonte de obtenção de divisas.[234]

A década de 1930, que inaugurou o período, não foi obra de mero acaso. A sucessão de crises que vinha desde o final do século XIX (1890-1898; 1907; 1913; 1917-1919; 1922) e que culminou na crise de 1929, forçou a superação da ortodoxia liberal e propugnou a intervenção estatal na economia. Essas crises, do próprio capitalismo, associadas à crítica da lei das vantagens comparativas, alçaram o Estado a uma nova condição de agente econômico, propulsor da busca pelo desenvolvimento, que, naquele momento, significava a industrialização. O processo de substituição de importações rumou para a diversificação de produtos nacionais industrializados e ampliou a margem da importação de bens, cada vez mais densamente capitalizados. A internacionalização da economia, na agricultura, associou a produção local e a regional aos mercados mundiais, reforçando a tendência para a centralização e a concentração do capital no campo, aspecto terminado com a instalação das empresas transnacionais.[235]

A crise de 1929 abalou os alicerces do capitalismo norte-americano e a misantropia liberal, engendrando transformação inexorável no âmbito das políticas econômicas públicas,

---

[234] CHONCHOL, Jacques. *Sistemas Agrarios en America Latina.* De la etapa prehispánica a la modernización conservadora. México: FCE, 1994. P. 199-201. Apesar de o autor utilizar-se do conceito de modernização conservadora, muito referido na produção histórica sobre os processos de industrialização das sociedades periféricas do capitalismo e do qual não compartilhamos neste momento, há uma ampla identificação com sua excelente análise sobre a formação do sistema agrário sob a égide da indústria, a partir da 2ª Guerra Mundial (Capítulo IV).

[235]ROZO, Carlos y BARKIN, David. *La Agricultura y la Internacionalización de Capital.* México, DF: UAM-Xochimilco, 1981 (Division de Ciencias Sociales y Humanidades).

uma resposta ao choque causado frente uma grande onda de otimismo e crescimento econômico adensada nos anos imediatamente anteriores, desde 1925. Apesar dos vários e recorrentes problemas econômicos e sociais,

> "(...) a década de vinte na América [do Norte] foi um tempo muito bom. Produção e emprego eram altos e crescentes. Salários não se elevaram muito, mas os preços eram estáveis. (...) Entre 1925 e 1929, o número de estabelecimentos manufatureiros se incrementou de 183.900 para 206.700; o valor dos ganhos deles se elevou de US$60,8 bilhões para US$68,0 bilhões. O índice da produção industrial do Federal Reserve, o qual tinha média de apenas 67 em 1921 (1923-25=100), se elevou para 110 em julho de 1928, e ele alcançou 126 em junho de 1929. Em 1926, 4.301.000 automóveis foram produzidos. Três anos depois, em 1929, a produção tinha acrescido em mais de um milhão, para 5.358.000, um exemplo comparativo muito adequado, para os 5.700.000 novos registros de carros no opulento ano de 1953".[236]

Em 28 de outubro se iniciou o processo de anticlímax, quando as ações dos maiores grupos industriais caíam 49 pontos por dia: *General Eletric* em 48 pontos; *Westinghouse* em 34; *TelandTel*, 34; *Steel Corporation*, 18 pontos.[237]A "quinta-feira, 29 de outubro, foi o dia mais devastador da história do mercado de ações de Nova York e talvez tenha sido o dia mais devastador da história dos mercados."[238]A depressão que se seguiu ao crash da Bolsa de Nova York perdurou por pelo menos dez anos e levou a uma queda de um terço no Produto Nacional Bruto, em quatro anos, até 1933, quando havia, nos Estados Unidos, um desempregado para cada quatro da força de trabalho total.[239]Má distribuição de renda, deficientes estruturas corporativas e bancárias, ambiguidade da balança comercial e um estéril pensamento econômico propulsaram a existência da crise, contudo, foi a partir de então, que, no movimento de reação, se iniciaram perspectivas intervencionistas por intermédio de políticas públicas - de aumento ou redução - de tributos e gastos do governo, as quais alvejaram, além do equilíbrio orçamentário, a manutenção do nível dos investimentos de capital e dos salários. Mas nem sempre as políticas fiscais e as monetárias foram aceitas, pois prevalecia o dogmatismo. [240]

As crises agrícolas da década de 1920 não retrocederam à condição de normalidade esperada e convergiram para a crise de 1929. O setor agrícola empregava em torno de dois terços da população economicamente ativa mundial e teve uma queda inevitável, quando os países produtores de bens primários obtiveram vasto excedente combinado com os mais

---

[236]*In:* GALBRAITH, John Kenneth. *The Great Crash. 1929.* 7 ed. Boston; New York: Mariner Book, Houghton Mifflin Company, 1997. P. 2. Colchetes nosso.
[237]*Ibdem.* P. 109.
[238]*Ibdem.* P. 111.
[239]*Ibdem.*P. 168.
[240]*Ibdem.*P. 168-185.

baixos preços até então conhecidos. A crise agrícola que se estendeu de 1929 até 1933 atingiu a Inglaterra, França, Canadá, Austrália e Argentina, principalmente em relação aos pequenos proprietários endividados, forçando os governos dos respectivos países a editar leis e tomar medidas de proteção à produção e de estímulo ao crédito.[241]

A economia mexicana e a brasileira também foram afetadas pela crise de 1929 e pela depressão que a ela se seguiu, portanto conheceram experiências de dirigismo estatal na economia enquanto transitavam do agrarismo para o urbano-industrialismo. Os efeitos da crise e da subsequente depressão atingiram o conjunto da economia, ou seja, interrelacionadamente, os setores financeiro, comercial, industrial e agrícola e, neste último, destacaram-se os impactos sobre os negócios no mercado interno e no mercado externo de produtos agrícolas, resultando, em consequência, no reforço da diversificação produtiva na agricultura. Por intermédio do intervencionismo governamental, ou dirigismo estatal, consolidou-se a superação do liberalismo econômico, e uma série de iniciativas foram tomadas para assegurar a produtividade e o nível de emprego, que apresentava uma alta queda. Paradoxalmente, a regulação do livre mercado e os investimentos públicos, que tornaram o Estado importante agente econômico, se realizaram concomitante e complementariamente ao uso da poupança externa, concretizada nas inversões estrangeiras diretas, combinação da qual se constituiu o chamado capitalismo monopolista de Estado.

A modernização agrícola monopolista foi largamente influenciada pela crise de 1929 e, fundamentalmente, pelo intervencionismo governamental dela decorrente, voltado para estabilizar economicamente o mercado e a produção, por meio de diferentes mecanismos. Concorrentemente à ação do Estado e ao capitalismo monopolista de desenvolveu o processo de substituição de importações, também importante indicador da capitalização das relações produtivas no campo, dada na contínua variação da composição orgânica do capital - insumos e equipamentos ou mecanização da produção - e ulterior formação da agroindústria, expoente do processo de acumulação, centralização e concentração do capital aplicado à agricultura.

A modernização monopolista da agricultura, no México e no Brasil, se efetuou sob um mesmo parâmetro de desenvolvimento histórico do capitalismo mundial, em cujo patamar o Estado passa a exercer a função de coordenador da economia, por meio da elaboração e projeção de políticas econômicas capazes de atenuar os agravantes desestabilizadores das crises cíclicas, recorrentes, do sistema. Por um lado, esses países herdaram uma frágil economia exportadora, sujeita às variações do mercado externo ou às inconsistências do

[241] TAUGER, Mark B. *Agriculture in World History*. London and New York: Routledge Taylor and Francis Group, 2011 (Themes in World History). 110-116.

mercado interno; por outro lado, direcionavam sua industrialização nacional pelo processo de substituição de importações, todavia sob a imposição dos monopólios capitalistas internacionais há muito consolidados. Sobrevieram importantes distinções entre as formas de intervenção estatal no México e no Brasil que, respectivamente, foram melhor ilustradas nos governos de Lázaro Cárdenas e Getúlio Vargas.

O Plano Sexenal foi a base da proposta eleitoral e o programa de governo de Lázaro Cárdenas com o propósito de reorientação radical da experiência revolucionária mexicana, entretanto não foi um plano revolucionário em si mesmo e não pretendeu transformar o regime econômico da sociedade. Em relação ao problema agrário, refletiu o anseio popular pela reforma agrária e pela continuidade da repartição e da distribuição de terras,[242] associada a três ações complementares: "a) Expropriação de grandes extensões de terras; b) Redistribuição da população rural; c) Colonização interior".[243] Já a política econômica de Getúlio Vargas adquiriu um tônus totalizante sobre a identidade liberal existente, visto que a crise impeliu os agricultores, acostumados com o auxílio governamental dado na valorização do café, mais uma vez, ao aporte do governo federal, tanto em relação ao café, quanto ao açúcar e ao cacau.[244] Os marcos regulatórios do intervencionismo estatal do governo de Getúlio Vargas foram as criações de diferentes institutos agrícolas, como o Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA (1933), o Instituto Nacional do Pinho – INP (1941) e o Instituto Brasileiro do Café – IBC (1952), dentre várias outras leis e medidas que refletiram os acordos entre o governo e os produtores.

[242] MEDIN, Tzvi. Ideología e Práxis Política de Lázaro Cárdenas. 16 ed. México, DF: Sigo Veintiuno, 1992 (Sociología y Política). P. 162. P. 39-46.
[243] CALDERÓN, Miguel Ángel. *El Impacto de la Crisis de 1929 en México.* México: SEP/80; FCE, 1982 (n. 36). P. 204.
[244] CARONE, Edgar. *A Segunda República (1930-1967).* 3 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, julho/1978 (Corpo e Alma do Brasil). P. 7.

3.2.1 - Flutuações Agrícolas Comparadas (1930-1965)

O período que se seguiu a década de 1930 foi marcado por forte intervencionismo na economia, cuja política foi delineada por governos que pactuavam com o dirigismo estatal. Aprofundou-se o grau de institucionalização pública sobre as relações econômicas e iniciou-se uma era de planejamento que tinha como alvo a garantia do crescimento econômico como meta para o desenvolvimento nacional. O contexto recessivo agudo pós-crise de 1929, determinante do auxílio governamental nos mais diversos setores da economia - na agricultura inclusive -, alterou definitivamente a natureza das relações econômicas e o próprio panorama produtivo que se desenvolvera sob as exigências do modelo primário-exportador de gêneros alimentícios e matérias-primas. Houve um decréscimo geral na produção de diferentes cultivos agrícolas. No México, produtos de exportação ficaram em desvantagem no comércio internacional, visto que os seus custos de produção tornaram-se mais elevados e não conseguiam ser suportados por todos os produtores (aumento dos salários, importação de sementes, investimentos em insumos, transporte), assim como a ausência de terras irrigadas diminuía a área cultivada. Isso ocorrera com as culturas do milho, do feijão, do trigo, do tomate, do grão-de-bico, do algodão, do café, entre outras.[245] No Brasil, houve substancial redução da receita de exportações durante toda a década de 1930, só recuperada a partir de 1941, além de baixo desempenho de todos os setores agropecuários, de exportação, de mercado interno, de matérias-primas, de origem animal e dos demais produtos agrícolas.O açúcar e o café, tradicionais produtos brasileiros de exportação enfrentaram grandes dificuldades devido a diminuição da demanda no mercado consumidor externo, pois apesar da manutenção, foram inevitáveis os impactos das acentuadas quedas nos preços internacionais desses produtos. Efeito semelhante também as exportações de cacau sofreram, pois que, mesmo quando com aumento da quantidade produzida, estiveram sob a pressão das variações dos preços externos.[246]

Em ambos os países, a dependência da economia por produtos exclusivamente voltados para o setor da exportação que, por sua vez, estiveram bastante suscetíveis às variações dos preços externos, causando queda generalizada na receita interna, motivaram a passagem da monocultura para a policultura. Essa transformação esteve associada

[245] CALDERÓN, Miguel Ángel. *El Impacto de la Crisis de 1929 en México.* México: SEP/80; FCE, 1982 (n. 36). P. 151-157.
[246]MUELLER, Charles C. *Op. Cit.* P. 212 e 223-233.

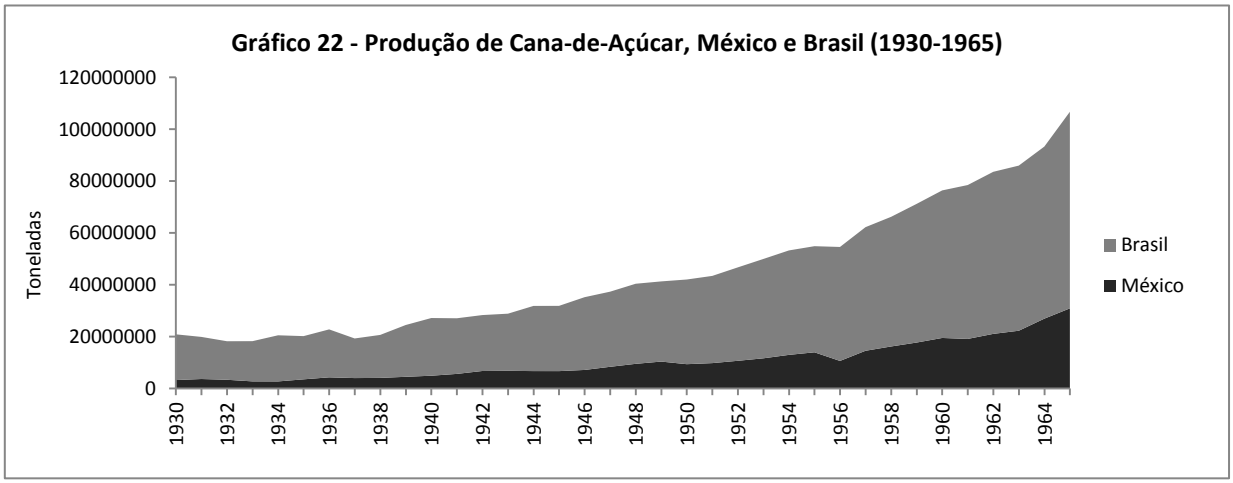
principalmente à superprodução numa conjuntura de crise dos preços. Trata-se, por exemplo, do caso do agave mexicano, produzido na península de Yucatán, e do café brasileiro, no oeste paulista; para fugir da crise mundial, outros cultivos foram considerados alternativamente. No Brasil, a contração da cafeicultura proporcionou um espaço que foi ocupado pelo algodão e por "lavouras para mercado interno", como o arroz, o feijão, a mandioca e o milho.[247]

A título de desenvolvimento da análise sobre o período de constituição dos monopólios na agricultura e de sua modernização por meio de diversos instrumentos, dentre os quais o intervencionismo governamental, a substituição de importações e a transnacionalização dos investimentos agrícolas, serão combinadas séries estatísticas de cultivos agrícolas comuns ao México e ao Brasil, de 1930 a 1965. A delimitação do período decorre tanto de fatos econômicos datáveis, seja a crise de 1929 para o início e o milagre econômico pós-1966 para o término, quanto da necessária observância da conjuntura ou das conjunturas que contornaram o então denominando processo de modernização monopolista da agricultura. Somam-se a esses fatores, a perspectiva de nova metodologia, ancorada nas técnicas de amostragem, adotada desde os primeiros anos da década de 1960, pelo Serviço de Estatística da Produção, órgão do Ministério da Agricultura associado ao IBGE e responsável pela apuração das estatísticas agro-pecuárias em geral.[248]Com os dados disponíveis, dentre os produtos de maior destaque na produção agrícola, aqueles relativos aos cultivos comuns serão os utilizados, para que seja reforçado o paralelo das comparações. Essa opção compõe um quadro significativo, mas parcial, da agricultura mexicana e da brasileira no período, contudo suficientes para a apreciação do fenômeno da modernização em suas variadas manifestações. Os cultivos selecionados foram divididos em três grupos: 1) Base Alimentar – Oleaginosos, Grãos e Cereais: Amendoim, Arroz, Café, Feijão, Milho, Soja e Trigo; 2) Base Alimentar – Hortifrutigranjeiros: Banana, Batata, Laranja e Tomate; 3) Matérias-Primas: Algodão e Cana-de-Açúcar.

Herdeiras da agricultura exportadora de base monocultora, a cana-de-açúcar e o café foram das mais tradicionais culturas e seus comportamentos econômicos demonstraram a mudança já referida, da passagem da monocultura para a policultura, dada a diminuição da importância relativa que passaram a ter frente à suscetibilidade das crises mundiais do capitalismo. Porém, como mostram os gráficos a seguir, essas culturas continuaram muito relevantes, com alta produtividade e gerando vultosos valores nas transações mercantis. O

[247]*Ibdem*. P. 229-234.
[248] SCHATTAN, Salomão. *Advento de Nova Era para as Estatísticas Agrícolas Brasileiras.* Brasília, DF: Ministério da Agricultura; Divisão de Economia Rural (Texto fotocopiado). P. 286 *et seqs.*

gráfico 22 demonstra a quantidade produzida de cana-de-açúcar no México e no Brasil, com notável superioridade da produção brasileira, em torno de cinco vezes a produção mexicana, ao longo do período.



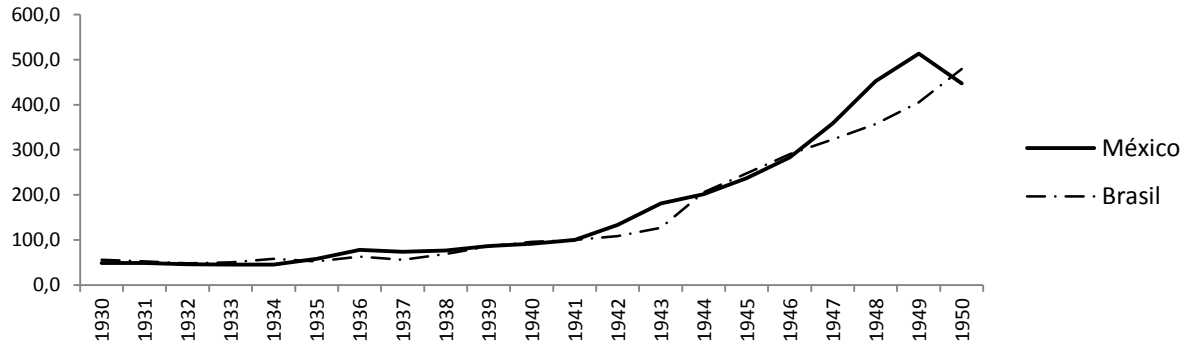
FONTE: Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção de Cana-de-Açúcar — (1920-1987) - (1988-97). Tabela 6.15; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Caña de azúcar. Años seleccionados de 1892 a 2008 Cuadro 8.1.9.7. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

Tal como se mostrara dominante desde o início do século XX, o aspecto central das crises agrícolas, dentre os países agro-exportadores, era a superprodução. Esta era a característica marcante das crises da década de 1930, que associou essa superprodução às fortes flutuações nos preços, tornando-se esses elementos, assim, os problemas mais agudos a serem enfrentados por produtores e comerciantes, auxiliados por ações governamentais denominadas "planos de valorização" que objetivavam interferir no mercado mundial dos produtos agrícolas em questão[249]. No caso da conjuntura açucareira, para controlar a superprodução foram estabelecidas cotas de participação entre os países produtores, por meio de acordos internacionais.[250] A liberação de enormes safras no mercado mundial, sem qualquer restrição, forçava a depressão dos preços e, nesse sentido, a forma mais eficiente de controle era gerar mecanismos de retenção da produção, através de políticas de estoque dos produtos, no caso o açúcar e, neste período, também do álcool.

[249] SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964).* 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. P. 64 e 65.
[250] CRESPO, Horácio. *Historia del Azúcar en México.* México, DF: FCE, 1988 (Sección de Obras de História). P. 294.

Como ilustração de inequívoca intervenção governamental, para resguardar os ganhos comerciais frente às dificuldades de concorrência externa, em um mercado internacional em crise, medidas gerais para controle dos preços na exportação e no mercado interno foram tomadas, assim como para a reorganização e a modernização do secular cultivo da cana-de-açúcar. No México, essa iniciativa corporificou-se na *Comisión Reguladora o Estabilizadora de la Industria Azucarera*, a qual se encarregava em definir o grau de intervenção junto aos produtores e junto a quais engenhos, especificamente, além de garantir a venda do produto e o crédito para os produtores mais necessitados.[251] No Brasil, foi criada a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar, em 1931, que com recursos provenientes da taxação da produção e do Tesouro Nacional, comprava os excedentes da própria produção; em 1933, um ano após decreto que limitava a produção do açúcar, "surgiu o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), com poderes para intervir no mercado objetivando adequar a produção do açúcar ao consumo interno e à demanda interna."[252]

Gráfico 23- Índice de Valor Relativo da Produção de Cana-de-Açúcar, México e Brasil (1930-1950) - 1941=100



FONTE: Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção de Cana-de-Açúcar — (1920-1987) - (1988-97). Tabela 6.15; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Caña de azúcar. Años seleccionados de 1892 a 2008 Cuadro 8.1.9.7. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

O gráfico 23 mostra que, relativamente, aos preços de 1941, de 1930 até 1950 existiu um comportamento bastante similar na produção do açúcar mexicano e brasileiro, pois em ambos houve um aumento gradativo do valor, expresso na relação econômica $v = q \cdot p$, ainda que nas magnitudes absolutas, os valores da produção brasileira fossem bastante superiores,

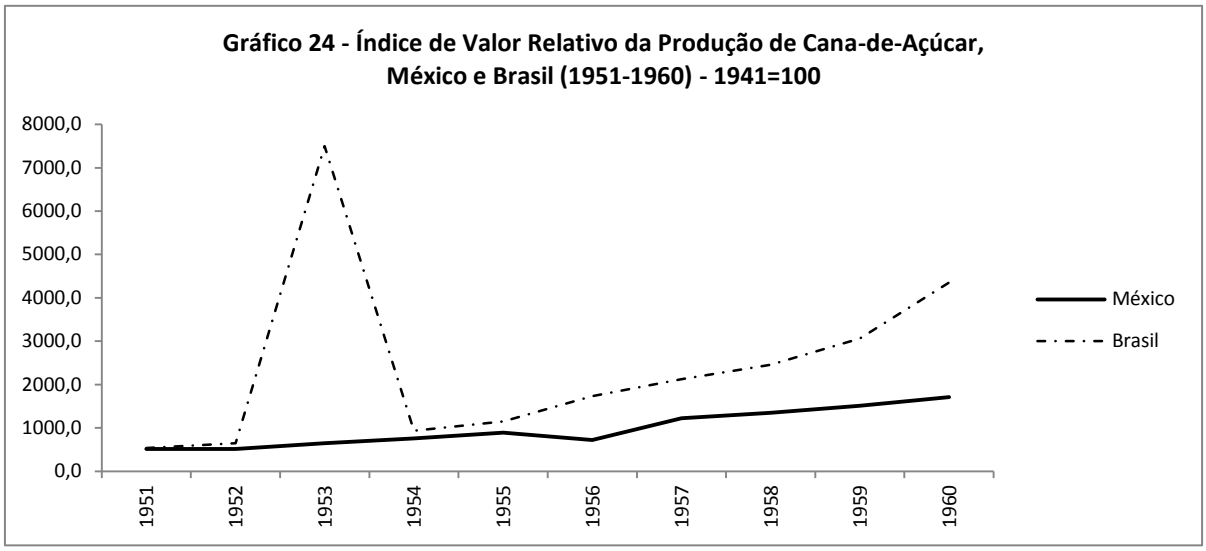
[251] CALDERÓN, Miguel Ángel. *El Impacto de la Crisis de 1929 en México.* México: SEP/80; FCE, 1982 (n. 36). P. 139-140.
[252] MUELLER, Charles C. *Das Oligarquias Agrárias ao Predomínio Urbano-Industrial: Um Estudo do Processo de Formação de Políticas Agrícolas no Brasil.*Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983 (Série PNPE, 9). P. 228; 292-296.

tal como já pôde ser constatado no tocante ao *quantum* da produção. Mesmo assim, não se descartam algumas variações de maior valorização do produto mexicano, como entre 1935 e 1938; entre 1941 e 1944; e entre 1947 e 1950. Usualmente, atribui-se a pouca variabilidade do primeiro decênio aos efeitos da crise da década de 1930, enquanto a ascensão dos valores, no segundo decênio, seria consequência da forte demanda gerada pela 2ª Guerra Mundial.

Se por um lado havia a intenção de fomentar políticas nacionais capazes de regularizar a produção, diversificá-la e organizar o crédito, buscando pela modernização do setor, por outro lado iniciava-se a própria transição do regime concorrencial inicial em direção à efetiva monopolização dos diversos ramos agrícolas e, no ramo açucareiro, essa manifestação da organização monopólica da produção, centralizada e concentrada, indicou diferente nível da acumulação capitalista na agricultura que se expressava correntemente nos conflitos entre o grande usineiro e os pequenos engenhos, entre os produtores e os fornecedores de açúcar e de álcool. A proposta de criação do IAA, portanto, tinha um explícito teor de modernização aliado às conhecidas políticas de valorização, mas que mantinha inalterado o quadro de desigualdade que se estabelecera no nordeste brasileiro, favorecendo os usineiros e os grandes comerciantes, dando continuidade ao processo de concentração monopólica da agricultura da cana-de-açúcar,[253] promotor concomitante de monopsônios e de oligopsônios.[254]

Sob a perspectiva econômica dos grupos de interesse e que animava as medidas intervencionistas do Estado, a modernização da agricultura canavieira deveria suplantar o atraso tecnológico do setor. Isso resultou em uma alteração da orientação produtiva, outrora voltada para a exclusiva produção do açúcar; o álcool deixava de ser subproduto para tornar-se produto privilegiado no âmbito energético e regulador da superprodução açucareira. Diferenças de desenvolvimento técnico não se mostram suficientes para explicar o maior índice de valorização do produto brasileiro, contudo, na década de 1950, conforme indica o gráfico 24.

[253] V. CARONE, Edgar. *A Segunda República (1930-1967).* 3 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, julho/1978 (Corpo e Alma do Brasil). P. 155-163.
[254] Cf. MUELLER, Charles C. *Op. Cit.* Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983 (Série PNPE, 9). P. 290 e 291.



FONTE: Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção de Cana-de-Açúcar — (1920-1987) - (1988-97). Tabela 6.15; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Caña de azúcar. Años seleccionados de 1892 a 2008 Cuadro 8.1.9.7. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

Dada a supervalorização em 1952 e 1953, as curvas do gráfico 6 afirmam uma tendência crescente de disparidade entre a taxa de valorização no México e no Brasil, cuja diferenciação somente iria se aprofundar no quinquênio seguinte. Sistemas atrasados de cultivo, a falta de seleção de terras e sementes, a ausência de estações experimentais, os engenhos antiquados e os altos custos de mão-de-obra eram problemas recorrentes no México,[255] que vinham sendo superados no Brasil, ao custo da absorção dos velhos engenhos e suas terras pelas usinas, da troca da produção do açúcar pelos velhos proprietários, pelo plantio e fornecimento com venda da cana-de-açúcar para os usineiros.[256] Se até 1950, aproximadamente, houve dificuldades no mercado internacional do açúcar, a partir de meados dessa década, as mudanças no cenário internacional – distribuição de cotas do açúcar cubano que deixou de ser vendido no mercado norte-americano e a queda na produção do açúcar da Indonésia, envolvida em guerras de descolonização – associadas à expansão do cultivo canavieiro do Nordeste do Brasil para o eixo Centro-Sul favoreceram a nova valorização do açúcar.[257]

As políticas econômicas governamentais diferenciadas do México e do Brasil exerceram influências distintas no projeto de modernização agrícola. Ainda que sejam consideradas as iniciativas modernizadoras de ambos os países, o que de fato existiu sob uma

[255] CALDERÓN, Miguel Ángel. *Op. Cit.* México: SEP/80; FCE, 1982 (n. 36). P. 141.
[256] Cf. MUELLER, Charles C. *Op. Cit.* Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983 (Série PNPE, 9). P. 290.
[257] ANDRADE, Manuel Correia de. O Planejamento Regional e o Problema Agrário no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1976 (Estudos Brasileiros, 4). P. 94 e 95.

ação intervencionista estatal para dirimir os efeitos da crise de 1929, restou um conjunto de diferenças fundamentais nos dois projetos. Deve-se sublinhar que a política agrícola mexicana, desde 1917, se pautou pela distribuição de terras e consolidação de uma reforma agrária, aspecto ausente das políticas agrícolas brasileiras, cujos atores predominantes eram de oligarquias formadas por membros das elites agrárias e grandes proprietários de terras.

A Revolução de 1930 não alterou esse projeto, apenas trazendo para o campo a necessária modernização que compatibilizava uma agricultura atrasada e monocultora para novos padrões de acumulação e concentração de capital, mais adequados ao mercado internacional. É nesse sentido que o governo de Getúlio Vargas, consecutando as diretrizes da Aliança Liberal, exprime regozijo frente aos feitos de controle de pragas e aperfeiçoamento de sementes, realizados pela Estação Experimental da Cana-de-Açúcar de Campos, ou pela reorientação das finalidades da lavoura da cana, concretizada na "industrialização do álcool como combustível, em substituição da gasolina (...), a que se convencionou chamar álcool motor", cujas propriedades promoveriam tanto "a indústria nacional de combustível", quanto o atenuamento ou a solução da crise açucareira.[258]

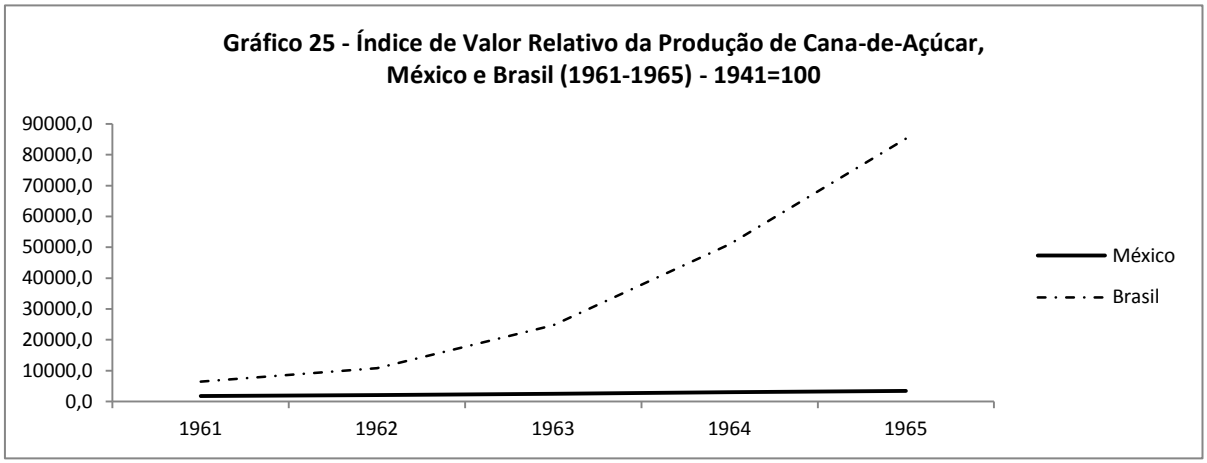
O problema agrário mexicano, por sua vez, não se pautava na busca de soluções que privilegiavam os setores dominantes da agricultura e os grandes proprietários. O imperativo constitucional da reforma agrária trouxera ao governante uma preocupação constante com as diversas frações humanas do meio rural, urgindo nessas a política de modernização. O governo de Lázaro Cárdenas, por meio do Plano Sexenal, reiterou o fracionamento e a existência ilegal dos latifúndios, reforçando o papel central do sistema *ejidal* no projeto agrícola nacional:

> E é nossa convicção que, tivesse se levado a cabo a mudança planificada do regime de propriedade naqueles lugares até suas últimas consequências, ter-se-ia contribuído para demonstrar, em um lapso relativamente breve, as vantagens que se derivam do sistema ejidal coletivo em relação às outras formas de exploração agrícola, como principal provedor de produtos alimentícios para uma população crescente e importante abastecedor de matérias-primas e produtos semielaborados para nossa indústria e para os mercados internacionais, redundando todo ele em benefício do país, tanto na esfera da economia agrícola e na dos camponeses, como para o são e coordenado desenvolvimento da indústria nacional e de outros ramos da atividade mercantil com base na elevação da capacidade de consumo das grandes maiorias, rurais e urbanas."[259]

Partindo de um pressuposto diferenciado do caso brasileiro *in totum*, sem qualquer correspondência estrutural, foi possível que, "apesar de não lograr a hegemonia dentro do

[258] VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1938 (Vol. II). P. 135.
[259] CÁRDENAS, Lázaro. Discurso en la Escuela Nacional de agricultura para apadrinar la generación 1961-1966, Chapingo, México, 23 de septiembre de 1963. *In*: CÁRDENAS, Lázaro. *Ideario Politico*. 4 reimp. México: Era, 1991. P. 133.

agro mexicano, os ejidos chegaram inclusive a se constituir em elemento predominante no que se refere à produção em diferentes e importantes cultivos industriais, como o algodão, a cana-de-açúcar e o agave." [260] Após a década de 1950, os índices de valorização da cana-de-açúcar no México permaneceram estáveis, com pouca variação, enquanto, no Brasil, houve uma supervalorização vertiginosa, de acordo com a indicação do gráfico 25.



FONTE: Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção de Cana-de-Açúcar — (1920-1987) - (1988-97). Tabela 6.15; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Caña de azúcar. Años seleccionados de 1892 a 2008 Cuadro 8.1.9.7. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

A modernização monopolista e a consequente reestruturação da produção da cana-de-açúcar a partir de meados do século XX indicam um aspecto diferencial e geral, de suma importância, no desenvolvimento agrário mexicano e brasileiro. O fenômeno de infiltração capitalista no campo, do empreendimento agrícola capitalista e privado, que resultou no domínio do latifúndio e da agroindústria, como produtos de um processo de acumulação, centralização e concentração do capital na agricultura, mesmo que com características similares e pontos em comum, nos dois países, ocorreu sobre estruturas agrárias que se instituíram em circunstâncias históricas completamente diferentes e assim, se constituíram de formas ímpares. A dominância da monopolização agrícola pela compleição impositiva do chamado "neolatifundismo", se tem um óbice no minifúndio e no sistema *ejidal* mexicano, não encontra empecilho algum para sua afirmação e expansão no sistema agrário brasileiro.

O setor açucareiro é exemplar para ilustrar a tendência à centralização na agricultura, dada a supressão dos pequenos engenhos e a emergência das usinas centrais. Esse aspecto era percebido já no início do século XX, seja no México porfirista, quando o empresário norte-

[260] MEDIN, Tzvi. *Ideología e Práxis Política de Lázaro Cárdenas*. 16 ed. México, DF: Sigo Veintiuno, 1992 (Sociología y Política). P. 162.

americano Benjamín Francis Johnston, em 1905, unificou suas três empresas no estado de Sinaloa, "a *Compañia Azucarera El Águila S. A.*, a *Compañia Destiladora La Victoria S.A.* e a *Sinaloa Sugar Company*, na *United Sugar Companies*" [261], seja no Brasil oligárquico, quando dois anos antes, em 1903, o engenheiro francês J. Picard atestava as condições de cinco usinas açucareiras no estado de São Paulo e no município de Campos, no Rio de Janeiro, para seus compatriotas que haviam recém adquirido os empreendimentos – as usinas de Piracicaba, Villa-Raffard, Porto-Feliz, Lorena e Cupim – de empresários brasileiros.[262] Estas tentativas de modernização, por motivos distintos, não obtiveram sucesso. O impacto da revolução mexicana sobre os grandes engenhos foi iniludível, desde os do apogeu de Morelos pré-revolucionário, até as companhias estrangeiras de Jenkins ou Koenig ou do nacional Aarón Sáenz, "o rei do açúcar mexicano", exemplo de "metamorfose de políticos revolucionários mexicanos em empresários prósperos e decididos, às vezes não demasiado escrupulosos, coautores junto com o Estado de uma grande etapa de crescimento econômico e de acumulação capitalista que dinamizou a modernização do país a marchas forçadas na segunda metade do século." [263] Pois frente às políticas públicas de estímulo às empresas capitalistas privadas, se resguardavam os propósitos de efetivação da reforma agrária, corporificados no governo de Cárdenas pela expansão do cultivo e concessão de créditos especiais aos agricultores.[264] Com a criação da *Azúcar S. A.*, em 1932, houve a carterização dos produtores mexicanos de açúcar e a consequente monopolização da comercialização do produto, com incisiva participação do Estado na consolidação da hegemonia dos produtores sobre os comerciantes, realizando uma antiga estratégia dos grandes proprietários açucareiros. Em 1944, surgiu a *Unión Nacional de Productores de Azúcar S. A. – UNPASA* que, se valendo da crise de abastecimento generalizada, criou uma rede própria de distribuição para combater os preços e os privilégios daquele pré-estabelecido monopólio. Saíam de cena os antigos proprietários de terras e entravam os industriais.[265]

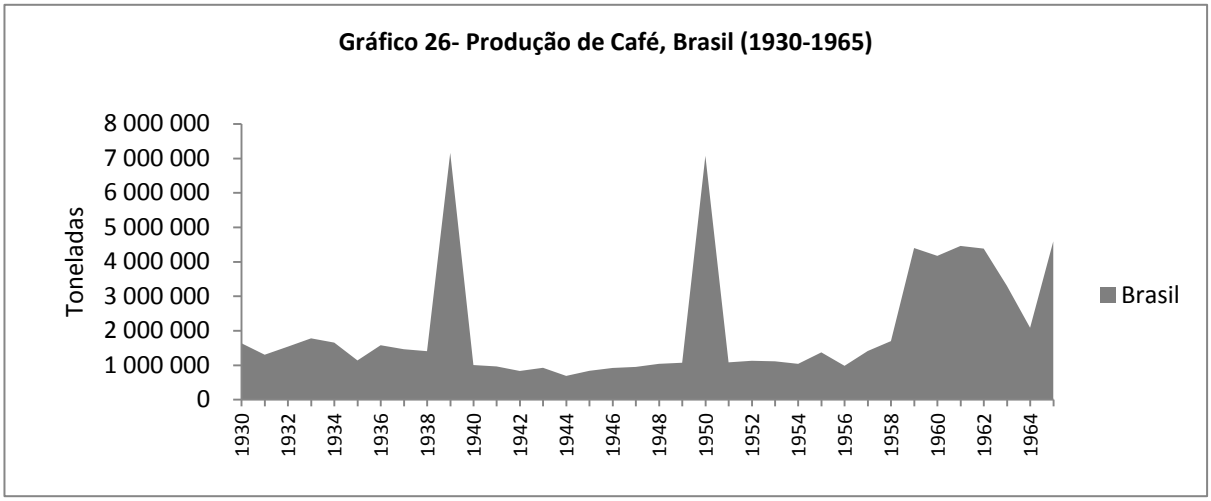
A reestruturação produtiva do setor açucareiro brasileiro assistiu, além da centralização característica da qual emergiram as usinas e os engenhos centrais, a mudança de hegemonia do Nordeste para o Centro-Sul, a diversificação produtiva pela valorização do álcool, o suporte das políticas governamentais. Estas visavam solucionar os conflitos que

[261] CRESPO, Horácio. *Historia del Azúcar en México.* México, DF: FCE, 1988 (Sección de Obras de História). P. 107.
[262] V. PICARD, J. *Usinas Açucareiras de Piracicaba, Villa-Raffard, Porto-Feliz, Lorena e Cupim. Missão de Inspeção do Senhor J. Picard, Engenheiro, de 1 de março a 15 de julho de 1903.* São Paulo: HUCITEC; Unicamp, 1996 (Estudos Rurais).
[263] CRESPO, Horácio. *Op. Cit.* P. 116.
[264] *Ibdem.* P. 126.
[265] *Ibdem*. P. 251-261.

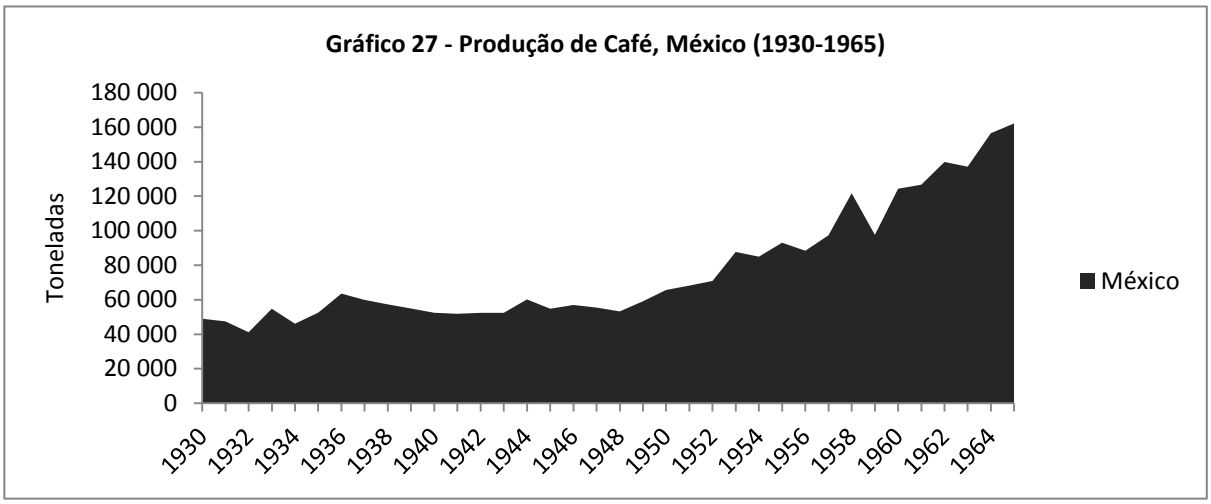
surgiam no próprio processo de monopolização da produção "(...) do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção açucareira. (...) a importância relativa e absoluta da máquina, fertilizante, defensivo, energia elétrica, derivados do petróleo (...) alteraram-se a composição e a participação da força de trabalho no processo produtivo, tanto nos canaviais como nas usinas." [266] A diferenciação gerada no cerne da concentração do capital canavieiro, entre produtores, fornecedores e comerciantes, forçou a intervenção governamental para solução dos conflitos, mas que também visava reverter os desequilíbrios regionais e controlar a superprodução, através de sistema de cotas. O Instituto do Açúcar e do Álcool foi a síntese destes projetos e ainda que tenha almejado proteger os produtores menos privilegiados, contudo não pode cessar o desenvolvimento monopólico da produção canavieira, do açúcar e do álcool. Ao contrário do contexto mexicano, que pressupunha uma reforma agrária sobre os latifúndios, a modernização monopolista da cana-de-açúcar no Brasil contou com a possibilidade de expansão sobre bases latifundiárias, gerando um maior grau de concentração de capital.[267]

Esse grau de concentração do capital e a forma de dominância hegemônica pela qual se desenvolveu o monopólio na agricultura parece ser um dos fatores fundamentais que explicam a diferenciação da modernização correspondente no México e no Brasil. O mecanismo também pode ser apreendido no cultivo do café, cuja época áurea deixava de existir, a partir de 1935, no Brasil, principalmente,[268] onde a quantidade produzida sempre foi muito superior do que no México, motivo pelo qual são apresentados dois gráficos distintos.

[266] IANNI, Octavio. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. 1ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 2004. P. 49.
[267] Cf. RAMOS, Pedro. *Agroindústria Canavieira e Propriedade Fundiária no Brasil.* São Paulo: HUCITEC, 1999. (Economia e Planejamento, 36; Teses e Pesquisas, 21). P. 89-183. ANDRADE, Manuel Correia de. O Planejamento Regional e o Problema Agrário no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1976 (Estudos Brasileiros, 4). P. 87 - 108.
[268] CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo 1922/1938*. 2ª ed. rev. atualiz. São Paulo: Difel, 1975.

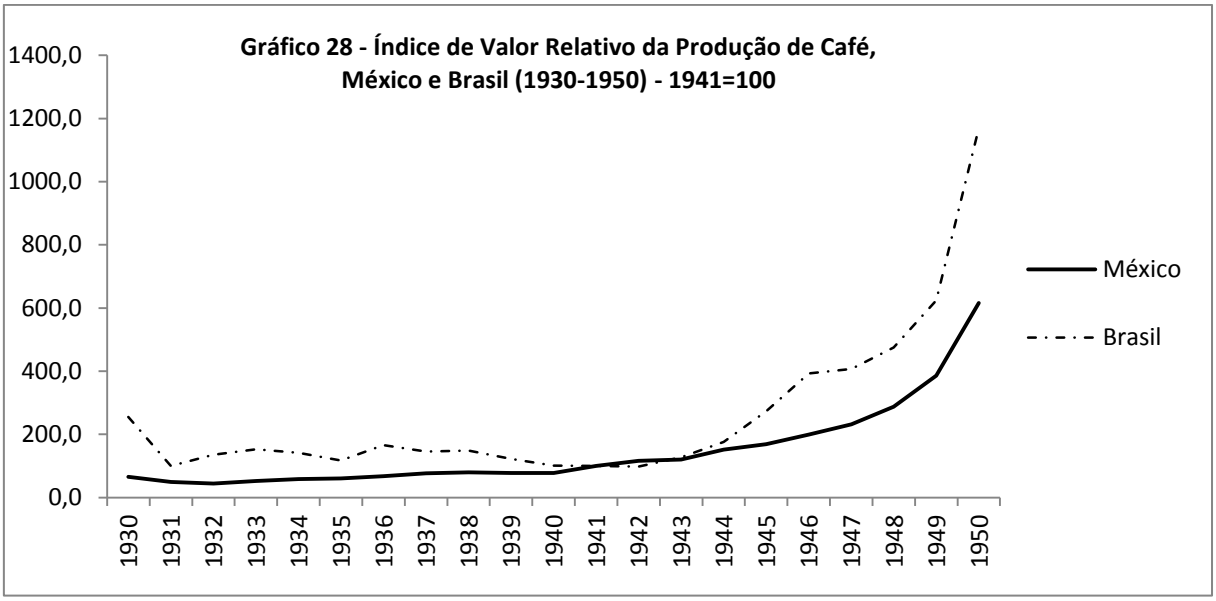


FONTE: Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção de Café — (1920-1987) - (1988-97). Tabela 6.14; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM

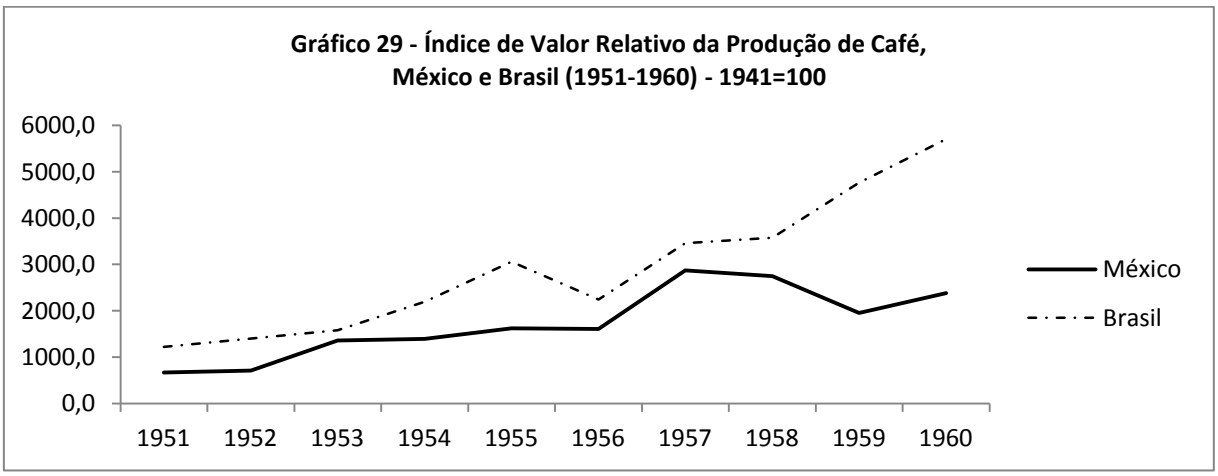


FONTE: Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Café. Años seleccionados de 1887 a 2008 Cuadro 8.1.9.6. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM

É possível observar pelos gráficos 26 e 27 que o *quantum* da produção brasileira era muito superior ao da mexicana, pois o café, até então, era o principal produto da economia brasileira, porquanto sofreu o maior impacto com a crise. O gráfico 26 demonstra, em meio ao cenário de depressão da produção, um comportamento completamente estranho nos anos de 1939 e 1950, com sinais de supersafras. No México, o café nunca foi um produto de grande expressão, apesar de possuir um vínculo significativo com a exportação desde a grande demanda nos mercados externos do final do século XIX. A valorização do produto, após a década de 30 sofre substantivo aumento, mantendo-se a desproporcionalidade dos índices brasileiros que sobem vertiginosamente. Como ilustra o gráfico 28, este aumento se iniciou no período pós-2ª Guerra Mundial e continuou, com algumas oscilações, na década de 1950 (gráfico 29).



FONTE: Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção de Café — (1920-1987) - (1988-97). Tabela 6.14; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Café. Años seleccionados de 1887 a 2008 Cuadro 8.1.9.6. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.



FONTE: Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção de Café — (1920-1987) - (1988-97). Tabela 6.14; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Café. Años seleccionados de 1887 a 2008 Cuadro 8.1.9.6. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

Segundo Lafer (1979), após a década de 1930, o Brasil perdeu a condição monopolística do café no mercado internacional, entrando em uma era de acordos bilaterais entre países e acordos regionais entre produtores e consumidores, como tipos de políticas de reciprocidades do campo do Direito Internacional Público; é o próprio *savoir faire* do Direito como um "meio de comunicação e a aceitação da tradição do *topos* do interesse como um dos argumentos do discurso jurídico (...) [pelo qual] os Estados justificam as suas posições no

processo de criação e aplicação das normas";[269] citando Reale, é a dimensão filosófico-jurídica que paira sobre os elementos conceituais ou lógico formais presentes na correspondência entre a infra-estrutura social e o sistema de normas vigentes, mas tão conveniente para a afirmação do *de jure condito* (direito adquirido) sobre o *de jure condendo* (direito a constituir).

Nesse novo período, foi exemplo de acordo regional entre produtores e consumidores o Convênio Interamericano do Café, firmado em 1940 e válido até 1946; os acordos de produtores, cuja origem remonta às Conferências Pan-Americanas de Café, realizadas entre 1936 e 1937, respectivamente em Bogotá e em Havana. Destas foi possível criar o Bureau Panamericano do Café, com sede em Nova York e que atuou de forma mais ampla na década de 1950.

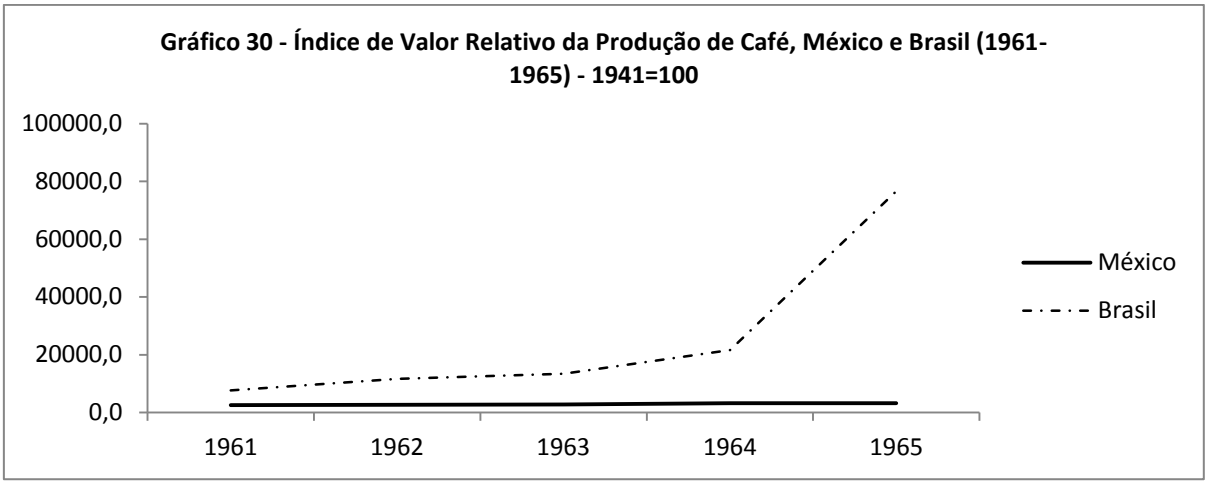
> Entre os modelos que surgiram nesse período, cabe mencionar o Acordo da Cidade do México, de outubro de 1957, do qual faziam parte o Brasil, a Colômbia, a Costa Rica, El Salvador, a Guatemala, o México e a Nicarágua, e que fixou cotas de exportação; o Convênio Latino-Americano do Café, de outubro de 1958, do qual faziam parte 15 países e que estabeleceu o princípio da retenção; o Acordo Internacional do Café de outubro de 1959, que foi fruto de gestões do Grupo de Estudos sobre o Café acima mencionado e que reunia, além dos signatários do Convênio Latino-Americano do ano anterior, os então territórios da França e de Portugal, e posteriormente também os territórios africanos sob a administração da Grã-Bretanha.[270]

Também devem ser citado, como exemplo de internacionalização da economia cafeeira, o Convênio de 1962,

> (...) negociado na conferência que teve lugar em N. York, de 9 de julho a 25 de agosto e também no dia 28 de setembro daquele ano, entrou provisoriamente em vigor no dia 1º de julho de 1962, e definitivamente em 31 de dezembro de 1963. O Convênio de 1962 chegou a ter 67 membros – 42 exportadores e 25 importadores – que representavam, na época, 99,8% das exportações mundiais de café e 96,2% das importações. O Convênio foi renegociado em 1967 nos termos do seu artigo 72, que obedecia aos dispositivos previstos na Carta de Havana. Desta renegociação surgiu o Convênio de 1968, que foi uma continuação, com algumas modificações, do Convênio de 1962. O Convênio de 1968 esteve em vigor até 30 de outubro de 1973 e reuniu 41 membros exportadores e 22 membros importadores.[271]

---

[269] LAFER, Celso. *O Convênio do Café de 1976.* São Paulo: Perspectiva, 1979 (Direito Internacional, 71). P. XV e XVI. Colchetes nosso.
[270] *Ibdem.* P. 75.
[271] *Ibdem.* P. 76 e 77.



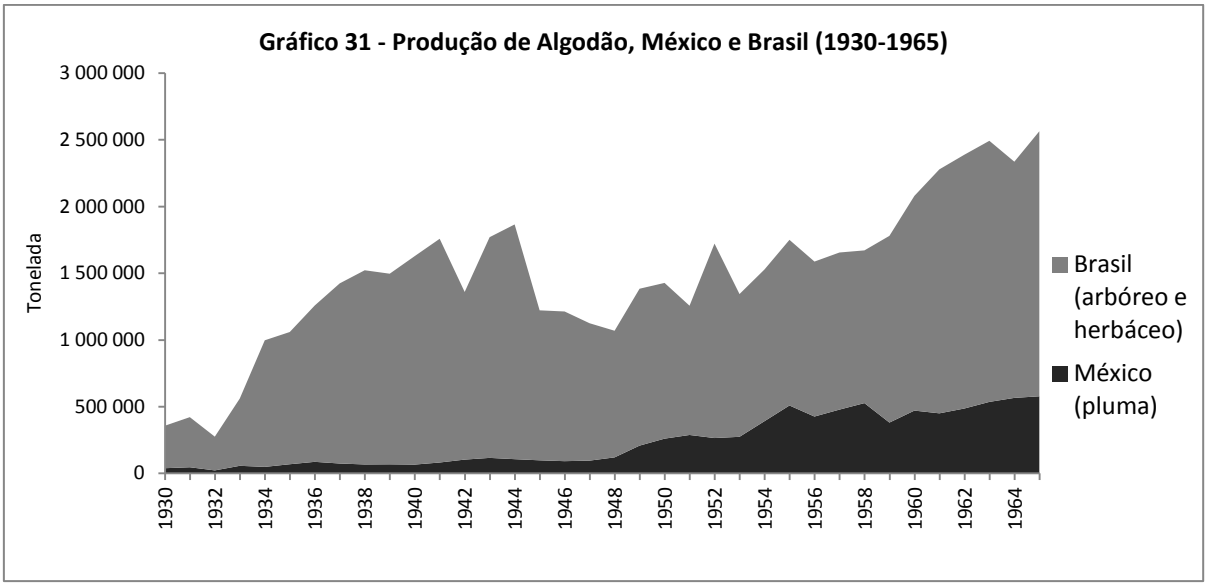
FONTE: Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção de Café — (1920-1987) - (1988-97). Tabela 6.14; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Café. Años seleccionados de 1887 a 2008 Cuadro 8.1.9.6. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

O algodão é outro produto cujas valorizações em série permitem identificar o processo de modernização monopolística. A diferença, nesse caso encontrou-se em uma possível maior produção em *quantum* no Brasil, pois enquanto suas estatísticas foram apresentadas em duas distintas espécies, arbóreas e herbáceas, portanto com o peso do caroço – subproduto utilizado para a alimentação de ruminantes – as do México foram somadas apenas pelas plumas que restam após a retirada do caroço. Assim se constituiu o gráfico 31, que relaciona a produção algodoeira nos dois países.

No México, constituiu agricultura especializada e até 1949 não havia alcançado a preponderância obtida em épocas posteriores. Sustentadora de características peculiares distintivas de outras culturas de fins industriais, a produção algodoeira mexicana denotara avanço técnico, alta capitalização, um uso quase exclusivo de irrigação artificial, concentração em pequenos distritos agrícolas e tendência à especialização, contrária à monocultura do milho, por exemplo, dadas possíveis limitações tradicionais e culturais.[272] No Brasil, o algodão foi um dos principais elementos possibilitador da pauta de substituição de importações, à medida que crescia a indústria têxtil no país, servindo-a com matérias primas. Esse refluxo para o mercado interno já havia se apresentado no terceiro quartel do período imperial, durante o século XIX,[273] e principalmente, durante a 1ª Guerra Mundial, quando houve a consolidação do pólo industrial têxtil na região Sul do Brasil.[274]

[272] SANTOS, Armando González. *La Agricultura. Estructura y Utilización de los Recursos.* México: FCE, 1957. P. 100 e 101.

[273] Segundo Maria Regina Ciparrone Mello, "(...) as décadas correspondentes aos anos de 1830 a 50 foram marcadas por retração completa tanto da produção quanto do comércio de tecidos de algodão. O reaparecimento



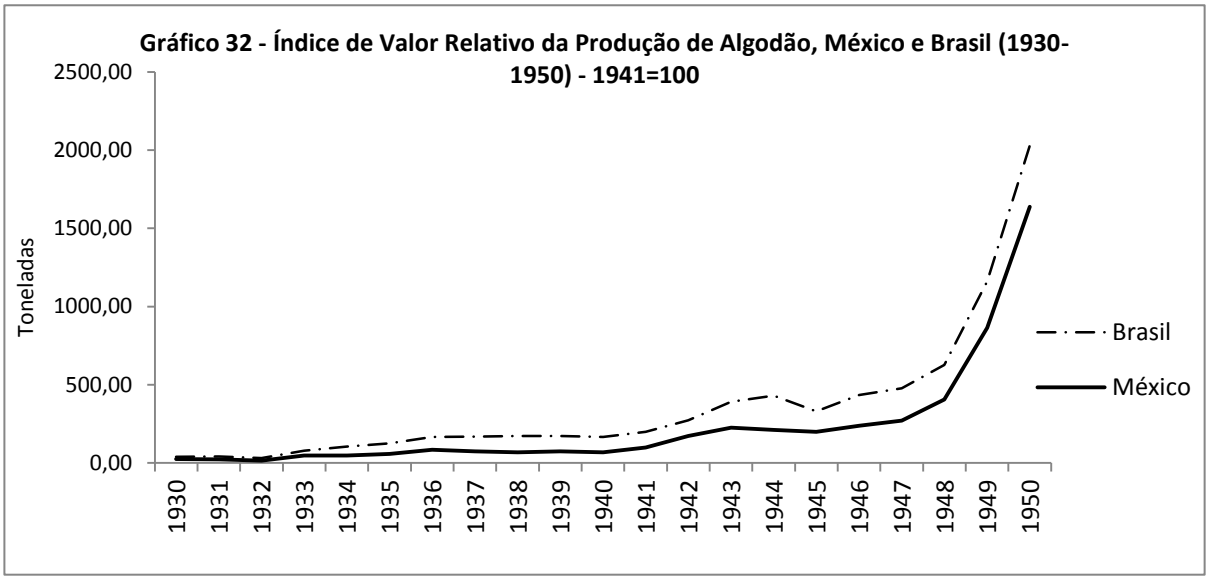
FONTE: Quantidade Produzida e Valor da Produção de Algodão Arbóreo e Herbáceo — (1920-1987). Tabela 6.07; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX.* Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Algodón (Pluma). Años seleccionados de 1897 a 1989 Cuadro 8.1.9.3. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

O algodão serviu como cultura de substituição àqueles cultivos tradicionais em ambos os países. O algodão brasileiro cuja produtividade maior fôra do Nordeste, a partir da década de 1940 concentrou-se no estado de São Paulo, onde, em 1938, participou com mais de 60% da produção nacional, graças à crise da cafeicultura.[275] De características *ejidales*, especializadas, a cultura algodoeira mexicana se constituiu como uma alternativa às culturas tradicionais e, juntamente com as culturas tropicais, é plantado segundo as marcas do ecossistema geográfico.

da atividade em bases mais sólidas ocorreu no Brasil a partir de 1850". In: _____. *A Industrialização do Algodão em São Paulo.* São Paulo: Perspectiva, 1983 (Debates, História n. 180). P. 51.

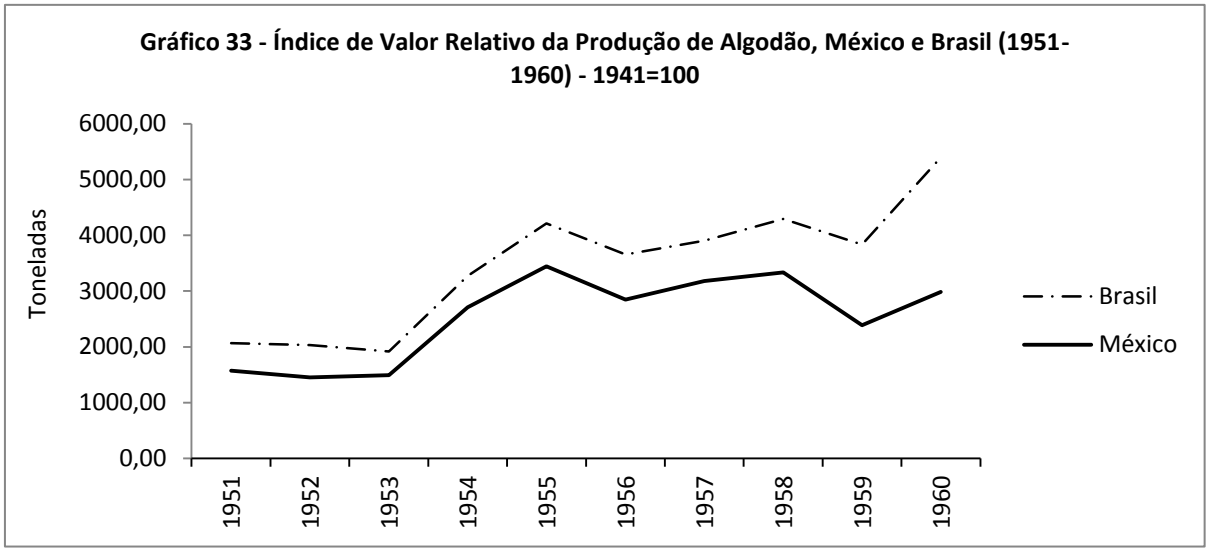
[274] V. BOSSLE, Ondina Pereira. *História da Industrialização Catarinense (das origens à integração no desenvolvimento brasileiro).* Ed. Comemorativa. Santa Catarina: CNI; FIESC, 1988 (n. 155). P. 42 *et seqs.*

[275] CARONE, Edgar. *A República Nova (1930-1937).* São Paulo: Difel, 1976. P. 50-51. *Apud*: MUELLER, Charles C. *Op. Cit.* P. 230.



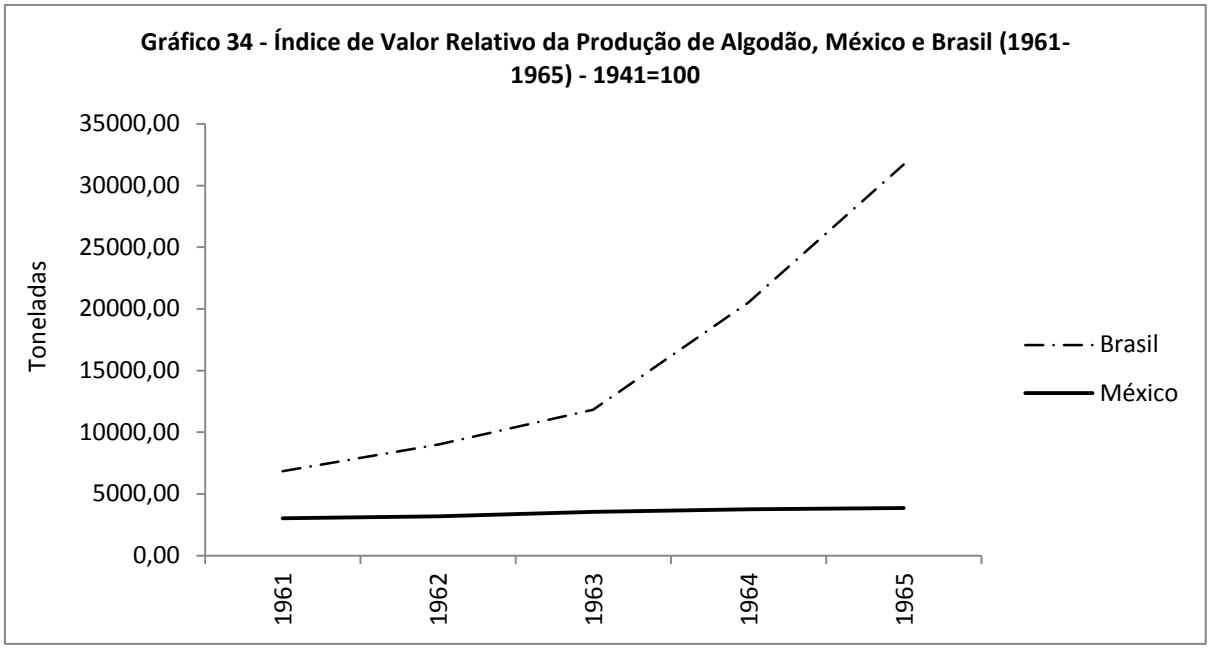
FONTE: Quantidade Produzida e Valor da Produção de Algodão Arbóreo e Herbáceo — (1920-1987). Tabela 6.07; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX.* Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Algodón (Pluma). Años seleccionados de 1897 a 1989 Cuadro 8.1.9.3. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

A tendência à concentração monopolística, tal como nos outros exemplos, permanece com características similares de aumento após a década de 1940, conforme demonstra o gráfico 32. Da mesma forma, o gráfico 33 indica uma grande coincidência nas variações das magnitudes nos índices de valor da produção.



FONTE: Quantidade Produzida e Valor da Produção de Algodão Arbóreo e Herbáceo — (1920-1987). Tabela 6.07; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX.* Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Algodón (Pluma). Años seleccionados de 1897 a 1989 Cuadro 8.1.9.3. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

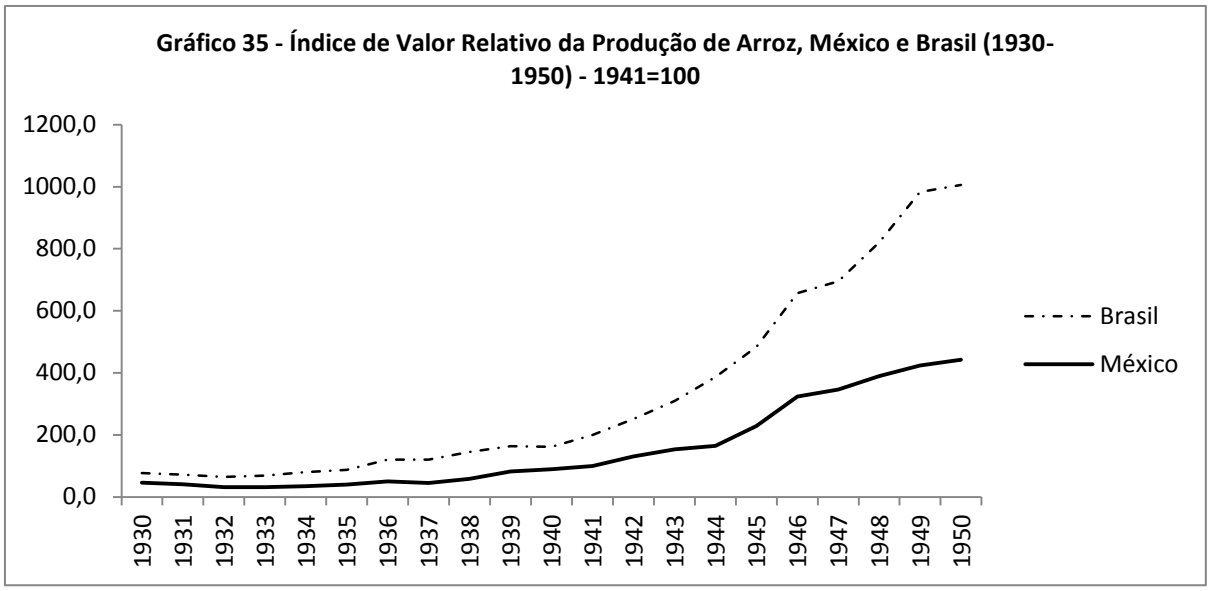
E o gráfico 34, mais uma vez, mostra que foi nos primeiros anos da década de 1960 que a concentração se torna muito mais proeminente no Brasil, enquanto se manteve notadamente estável no México.



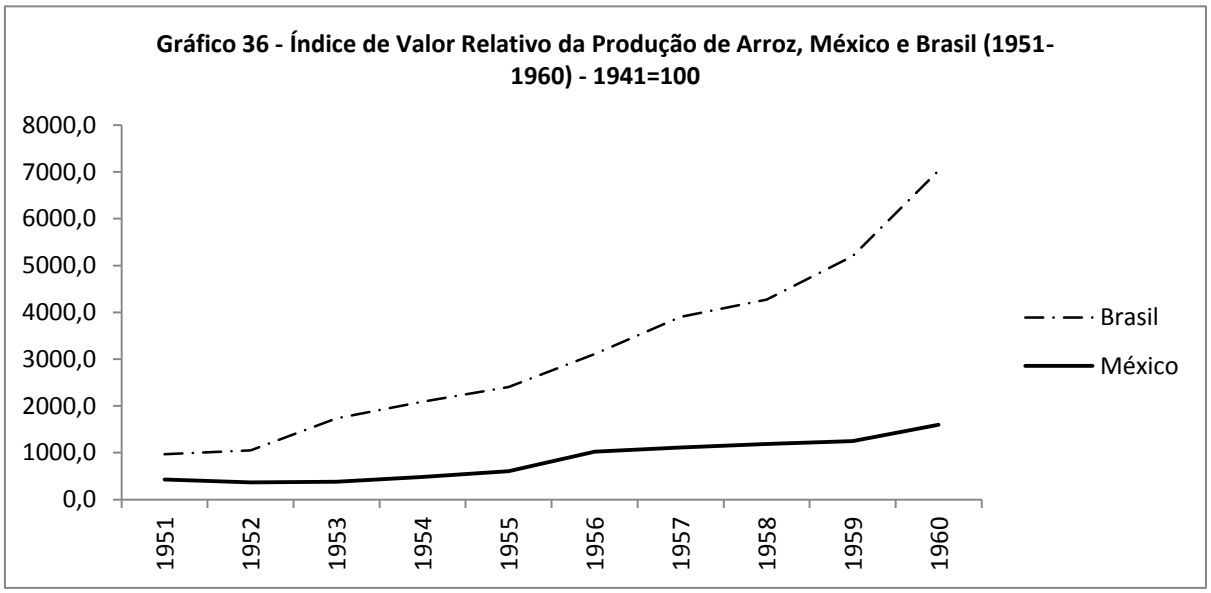
FONTE: Quantidade Produzida e Valor da Produção de Algodão Arbóreo e Herbáceo — (1920-1987). Tabela 6.07; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Algodón (Pluma). Años seleccionados de 1897 a 1989 Cuadro 8.1.9.3. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

Eis que, no período que se estende entre os anos de 1930 e 1965, três fases demarcatórias podem ser percebidas: uma primeira fase que se seguiu à crise de 1929, seguida da depressão durante a década de 1930 e posterior recuperação na década de 1940; uma segunda fase, com flutuações mais ou menos acentuadas, na década de 1950; e uma terceira fase, na qual se tornam discrepantes as variações, principalmente, com a super-alta dos valores relativos dos produtos agrícolas brasileiros.

Dada essa constatação nos cultivos tradicionais, os gráficos sobre os produtos agrícolas integrantes da base alimentar de ambos os países, o arroz e o feijão (gráficos 35 a 41), também caracterizam essa tendência, quando se percebe uma maior similitude das curvas econômicas naqueles anos de 1930 a 1950, para posterior diferenciação na década seguinte.

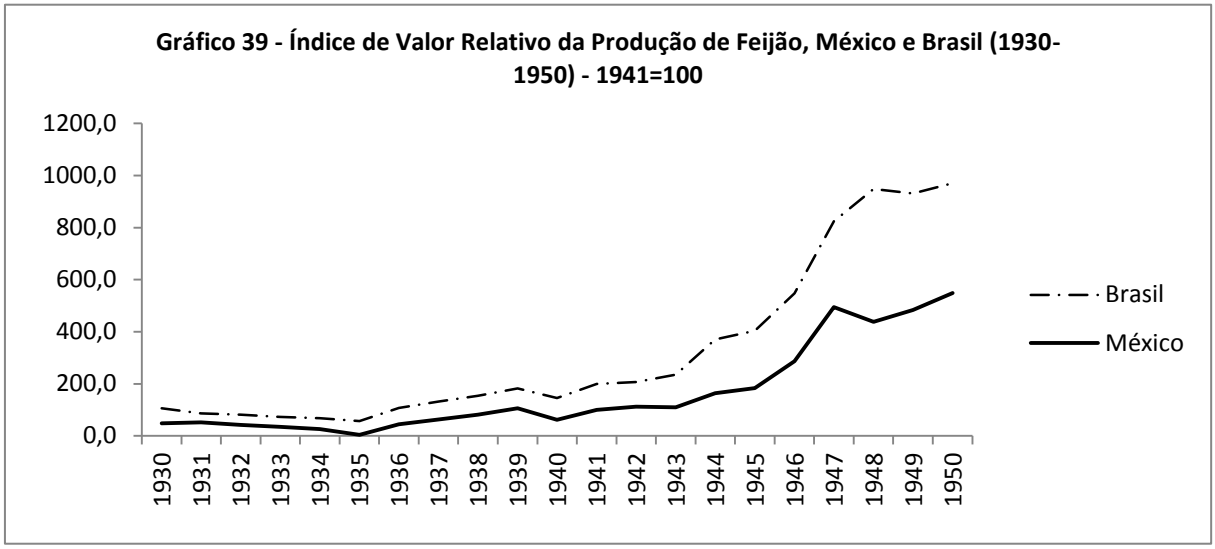


FONTE: Quantidade Produzida e Valor da Produção de Arroz em Casca — (1920-1987). Tabela 6.09; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Arroz Palay. Años seleccionados de 1897 a 2008. Cuadro 8.1.9.4. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

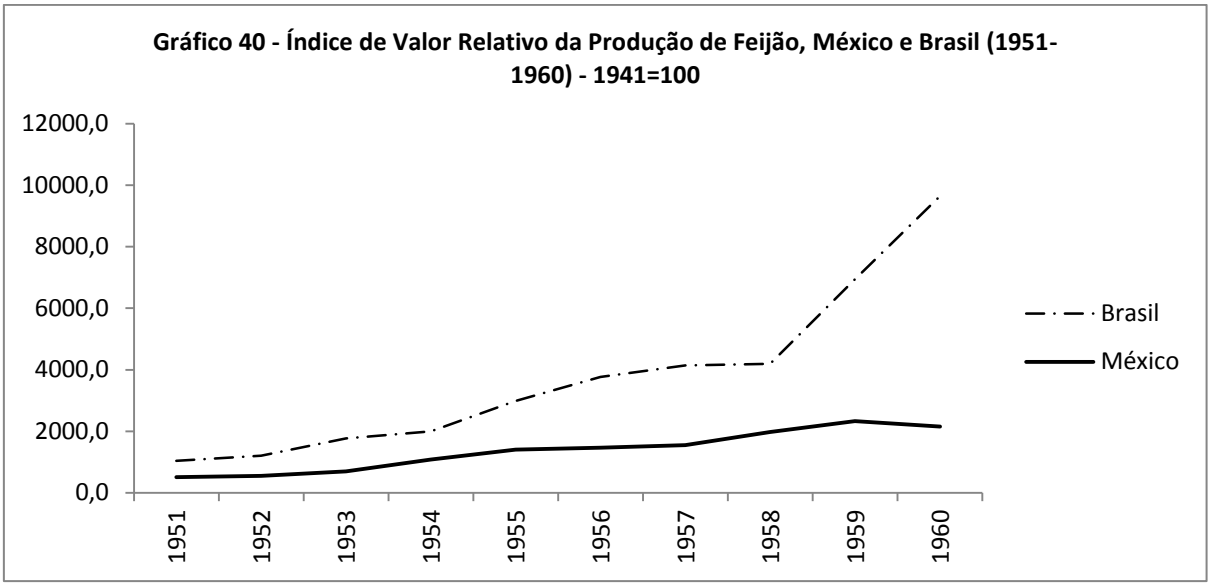


FONTE: Quantidade Produzida e Valor da Produção de Arroz em Casca — (1920-1987). Tabela 6.09; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Arroz Palay. Años seleccionados de 1897 a 2008. Cuadro 8.1.9.4. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

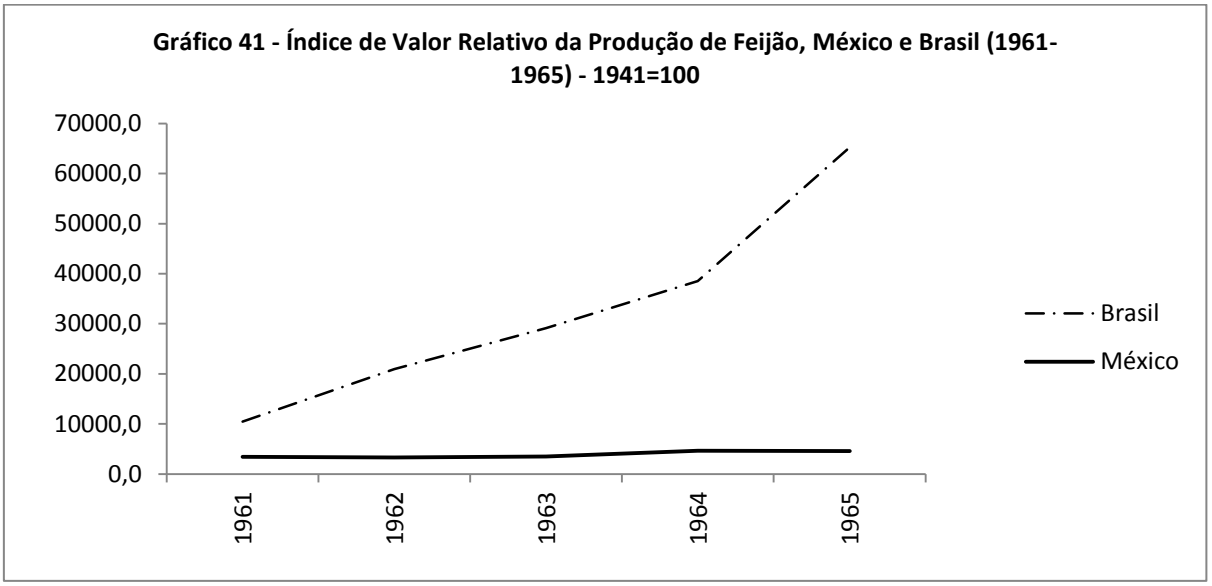
FONTE: Quantidade Produzida e Valor da Produção de Arroz em Casca — (1920-1987). Tabela 6.09; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Arroz Palay. Años seleccionados de 1897 a 2008. Cuadro 8.1.9.4. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.



FONTE: Quantidade Produzida e Valor da Produção de Feijão — (1920-1987). Tabela 6.17; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Frijol. Años seleccionados de 1897 a 2008. Cuadro 8.1.9.14. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

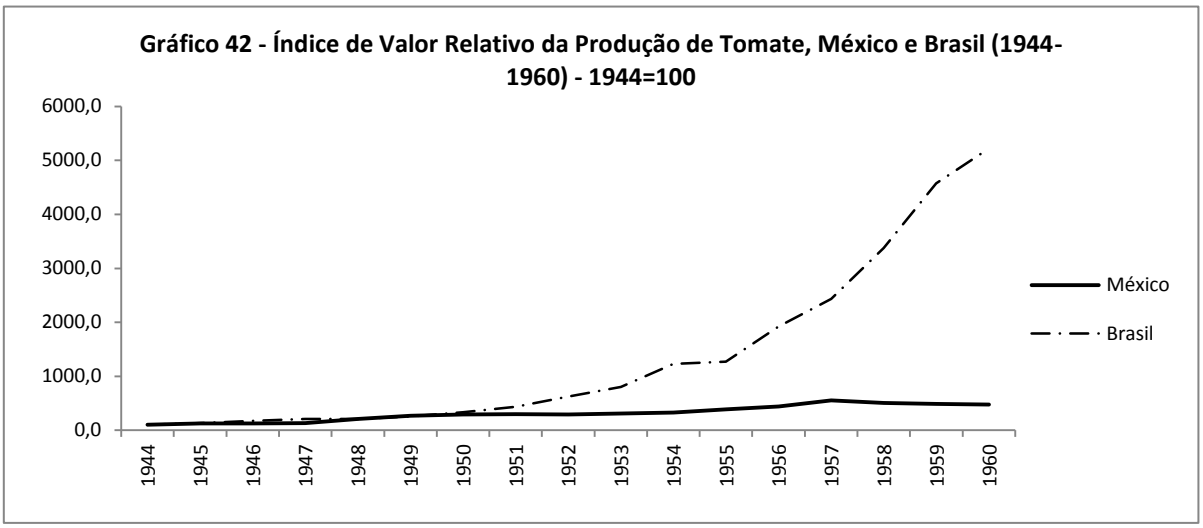


FONTE: Quantidade Produzida e Valor da Produção de Feijão — (1920-1987). Tabela 6.17; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Frijol. Años seleccionados de 1897 a 2008. Cuadro 8.1.9.14. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

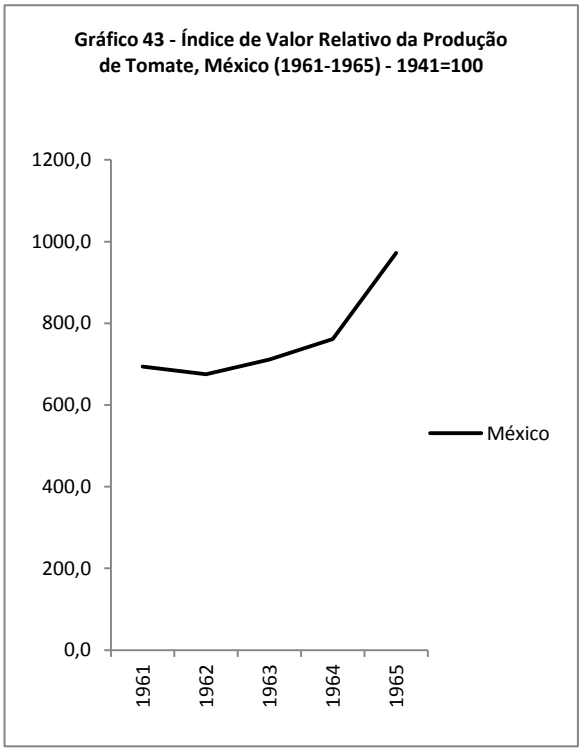


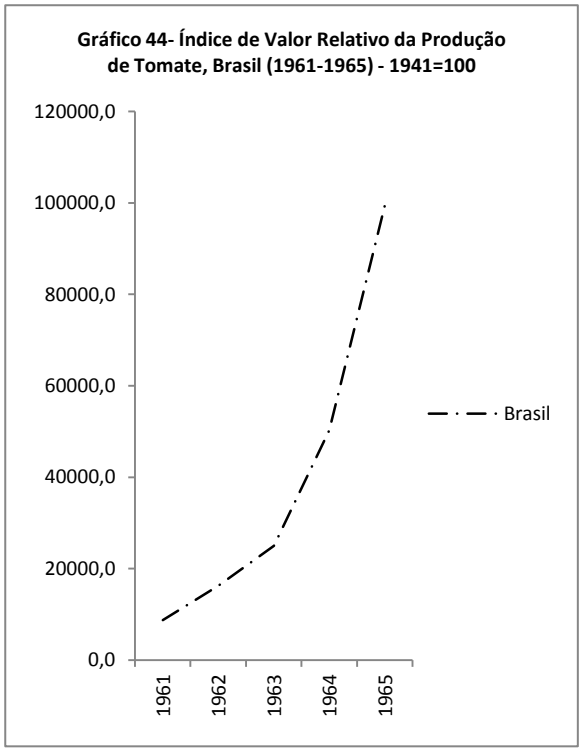
FONTE: Quantidade Produzida e Valor da Produção de Feijão — (1920-1987). Tabela 6.17; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Frijol. Años seleccionados de 1897 a 2008. Cuadro 8.1.9.14. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

Ainda em relação aos produtos da base alimentar, os gráficos 42 a 47 continuam demonstrando a mesma tendência, para alguns exemplos de hortifrutigranjeiros, como o tomate, a banana e a laranja.

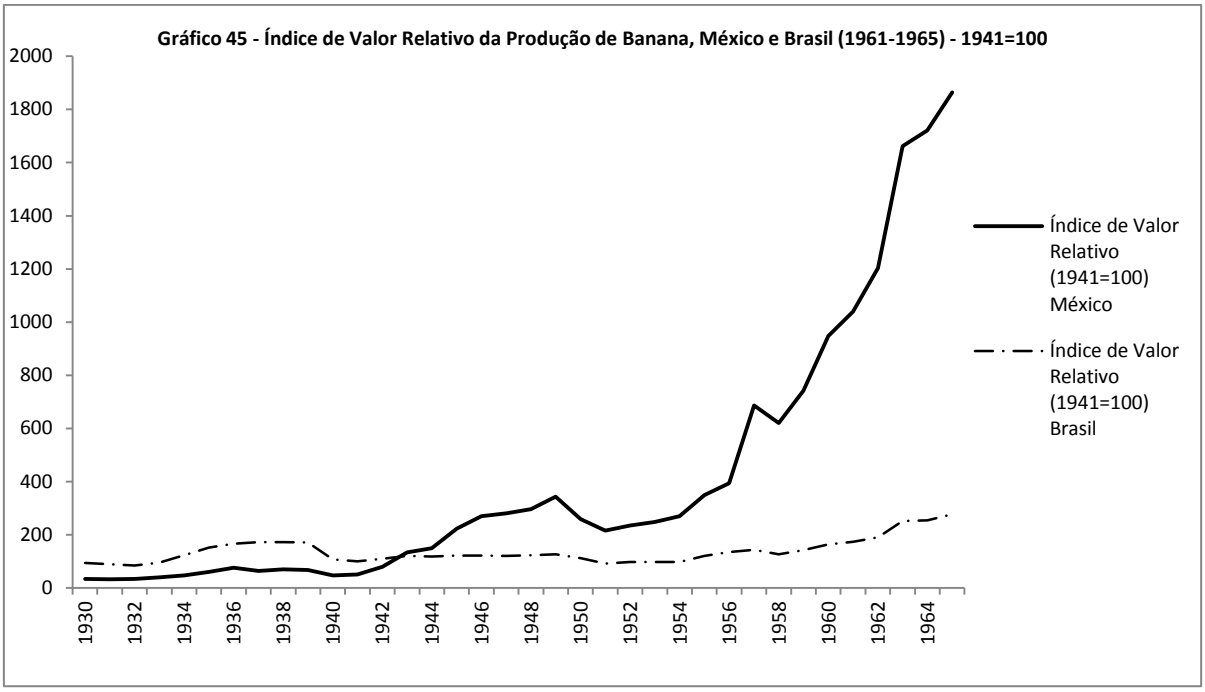


FONTE: Quantidade Produzida e Valor da Produção de Tomate — (1944-1987). Tabela 6.22; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Jitomate. Años seleccionados de 1897 a 2008 Cuadro 8.1.9.17. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

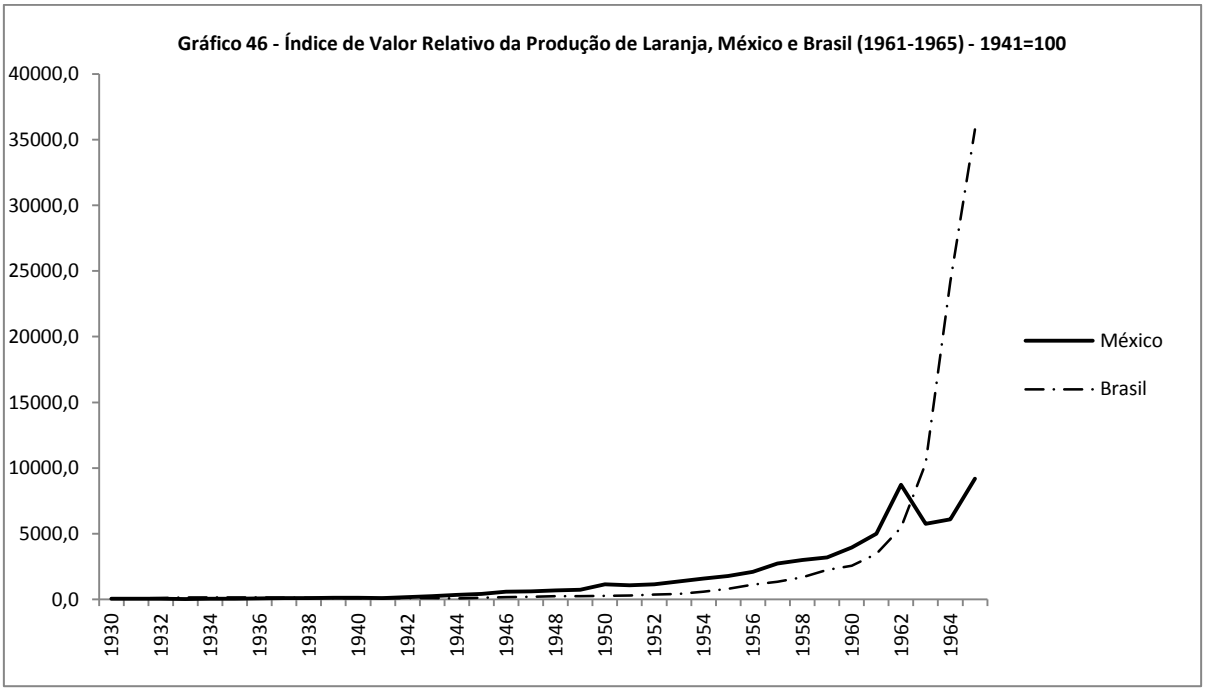




FONTE: Quantidade Produzida e Valor da Produção de Tomate — (1944-1987). Tabela 6.17; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Jitomate. Años seleccionados de 1897 a 2008 Cuadro 8.1.9.17. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

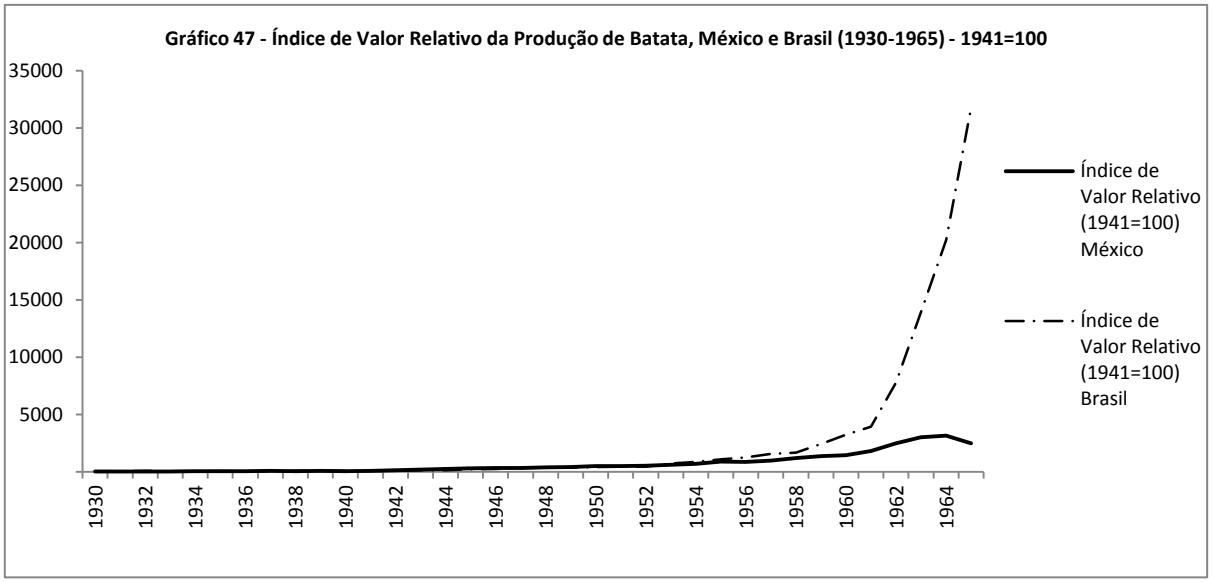


FONTE: Quantidade Produzida e Valor da Produção de Banana — (1920-1987). Tabela 6.10; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Plátano y Plátano Roatán. Años seleccionados de 1927 a 2008. Cuadro 8.1.9.22. Años seleccionados de 1927 a 1978. Cuadro 8.1.9.23. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.



FONTE: Quantidade Produzida e Valor da Produção de Laranja — (1920-1987). Tabela 6.10; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Naranja. Años seleccionados de 1927 a 2008 Cuadro 8.1.9.3. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

Nos exemplos anteriores, constatou-se uma tendência a maior concentração de capital, observada pela alta do valor do produto - o que significou aumento ou da produtividade ou do preço ou de ambos -, mas o gráfico 32, em relação à produção de banana, se excetuou do conjunto dos outros cultivos agrícolas, devido a que o índice mexicano esteve mais elevado que o índice brasileiro. Essa diferença em parte explica-se pelo fato de terem sido agregadas às estatísticas da produção de bananas, ao menos duas espécies, a do tipo comum e a do tipo *roatán*, próxima a espécie brasileira do tipo caturra. Considerada no México uma plantação tropical, junto com o abacaxi, o côco e outras frutas, fôra cultivada essencialmente em propriedades privadas, cujos cultivos assinalaram maior diversificação,[276] como no vale do *Bajio*, sem deixar de incorporar o propósito de "República Bananeira" incluído na expansão monopolística do setor.[277] Por esse fator, a curva traçada para a produção mexicana de bananas corresponde ao índice sobre a média aritmética da soma das estatísticas das duas séries equivalentes aos dois tipos mencionados. Quanto à produção de laranja, a inicial maior valoração da produção mexicana até 1962, foi aguda e abruptamente revertida em meados dessa década de 1960.



FONTE: Quantidade Produzida e Valor da Produção de Batata-Doce — (1944-1987). Tabela 6.11; Quantidade Produzida e Valor da Produção de Batata-Inglesa — (1920-1987). Tabela 6.12; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Papa. Años seleccionados de 1925 a 2008 Cuadro 8.1.9.3. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

[276] SANTOS, Armando González. *La Agricultura. Estructura y Utilización de los Recursos.* México: FCE, 1957. P. 98 e 99.
[277] Cf. BURBACH, Roger y FLYNN, Patricia. *Las Agroindustrias Transnacionales. Estados Unidos y America Latina*. México: Era, 1983 (Série Popular, 82). P. 196 *et seqs.*

Outro produto alimentar perecível que demonstrou essa característica de supervalorização no tocante à produção brasileira durante a década de 1960 foi a batata (gráfico 47). Nesse caso, a produção brasileira soma a espécie de batata inglesa, *Solanum tuberosum*, com a espécie de batata doce, *Ipomoea batatas*, mas por isso se utilizou a média aritmética da soma das estatísticas das duas séries, para que se retratasse uma curva real mais apropriada à comparação com a produção mexicana, para a qual só se contou a espécie inglesa.

A alta na produtividade desses produtos alimentares de alta perecibilidade, certamente esteve relacionada ao fenômeno da urbanização, pois passaram a exercer as funções de abastecimento dos centros industriais, portanto fora da economia de subsistência, mas dentro de círculos concêntricos de localização da indústria agrícola capitalista, segundo indica a ilustração 4.

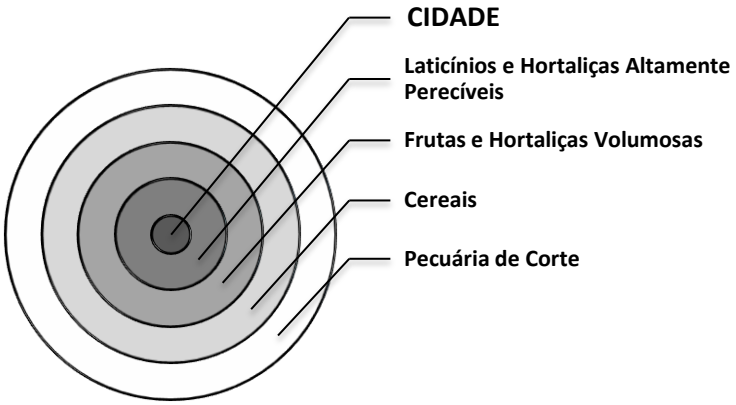
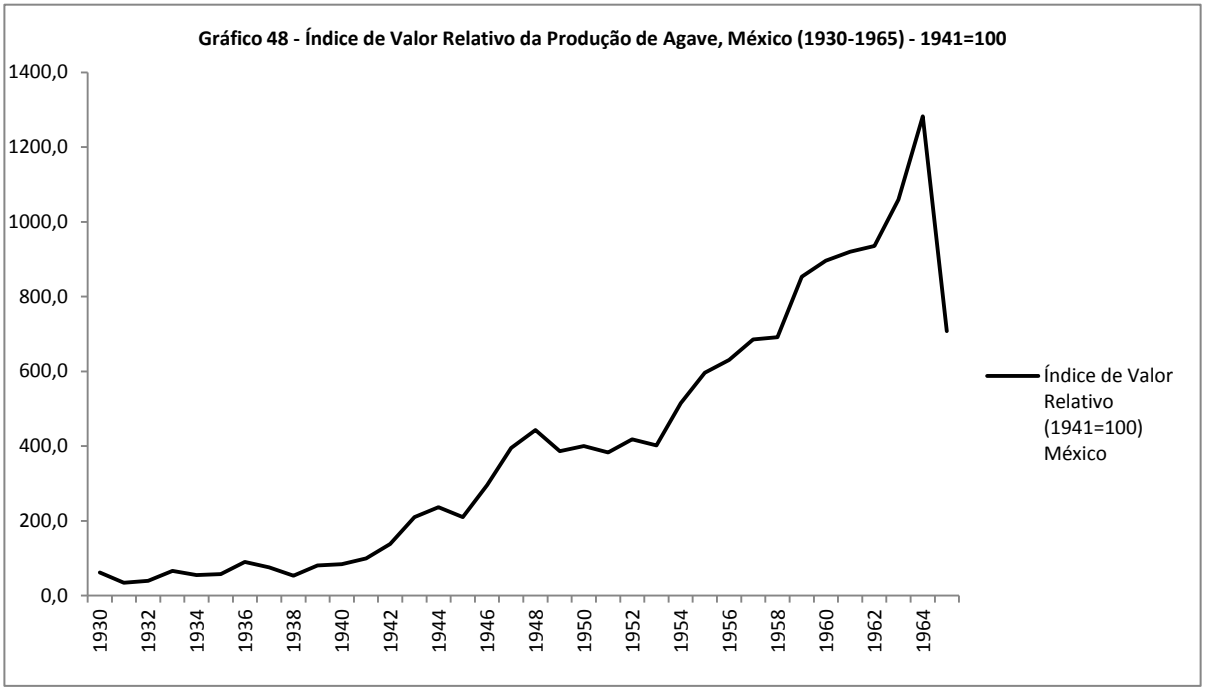


Ilustração 37 - Círculos concêntricos de localização da indústria agrícola, segundo Johann Heinrich Von Thünen (1875).
FONTE: (Adaptado de) STEELE, Howard L., FILHO, Francisco Vera e WELSH, Robert S. *Comercialização Agrícola*. São Paulo: Atlas, 1971. P. 238.

A variação de maior valorização de certos produtos, no México ou no Brasil, reflete a peculiaridade da agricultura em cada um desses países, entretanto não desabona a constatação de uma apropriação monopolística do setor. O aumento acentuado do valor dos produtos agrícolas a partir da década de 1960 foi consequência dos processos de modernização, cuja característica fundamental de organização capitalista da produção resultou em maior acumulação, centralização e concentração do capital na agricultura. Por isso, a tendência à monopolização de cultivos agrícolas e dos processos dele derivados acompanhou o desenvolvimento da modernização desses cultivos e da agricultura de forma geral, tornando-se mais proeminentes onde os obstáculos à concentração de capitais foram menores.

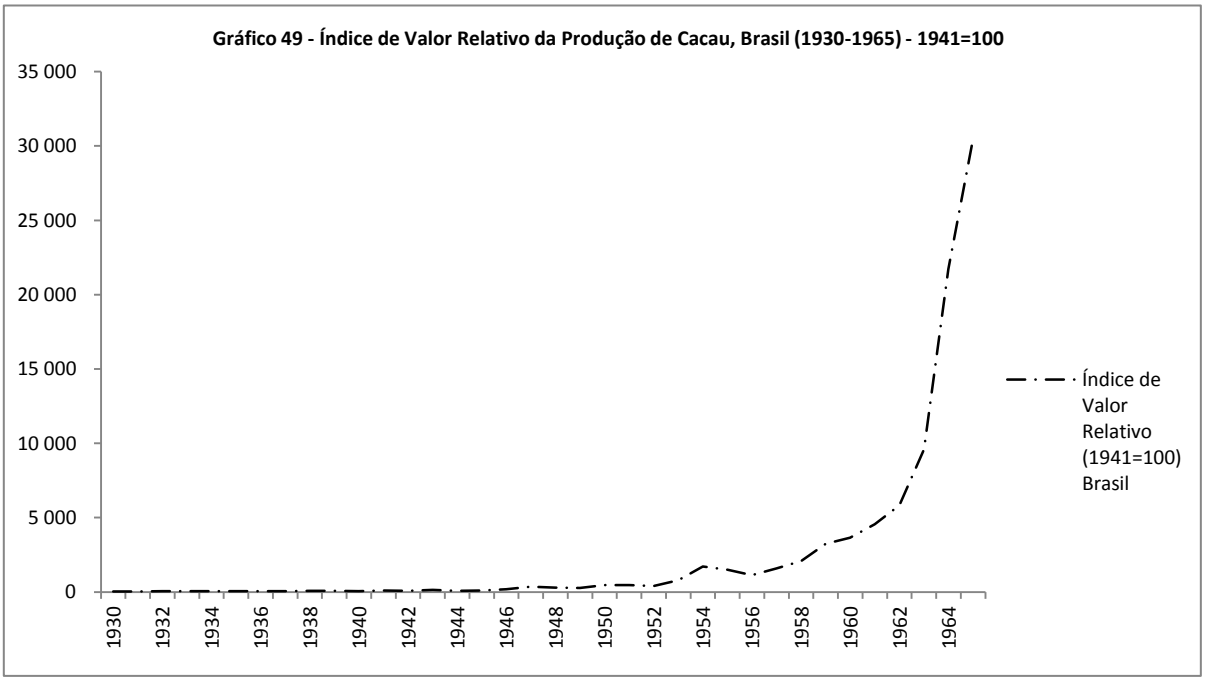
Dois produtos distintos, característicos da produção agrícola, em particular, do México e do Brasil, não se comportaram de forma semelhante, quanto ao aumento do valor ao longo de mais de três décadas: trata-se, respectivamente, do agave e do cacau. Enquanto o primeiro demonstrou um incremento nítido nas décadas de 1940 e 1960, com o índice do valor alterando em pouco mais de 2.000%, entre 1930 e 1964, o segundo apresentou as mesmas variações, mas pouco nítidas no mesmo período, devido ao aumento exponencial do índice de valor na década de 1960, quando este variou quase 1.000%, acumulando uma variação total de 74.280% desde 1930. Outro aspecto diferenciador foi a queda acentuada do agave após 1964, não percebida no valor do cacau.



FONTE: Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Henequén. Años seleccionados de 1880 a 2003 Cuadro 8.1.9.16. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

O agave ou *henequén* (gráfico 48) possui uma história cuja origem remonta aos antigos Maias e outros povos indígenas, quando ocuparam parte do território mexicano, correspondente aos atuais estados de Yucatán, Campeche, Tabasco e a metade oriental de Chiapas e Quintana Roo. Após a chegada dos espanhóis e o estabelecimento da servidão - com traços de escravismo - sobre esses povos indígenas, os tributos extremados, em espécie e em trabalho, o domínio trissecular de *criollos*, de mestiços e da Igreja, com as obvenções paroquiais, a crueldade dos *encomenderos* e o fortalecimento das *haciendas*, entre outras práticas opressivas, desencadearam uma onda de "guerras de castas", conflitos agrário-indígenas, durante o século XIX, tais como a revolta dos yaquis, desde 1825 e durante mais de

um século; a revolta dos Maias, em 1847; a revolta de Sierra Gorda, em 1848, mais extensa, contudo mais breve; a sublevação de Manuel Lozada durante a década de 1860. No início do século XX, vitimados pela xenofobia e transformados em *peones* endividados, a guerra de castas se transformou em luta de classes, no apogeu da economia do agave. A Revolução Mexicana liberou as dívidas e iniciou a distribuição das terras, que se completou com a devolução delas por Lázaro Cárdenas, em 1937.[278] "Desse modo, o índio maia passou da qualidade de homem livre (ou escravo de um senhor maia) a de escravo de um senhor espanhol, tributário, peão enclausurado ou livre, trabalhador agrícola e *ejidatário*."[279] Inaugurava-se a fase *ejidal* do cultivo do agave, utilizado na indústria alimentar e de fibras.



FONTE: Quantidade Produzida e Valor da Produção de Cacau em Amêndoa — (1920-1987). Tabela 6.13; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX.* Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM.

Quanto ao cacau (gráfico 49), se comparado com o México, inversamente, o Brasil pode ser considerado um grande produtor, enquanto aquele é um pequeno produtor, apesar de que o cultivo do cacaueiro já fosse conhecido entre povos da bacia amazônica e entre os Astecas, que o consideravam de origem sagrada e que utilizavam suas sementes como moeda. Na década de 1960, o cacau era produzido principalmente em Tabasco e Chiapas, por associações locais de produtores que o vendiam a União Nacional dos Produtores de Cacau -

[278] NAVARRO, Moisés Gonzalez. *Raza y Tierra*. *La Guerra de Castas y el Henequén*. México, DF: El Colégio de México, 1970 (Centro de Estudios Históricos, Nueva Serie 10). P. 1-31.
[279] *Id. Ibidem.* P. 2 e 3.

UNPC.[280] No Brasil, foi introduzido em 1679 e, contemporaneamente, expandiu-se pelo Espírito Santo, Pará, Rondônia, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Acre, São Paulo e na Bahia; o sul da Bahia, onde o cacaueiro foi introduzido em 1746, tem correspondido à área de maior produção nacional, em torno de noventa por cento desta. A crise de 1957 levou à criação, pelo governo federal, da Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, que por meio de fornecimento de créditos agrícolas, permitiu o emprego de tecnologias e de modernização das lavouras, proporcionando o esperado resultado de valorização do produto, frente a uma demanda externa crescente.[281]

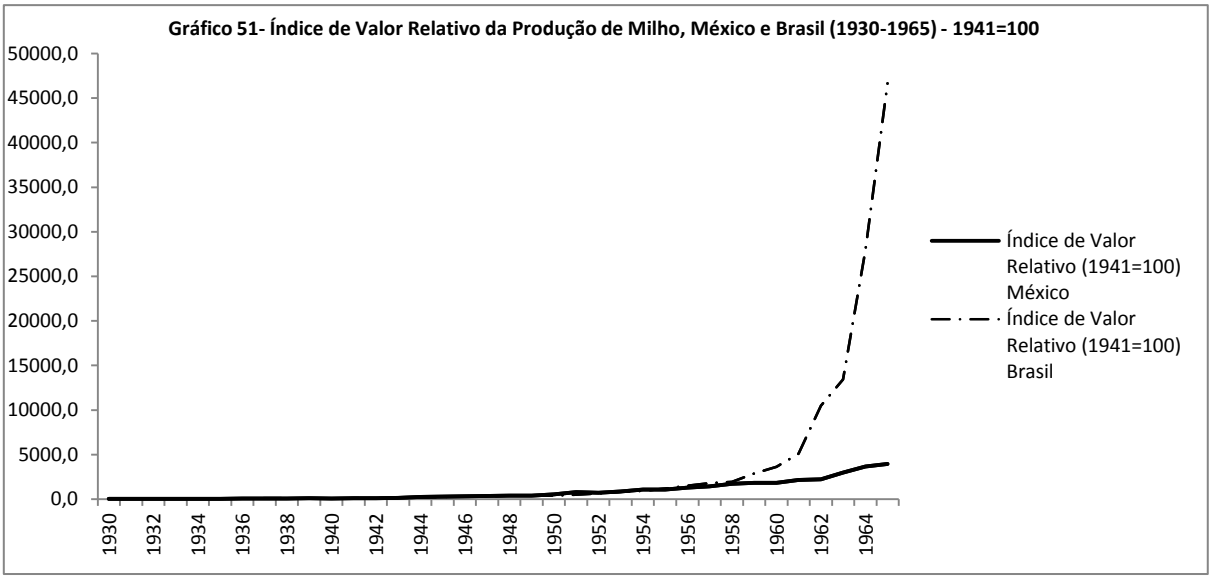
No campo dos grãos e oleaginosas, destacam-se entre os cultivos agrícolas comuns ao México e ao Brasil, o amendoim, o milho, o trigo e a soja. No tocante ao primeiro deles, repete-se o mesmo fenômeno de supervalorização do produto brasileiro na década de 1960 (gráfico 50).

FONTE: Quantidade Produzida e Valor da Produção de Amendoim em Casca — (1944-1987). Tabela 6.07; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX.* Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Cacahuate. Años seleccionados de 1899 a 2007 Cuadro 8.1.9.5. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

Em relação ao milho, trata-se de um produto originário da América, cultivado pelos indígenas, antes da chegada dos europeus. Os principais tipos de milho existentes na atualidade já eram por eles cultivados, nas variedades de grãos vermelhos, azuis, pretos, listrados ou com pintas arredondadas, cuja semeadura e colheita tinham caráter religioso, além de servirem como padrão estético reproduzido em obras de arte, aspecto perceptível nas

[280] CORDERA P., Miguel Angel. Comercialización del Cacao. In: REVISTA DE MÉXICO AGRÁRIO. México, DF: CNC, Nov. Dec. Ene./1970-1971 (Ano IV, vol. 1). P. 9-13.
[281] BASTOS, Edna. *Cacau. A Riqueza Agrícola da América.* São Paulo: Ícone, 1987. P. 7-17.

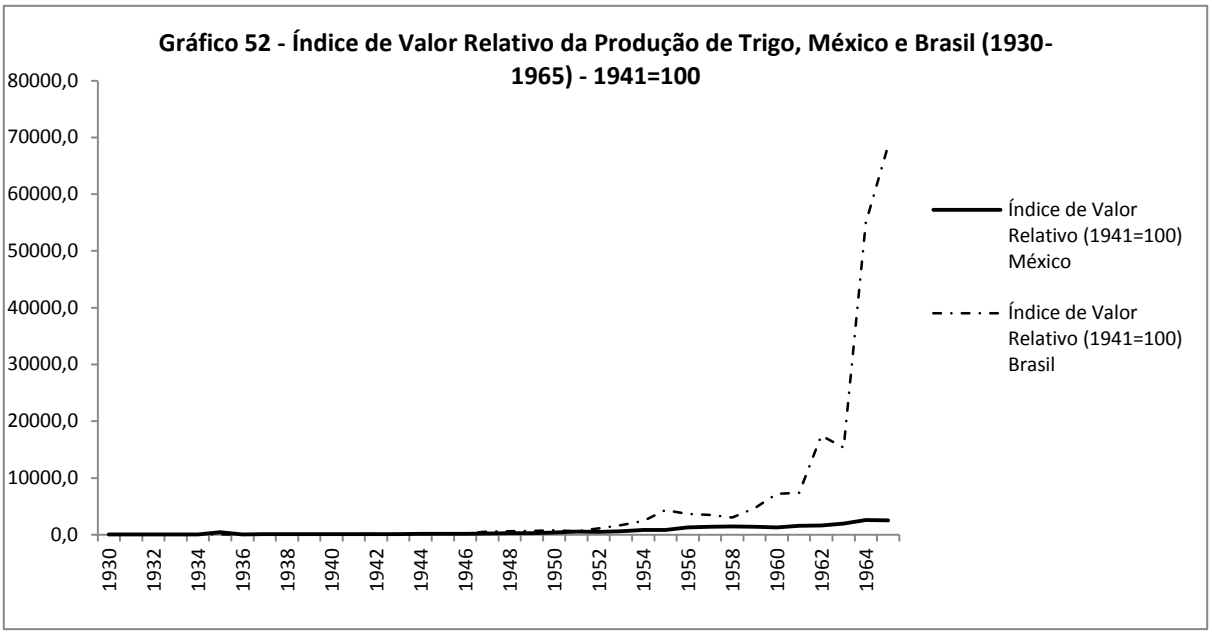
culturas Aimará, Maia, Tolteca e Araucana.[282] No México, foram encontrados grãos de pólen fossilizados, que datam de mais de sessenta mil anos, e espigas minúsculas, com três mil anos.[283] Produto tradicional e essencial na dieta alimentar dos mexicanos, perdeu espaço para os cultivos mais valiosos da pauta agro-exportadora durante as últimas décadas do século XIX e início do XX, espaço recuperado, a partir de 1940, com um aumento de produtividade em torno de 360% nas três décadas seguintes.[284] No Brasil, também já era cultivado pelos aborígenes antes da chegada dos portugueses, do tipo chamado por estes *zaburro*, que na língua indígena foi denominado *ubatim*, plantado entre as roças de mandioca, o qual era ingerido assado ou usado para a fabricação de aguardente.[285] Posteriormente se espalhou por todo o território brasileiro, se constituindo em uma das principais culturas agrícolas nacionais, estando seu plantio comumente associado ao de outras plantações, notadamente o feijão.



FONTE: Quantidade Produzida e Valor da Produção de Milho em Grão — (1920-1987). Tabela 6.20; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Maíz. Años seleccionados de 1893 a 2008 Cuadro 8.1.9.19. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

O gráfico 51, que aponta a valorização do milho no Brasil e no México, não traz nenhuma modificação quanto a supervalorização do produto brasileiro, como se pôde perceber em gráficos anteriores, contudo é interessante notar a verossimilhança que a curva deste produto manteve com a do trigo, conforme mostra o gráfico 52.

[282] BASTOS, Edna. *Guia para Cultivo do Milho*. São Paulo: Ícone, 1987 (Col. Brasil Agrícola). P. 12.
[283] Id. Ibidem. P. 11.
[284] GUEVARA C., José. *Ensenãnza, Investigación y Extensión Agrícola en México*. In: REVISTA DE MÉXICO AGRÁRIO. México, DF: CNC, May. Jun. Jul./1971 (Ano IV, vol. 3). P. 92.
[285] In: Amaral, Luís. *História Geral da Agricultura Brasileira no Tríplice Aspecto Político-Social-Econômico*. Volume II. 2 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958 (Brasiliana, Serie Grande Formato, v. 16-A). P. 66.



FONTE: Quantidade Produzida e Valor da Produção de Trigo — (1920-1987). Tabela 6.23; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Trigo. Años seleccionados de 1897 a 2008 Cuadro 8.1.9.29. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

O cultivo de trigo no México foi incrementado a partir da segunda metade da década de 1940, principalmente, devido aos estímulos oficiais e processos de modernização, como extensas obras de irrigação, visando à autossuficiência na produção desse cereal. O estado de Sonora e o vale do Yaqui se destacaram na triticultura, por meio do plantio em grandes propriedades privadas, ligadas ao setor comercial exportador, constituindo uma elite de proprietários, capazes de obter financiamentos, construções de estradas e centrais elétricas, transporte subsidiado e facilidades de importação.[286] O desejo governamental da autossuficiência não foi alcançado, contudo, pois o México, tal como o Brasil, necessitaram importar trigo,[287] apesar de terem compartilhado daquele ideal. Nesse último país, o desenvolvimento da triticultura aconteceu no planalto do Rio Grande do Sul, na sua fase mecanizada, em 1946. Posteriormente, se expandiu "para toda a região do Planalto Gaúcho, bem como para outras áreas do RS e, também, para outros estados." [288]

A soja deve ser considerada como parte de uma ulterior etapa da modernização agrícola. Seu cultivo em larga escala se expandiu mundialmente como uma proposta de

[286] ALCANTARA, Cynthia Hewitt de. *Modernizing Mexican Agriculture: socioeconomic implications of technological change 1940-1970.* Geneva: United Nations Research Institute for Social Development, 1976. P. 148.
[287] BARKIN, David e SUAREZ, Blanca. *El Complejo de Granos en México.* [s.l.]: Centro de Ecodesarollo; Instituto Latinoamericano de Estudios Transnacionales, [s.d.].
[288] BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da Agricultura. Trigo e Soja.* Petrópolis, RJ; Ijuí, RS: Vozes; Fundação de integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado, 1988. P. 75.

solução da fome ao nível mundial, a partir da década de 1960, apesar de já ter sido introduzida em pequena escala desde a década de 1940. No México seu plantio esteve associado à busca por um método simples e barato de elaboração de alimentos para consumo rural a base de soja:

> Entre as razões que influenciaram para o desenvolvimento desse esforço, podemos mencionar as seguintes: o alto conteúdo proteico da soja; um grande desenvolvimento na produção nacional desta semente oleaginosa-proteica; o fato de que no México se conhece pouco sobre alimentos regionais com propriedades nutritivas similares as da soja, e a mais importante: tratar de desenvolver uma tecnologia nacional para o processamento de soja - aplicável a outras leguminosas de alto valor nutritivo - como uma ajuda às áreas rurais marginalizadas, já que a tecnologia existente é complicada e altamente custosa, o que faz com que o produto seja inacessível para a maioria da população.[289]

O plantio da soja, como processo de modernização da agricultura, esteve vinculado à mudança de hábitos alimentares (por exemplo, uma mistura de milho e soja para enriquecer a base da *tortilla*) e interesses econômicos, que levaram à internacionalização de sua produção. Esse aspecto se verificou também no Brasil, onde, primeiramente, a partir do rio Grande do Sul, passou a ser utilizado junto com o milho, como alimento de suínos em substituição ao binômio milho-mandioca e, posteriormente, cedeu espaço para a combinação trigo-soja, efetivando sua expansão produtiva em zonas pecuárias e outros estados:

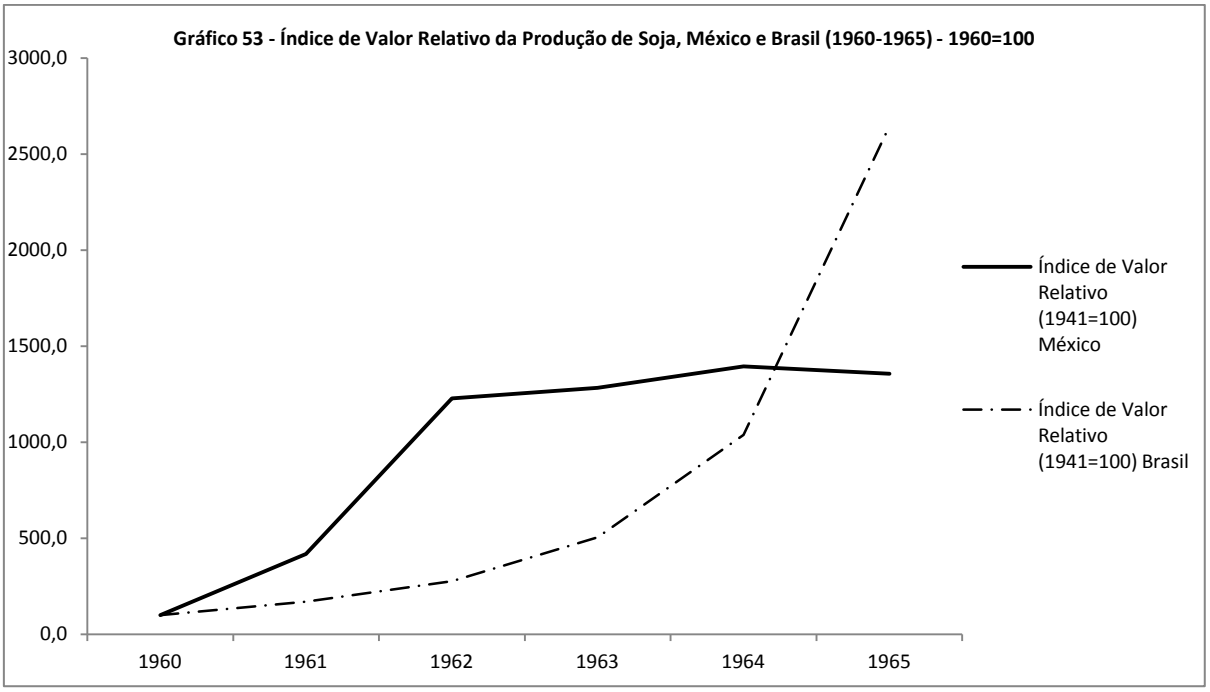
> Outro fato importante foi a difusão de novo padrão de produção e consumo norte-americano (substituição da proteína vegetal pela proteína animal) e a mudança dos hábitos alimentares ocorrida na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá, a partir da Segunda Guerra Mundial: a gordura animal passou a ser substituída por óleos vegetais. Obviamente foi uma mudança induzida pelos interesses dos grupos econômicos que estavam assumindo o comando da economia. Para operar mudanças na produção, há que se introduzir mudanças no consumo. Afirma-se, então, com crescente insistência, as vantagens da proteína animal e dos óleos vegetais. À medida que a população européia e norte-americana adere aos novos padrões, as populações dos países subdesenvolvidos passam progressivamente a imitar-lhes os hábitos.[290]

O gráfico 53 reflete o desenvolvimento da sojicultura a partir da década de 1960, com a maior valorização do produto mexicano no início desta e, repetindo padrões anteriores, caracteriza a estabilização do valor do produto mexicano, enquanto se assiste a acentuada valorização da soja brasileira, desde 1964.

---

[289] COSS, Rubén Berra García e VALHUERDI, Aldo Jacobo Pontecorvo y. La Soya y suas Aplicaciones Alimentarias a las Áreas Rurales de México. In: NAVARRETE, Ifigenia Martínez de, FERNÁNDEZ, Iván Restrepo, EQUIHUA, Clementina Zamora M. de. *Alimentación Básica y Desarrollo Agroindustrial.* México: FCE, 1977. P. 160.

[290] BRUM, Argemiro Jacob. *Op. Cit.* P. 77.



FONTE: Quantidade Produzida e Valor da Produção de Soja — (1952-1987). Tabela 6.27; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Soya. Años seleccionados de 1960 a 2008 Cuadro 8.1.9.25. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

Pela análise dos diversos gráficos apresentados, constituídos pelas curvas econômicas do índice de valor de alguns dos principais produtos da agricultura mexicana e brasileira, se revelam para além do aspecto geral das flutuações próprias da economia de mercado, uma tendência à supervalorização dos produtos brasileiros na década de 1960, enquanto tal tendência não se verifica no México, cuja valorização dos produtos permanece relativamente estável. Como as estatísticas foram produzidas a partir da fórmula $v = q.\ p$ e considerando que o valor aumentou em razão exponencial, enquanto o *quantum* da produção não acompanhou toda essa evolução, deduz-se que a supervalorização dos produtos agrícolas brasileiros se assentou sobre os fatores de composição do preço. Certamente, esse comportamento não deve ser atribuído exclusivamente aos processos de livre mercado, mas estiveram indissociáveis das peculiaridades da estrutura produtiva. A característica de concentração fundiária no Brasil e, em contrapartida, o sistema de *ejidos*, no México, notadamente foram fatores produtivos distintos que determinaram as relações puramente mercadológicas. As diferenças entre as estruturas agrárias produtivas dos dois países serão abordadas na seção seguinte.

3.2.2. O Advento da Agroindústria

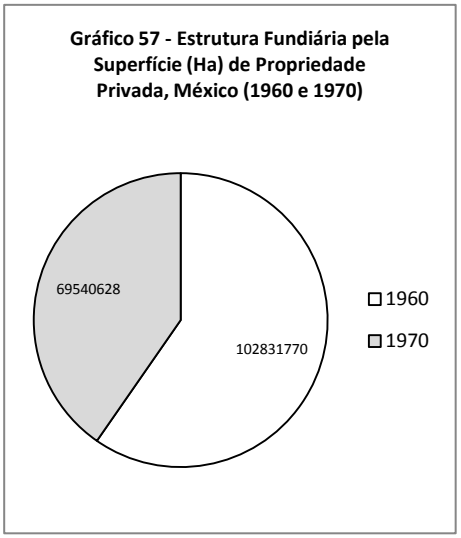
A tendência ao monopólio apresentada no processo de modernização agrícola configurou o processo de concentração do capital no campo, ainda que resguardadas as variedades de forma da propriedade da terra e organização da atividade produtiva.

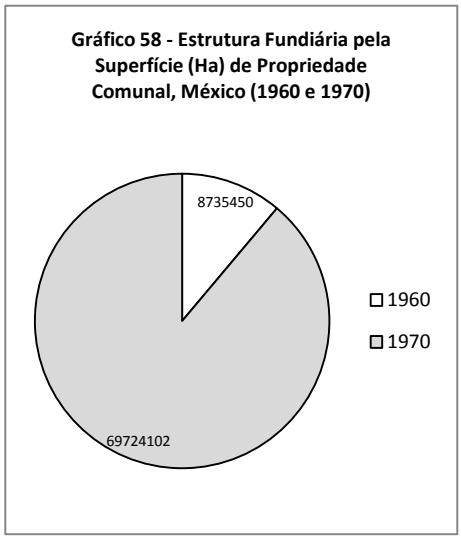
Em um primeiro plano, essa característica compreendeu o conflito entre o desenvolvimento da propriedade privada e outras formas de propriedade, como a coletiva, caracterizada pelo *ejido* ou as associações cooperativas, fossem elas de cunho privado ou sob estímulo estatal. O aspecto institucional da reforma agrária no campo mexicano proporcionou contundente intervencionismo, fruto da aplicação de variada legislação e políticas governamentais de crédito, de incremento da infra-estrutura, de distribuição das parcelas de terra e de subsídios diversos. Essa característica não foi ausente no Brasil, mas possuiu natureza bastante distinta, pois neste o intervencionismo governamental veio no sentido de organizar a iniciativa privada.

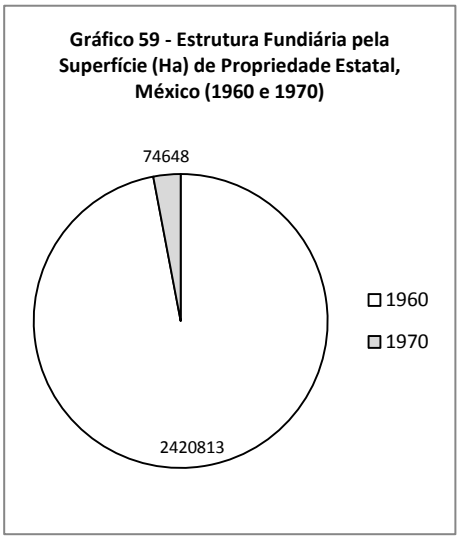
O conflito primário entre a propriedade coletiva do sistema *ejidal* no México frente o avanço da propriedade privada, representativa da consolidação do capitalismo no campo, traça o percurso da história da estrutura agrária mexicana. As associações que daí se derivaram, conformaram diferentes tipos de monopólios. Durante as décadas de 1950 e 1960 houve uma queda nos investimentos públicos, o que gerou maior nível de inversões no setor privado.[291] No desenvolvimento agrário brasileiro, o aspecto da concentração externa da propriedade da terra foi produto do tipo histórico da empresa agromercantil desenvolvida até então.[292] Também a associação cooperativista se mostrou mais presente na organização da agricultura do México, em relação à do Brasil. Como exemplo, a Companhia Nacional de Subsistências Populares S.A. - CONASUPO, criada oficialmente em 1961, objetivava a compra de produtos agrícolas a preço garantido, em mercados regulados tais como o do milho, do trigo, do feijão, do arroz e do sorgo.[293]

---

[291] LEYVA, Jesús Puente. Recursos y Crecimiento del sector agropecuário en México, 1930-1967. In: REVISTA DE MÉXICO AGRÁRIO. México, DF: CNC, Feb. Mar. Apr./1972 (Ano V, vol. 2). P. 11 *et seqs*.
[292] V. FURTADO, Celso. Agricultura y Desarollo Económico: consideraciones sobre el caso brasileño. In: REVISTA DE MÉXICO AGRÁRIO. México, DF: CNC, Ago. Sep. Oct./1971 (Ano IV, vol. 4). P. 199 *et seqs*.
[293] BARKIN, David e SUAREZ, Blanca. *Op. Cit.* P. 179.







FONTE: (Adaptado de) INEGI. *Censos Agrícola y Ejidal de México*. México, DF: Instituto Nacional de Geografía y Estadística, 1960, 1970, 1980.

Gráfico 60 - Estrutura fundiária pelo Número de Estabelecimentos de Propriedade Individual, Brasil (1960 e 1970)

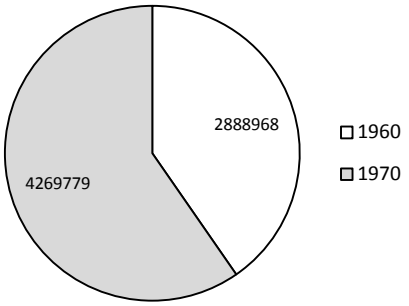


Gráfico 61 - Estrutura fundiária pelo Número de Estabelecimentos de Outra Propriedade Particular, Brasil (1960 e 1970)

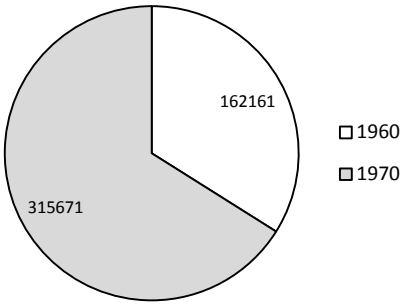


Gráfico 62 - Estrutura fundiária pelo Número de Estabelecimentos de Propriedade de Entidades Públicas, Brasil (1960 e 1970)

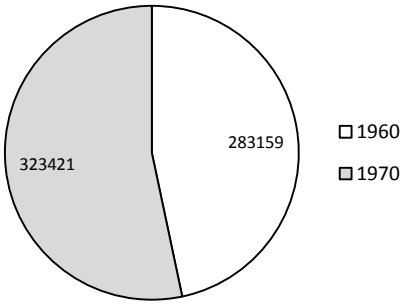


Gráfico 63 - Estrutura fundiária pelo Número de Estabelecimentos Sem Declaração de Propriedade, Brasil (1960 e 1970)

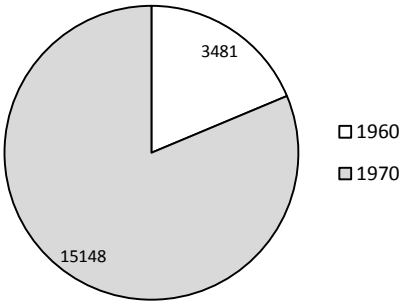


Gráfico 64 - Estrutura Fundiária pela Superfície (Ha) de Propriedade Individual, Brasil (1960 e 1970)

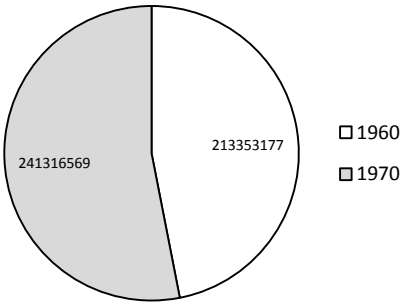
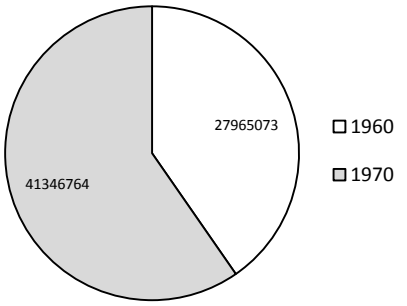
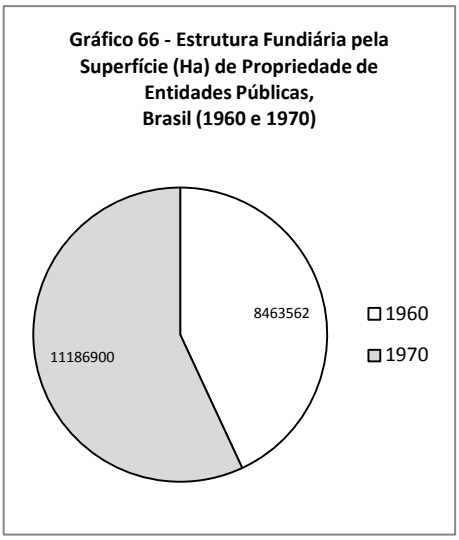
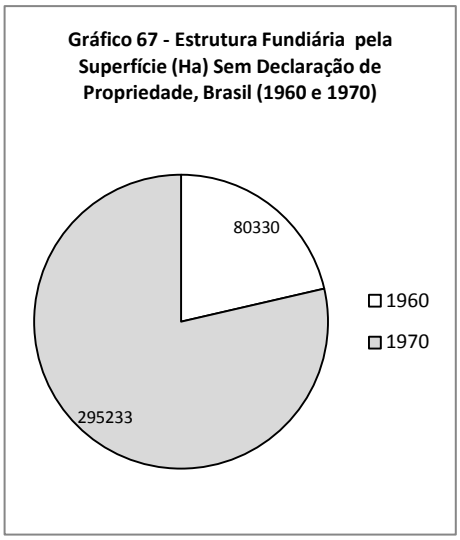


Gráfico 65 - Estrutura Fundiária pela Superfície (Ha) de Outra Propriedade Particular, Brasil (1960 e 1970)







FONTE: (Adaptado de) IBGE. *IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980.* Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1984 (Volume 2, tomo 3, Número 1). P. 2, 3, 240 e 241.

Os quatorze gráficos sobre as estruturas fundiárias do México e do Brasil, criadas com dados de censos referentes aos anos de 1960 e de 1970, permitem analisar as diferenças da natureza e do desenvolvimento de tais estruturas. Os gráficos 01 a 06, sobre a estrutura fundiária mexicana, mostram uma divisão das propriedades nesse país, em três tipos: privada, comunal e estatal. Pelos gráficos 54 a 56 se percebe a supremacia da propriedade privada sobre as demais, conquanto tenha ocorrido uma pequena redução do número desse tipo de propriedade, frente ao aumento significativo daquelas de tipo comunal, acompanhada de redução também significativa nas de tipo estatal. Os gráficos 57 a 59, por sua vez, mostram que a redução ou o aumento do número desses diferentes tipos de propriedade foram correlacionados à redução ou aumento da extensão da área das propriedades, portanto refletindo uma alteração real na forma de organização da estrutura agrária como um todo, inclusive com a substituição de maior participação da propriedade comunal sobre a propriedade privada. Os demais gráficos, sobre a estrutura fundiária brasileira indicam, basicamente, a propriedade privada dentre outros tipos, as propriedades públicas e as não classificáveis ou "sem declaração", sendo que a propriedade privada foi subdividida em dois tipos: individual e em "outra propriedade particular". Os gráficos 60, 61, 62 e 63 mostram o aumento do número de todos os tipos de propriedades, indicando um aumento absoluto da extensão da área cultivada. No tocante a relação entre o número e a extensão das propriedades, não se altera a hierarquia da estrutura fundiária, mas a participação dos diferentes tipos nela. O gráfico 64 sugere o fracionamento relativo da propriedade individual,

mesmo que esse tipo de propriedade seja absolutamente predominante quanto à extensão de terras em seu conjunto. O gráfico 65 caracteriza um possível aumento relativo da extensão das terras de cada uma das outras propriedades particulares. O gráfico 66 mostra um aumento equitativo das terras de entidades públicas, enquanto o gráfico 67 apresenta aumento significativo das terras sem declaração de propriedade, embora de forma não equitativa, pois o número de propriedades cresceu em uma proporção maior que o da extensão de suas terras.

Além de transformações nas formas de propriedade da estrutura produtiva, a modernização monopolista trouxe duas outras transformações fundamentais: a mecanização e a internacionalização da agricultura. Destacando-se a participação do Estado, com aquelas características próprias em cada um dos países, a mecanização agrícola foi uma consequência da efetiva acumulação do capital na agricultura.

A reforma agrária mexicana, intrinsecamente relacionada com o desenvolvimento da estrutura agrária mexicana, foi um processo de longa duração, seguindo diferentes etapas e orientações; foi fundamental para abolir a *peonaje* e a *hacienda* pré-capitalista, entretanto continuou com o difícil propósito de redistribuição das terras. No processo de redistribuição, ficaram evidenciadas três formas principais de propriedades: a propriedade comunal formou a comunidade agrícola pela restituição das terras que originalmente eram dos povos indígenas; a propriedade individual ou coletiva gerada pelo sistema *ejidal*, ligado ao Estado, que foi distribuída aos camponeses; e a propriedade privada de extensão delimitada, da pequena à grande. A propriedade privada foi objeto de políticas voltadas para o estabelecimento de pequenas propriedades familiares, as quais tiveram um expressivo crescimento entre 1930 e 1940, tanto em unidades individuais, quanto em extensão, alterada pela reforma do artigo 27 da constituição, em 1946. A partir da década de 1950 houve uma diminuição do crescimento dessas propriedades, caracterizando o início de um processo de reconcentração fundiária. O desenvolvimento dessa estrutura levou a um conflito entre o minifúndio de função social e um neolatifundismo, coligado com a tendência modernizante.[294]

No Brasil, a tendência dominante sempre foi essa, do latifúndio, da concentração de terras, com a perspectiva modernizante. A primeira menção oficial sobre a reforma agrária brasileira esteve contida na Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, conhecida como o "Estatuto da Terra". Antes disso, disso algumas propostas ocorreram, mas se realizaram apenas como projetos, realizados por diferentes setores da sociedade: na Assembléia Constituinte de 1946; pela Igreja Católica de 1950; um projeto de lei em 1954; um projeto

[294] Cf. STEVANHAGEN, Rodolfo et al. *Neolatifundismo y Explotación. De Emiliano Zapata a Anderson Clayton & Co.* 5 ed. Méxcio, DF: Nuestro Tiempo, 1976 (Los Grandes problemas Nacionales).

conservador em 1961/1962; a proposta do movimento camponês em 1961; da Frente Parlamentar Nacionalista, em 1963.[295] Neste ano, houve ainda a promulgação da lei 4.914, conhecida como "Estatuto do Trabalhador Rural" cujo teor se dirigiu aos direitos trabalhistas[296] e, em 1964, decreto presidencial desapropriando terras não foi cumprido dada a emergência, logo em seguida, de um golpe militar. É neste âmbito que surge o tal Estatuto da Terra, que aponta para a função social da propriedade, mas está repleto de contradições. Por intermédio dele, a estrutura agrária brasileira se apresenta da seguinte forma:

> Para os efeitos desta lei, definem-se:
>
> I - "Imóvel rural", o prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja a sua localização que, se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada;
>
> II - "Propriedade familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;
>
> III - "Módulo rural", a área fixada nos termos do inciso anterior;
>
> IV - "Minifúndio", o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar;
>
> V - "Latifúndio", o imóvel rural que:
>
> a) exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, (...)
>
> b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural;
>
> VI - "Empresa Rural" é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico ...Vetado... da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias;
>
> VII - "Parceleiro", aquele que venha a adquirir lotes ou parcelas em área destinada à Reforma Agrária ou à colonização pública ou privada;
>
> VIII - "Cooperativa Integral de Reforma Agrária (C.I.R.A.)", toda sociedade cooperativa mista, de natureza civil,...Vetado... criada nas áreas prioritárias de Reforma Agrária, contando temporariamente com a contribuição financeira e técnica do Poder Público, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, com a finalidade de industrializar, beneficiar, preparar e padronizar a produção agropecuária, bem como realizar os demais objetivos previstos na legislação vigente;
>
> IX - "Colonização", toda a atividade oficial ou particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de Cooperativas... Vetado...

[295] Cf. STEDILE, João Pedro (Org.). Programas de Reforma Agrária: 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005 (A Questão Agrária no Brasil, 3).

[296] Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. 3 ed. A Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981. P. 142 *et seqs*.

Assim, no tocante aos tipos de propriedades rurais geradas por meio dessa legislação, consolidou-se a formação da estrutura agrária que já era vigente, basicamente, dividida em minifúndios e latifúndios, de cunho privado prioritariamente. A propriedade familiar, o parceleiro e o colono surgiram como minifundiários, com o produto do trabalho voltado para a subsistência ou com aproveitamento econômico pela comercialização de algum excedente, quando possível, em associação em cooperativas, enquanto a empresa rural, voltada para a produção e comercialização, exercia a função do empreendimento concentrador e centralizador das relações capitalistas de produção e circulação de bens agrícolas. Preservou-se, distintamente desta, o latifúndio improdutivo com fins especulativos.

A extensão das propriedades foi definida, mas imprecisa. A reforma do artigo 27 da constituição mexicana, em 1946, delimitou a extensão da pequena propriedade, com dotação mínima de 10 hectares. Até meados da década de 1970, o tamanho máximo da propriedade privada da terra se manteve em "200 hectares a sazonal, de 100 hectares a irrigada e de 150 e 300 hectares com cultivos definidos como plantações". Na lei brasileira de 1964, o mencionado artigo 46, forneceu a seguinte condição para a delimitação legal das grandes propriedades ou latifúndio:

> b) dos limites máximos permitidos de áreas dos imóveis rurais, os quais não excederão a seiscentas vezes o módulo médio da propriedade rural nem a seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais, na respectiva zona;[297]

Considerando que a maior parte da população rural vivia em terrenos de menos de 10 hectares e que um terreno médio pudesse equivaler a 100 hectares, a delimitação exposta na lei praticamente não delimitou a extensão da propriedade e gerou um limite tão elevado que permitiu a existência de unidades rurais com mais de 100 mil hectares.

Com essas evidências, o processo de concentração fundiária no Brasil se mostrou bem mais acentuado que no México, onde as conquistas da reforma agrária, pela constituição das terras comunais e doação dos *ejidos*, não significaram ameaça alguma para a livre empresa, mas meios complementares de subsistência para o camponês, perfeitamente compatíveis com o capitalismo e incapazes de alterar a estrutura de mercado.[298]

A partir dessa estrutura de mercado manifestadamente capitalista, as empresas rurais passaram a conviver com as pequenas propriedades agrícolas. Emergiu destas últimas a forma

---

[297] BRASIL. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da terra e dá outras providências. *Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos.* Brasília, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm Acesso em: 14 outubro 2013.

[298] AVELLANEDA, Jerjes Aguirre. *La Política Ejidal en México.* México: Instituto Mexicano de Sociología, 1976. P. 18.

associada de cooperação agrícola, não obstante a tendência subsequente de modernização e a tendência ao monopólio que se verificara pela centralização e concentração dos capitais. A cooperativa agrícola difere da livre organização empresarial, pois conta com alguns princípios autogestionários, se caracterizando como uma associação de pessoas e não de capitais. A Aliança Cooperativa Internacional revisou esses princípios, em 1966, identificados nos seguintes aspectos: inscrição voluntária e livre dos participantes, aberta à admissão de novos sócios e sem coação do poder público; cada membro da cooperativa representa um voto na assembléia geral dos sócios, que é a autoridade máxima da cooperativa; juros limitados para as colocações de capital e distribuição dos excedentes em fundos individuais de reserva e investimento, em serviços sociais ou no barateamento dos serviços utilizados pelos sócios etc; ausência de fins lucrativos, socialização do capital entre os sócios; indistinção de orientação política ou religiosa; trabalho educativo e colaboração com outras cooperativas, que podem ser do âmbito produtivo ou comercial, limitada, ilimitada ou suplementada.[299] Deve se assinalar que, ainda que surja como uma alternativa, o cooperativismo sofre com várias contradições, já que a

> "transformação da sociedade capitalista", pelo trabalho cooperativo, está longe de efetivamente ocorrer em sua totalidade principalmente pelas relações estabelecidas entre a grande empresa contratante e a cooperativa (...), pois é a empresa quem define o que vai ser produzido, como vai ser produzido, e quando a produção tem que ser entregue; somam-se a isso hierarquias e conflitos entre os próprios trabalhadores no interior da cooperativa.[300]

O desenvolvimento da estrutura agrária, tanto no México quanto no Brasil, conciliou diferentes formas de propriedade rural e unidades e sistemas de organização econômica, sob as leis da reprodução capitalista, gerando a dominância da propriedade privada. Ao longo do processo de acumulação de capital e sua consequente centralização e concentração, se criaram as características da modernização agrícola, assim com a tendência ao monopólio. Por um lado, a mecanização do campo foi um índice desse processo, como mostram a tabela 2 e a tabela 3.

[299] FERNÁNDEZ, Ramón Fernández y. *Cooperación agrícola y organización económica del ejido*. México, DF: SepSetentas, 1973. P. 22 a 33.
[300] MONDADORE, Ana Paula Carletto. *Mondragón é aqui? Cooperativismo e Internacionalização.* Campinas, SP: Instituto de Economia, 2013 (TESE DE DOUTORADO). P.

Tabela 2 - Mecanização do Campo, México (1960 e 1970)

	Arados			Semeadeiras	Rastros de ferro	Cultivadoras
	Aivecas de ferro	Discos de ferro	Madeira			
1960	1224427	61972	1099961	92592	83900	224163
1970	948014	132356	916391	132038	105678	281239

	Trilhadoras		Ceifadeiras	Desgranuladoras	
	Mecânicas fixas	Mecânicas combinadas		Mecânicas com motor	Manuais
1960	5373	3840	10049	5064	8617
1970	3064	6984	12189	17628	12999

	Picadoras de forragens	Empacotadoras de forragem	Caminhonetes	Caminhões	Tratores	Motores fixos e móveis
1960	6051	4784	210722	40411	54537	18161
1970	11713	5869	160951	36204	91354	46633

FONTE: (Adaptado de) INEGI. *Censos Agrícola y Ejidal de México*. 1960, 1970, 1980. México, DF: Instituto Nacional de Geografía y Estadística.

Tabela 3 – Mecanização do Campo, Brasil (1960 e 1970)

	Tratores	Arados			
		De tração animal	De tração mecânica	De disco	De aiveca
1960	61 345			130 397	846 704
1970	165 870	1 718 041	160 884		

FONTE: (Adaptado de) IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988.* 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

Por outro lado, a internacionalização fomentou a produção em larga escala sob a organização industrial do campo. O processo de substituição de importações quando alçado ao patamar de implementos agrícolas e outros bens de capital associou-se à entrada de empresas transnacionais. Da mesma forma, se iniciaram os investimentos em tecnologia.

> Passando ao âmbito da tecnologia, H. Helleiner analiza o papel que desempenham as ET no comércio de tecnologia com os países em desenvolvimento. O autor destaca a distinção entre tecnologia de produção e tecnologia de consumo e chama a atenção sobre o caráter imperfeito do mercado em que se negocia a tecnologia com os países em desenvolvimento. Desde o ponto de vista dos países adquirentes deixa clara a importância de

> analisar de forma independente o grau de "adequação" da tecnologia adquirida em função do seu custo.[301]

A conceituação de agroindústria revela o desenvolvimento da estrutura agrária em termos de desenvolvimento do capitalismo no campo e suas consequências, tanto econômicas, quanto técnico-científicas. Considerando como elementos fundamentais de análise a função que desempenha na produção social, a procedência e características das matérias-primas, os processos técnicos empregados e o destino e o uso de seus produtos, uma definição plausível é da agroindústria como "processo de produção social que acondiciona, conserva e/ou transforma as matérias-primas cuja origem é a produção agrícola, pecuária e florestal".[302] Essa concepção traz ainda a possibilidade de se identificar, como níveis de estudo, as operações e processos unitários, a planta agroindustrial, a unidade de produção agroindustrial, o sistema agroindustrial e a cadeia agroindustrial.[303]

O mais importante na definição da agroindústria é sua complexidade e as dimensões que atingiu no desenvolvimento econômico da agricultura como um todo. Nesse sentido, a função exercida pelas empresas transnacionais foi de dominância da pirâmide produtiva, justamente pela tendência ao monopólio e ao acúmulo de capital. O chamado complexo agroindustrial, por sua vez, caracteriza o conjunto formado pelas diversas relações criadas ao longo do processo de industrialização do campo, mas não diferencia entre os distintos níveis de organização dos empreendimentos agroindustriais.[304] Abarca a organização agrícola e a industrialização do campo ao nível da generalidade, portanto.

---

[301] FAJNZYLBER, Fernando (sel.) *Industrialización e internacionalización en la América Latina*. México: FCE, 1980 (El Trimestre Económico. Lectura 34, v.1). P. 19.

[302] VERDUZCO, Juan José Flores, CRUZ, Manuel Angel Gómez, PEÑA, Víctor Sanchez et al. Agroindústria: Conceptualización y Níveles de Estudio. In: MUÑOZ, Manrrubio, SÁNCHEZ, Víctor, FLORES, J. José, GÓMEZ, M. Angel. *La Agroindustria em México.* México: Universidad Autónoma Chapingo, 1987 (Programa Integración Agricultura-Industria). P. 3.

[303] Ibdem. P. 7.

[304] V. MÜLLER, Geraldo. *O Complexo Agroindustrial Brasileiro*. [s.l.]: Núcleo de Pesquisas e Publicações, 1981 (n. 13). P. 8 *et seqs.*

CAPÍTULO 4: A EXPANSÃO DA CARGILL (DÉCADAS DE 1960 E DE 1970)

Segundo Burbach e Flinn a "Cargill, Inc. é a maior empresa de propriedade privada dos Estados Unidos".[305] Sua expansão interna, durante a primeira metade do século XX, de certa forma, foi *pari passu*, mas também precedeu a expansão externa, que se acentuou a partir de meados da década de 1950. O processo de formação de uma grande empresa nacional norte-americana, posteriormente empresa multinacional, com a criação de várias subsidiárias, caracterizou uma primeira etapa para a transformação dela em uma empresa transnacional. Um dos fatores que permitiram essa expansão foi a conciliação dos interesses da empresa com os do Estado. Em 1954, o governo norte-americano criou a Lei 480, que concedia financiamentos para estimular as exportações, sob o programa "Alimentos para Paz". Essa lei possibilitou que a empresa alcançasse tanto um volume bastante grande exportações, quanto que ela conseguisse adentrar em mercados estrangeiros para realizar transações comerciais. Esse e outros programas de governo favoreceram os negócios da Cargill, cuja ação primordial se baseava na proposta da distribuição de grãos, sob a justificativa de saneamento da questão alimentar no mundo. [306]

Outros aspectos relativos à sólida condição que a empresa já havia alcançado, próprios da tendência monopolista de centralização e concentração do capital, em um estágio avançado da modernização agrícola, redimensionaram a função dela como uma agroindústria e também no agronegócio.

As estratégias corporativas de expansão atravessaram variados delineamentos. Em primeiro lugar, no âmbito nacional, foi necessário estabilizar a condição de corporação monopolista, centralizadora e concentradora de capital, assim como controladora de preços, em permanente conflito com os fazendeiros, os pequenos proprietários e os agricultores. O agrarismo norte-americano, oriundo dos escritos de Thomas Jefferson, considerava a vida rural o melhor modo de vida e a via econômica mais importante. Privilegiava uma economia moral assentada sobre bases comunitárias voltadas para a subsistência, evitando a atividade agrícola como forma de obtenção de ganhos no mercado. Esse agrarismo, enquanto alicerce da democracia, gerou o mito político da superioridade da vida rural sobre a vida urbana, embora tenha eventualmente se destacado como uma força política. Por um lado, como

[305] BURBACH, Roger e FLINN, Patricia. *Agroindústria nas Américas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 (Biblioteca de Ciências Sociais, Economia). P. 232.
[306] *Ibdem*. P. 237 e 238.

resposta a esse mito nostálgico e bucólico, as grandes empresas agrícolas, os banqueiros, as beneficiadoras de alimentos e até mesmo, os investidores estrangeiros interessados nos processos de gestão, se tornaram adeptos do agrarismo; o governo federal, por outro lado, desde o *New Deal*, se tornou parceiro dos fazendeiros, mas isolando os antigos e tradicionais valores do agrarismo.[307] Apesar disso, em 1967, declarações da Cargill demonstravam que o agrarismo poderia ser reavaliado em termos de uma nova compreensão sobre a importância da agricultura e sobre a inevitabilidade das transformações que nela se operavam. Após avaliar que o agrarismo se encontrava nas estruturas do governo e nas leis, que se concretizava nas instituições políticas, no Departamento de Agricultura, no Serviço de Extensão Rural, nos benefícios para os trabalhadores rurais e nas cooperativas, nos conteúdos do ensino superior, concluíra que:

> Então a "filosofia da fazenda" foi uma poderosa ideologia na estrutura americana de poder. Ela foi apoiada por um *establishment* agrícola, evidenciado: 1) na bancada ruralista do congresso, que 40 anos atrás tinha feito em torno de 250 membros dispostos a apoiar a legislação agrária, ainda que com pouca consideração para com as filiações partidárias ou as necessidades urbanas; 2) no Departamento de Agricultura, cuja maioria das recomendações prontamente se tornaram leis por intermédio daquela bancada ruralista; 3) nas organizações agrárias em geral – *Farm Bureau*, *Grange*, *Farmers Union* – cada qual representando os distintos níveis de atividades agrícolas e todos agindo em conjunto na manutenção de um posicionamento único; e 4) nas Escolas Rurais Subvencionadas, mantidas por doadores federais na maior parte dos estados para educar lideranças e promover uma continuidade racional para o agrarismo.[308]

O reconhecimento dessa força foi caracterizado em diferentes segmentos, portanto foi considerada atuante ideológica e politicamente. A corporação, que se pretendia representante de uma nova agricultura, se contrapunha como alternativa viável frente às mudanças. Citando o questionamento do Dr. Don Paarlberg, professor de economia agrícola da Universidade de Purdue:

> É a agricultura realmente única? O conceito jeffersoniano parcamente se aplica a típica fazenda moderna que conta com investimentos de um quarto de milhão de dólares, usando avançados métodos científicos. O fazendeiro de hoje não somente ostenta um alto valor psíquico pela sua ocupação como ele está desejoso de trabalhar pela metade, tal qual um homem da cidade. A imagem do fazendeiro como a pedra angular da autoconfiança tem sido manchada pelos programas governamentais, escrita na forma da lei pela elite no poder, para a qual agora [a agricultura] providencia um quarto do salário líquido dela. O poder político dos

[307] HURT, R. D. *Op. Cit.* P. 72-77.
[308] CARGILL NEWS. *Shock Waves from Changing Agriculture Felt Nationwide*. Minneapolis, Minn.: Cargill, 1967 [s.n.], p. 2.

> agricultores tem sido erodido, através do declínio no número de agricultores e nas votações de redistribuição igualitária [da terra].[309]

A grande corporação agroindustrial, mesmo que estruturalmente em oposição ao fazendeiro comum, evitou o desgaste entre ambos, que lhe seria causa certa de danos econômicos e de retrocesso na implantação do projeto da agroindústria como pólo central da economia agrícola.

Por esse motivo, foi de extrema relevância associar, por meio da propaganda, o desenvolvimento técnico-científico – fator de concentração de capital, portanto de monopólio – cujo objetivo residiu no aumento da produtividade, à imagem da etapa mais avançada da organização capitalista da agricultura. Com esse fim, as atividades de pesquisa da Cargill, que geravam novos processos e novos produtos, sempre foram muito realçadas como um diferencial da empresa.

Em 1962, o então presidente da Cargill lançara um apelo para o corpo de técnicos, para que se debruçassem sobre pesquisas científicas de primeira-mão, isto é, inéditas. "Isto tornaria claro que a pesquisa na Cargill – da qual a maioria dessas novas atividades e produtos virão – é altamente importante para todos nós, cujo presente e o futuro estão com essa Companhia".[310] Como exemplos, foram mencionados um projeto de irrigação intensiva e fertilização que aumentou a colheita do milho em 400%; a venda condicionada de sementes para a alimentação de frangos com um "sistema de repouso de alta densidade" para o relaxamento deles; a fórmula 1308, uma emulsão de tinta à base de óleo de linhaça e água que proporcionava, na linha de montagem de veículos, uma camada de cobertura de alta qualidade; uma sonda pneumática a vácuo para amostragem de grãos armazenados; chocadeiras e criadeiras com luz infra-vermelha para galinhas e porcos.[311]

O departamento de pesquisa relacionado com o cruzamento de espécies vegetais foi associado a uma nova divisão da empresa, responsável pela análise dos processos de hibridação, a *Cargill Hybrids*. Dentre as propostas dela estava a instalação de viveiros experimentais em diversas regiões com condições climáticas diferenciadas. Nesses viveiros eram feitas experiências de cruzamento entre plantas, para que se alcançassem duas colheitas de cereais por ano. Segundo os técnicos da Cargill, o "sucesso da hibridação do milho dependia em parte da pureza do cruzamento. Ceifando as espigas e as replantando no final de cada fileira, observações críticas podem ser feitas e os dados pertinentes gravados nos vários

---

[309] CARGILL NEWS. *Shock Waves from Changing Agriculture Felt Nationwide*. Minneapolis, Minn.: Cargill, 1967 [s.n.], p. 2. Colchetes nosso.
[310] CARGILL NEWS. *Cargill + Research = Your Future*. Minneapolis, Minn.: Cargill, 1962 [s.n.], p. 1.
[311] *Ibdem*. P. 1-3.

lotes e classes do estoque de sementes".[312] Essas práticas permitiam a recombinação de características desejáveis das plantas em tipos sintéticos e a incorporação de caracteres específicos em linhagens congênitas. Em um viveiro na Flórida, livre de geadas, doze mil polinizações haviam sido feitas.

O ano de 1962 marcou a ascensão do cultivo do grão do sorgo, que se tornaram o quarto maior cultivo de cereal nos Estados Unidos, atrás dos "três grandes": milho, trigo e aveia. "As nove variedades da Cargill incluíam oito tipos de grãos de sorgo e uma variação para forragem. Entre as oito variedades de grão, cinco são desenvolvidas pela Cargill, incluindo uma especificamente desenvolvida para plantações em terras áridas e três de estações experimentais com hibridação de tipos regionais".[313]

Em 1966, a venda de milho híbrido foi comparada à venda de automóveis, pois ambas dependem de fatores como um novo *design* e das mudanças nos produtos. Mas enquanto em carros importavam a segurança, a potência, o interior etc., nas sementes de milho se relevavam melhoria da safra, a resistência à seca, a imunidade contra doenças, a padronização etc. A Cargill comercializava, então, 74 variedades de sementes para produtores locais. A Cargill 880 e a Cargill 422 eram sementes de alto rendimento apropriadas para a região do cinturão dos grãos, nos estados de Linois e Iowa; a Cargill *Hi Sugar-50* produzia milho para silagem com o dobro de açúcar da silagem comum, mais palatável para a criação e mais resistente às geadas matinais. A hibridação era a técnica primordial usada na inovação dos produtos e consistia em cruzamentos simples, de duas, três ou quatro variedades diferentes:

> (...) um cruzamento simples de variedades resulta do cruzamento inicial de dois tipos congênitos, cada qual selecionado cuidadosamente como um parente potencial e inato por gerações até que uma pura, uniforme e previsível forma de milho é alcançada – mas ao custo de tamanho reduzido, de espigas pequenas, de poucos grãos e outros defeitos congênitos. Então, quando dois desses parentes são cruzados, o resultado é um descendente híbrido, forte e vigoroso, combinando os caracteres desejáveis de ambos os parentes e produzindo grãos que quando utilizados como sementes para a produção comercial, fornece aos produtores o melhor em qualidade e produtividade por acre.[314]

A ilustração 38 indica esquematicamente como ocorria a hibridação do milho. Com o declínio do vigor e tamanho dos pés de milho ao longo dos anos, se chegava após seis gerações ao cruzamento mais aperfeiçoado naturalmente, pelo processo de polinização. Posteriormente, duas linhagens selecionadas foram cruzadas, de plantas naturalmente

[312] CARGILL NEWS. *Corn Harvest in March*. Minneapolis, Minn.: Cargill, 1962 [s.n.], p. 22.
[313] CARGILL NEWS. *Genetics, Farmer Team Make Sorghum Top Crop*. Minneapolis, Minn.: Cargill, 1962 [s.n.], p. 10.
[314] CARGILL NEWS. *Seed´s New Model Season*. Minneapolis, Minn.: Cargill, 1966 [s.n.], p. 3.

polinizadas e, assim, sucessivamente, outros novos cruzamentos surgiram, mas de plantas produzidas por hibridação.

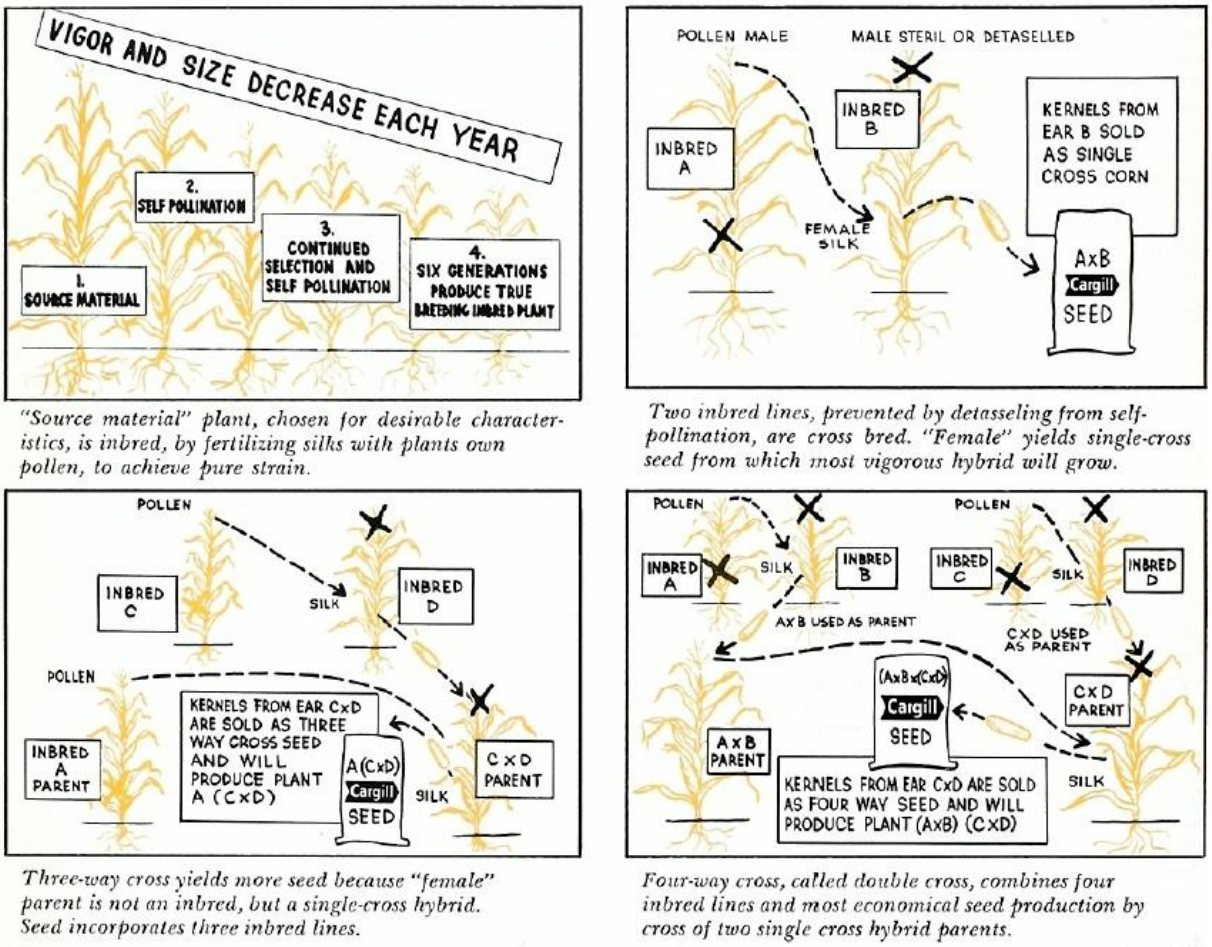


Ilustração 38 – Hibridação do milho em cruzamentos sucessivos. No primeiro quadro, o "material fonte" da planta, escolhido por características desejáveis é inato, pelas aptidões de fertilização com o pólen das próprias plantas, para alcançar um linhagem pura; no segundo quadro, duas linhas inatas impedidas da auto-polinização, são cruzadas por hibridação. "Por esse único cruzamento sementes "fêmeas" híbridas irão crescer com mais vigor; no terceiro quadro, o cruzamento de três espécies rende mais sementes porque o parentesco da "fêmea" não é inato, mas um produto daquele cruzamento único. A semente incorpora três linhagens inatas; no quarto e último quadro, o cruzamento entre quatro espécies, chamado de cruzamento duplo, combina quatro linhagens inatas e uma produção de sementes economicamente melhor, com o parentesco de duas linhagens híbridas.
FONTE: CARGILL NEWS. *Seed´s New Model Season*. Minneapolis, Minn.: Cargill, 1966 [s.n.], p. 4.

Em um comunicado para um grupo de *trainees*, em novembro de 1977, a Cargill atestava a diversificação dos produtos dela e a ampla inserção no cotidiano da sociedade, caracterizando a dependência do homem com a alimentação. "Seria difícil compor uma refeição balanceada ou uma saborosa, sem algum item que a Cargill produza, processe ou venda. Pense no café da manhã, por exemplo, sem torradas ou manteiga ou leite, ovos, bacon, cereal ou panquecas. Você poderia ter frutas ou café, mas sem açúcar ou creme. Pense em um piquenique sem sanduíches ou cachorros-quentes, picles, batatas fritas, soda ou cerveja – tudo

isso requer algum material relacionado à Cargill".[315] Diversificação e inovação caracterizaram o estágio alcançado pela Cargill, decorridos cem anos da sua fundação. A Divisão de Óleos Vegetais, criada depois da 2ª Guerra Mundial, se tornou uma grande produtora de óleos de soja, de linhaça e de côco. Em 1968, iniciava o desenvolvimento de óleo de girassol, para ser utilizado como o óleo de soja, na alimentação humana, em margarinas, em temperos para saladas ou em produtos embalados. A Divisão de Sementes foi a primeira indústria a formular sementes com o auxílio de computador. "O computador é utilizado para prever possibilidades genéticas de novas variedades híbridas de milho e de sorgo".[316]

A pesquisa científica foi parte de um mundo em transformação. Com esse ideário, a Cargill se revelou uma empresa pronta para a inserção em áreas pouco conhecidas e cujos resultados eram imprevisíveis; todavia a técnica se mostrou passível de planejamento e os resultados se tornaram previsíveis e o sucesso mais assegurado. Através de seus laboratórios de bioquímica realizava análises de proteínas cada vez mais sofisticadas, análises de nitrogênio, de sais anti-ferrugem e de sais descongelantes, de poliuretano e de resinas alcalinas, voltadas para o tratamento de sementes, de quarentena para germicidas, de nutrição animal e de controle da germinação das plantas. Todos esses processos laboratoriais eram auxiliados por uma central de computadores que armazenava os dados das pesquisas e apresentava soluções para os problemas levantados.[317]

A pesquisa genética se desenvolveu para converter plantas híbridas de laboratório em produtos para a produção agrícola comercial. Especial atenção foi dada ao trigo, mas também à cana-de-açúcar e ao sorgo. Associadas a melhorias agronômicas, à irrigação e à fertilização, se objetivava com essas técnicas um substantivo aumento na produtividade das plantas, com uma melhor qualidade. Quando dispostas no mercado, as sementes híbridas tinham um custo mais elevado para o produtor, cujo preço esperava ser compensado pelo rendimento de safras maiores.[318] As experiências de hibridação eram aplicadas em fazendas próprias para a pesquisa de resultados, em conjunto com os viveiros, as estufas e os laboratórios, especialmente, nos projetos da Cargill para o desenvolvimento de grãos. Em relação ao trigo, por exemplo, a empresa visava suprir os triticultores com variedades de alta qualidade, suprindo a demanda dos moinhos e do mercado internacional, que não poderiam ser

[315] OFFICIAL REPORT. *Fred Seed´s Remarks to Trainee Group*. Minneapolis, Minn.: novembro de 1967. P. 3.
[316] INNOVATION is a way of life with 102-Year-Old Cargill. *In*: COMMERCIAL WEST. *The Weekly Magazine of Banking and Business.* [s.l.]: Ninth District Banker; Minnesota Banker; Montana Banker, May 4, 1968.
[317] CARGILL NEWS. *Research Vitality Speeds Carguill´s Growth*. Minneapolis, Minn.: Cargill, 1968 [s.n.], p. 6-8.
[318] CARGILL NEWS. *Wheat Research Seeks Hybrid Breakthrough*. Minneapolis, Minn.: Cargill, 1968 [s.n.], p. 4, 5 e 15.

abastecidos com as variedades comuns.[319] O procedimento das pesquisas para o programa da Cargill de desenvolvimento comercial de trigo híbrido acessível chegou a ser publicado em artigo intitulado "Trigo Híbrido", da autoria do geneticista Byrd C. Curtis, em exemplar de 1969, da revista *Scientific American*. A finalidade era encontrar um trigo híbrido que fosse mais nutritivo, resistente a doenças e com um cultivo mais eficiente. A pesquisa se realizava com milhares de espécies de trigo do hemisfério ocidental, por meio dos viveiros, espalhados em diversos países e regiões.[320]

O redesenhamento genético das sementes de trigo, as adequando às diferentes condições de solo e clima, foi uma atividade contínua da Cargill durante o ano de 1970 e se constituiu na principal meta das pesquisas dela, que foi apoiada pela Fundação Rockfeller.[321] Em novembro de 1970 foi, então, anunciada uma nova variedade de trigo:

> Uma nova variedade de trigo, com palhas curtas e grãos pesados com alto potencial de rendimento, 'muito boas' características para a fabricação de farinha e 'excelentes' qualidades de trigo combinado para o cozimento tem sido introduzida no Vale do Rio Vermelho em Minnesota e em Dakota pela Cargill, Inc.
>
> A nova resistente variedade vermelha de primavera é um produto embrionário do programa de pesquisa de trigo híbrido da Companhia. Cargill denominou o novo trigo de "Bounty 208".[322]

As características do novo trigo foram atestadas em laboratórios da empresa e de particulares e em testes de campo e apresentou um rendimento 20% maior que a espécie "*Chris*", de uso mais popular e comum.

Durante a década de 1970, pesquisas com diferentes plantas continuaram sendo realizadas e gerando novos produtos para a comercialização. O uso da técnica, ou seja, do conhecimento científico aplicado à produção, esteve intrinsecamente vinculado à ideologia do progresso técnico-científico, caracterizando o modelo da produção agroindustrial incrementado pela pesquisa genética como o mais avançado. Um episódio bastante ilustrativo desse comportamento foi descrito pelo assistente do vice-presidente em pronunciamento feito durante a Conferência de Nutrição de Minnesota, realizada em 20 de setembro de 1971. O curioso caso se referia a uma situação futura, em que um astronauta da Terra aterrisava em um

---

[319] OFFICIAL REPORT. *Cargill Opens New Research Farm at Dixon*. Minneapolis, Minn.: julho de 1968. P. 3.

[320] OFFICIAL REPORT. *Parade of Business*. Minneapolis, Minn.: maio de 1969. P. 2 e 3.

[321] OFFICIAL REPORT. *Man Redesigns Seeds and Gets More Crops*. Minneapolis, Minn.: fevereiro de 1970.
OFFICIAL REPORT. *Geneticists Seek Seed Improvement*. Minneapolis, Minn.: abril de 1970.
OFFICIAL REPORT. *Fred Seed´s Remarks to Trainee Group*. Minneapolis, Minn.: abril de 1970.
CARGILL NEWS. *Hybrid Wheat – Top Target of Cargill Research*. Minneapolis, Minn.: Cargill, 1970 [s.n.], p. 4-8.
OFFICIAL REPORT. *Beyond Commodity Trading*. Minneapolis, Minn.: julho de 1970.

[322] OFFICIAL REPORT. *Cargill Announces New Wheat Variety*. Minneapolis, Minn.: novembro de 1970.

planeta pouco populoso, iniciando uma conversa com o líder local, sobre comida. O astronauta se regozijava da maravilhosa produção de alimentos na Terra, que contava com o uso de diversas máquinas e de fertilizantes químicos. Contava que para combater 101 diferentes pragas, havia um milhar das melhores mentes humanas pesquisando o aperfeiçoamento de pesticidas e que da produção total, parte era destinada para a alimentação de animais que eram criados, para depois serem abatidos, congelados e transportados por longas distâncias. Ao ser questionado pelo líder local sobre a aplicação desse sistema agrícola em todo o planeta, o astronauta responde que menos de 10% da superfície terrestre o aplicava, que nem todas as pessoas compreendiam essa maneira de plantar e que a porcentagem de mortalidade pela fome era positivamente baixa. Encerrando o diálogo, o confuso líder questionara como era possível uma civilização tão avançada possuir um ineficiente e incontrolável sistema de produção de alimentos.

Percebe-se que o discurso revelava explicitamente um questionamento sobre as implicações da introdução do modelo de produção agroindustrial e de comercialização por meio do agronegócio em escala mundial, sob a influência contextual da corrida espacial, na década de 1970: "É uma boa questão. E esse bocado de ficção científica ajuda a mostrar que os desafios para aqueles de nós, da indústria de produção de alimentos, são tão difíceis como os desafios da viagem interplanetária".[323]

Desde a década de 1960 e, principalmente, durante a década de 1970, a questão da produção de alimentos para suprir as necessidades da população mundial foi alvo de intensos debates, pois se questionava, exatamente, o controle das grandes empresas transnacionais sobre o processo produtivo na agricultura e sobre o comércio de produtos agrícolas. Esse problema enfatizou, de uma só vez, o crescimento demográfico, o aumento da demanda por alimentos e a função da agroindústria e do agronegócio nesse porvir:

> Ao menos que drásticas medidas de controle populacional apareçam logo, o resultado será uma demanda mundial por comida duplicada – com apenas 10 ou 15 por cento a mais de terras disponíveis para cultivos econômicos. A diferença terá de ser compensada pelo incremento da utilização do espaço já cultivado e aumento da eficiência do manejo e beneficiamento de produtos finais. Isto significará desenvolver melhores plantas, criações de animais, aves e comida marinha.[324]

Apresentado esse quadro, a função da grande empresa transnacional começava a se esclarecer:

> Consolidação da propriedade da terra e controle das saídas da produção serão realizados pelas pessoas que hoje já estão no agronegócio.

[323] MINNESOTA *Nutrition Conference*. Minneapolis, Minn.: Cargill, Inc., 20 de setembro de 1971. P. 3.
[324] *Ibdem. Loc. Cit.*

> Isso é porque novos inícios [na cadeia produtiva] serão restritos pela necessidade de altos níveis de habilidade de gerenciamento e capital substancial. O capital provavelmente mudará gradualmente da agricultura para outras oportunidades de negócio, em certo período de tempo, até que as margens [de lucro] permitam um melhor retorno dos dólares investidos. Outro fator é que as fazendas irão se tornar maiores em tamanho e mais orientadas ao agronegócio, acompanhado de uma redução nos valores subjetivos da agricultura como um tradicional modo de vida, de modo que os retornos dos investimentos se tornarão mais importantes.[325]

Na afirmação do modo capitalista de produção na agricultura, os esforços das firmas privadas, das universidades e do governo foram conjugados e associados com a transnacionalização das empresas. O programa da Cargill, de produção e de comercialização de sementes, foi um exemplo bastante claro dessa orientação. Apesar dessa clara dinâmica de reprodução do capital agroindustrial, prevalecia o ideário da construção de vastos suprimentos alimentares para o mundo. [326]

O aparato técnico-científico da Cargill, ostentado pela engenharia genética, valorizava as pesquisas de ponta da empresa, enquanto era dada continuidade às atividades econômicas primordiais. O capital, as finanças e os ganhos da empresa não somente aumentavam como batiam recordes históricos. Em 1967, uma mensagem do presidente da empresa afirmava: "De acordo com os registros de comércio exterior do Departamento de Comércio, a contribuição da Cargill para a balança comercial dos Estados Unidos em 1966 foi de um bilhão e quarenta milhões de dólares, um quadro que nos coloca como a segunda entre todas as corporações norte-americanas".[327] Nos anos de 1969-1970 novo recorde seria alcançado, em termos de renda, lucros e retorno de capital.[328]

Logo no início da segunda metade da década de 1970 houve uma queda nos ganhos da empresa, mas sem constituir de forma alguma ameaça para a solidez da Cargill, após anos de seguidos recordes históricos de lucratividade. Em declaração de 30 de agosto de 1977, do vice-presidente, se explicava que:

> Os ganhos da Cargill em 1976-1977 desceram substancialmente em relação aos níveis de anos recentes. Oportunidades de comércio nos nossos negócios de *commodities* foram limitadas. Com a exceção da soja, o excedente mundial de suprimento de grãos e uma demanda fraca deprimiram as margens de lucro. Atividades de exportação foram dificultadas pelo

[325] MINNESOTA *Nutrition Conference*. Minneapolis, Minn.: Cargill, Inc., 20 de setembro de 1971. P. 4.
[326] CARGILL NEWS. *Seed Research Advances World Quest for Greater Food Supplies*. Minneapolis, Minn.: [s.n.]: 1977.
[327] OFFICIAL REPORT. *From Cargill's President to Employees*. Minneapolis, Minn.: agosto de 1967.
[328] OFFICIAL REPORT. *From Cargill's President to Employees*. Minneapolis, Minn.: agosto de 1970.

> aumento da capacidade de terminais de silos nos Estados Unidos e pela redução de negócios com a União Soviética.[329]

Nesse período, o crescimento e a diversificação das atividades da empresa se sustentavam nos termos do trabalho, em um conjunto de mais de 23.500 funcionários, dos quais 42% se encontravam fora da América do Norte. Em termos de capital, o crescimento e a diversificação da empresa ocupavam um *mix* de operações, representados nos gráficos de setores da ilustração 39, em bases referentes ao patrimônio líquido da empresa e do total do capital investido. Por meio deles foram sintetizadas as principais áreas de atuação da Cargill: serviços financeiros, transporte, produtos industriais, produtos agrícolas, processamento de *commodities*, comercialização de *commodities* e outros.

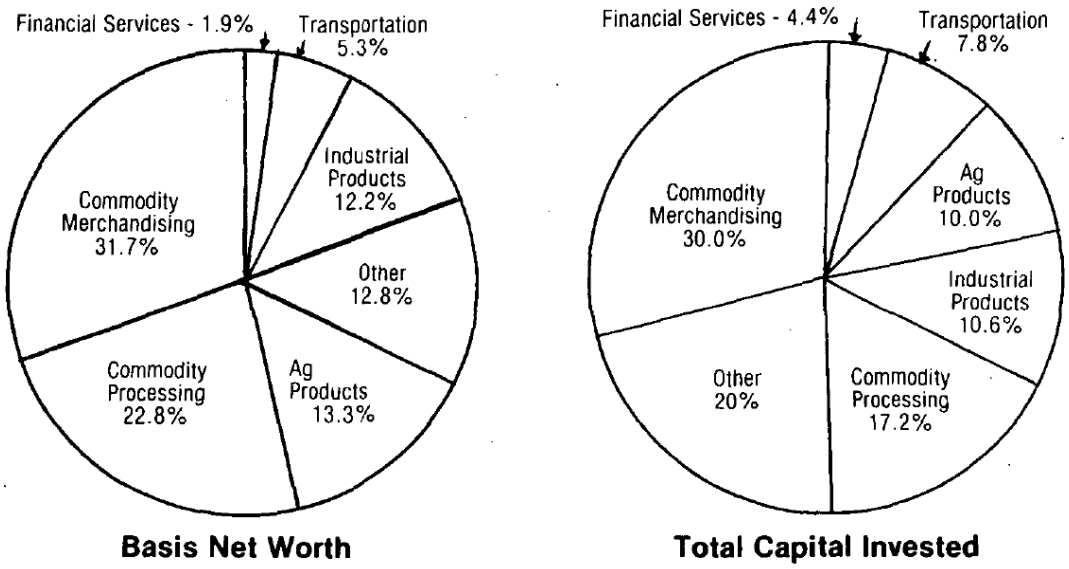


Ilustração 39 – Patrimônio Líquido e Capital Investido da Cargill, (31 de maio de 1977)
FONTE: OFFICIAL REPORT. *The Vice Chairman's Report on Cargill Activities: 1976-1977*. Minneapolis, Minn.: agosto de 1977. P.1.

As relações entre os dois gráficos apontam para os possíveis interesses estratégicos da empresa: a expansão das áreas de serviços financeiros, de transporte e de outros; a consolidação da atuação dela nos negócios das *commodities*, o comércio e o processamento; a manutenção das áreas tradicionais de produtos agrícolas e industriais.

Os investimentos na infra-estrutura da empresa continuavam, periodicamente. Diferentes divisões formavam a estrutura organizacional e uma variedade de instalações compunha o patrimônio da empresa, em diversas regiões e países. Em conjunto com empresas associadas, os produtos da Cargill eram comercializados por meio de marcas de sua

[329] OFFICIAL REPORT. *The Vice Chairman's Report on Cargill Activities: 1976-1977*. Minneapolis: agosto de 1977. P.1.

propriedade, como a Nutrena, entre outras. A ilustração 40, de acordo com Morgan[330], caracterizou a estrutura da empresa, formada ao longo da década de 1970:

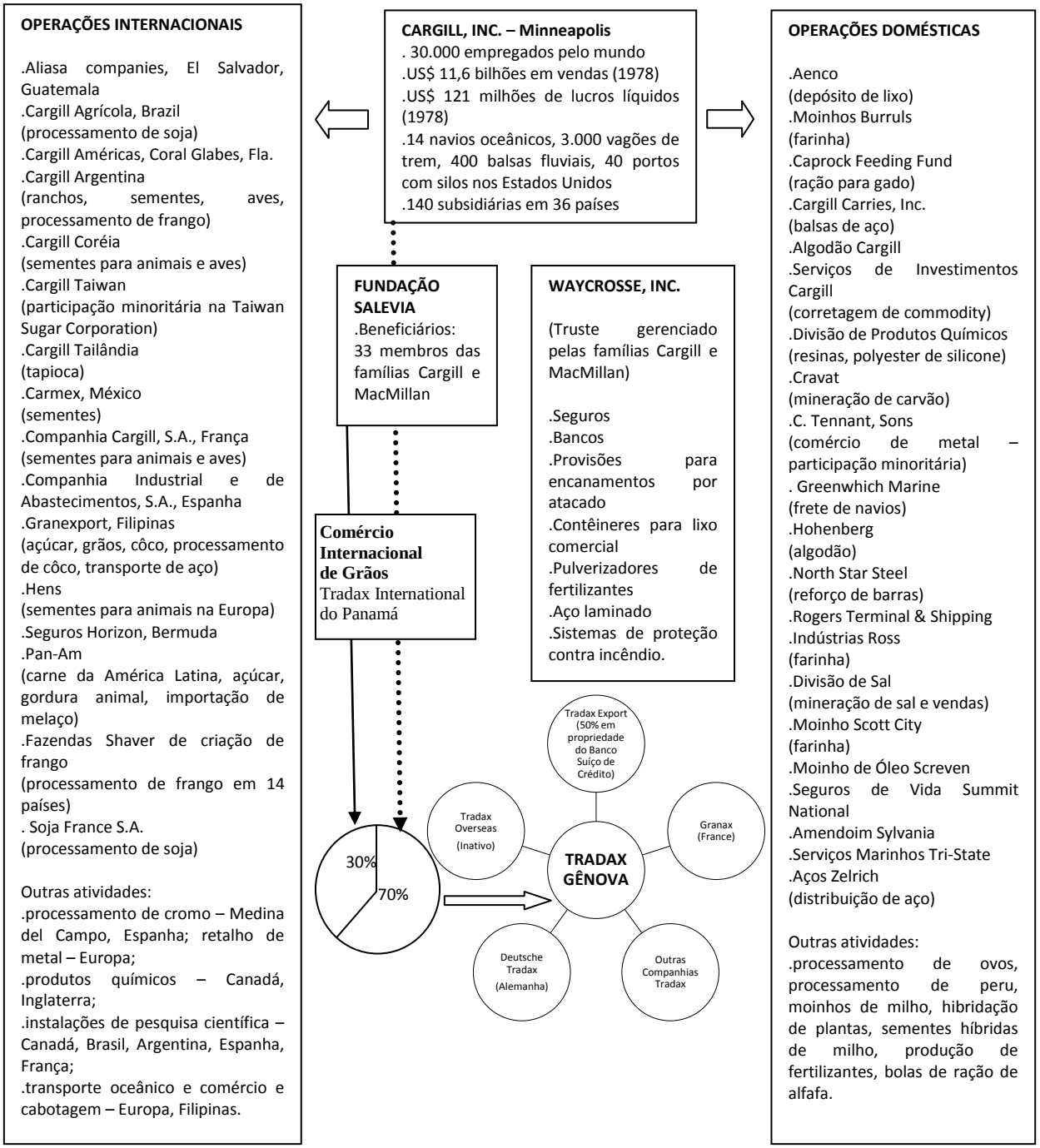


Ilustração 40 – Estrutura corporativa da Cargill na década de 1970.
FONTE: MORGAN, Dan. *Op. Cit.* P. 231.

[330] MORGAN, Dan. *Merchants of Grain*. The Power and Profits of the Five Giant Companies at the Center of the World's Food Supply. USA: Penguin Books, 1980. P. 231.

Competição monopolista e expansão transnacional se constituíam nos principais objetivos da Cargill. Se percebida por esse viés econômico, as atividades científicas foram apenas mais uma peça da relação entre custos e ganhos e, como um incremento tecnológico, provocou a concentração do capital, fortalecendo a tendência ao monopólio. Esse se consolidava a cada novo produto desenvolvido pela empresa, cujas qualidades buscavam se adequar às necessidades dos agricultores, os fazendo substituir hábitos e métodos tradicionais por àqueles procedimentos alavancados pela empresa e os forçando a adquirir os produtos dela. Assim, a agroindústria e o agronegócio se impuseram, promovidos a modelo da agricultura avançada pela pesquisa científica, mas, fundamentalmente, pela concentração de capital que esta lhe proporcionara. Pois sem o capital acumulado, centralizado e concentrado, não haveria a expansão da Cargill, nem as pesquisas que ela realizava e vice-versa.

A aplicação técnica da genética na agricultura foi o último estágio de desenvolvimento da Cargill, na década de 1970. Porém ela não se tornou a fonte exclusiva da concentração do capital, ainda que a aumentasse acentuadamente. Os conhecidos silos para armazenagem de grãos e a infra-estrutura para o transporte continuaram sendo importantes bens da empresa, que serviam de base para a expansão dela. Os antigos silos continuavam centralizando as atividades da empresa, contudo lhes foram agregadas outras etapas do processo econômico, como a da transformação dos bens agrícolas em mercadorias, realizada nas unidades de processamento e beneficiamento.

A Cargill formou um corpo de funcionários qualificados para o controle desse processo. Contando com esses funcionários dotados em diversas especialidades, tais como Botânica, Genética de Plantas, Bioquímica, Tecnologia de Laticínios, Educação Agrícola, Criação de Animais, Nutrição de Animais e Hibridação de Plantas, a empresa se alicerçou para expandir suas áreas de atuação e, consequentemente, gerar novos produtos que lhe conferiram competitividade no mercado: o milho híbrido, os óleos e as resinas vegetais, os grãos, as sementes, as rações, as *commodities*, os produtos químicos, o sal, o melaço, a criação de animais, a carne processada, os ovos e todos os demais produtos e os processos sob a influência direta ou indireta da Cargill conformavam o universo corporativo.[331]

Além dos pesquisadores científicos, dos técnicos e diretores das divisões da empresa, havia todo o restante do pessoal que realizavam todas as demais tarefas. Pequenas premiações de 100, 75, 70, 35, 30, 25, 20, 15 e 7,5 dólares eram concedidas para esses funcionários comuns, por economia de tempo de trabalho, economia de mão de obra, aumento da

[331] OFFICIAL REPORT. *From Cargill's Public Relations Departament to Readers*. Minneapolis, Minn.: março de 1970.

produção, aperfeiçoamento da produção, melhoria de equipamentos, novos serviços, operações mais eficientes, emprego de condições para a segurança do trabalho, melhoria na segurança do trabalho, aperfeiçoamento das comunicações internas, melhoramento dos serviços de carregamento e descarregamento, preservação de equipamentos, adição de equipamentos, aperfeiçoamento da burocracia, melhoria na iluminação etc. Quando um funcionário recebia alguma dessas premiações ingressava naquilo que a empresa denominava de "O Círculo dos Vencedores"; um grupo destacado de trabalhadores que corroborava as estratégias e conferiam unidade à empresa.[332]

Para assegurar o contínuo crescimento da Companhia em suas atividades mundiais, diretrizes políticas e funcionais eram encaminhadas do topo da organização para os gerentes das divisões, responsáveis pelo planejamento técnico. As qualidades de uma firma de agronegócio internacional sempre foram ressaltadas e, no final da década de 1960, se listaram as seguintes:

> ... uma firma que tem vendas anuais com excedentes de US$2 bilhões;
> ... uma firma que tem dobrado seu patrimônio líquido a cada 7 ou 8 anos desde a sua fundação e que em um quadro corrente está acima de US$100 milhões;
> ... uma firma que é a exportadora líder nacional de produtos agrícolas e uma das 10 maiores firmas mercantis dos Estados Unidos;
> ... uma firma que é uma das maiores produtoras de créditos na balança-comercial do país – mais que US$1 bilhão anualmente;
> ... uma firma que é a maior exportadora das técnicas de produção agrícola para a Europa e para os menos desenvolvidos América Latina, África e o Extremo Oriente.[333]

O predomínio do modelo agroindustrial foi indissociável do predomínio do capital. Onde as relações agrícolas foram por este, centralizadas e concentradas, aquele foi implantado. A postura corporativa e empresarial acentuava esse processo, propagando fórmulas de sucesso: "1)Nós temos a agressiva organização de negócios nº 1 da indústria; 2)Nós temos o programa de apoio aos negociantes nº 1 da indústria; 3)Nós temos a linha de ração animal nº 1 do mundo".[334] A disposição para a competição monopolista e o controle dos preços formavam as contradições inerentes ao processo de expansão e diversificação, cujos objetivos focaram a conquista de novos mercados, sumariamente. Em fala do presidente da Cargill em Gênova (sede da Tradax), em dezembro de 1968, se mencionou que as oportunidades de expansão no exterior continuavam a surgir e, muitas delas, eram especialmente atrativas, por exemplo:

---

[332] CARGILL NEWS. *The Winners Circle*. Minneapolis, Minn.: [s.n.]: 1968. P. 14.
[333] OFFICIAL REPORT. *Cargill, Incorporated.* Minneapolis, Minn.: janeiro de 1969.
[334] LETTER *of a North Dealer*. [s.l.]: abril de 1965.

> . Comércio de grãos no Brasil, América Central, Coréia, Tailândia, Taiwan, Austrália, África, Irã, Indonésia e Europa Ocidental;
> . Serviços e instalações de grãos no Brasil, Coréia, Taiwan, Inglaterra e Europa Ocidental;
> . Comercialização de melaço e açúcar na Europa Ocidental e fabricação de açúcar no Brasil e nas Filipinas;
> . Distribuição de fertilizantes na Europa Ocidental;
> . Fabricação de rações e produção de frangos na Europa Ocidental, Argentina, Brasil, Coréia, Taiwan e Peru;
> . Processamento de côco nas Filipinas;
> . Trituração de sementes oleaginosas na França; talvez mais tarde na Alemanha, Itália e Oriente Médio; posteriormente ainda, na Argentina, Brasil, Colômbia e México;
> . Moagem molhada de milho no além-mar;
> . Expansão de produtos químicos na Europa;
> . Sementes híbridas, de milho e de sorgo, desenvolvidas no Brasil, Europa Ocidental e África. Trigo híbrido também promete;
> . Criação de frango ainda tem capacidade para expansão mundial;
> . Outro navio oceânico tem sido considerado, seguido possivelmente de mais outros;
> . Desenvolvimento da terra e agricultura corporativa em uma base mundial.[335]

Esses pontos que formavam alguns dos objetivos e das perspectivas da Cargill, em termos de projeções empresariais, constituíram a "filosofia de crescimento" dela que, se considerada no âmbito do desenvolvimento do capitalismo histórico, equivaleria a uma doutrina imperialista. A confiança em um projeto expansionista se concentrava e se identificava em uma ideologia corporativa, repassada ao corpo de funcionários, aos produtores, aos negociantes, aos parceiros e aos governos.

Nessa ideologia expansionista o campo de atuação deveria ser escolhido de acordo com as capacidades gerenciais da Companhia. O grupo de gerenciamento da Cargill, organizado internamente ao longo de sua existência, desde o comércio de grãos, se tornou auto-suficiente e capaz de impulsionar mais pessoal orientado para novos negócios. Os novos negócios deveriam ser aqueles pautados por uma grande penetração no mercado, maior que a média posta pelas relações de competição em geral. Para isso, seriam utilizados os recursos próprios da Companhia, de gerenciamento, de tecnologia e de habilidade na comercialização, proporcionando a melhor condição de competitividade. Os produtos envolvidos deveriam ser preferencialmente vendidos por atacado e direcionados para a indústria, mais do que vendidos no varejo e direcionados aos consumidores. Isso ensejava mais uma adaptação à economia de escala do que à venda de um pacote de produtos que exigisse propaganda em massa e

[335] DRAFT *of Mr. Kelm's Genova Talk.* 23 de dezembro de 1968. [Grifo nosso]. O último item sublinhado esclarece o potencial real da agroindústria monopolista, desenvolvida como área de ponta do capitalismo na agricultura e postulada como o estágio mais avançado da organização agrícola, em consolidar seu predomínio mundialmente, portanto em se sobrepor historicamente.

distribuição no estrangeiro para milhares de indivíduos. Os novos negócios também deveriam ter fortes perspectivas de crescimento, em áreas com extensa capacidade produtiva e de diversificação e possuírem um escopo ou um potencial de internacionalização.[336]

Em 1971, a Cargill já se consolidava como uma transnacional e as diretrizes eram formuladas nesse sentido. A estrutura organizacional dela era composta por divisões, departamentos e outros, nos quais as diferentes atividades eram realizadas pelos funcionários. Dentre as primeiras, existia a Divisão de Comercialização de *Commodities*, um desdobramento do desenvolvimento histórico da Cargill como uma empresa mercadora e transportadora de grãos, desde as origens dela. Considerada a maior empresa norte-americana do ramo, contava com 60 escritórios de compra e venda, uma centena de silos no interior, para captar a produção dos agricultores, 36 terminais de silos para distribuição doméstica e 13 terminais costeiros de silos voltados para o mercado internacional. Melaço das Índias Ocidentais, México e América do Sul, pó de peixe do Peru e açúcar da América Latina também eram distribuídos, por essa divisão, dentro dos Estados Unidos.

A Divisão de Rações para Animais formulava mais de cem marcas da Nutrena e da *Hales&Hunter* para criação de animais e aves, em 36 moinhos localizados no meio-oeste do cinturão dos grãos, nas áreas pecuaristas e avicultoras do sudoeste e nos centros produtores de ovos e frangos do sul e do leste dos Estados Unidos. As atividades dessa divisão se baseavam em um longo programa de pesquisa voltado para o entendimento e a formulação das rações como um meio para a modernização da produção de carne, de leite e de ovos. Ela atuava em parceria com firmas produtoras de ovos norte-americanas e com subsidiárias de fabricação de rações e avicultoras no Canadá, na Europa, na América Latina e no Extremo Oriente.

A Divisão de Processamento e Refino foi estabelecida em conexão com a fabricação de rações, quando a soja se tornou popular, tanto pela possibilidade de extração de óleo, quanto pelo seu valor protéico, que se mostrou com resultados superiores e mais competitivos, usado como ingrediente na formulação das rações. Além do processamento de soja, essa divisão também beneficiava linho, girassol, açafrão, óleo de côco e o processamento do milho em amido, xarope, óleo e sementes. Esses produtos foram utilizados na indústria alimentar, para a fabricação de óleos de salada e de margarina, mas também na indústria de cosméticos, para a fabricação de sabonetes e na de coberturas de proteção, em pinturas e em isolantes. A ilustração 41 mostra a expansão nacional e transnacional das operações dessa divisão, em torno de 1971:

[336] OFFICIAL REPORT. *Unless the Cargill*.... Minneapolis, Minn.: julho de 1970.

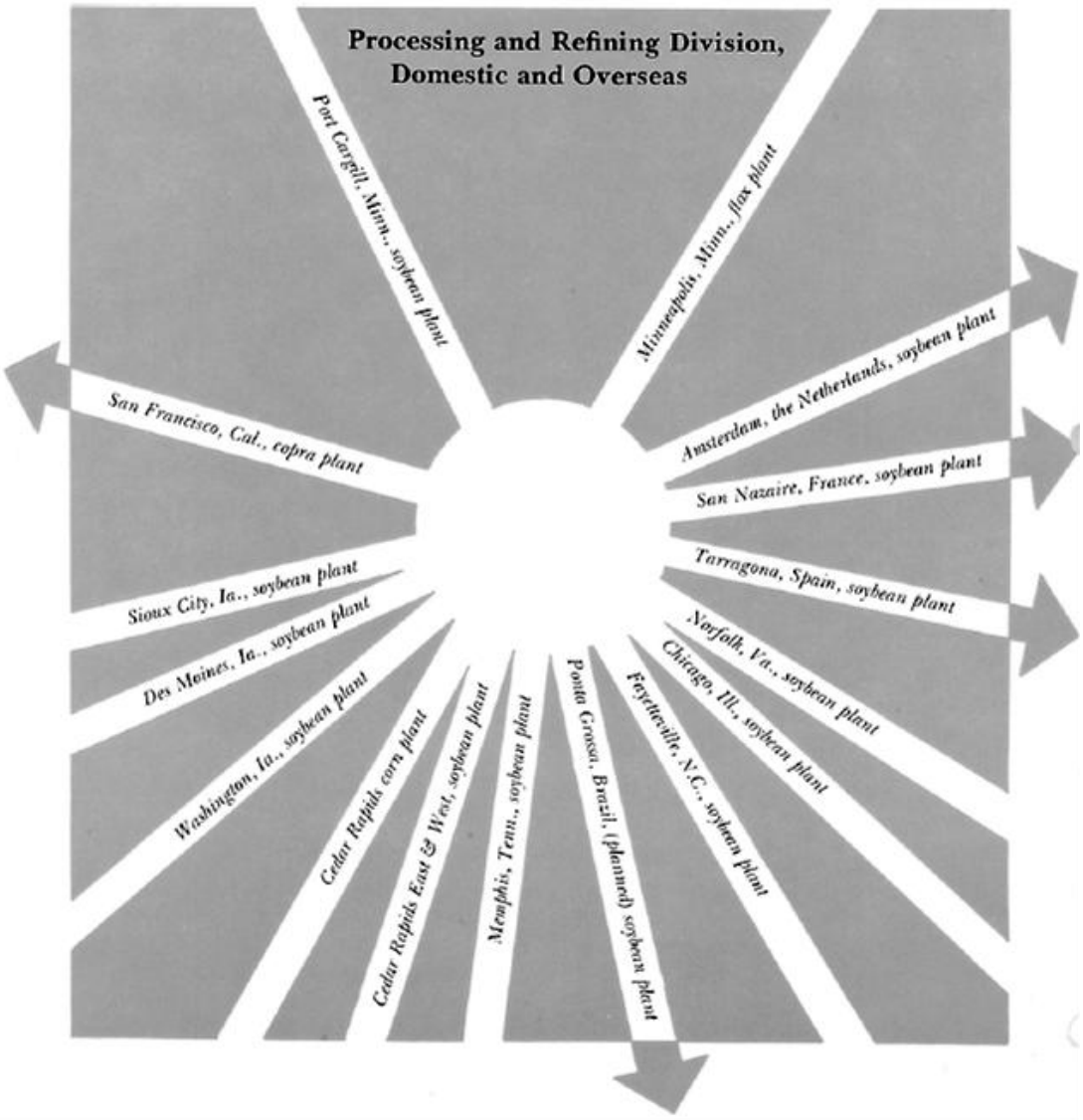


Ilustração 41 – Divisão de Processamento e Refino, Doméstica e Além-mar.
FONTE: CARGILL NEWS. *Three Midwest Plants Provide Work-a-Day Glimpses of P&R Division Activities*. Minneapolis, Minn.: [s.n.]: 1971. P. 2.

A Divisão de Produtos Químicos operava com a produção de várias resinas sintéticas, tais como alcalinos, poliuretano, aminas, poliéster e silicone. As vendas eram feitas, principalmente, para as indústrias de tintas, de construção naval e de construção civil.

Todas essas divisões estavam subordinadas à Divisão Administrativa, que centralizava os serviços e fornecia pessoal qualificado para elas e para os departamentos. Era o núcleo da organização corporativa, nos Estados Unidos e no estrangeiro. Dentro dessa divisão existia:

a) o Centro de Pesquisas, que providenciava as demais operações com novas tecnologias, controle de qualidade e apoio técnico de vendas sobre produtos como os óleos vegetais, resinas, polímeros, proteínas, suplementos de ração, sal e sementes. Os estudos de genética e de hibridação também eram conduzidos nesse centro, em sementes de milho, sorgo, trigo,

girassol e açafrão, em sete estados e dois países; b) a biblioteca para pesquisas auxiliares das operações de gerenciamento; c) o núcleo de Pesquisas de Negócios e Estatística que fornecia informações e análises sobre cerais, suplementos alimentares e sobre os preços de grãos, das *commodities* e de outros produtos de interesse da firma, no mercado mundial; d) o Financeiro desenvolvia e gerenciava as finanças da corporação e tratava das relações com os bancos e outras instituições econômicas; e) a Seguradora fazia as coberturas das propriedades, dos equipamentos, dos produtos e do pessoal da Companhia; a Conservação do Patrimônio e Segurança analisava o patrimônio, as operações e as práticas de trabalho, pra evitar perdas; f) os Controladores forneciam informações para os gerentes corporativos, visando o planejamento e o controle operacional, como a coordenação e a direção sobre a contabilidade, a preparação de demonstrações financeiras e operacionais e a análise financeira de potenciais investimentos e aquisições; g) o Processamento de Dados verificava as possibilidades de implantação de processos computadorizados e de sistemas de informação; h) a Auditoria Interna examinava a contabilidade e os registros operacionais dentro da empresa, para determinar quais as políticas e os procedimentos de controle interno estabelecidos estavam sendo seguidos; i) o Tributário organizava o recolhimento de impostos federais, estaduais e locais e coordenava o relacionamento com as autoridades.

Ainda havia quatro departamentos. O Departamento de Produtos para Avicultura tinha *know-how* em criação, em nutrição, em alojamento, em processamento e comercialização de produtos agrícolas. Por meio dele a Cargill se lançara na produção em larga escala de ovos, perus e frangos, que eram vendidos no varejo e por atacado. Nesse ramo se salientou a atuação de uma subsidiária, a *Shaver Poultry Breeding Farm, Ltd.*, que se expandiu mundialmente. O Departamento de Sementes, que se desenvolveu a partir das primeiras atividades da Cargill, se tornou líder pesquisa, criação e produção de milho híbrido e semente de sorgo em grãos, com criadouros e estações experimentais na região do cinturão dos grãos, no Havaí e com companhias subsidiárias na Argentina e no Brasil. Além desses produtos, desenvolveu as pesquisas para o uso comercial de sementes de trigo híbrido, girassol e açafrão. O Departamento de Sal surgiu diretamente relacionado às atividades de transporte da Cargill, quando as balsas que levavam grãos para o Sul dos Estados Unidos retornavam carregadas de sal. A atividade se expandiu com a construção de minas de sal e de bases de evaporação, cujos produtos finais eram utilizados para o descongelamento de estradas e nas indústrias químicas, agrícolas, de água suavizada, de empacotamento de carne, na têxtil e nas alimentares. O Departamento de Transportes se responsabilizava pelo deslocamento dos produtos, assim como pela redução de custos e pela maior eficiência no transporte de cargas,

por meio ferroviário, de balsas, de caminhões e de navegação em lagos e oceanos. Contou com a subsidiária *Cargo Carriers, Inc.* e duas companhias associadas, a *Greenwich Marine, Inc.* e a *Rogers Terminal and Shipping Corp*.

Destacavam-se, por fim, as operações das companhias Tradax, desde Gênova e com subsidiárias em Londres, Antuérpia, Hamburgo, Buenos Aires, Madri e Tóquio. Utilizando-se de fretamentos e de frota própria, elas comercializavam para regiões nas quais as companhias norte-americanas e canadenses não chegavam e em águas européias. Entre as *commodities* comercializadas estavam os grãos, as oleaginosas e seus produtos, pó de peixe, óleo de côco e frutas enlatadas.[337]

Todos esses aspectos que foram relatados agregaram um conjunto que demonstrou o aspecto centralizador e concentrador do capital, instituído por uma grande corporação, um conglomerado transnacional, cuja tendência ao monopólio foi decisivamente acentuada. As práticas empresariais, a estrutura organizacional em divisões e em departamentos, a pesquisa científica, o gerenciamento contínuo de novos produtos, de processos e de marcas, a inserção incisiva nos mercados internacionais, a associação com outras companhias e a criação de subsidiárias em diversas nações figuraram como parte das estratégias de expansão e de competitividade da empresa. Enquanto o incremento de novas tecnologias suportava a existência predominante de um modelo de agroindústria com variados prolongamentos, a busca incessante por maior eficiência e maior produtividade, ao mesmo tempo em que garantia recorde históricos de ganho para Cargill, gradativamente, se tornaria base para um novo projeto, o do abastecimento mundial de alimentos e de término da fome entre a população mundial.

[337] REVISION *of employee handbook, "Your Guide to Cargill"*. Minneapolis, Minn.: abril de 1971. P. 1-7.

4.1. A CARGILL NO MÉXICO

O desenvolvimento das estruturas agrárias no México foi peculiar e nele, a função exercida pelas empresas transnacionais. A tentativa de inserção da *Cargill Lumber Company* no início do século XX, posteriormente foi frustrada em consequência dos desdobramentos da Revolução Mexicana. A partir de então, as diretrizes governamentais voltadas para o sistema de *ejidos*, portanto direcionada para a agricultura minifundiária e a autossuficiência alimentar, permaneceram até a década de 1960 e, com um breve lapso temporal na segunda metade desta, até o início da década de 1970. As características desse processo de desenvolvimento não coibiram as relações capitalistas na agricultura, nem a intrínseca tendência ao monopólio, assim como se consolidou o predomínio da agroindústria. As empresas transnacionais se inseriram concomitantemente, observadas as possibilidades de participação do capital estrangeiro na economia.

No México, essa experiência se iniciou com a descoberta de sementes híbridas de trigo de alto rendimento, por meio de pesquisas desencadeadas entre técnicos mexicanos, Norman Borlaugh e a Fundação Rockfeller.[338] Essa fundação firmara um acordo com o governo, pelo qual se originou a *Oficina de Estudios Especiales*, em 1943.[339] O produto dessas pesquisas deu início à Revolução Verde na Índia, que valeu o Prêmio Nobel da Paz para Borlaugh, em 1970. No final da década de 1960, foi realizado um contrato de exportação entre a Cargill e algumas cooperativas mexicanas, de milhares de toneladas de sementes de trigo mexicano para o Iraque, sob a supervisão da *Productora Nacional de Semillas*, uma instituição governamental mexicana. Ainda nessa mesma década, um novo instituto internacional de pesquisas em cereais foi criado no México, o Centro Internacional de Melhoramento do Milho e do Trigo ou *International Maize and Wheat Improvement Center – CIMMYT*, cujo foco era o desenvolvimento de sementes de alto padrão de rendimento.[340]

A pesquisa genética sobre o trigo foi uma das atividades principais de pesquisa da Cargill, visando à comercialização de uma semente híbrida desse grão. As pesquisas, desenvolvidas pelo Dr. Byrd C. Curtis, resultaram na *Bounty 208*, que proporcionava um grão de trigo com ótimas qualidades para a moagem e o cozimento. As origens da *Bounty 208*

[338] FLORES, Edmundo. Vieja Revolución, Nuevos Problemas. *Apud:* AVELLANEDA, Jerjes Aguirre. *La Política Ejidal en México*. México, DF: Instituto Mexicano de Sociologia A.C., 1976. p. 105.

[339] Cf. CONTRERAS, Bonifacio. Revolución Verde ¿Nuevamente a la Mesa de Debates? *In*: REPORTE DE INVESTIGACIÓN. Xochimilco: UAM; División de Ciencias Sociales y Humanidades, 1981 (n. 73). P. 12.

[340] BROHEL JR., Wayne G. *Cargill. Going Global.* Hanover & London: University Press of New England; Dartmouth College, 1992 (v.2). P. 128,155 e 162.

foram obtidas de material recolhido do CIMMYT, ou seja, do trigo mexicano, tradicional cultura da base alimentar daquele país. Segundo o Dr. Curtis, "nós ainda estamos a pouco de uma híbrida exequível economicamente, mas nossos procriadores têm desenvolvido um material genético que, por si próprio merece uma introdução comercial." [341]

Além da pesquisa sobre a hibridação do trigo mexicano, outras atividades da Cargill se realizaram no México, durante a década de 1960, como viveiros de hibridação de milho de inverno[342] e comércio de melaço.[343] Neste setor, foi formada uma companhia subsidiária mexicana pela Cargill, a Carmela S.A., ligada à Divisão de *Commodities* e que contava com um terminal de exportação em Tampico, na costa do golfo, para enviar melaço do México para a indústria de rações dos Estados Unidos.[344] Já a *Shaver Poultry Breeding Farm, Ltd.* possuía um distribuidora nacional, a *DeWitts de México, S.A.*

A presença da Cargill no México, junto com outras transnacionais do ramo agrícola, se consolidou na década de 1960. A pesquisa científica e a comercialização foram as atividades dominantes. Apesar da presença concreta da Cargill na agricultura mexicana, as diferenças com o Brasil foram significativas.

[341] CARGILL NEWS. *New Wheat Variety Announced*. Minneapolis, Minn.: Cargill, 1970 [s.n.], p. 13.
[342] CARGILL NEWS. *Palm Trees in Field of Midwest Corn?* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1965 [s.n.], p. 2.
[343] FOR RELEASE. *Cargill Forms Latin Region*. Minneapolis, Minn.: janeiro de 1967.
[344] CARGILL NEWS. *Mexican Subsidiary Formed.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1965 [s.n.], p. 12.

4.2. A CARGILL NO BRASIL

As marcas de diferenciação da agricultura brasileira em relação à mexicana foram muitas e pronunciadas. Pela constituição histórica e geográfica, as características da distribuição das terras, dos cultivos e mais acentuadamente, no âmbito econômico, de produtividade e de direcionamento para a exportação, condicionaram as discrepâncias. Em ambos os casos se refletiu o processo de modernização monopolista, quando da inserção efetiva das relações capitalistas na agricultura.

A presença da Cargill por meio da parceria com a Fundação Rockfeller também ocorreu no Brasil. Esse tipo de convênio havia sido construído desde 1949, entre a Cargill e a *International Basic Economy Corporation* - IBEC, *joint venture* da mesma família Rockfeller, que tinha planos para criar uma companhia de sementes híbridas de milho, uma companhia de helicópteros pulverizadores de grãos e uma organização de contratos de aragem. O resultado foi a formação de uma nova companhia, a Cargill Agrícola e Comercial, S.A.. Iniciando a compra de sacas de grãos de milho, posteriormente foram construídos dois silos no estado de São Paulo, um em Ourinhos, na junção das ferrovias Sorocabana e do Norte do Paraná e o outro em Arapongas, para a armazenagem de milho, de soja, de arroz e de amendoim.[345]

Em meados da década de 1960, após avaliar o potencial de desenvolvimento do negócio de sementes híbridas no Brasil, um grupo de *experts* organizou a Cargill Agrícola, destinada a realizar um programa de pesquisa de longa duração:

> (...) tornado viáveis as sementes híbridas e criando competição, mais e melhor híbridos serão viabilizados por preços menores para os fazendeiros. (...)
>
> Além disso, a nova companhia contrata com fazendeiros locais as sementes híbridas necessárias para o mercado local. Isso produz renda extra para os fazendeiros sob contrato e tende a aperfeiçoar as práticas agrícolas deles por causa da íntima associação com a companhia.[346]

A *Shaver Poultry Breeding Farm* também se moveu para o Brasil por meio de um acordo de *francheise*. A *Shaver* fornecia a matriz das aves para negociantes que as procriavam e revendiam seus produtos para chocadeiras comerciais que, por sua vez, revendiam seus

[345] BROHEL JR., W. G. *Op. Cit.* (v.1) P. 722-725.
[346] OFFICIAL REPORT. *Cargill's involvement in the world food...*. Minneapolis, Minn.: fevereiro de 1967. P. 5.

produtos para os criadores de frangos.[347] Em 1973, ela possuía uma fazenda de criação de aves e uma chocadeira em Campinas.[348]

Em 1968, oficiais da Cargill viajaram pela América Central, Peru, Argentina e por fim, chegaram ao Brasil. A comitiva conheceu os serviços do porto de Santos e do porto de Paranaguá e as instalações da produtora de fertilizantes Ultrafertil, S.A. e da fábrica de milho híbrido da Cargill em Avaré. No Rio de Janeiro foram discutidos negócios sobre melaço, açúcar e trigo e planos para a futura produção de sementes, grãos e rações. Na ocasião, a Cargill Agrícola S.A. havia arrendado um silo em Jacarezinho, no estado do Paraná.[349] Nesse ano, o Ministério da Agricultura do Brasil reconheceu à semente de milho híbrido produzida pela Cargill o primeiro lugar em produtividade.[350] No ano seguinte, em 1969, moinhos para rações foram construídos em Esteio, no estado do Rio Grande do Sul e em Jacarezinho e Jundiaí, no estado de São Paulo.

Inicialmente, as ações da Cargill no Brasil objetivavam o transporte do milho, do produtor para os portos, para serem exportados para o mercado mundial e o armazenamento e o acondicionamento do milho entre a colheita e a exportação. Para atender a essas e outras demandas, a Cargill Agrícola S.A., com sede em São Paulo, contava com três departamentos: sementes, grãos e rações. O processo de modernização agrícola atingiu, primeiramente, Avaré, com uma instalação para hibridação e, posteriormente, viveiros foram construídos em Registro e Sorocaba. A produção de rações foi apoiada pelo moinho de Jacarezinho e o antigo silo de Ourinhos. Seis estações para compra de milho foram estabelecidas no interior, sendo a maior delas em Bebedouro, onde era feita a secagem e a estocagem dos grãos, que depois eram transportados em 30 vagões arrendados da Ultrafertil, S.A..[351] Em 1971, o Departamento de Processamento e Refino da Cargill anunciava a construção de uma grande refinaria de soja em Ponta Grossa, no estado do Paraná.[352] Nesse mesmo estado, em 1972, uma nova instalação para sementes de milho híbrido era construída em Andira. Sobre a refinaria de soja em Ponta Grossa:

> (...) A instalação foi construída em 16 meses com a ajuda de US2,5 milhões do fundo OPIC. É uma da apenas meia dúzia modernas instalações de soja do Brasil com capacidade para o processamento, em uma operação contínua, do primeiro estágio aos produtos finais do óleo e da farinha. A admirável carcaça de alumínio da instalação, em formato de abóboda, localmente

[347] *Ibdem. Loc. Cit.*
[348] CARGILL NEWS. *Shaver Brazil.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1973 [s.n.], p. 23.
[349] CARGILL NEWS. *Gala Activities Mark Trip to South America.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1968 [s.n.], p. 4 e 7.
[350] FOR RELEASE. *Cargill Wins Top Honors in Brazil Corn Yeld Tests*. Minneapolis, Minn.: outubro de 1968.
[351] CARGILL NEWS. *As Brazil Grows so Grows Cargill Agricola, S.A..* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1969 [s.n.], p. 6 e 7.
[352] CARGILL NEWS. *Processing and Refining Division.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1971 [s.n.], p. 18.

> chamada de "a bolha", armazena 30.000 toneladas métricas de grãos de soja (silos ao redor armazenam outras 5.000 toneladas métricas). A capacidade de esmagamento é em torno de 600 toneladas por dia. A refinaria é capaz de produzir 110 toneladas de óleo de soja de qualidade e a Cargill-Brasil recentemente fez seu primeiro carregamento de óleo de soja para o porto de Paranaguá, onde a companhia tem serviços de manejo de óleo e de grãos.[353]

Em 1974, a Cargill era considerada a maior produtora de rações do Brasil, a segunda maior produtora de sementes para a comercialização e praticamente a segunda maior processadora de soja. Empregava 1.620 funcionários em 14 instalações amplamente espalhadas, na sede em São Paulo, em escritórios no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, além de diversos escritórios de compra e venda no interior. As principais operações da Cargill no Brasil, nessa época, se encontravam da seguinte maneira:

> .Ponta Grossa – Instalação de esmagamento e refino de grãos de soja e em vias de expansão;
> .Campinas – Fazenda de procriação de aves e chocadeira Shaver; centro de pesquisa Cargill Hybrid;
> .Paulinia – Moinho de rações quase completo;
> .Guarapuava – Instalação para armazenamento e compra de grãos do continente;
> .Cascavel – Instalação com capacidade para armazenamento de 35.000 toneladas de carga, para compra de grãos e soja;
> .Maringá – Armazenamento e compra de grãos;
> .Jacarezinho – Moagem e armazenamento de rações;
> .Andira – Instalação de sementes onde a produção das sementes da Cargill – milho, soja, trigo e sorgo híbridos – são trazidos para descascamento, tratamento e empacotamento antes da venda para os fazendeiros brasileiros;
> .Recife – Armazenamento e moagem de rações;
> .Belo Horizonte – Armazenamento e moagem de rações;
> .Araraquara – Instalação de sementes; suplementos líquidos Cargill.[354]

A expansão da Cargill no território brasileiro continuou ao longo da década de 1970. Em 1975 foi completada a construção do moinho de rações em Paulinia, que contou com a presença do Sr. Alysson Paulineli, então Ministro da Agricultura e quase findada outra instalação de esmagamento e refino de soja em Marinque.[355]

A última inserção da Cargill no mercado brasileiro, ainda na década de 1970, foi no setor de suco de laranja concentrado. Em 1976, a Companhia havia adquirido algumas pequenas instalações de processamento de cítricos em Bebedouro, uma cidade economicamente voltada para a produção de laranja, nas quais eram empregadas cerca de 270 pessoas e cerca de mais mil apanhadores. Em 1977, havia cinco dessas instalações em

---

[353] OFFICIAL REPORT. *New Ponta Grossa, Brazil soyabean processing plant of Cargill....* Minneapolis, Minn.: agosto de 1973.
[354] CARGILL NEWS. *Cargill in Brazil.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1974 [s.n.], p. 3.
[355] CARGILL NEWS. *Brazil's Newest Feed Mill.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1974 [s.n.], p. 3.

operação no Brasil, que processavam 55 milhões de caixas de laranja, das quais 6.700.000 eram processadas pela Cargill, com projeção de processamento de 8 milhões em 1978-1979.[356]

[356] CARGILL NEWS. *Concentrated Orange Juice is Brazil Firm's New Venture.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1978 [s.n.], p. 11.

Ilustração 42 – Análise do parentesco para hibridação do milho.
FONTE: CARGILL NEWS. *Seeds New Model Season.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1966 [s.n.], p. 5.

Ilustração 43 – Alimentação do gado com forragem produzida a partir da *Hi-Sugar 50*.
FONTE: CARGILL NEWS. *Seeds New Model Season.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1966 [s.n.], p. 7.

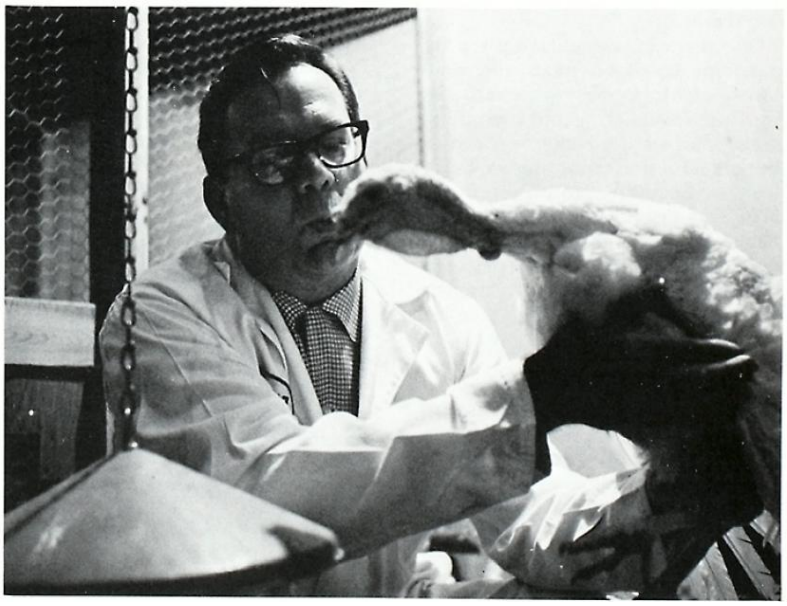


Ilustração 44 – Pesquisa com aves em uma fazenda Cargill-Nutrena.
FONTE: CARGILL NEWS. *Research Vitality Speeds Cargill's Growth.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1968 [s.n.], p. 6.

Ilustração 45 – Béqueres e garrafas do centro de pesquisa em análise do nitrogênio.
FONTE: CARGILL NEWS. *Research Vitality Speeds Cargill's Growth.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1968 [s.n.], p. 7.

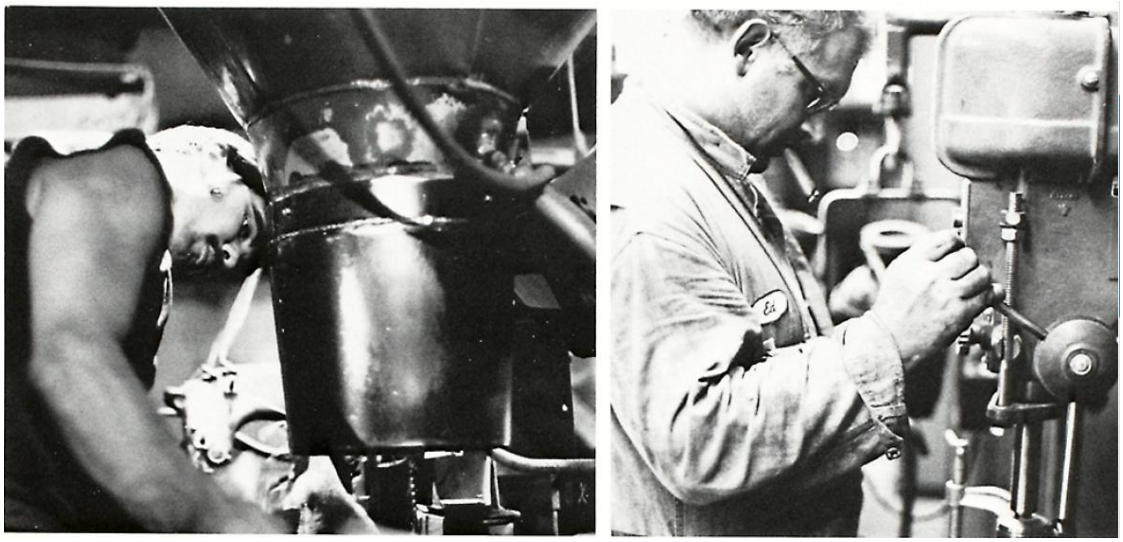


Ilustração 46 – Funcionários operando máquina de empacotamento de grãos comestíveis de linhaça (à esquerda) e triturador de linho (à direita).
FONTE: CARGILL NEWS. *Three Midwest Plants Provide Work-a-Day Glimpses of P&R Division Activities.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1971 [s.n.], p. 5.

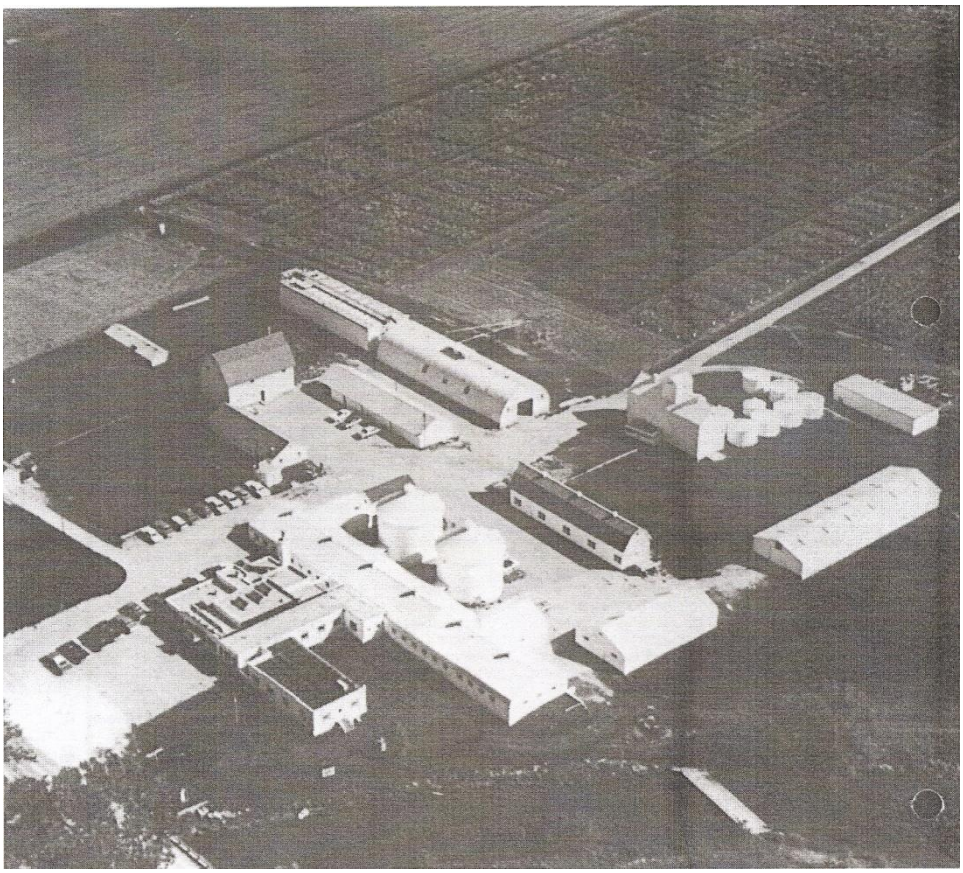


Ilustração 47 – Estação de pesquisa em sementes híbridas, Aurora, Illinois.
FONTE: CARGILL CROP BULLETIN. *Grain and Market Situation in the United States and World.* Minneapolis, Minn.: Cargill, fevereiro de 1974, capa.

Ilustração 48 – Aves matriciais da *Shaver* sendo embarcadas de Toronto para Monterrey, onde seriam distribuídas pela *DeWitt's de Mexico, S.A*.
FONTE: CARGILL NEWS. *Chicks Go by Charter.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1967 [s.n.], p. 14.

Ilustração 49 – Exame de grãos de trigo híbrido produzido pela Cargill *Bounty 208*, a partir de plantas originárias do México.
FONTE: CARGILL NEWS. *Hibrid Wheat – Top Target of Cargill Research.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1970 [s.n.], p. 7.

Ilustração 50 – Teste de cozimento de grãos de trigo híbrido produzido pela Cargill *Bounty 208*, a partir de plantas originárias do México.
FONTE: CARGILL NEWS. *New Wheat Variety Annouced.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1970 [s.n.], p. 13.

Ilustração 51 – Cargill Agrícola S.A. no Sul (e Sudeste) do Brasil. Na legenda, de cima para baixo: ramo de grãos; moinho de rações; instalação de sementes; depósito de rações; local de hibridação de sementes; porto.
FONTE: CARGILL NEWS. *As Brazil Grows So Grows Cargill Agricola, S.A..* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1969 [s.n.], p. 7.

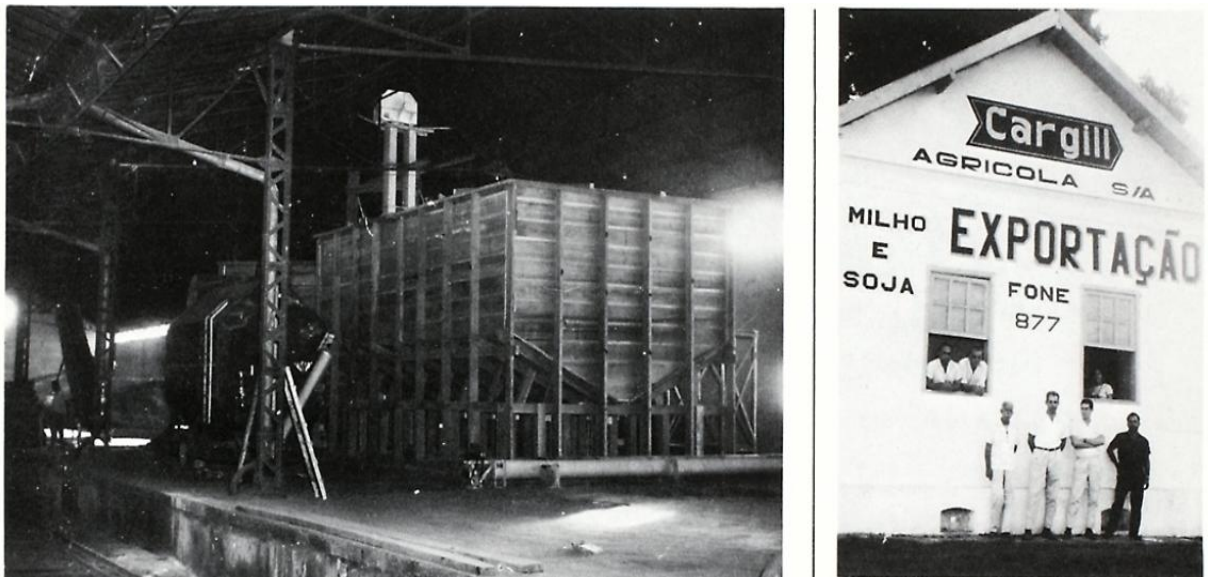


Ilustração 52 – Equipamento para secagem de milho (à esquerda), dentro de depósito em Bebedouro (à direita).
FONTE: CARGILL NEWS. *As Brazil Grows So Grows Cargill Agricola, S.A..* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1969 [s.n.], p. 8.

Ilustração 53 – Primeiro moinho de rações e silo para armazenagem de grãos da Cargill, em Jacarezinho.
FONTE: CARGILL NEWS. *As Brazil Grows So Grows Cargill Agricola, S.A..* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1969 [s.n.], p. 9.

Ilustração 54 – Mapa com as instalações da Cargill Agrícola S.A. no Brasil. Na legenda, de cima para baixo: sementes; grãos; rações; processamento & refino; *Shaver*; Processamento; escritório central.
FONTE: CARGILL NEWS. *Cargill in Brazil.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1974 [s.n.], p. 4.

Ilustração 55 – Moinho de rações em Recife.
FONTE: CARGILL NEWS. *Cargill in Brazil.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1974 [s.n.], p. 8.

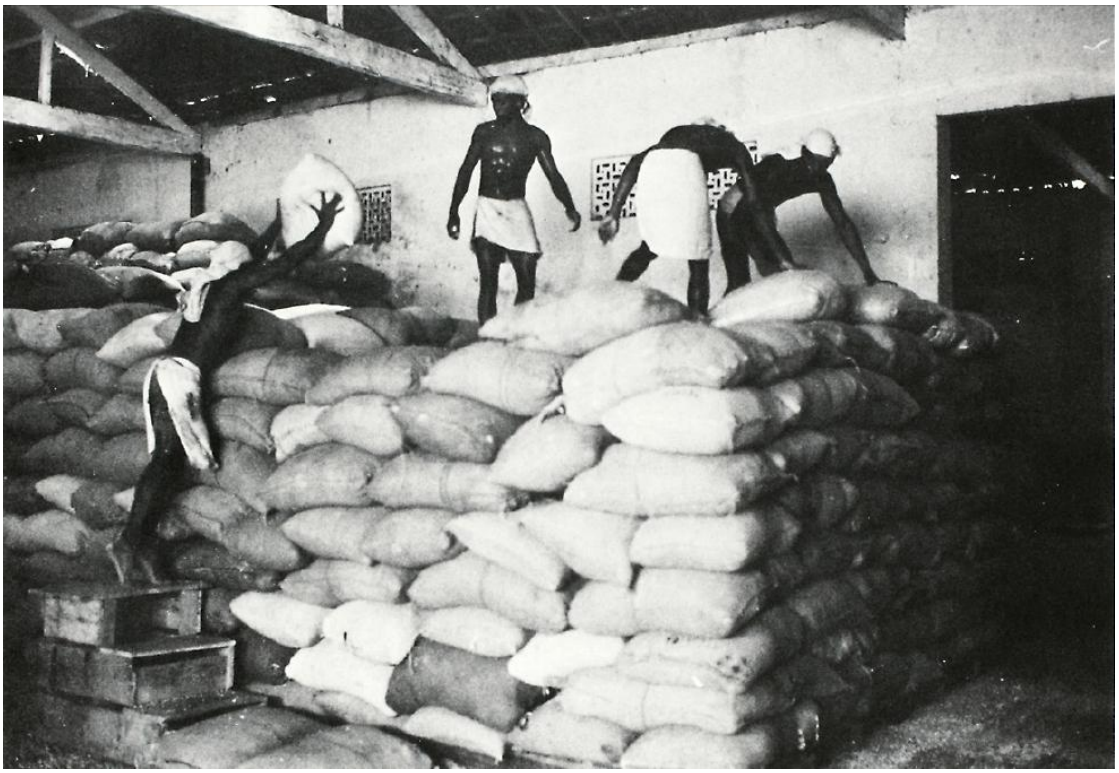


Ilustração 56 – Armazenagem de sacos de grãos em Recife.
FONTE: CARGILL NEWS. *Cargill in Brazil.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1974 [s.n.], p. 9.

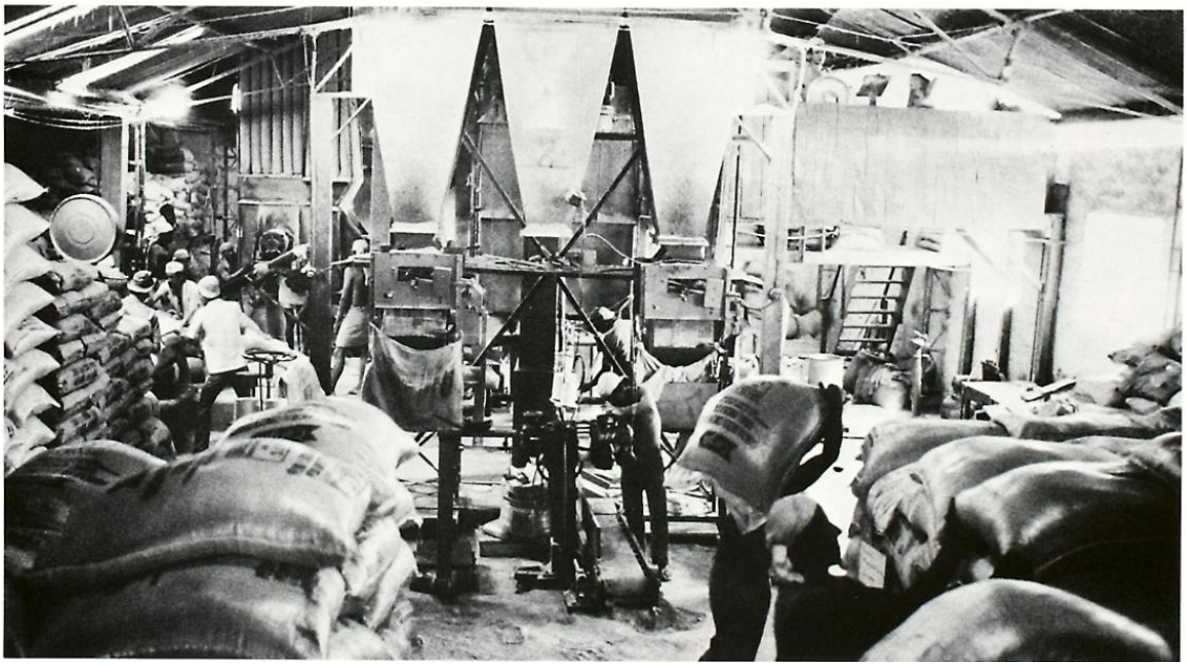


Ilustração 57 – Ensacamento e carregamento de sementes em Belo Horizonte.
FONTE: CARGILL NEWS. *Cargill in Brazil.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1974 [s.n.], p. 13.

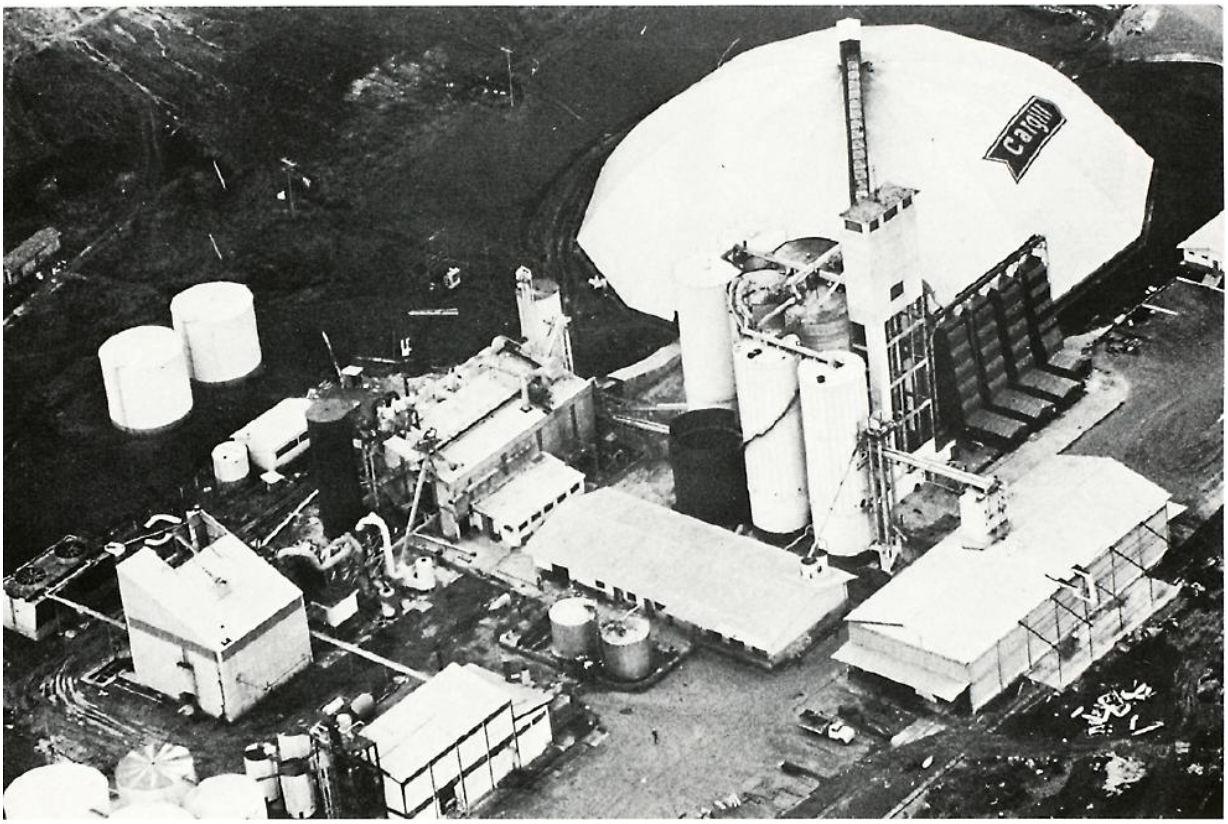


Ilustração 58 – Instalação de esmagamento e refino de soja em Ponta Grossa.
FONTE: CARGILL NEWS. *Cargill in Brazil.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1974 [s.n.], p. 15.

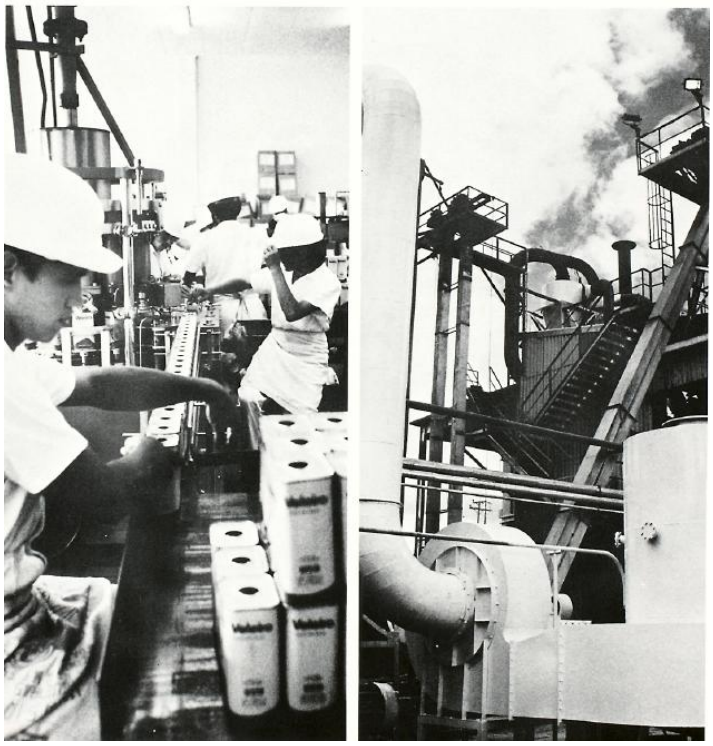


Ilustração 59 – Produção de óleo para salada (à esquerda) na refinaria de soja (à direita) em Ponta Grossa.
FONTE: CARGILL NEWS. *Cargill in Brazil.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1974 [s.n.], p. 16.

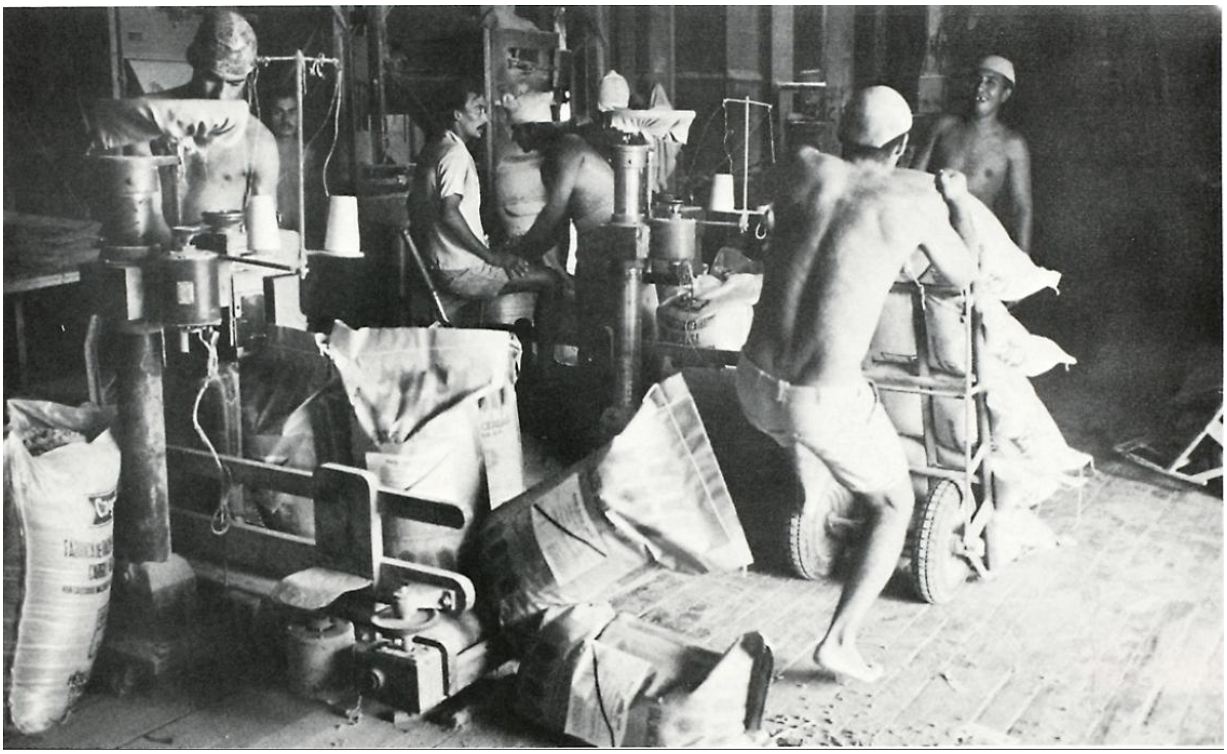


Ilustração 60 – Ensacamento de ração em Araraquara.
FONTE: CARGILL NEWS. *Cargill in Brazil.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1974 [s.n.], p. 28.

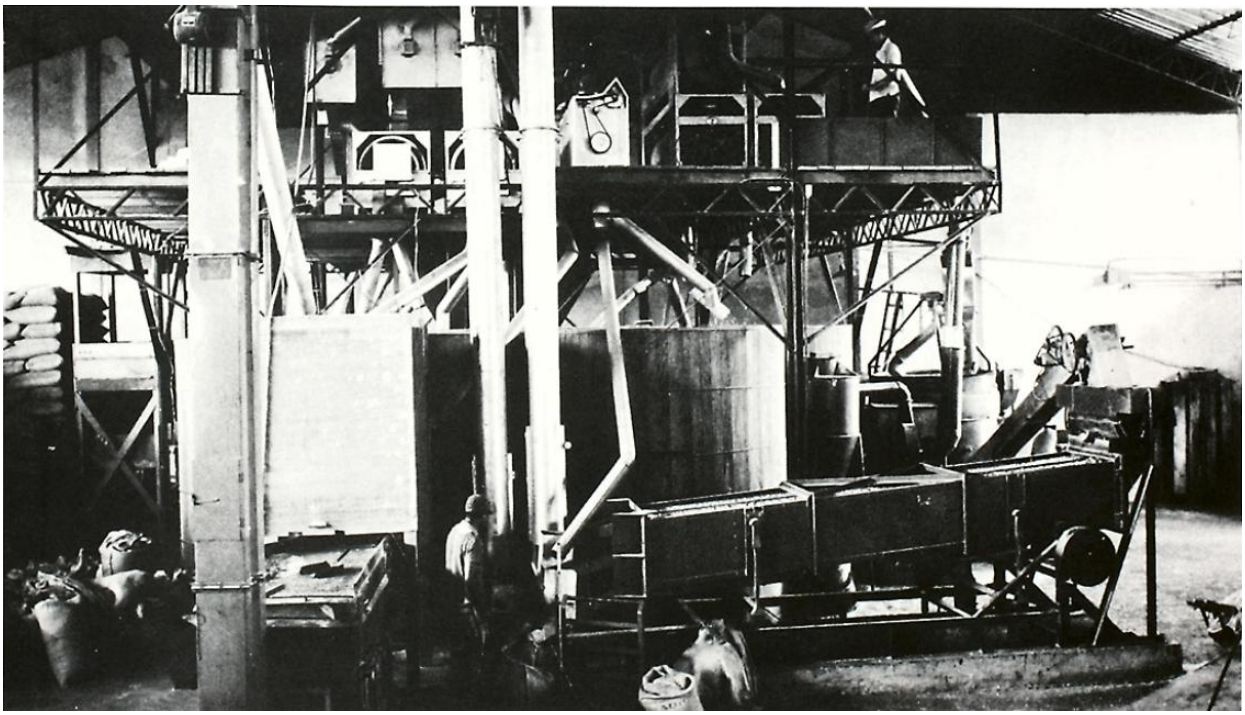


Ilustração 61 – Máquina de tratamento de sementes em Andira.
FONTE: CARGILL NEWS. *Cargill in Brazil.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1974 [s.n.], p. 32.

Ilustração 62 – Esteira rolante onde as laranjas eram escolhidas e posteriormente armazenadas.
FONTE: CARGILL NEWS. *Concentrated Orange Juice is Brazil Firm's New Adventure.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1978 [s.n.], p. 10.

CAPÍTULO 5: AGROINDÚSTRIA E MONOPÓLIO (DÉCADAS DE 1960 E 1970)

As décadas de 1960 e 1970 marcaram a consolidação da agroindústria como produto da modernização agrícola e a tendência ao monopólio, devido à centralização e a concentração do capital. O papel desempenhado pelas empresas transnacionais de fato existiu e seu predomínio na hierarquia da estrutura produtiva e comercial agrícola se mostrou amplamente considerável, todavia a agroindústria e o monopólio tenham se apresentado em outros níveis, como as cooperativas e o chamado "neolatifundismo", com o renascimento moderno da *hacienda* mexicana e a concentração brasileira de terras.

No México, a modernização da economia se acelerou na segunda metade da década de 1970, favorecendo a fusão do capital industrial e financeiro de grupos monopolistas transnacionais e, consequentemente, a "internalização e inserção do capital estrangeiro na economia mexicana".[357] O modelo de associação de capitais privados e de capitais estatais, em conjunto com empresas transnacionais também se verificou no Brasil, quando a "agricultura capitalista se desenvolveu e resolveu o problema da oferta agrícola, via mercado", ainda durante a década de 1960.[358] Enquanto os capitais estatais se caracterizaram no emprego de subsídios para infra-estrutura, obras de irrigação e de transporte, fornecimento de energia elétrica, entre outros insumos e crédito agrícola, os capitais privados foram formados pelo próprio processo de acumulação, oportunizando a importação de insumos, o que favoreceu a mecanização da lavoura e a introdução de novas tecnologias e produtos, como fertilizantes e pesticidas. Posteriormente, pela substituição de importações, esses bens passaram a ser produzidos no território nacional, "mesmo que passem a ser produzidos internamente mediante a instalação de fábricas controladas pelo capital estrangeiro", por exemplo, a Massey-Fergusson S.A. e outras, pelas quais decorreu a substituição de importações de máquinas no Brasil.[359]

O capital estrangeiro, componente do processo de modernização agrícola, se mostrou dominante no direcionamento da organização capitalista da agricultura e, assim, determinante para a reprodução dos capitais nacionais. As consequências para o conjunto da estrutura

---

[357] SEMO, Enrique (Coord.) e SALDÍVAR, Américo. *México un Pueblo en la Historia. Fin de Siglo.* 2 ed. México: Alianza Editorial Mexicana, 1990. P. 17.

[358] DELGADO, Guilherme Costa. A Questão Agrária e o Desenvolvimento Econômico. *In:* PEREIRA, Francisco José et alii. *A Questão Agrária e o Desenvolvimento Nacional*. Florianópolis: UFSC; SUDESUL, 1987. P. 45.

[359] Cf. ALBUQUERQUE, Severo Salles e SALLES, Vânia Almeida de. Brasil: el campo que se transforma. *In*: SOCIOLÓGICA. *Crisis Agrícola y Políticas de Modernización*. Azcapotzalco: Departamento de Sociología; UAM. Mayo-Agosto de 1990 (Año 5, n. 13). P. 43 e 52.

agrária mexicana e da brasileira foi um aviltamento das burguesias agrárias regionais e alguma perda de espaço das empresas transnacionais, por exemplo, os agricultores de frutas e de verduras do noroeste do México ou a brasileira Copersucar, da família Atalla, atuante no cultivo de café e de cana-de-açúcar, a qual adquirira a processadora de café norte-americana *Hills Brothers*. Por um lado, as agroindústrias transnacionais alteraram o setor de atuação, da produção, para o processamento e a distribuição, setores que se tornaram mais lucrativos, se consideradas a maior autonomia frente às flutuações dos preços agrícolas e o estímulo para as exportações. Por outro lado, se criou uma heteronomia sobre os produtores locais, cujos minifúndios diminuíram cada vez mais de tamanho. De certo modo contradizendo a dinâmica do capitalismo mundial, mas atentando para o aspecto primordial das empresas transnacionais, Burbach e Flinn sugerem que:

> Ainda que o capital estrangeiro já não encabece o processo modernizador, o papel crucial que desempenha em outras esferas segue dando uma influência decisiva no desenvolvimento capitalista agrário. As processadoras de alimentos com sede matriz nos Estados Unidos, por exemplo, influem de forma determinante em múltiplos aspectos do processo de produção agrícola através de seu financiamento, sua assistência técnica e seus contratos de compra com produtores locais.[360]

Sob a lógica do capital, a modernização agrícola e, por conseguinte, a agroindústria, que abarcou as esferas do cultivo, da produção de insumos, do processamento e da distribuição de bens agrícolas foi concomitante à tendência ao monopólio e se verificou onde o capital mais se centralizou e se concentrou; sob essa mesma lógica, a concorrência entre os grupos monopolistas, isto é, aqueles cujos capitais foram produto da centralização e da concentração, havia sido secular e amplamente dominada pelas grandes empresas nacionais, que se tornaram, então, transnacionais; logo, o processo de modernização agrícola, ao tender para o monopólio, também tendeu para o domínio das empresas transnacionais sobre ele.

A nova forma de organização da agricultura, derivada do desenvolvimento do capitalismo monopolista, se caracterizou como uma integração vertical ou horizontal, entre empresas e unidades produtoras. Na integração vertical, as unidades elementares fizeram parte de um processo complexo de fases subsequentes de produção, de transformação e de distribuição dos bens; na integração horizontal, as unidades elementares se constituíram a partir de atividades autônomas, para a troca de produtos entre si, lateralmente, como em uma mesma unidade de gestão que controlasse outras unidades elementares, todas sob uma condição exclusiva da propriedade delas. Nesse aspecto, uma propriedade com maior poder

[360] BURBACH, Roger e FYINN, Patricia. *Agroindustrias Transnacionales. Estados Unidos y América Latina*. México, DF: Era, 1983 (Serie Popular Era, 82). P. 114.

econômico assumiria uma posição dominante, assim como a agroindústria, pólo integrador de uma unidade complexa de produção, de transformação e de circulação de bens agrícolas, submeteu a unidade agrícola integrada, em um tipo de integração vertical total da agricultura.[361] Se somado o fato de que a integração em escala internacional das economias nacionais foi característica marcante da segunda metade do século XX, acentuava ainda mais a participação das empresas transnacionais nessa verticalização da agricultura.

O aprofundamento da concorrência monopolista agroindustrial se verificou na inovação e na diversificação de processos produtivos e de seus produtos, baseados na propriedade de marcas e patentes, inculcados, por sua vez, em mecanismos de transferência tecnológica. Um dos aspectos dessa dinâmica transnacional foi o controle das grandes empresas sobre a cadeia produtiva e de transformação das bases alimentares,[362] ainda que houvesse produtos subsidiários. A conjuntura explicativa dessa nova composição, analisada sob a vertente da aplicação de incrementos tecnológicos nas atividades agrícolas foi denominada de "Revolução Verde", iniciada durante a década de 1960, com desdobramentos ulteriores.

No México, a Revolução Verde se iniciou com a descoberta de sementes híbridas de trigo de alto rendimento, por meio de pesquisas desencadeadas entre técnicos mexicanos, Norman Borlaugh e a Fundação Rockfeller.[363] Para o desenvolvimento capitalista da agricultura mexicana, essa fundação firmara um acordo com o governo, pelo qual se originou a Oficina de Estudios Especiales, em 1943.[364] Esse tipo do convênio, no Brasil, também já havia sido construído desde a 1949, quando da instalação em Ourinhos, São Paulo, da *joint venture* entre a Cargill e a *International Basic Economy Corporation* - IBEC, companhia da mesma família Rockfeller. Os propósitos da Revolução Verde visavam modernizar a agricultura de países com potencial agrícola nos moldes dominantes da sua organização capitalista: para além dos termos de cooperação técnica, havia grandes interesses na exportação de alguns grãos, tais como o trigo, arroz e milho, no México, e a soja, no Brasil.

Impulsionada pelo capital transnacional, a associação com o capital estatal lhe foi complementar, entretanto. Um dos efeitos dessa fomentação da Revolução Verde se

---

[361] JÁUREGUI, Jesús. Tabamex. *Un Caso de Integración Vertical de la Agricultura*. México, DF: Centro de Investigaciones del Desarrollo Rural; Editorial Nueva Imagen, 1980. P. 44 e 45.

[362] V. ZUNO, Rodolfo Echeverría (Coord.). *Tansnacionales, Agricultura y Alimentación*. México, DF: Colegio Nacional de Economistas A.C.; Editorial Nueva Imagen, 1982.

[363] FLORES, Edmundo. Vieja Revolución, Nuevos Problemas. *Apud:* AVELLANEDA, Jerjes Aguirre. La Política Ejidal en México. México, DF: Instituto Mexicano de Sociologia A.C., 1976. p. 105.

[364] Cf. CONTRERAS, Bonifacio. Revolución Verde ¿Nuevamente a la Mesa de Debates? *In*: REPORTE DE INVESTIGACIÓN. Xochimilco: UAM; División de Ciencias Sociales y Humanidades, 1981 (n. 73). P. 12.

manifestou no privilegiar das grandes propriedades privadas, com a disponibilização de recursos e com linhas de créditos, aos quais os pequenos agricultores não tinham acesso. Enfim, o nível superior de organização da estrutura agrária exigido pela Revolução Verde, encampado pela agroindústria e o neolatifúndio, nacionais e transnacionais, despojou o pequeno proprietário e, assim, a promessa de geração de alimentos em larga escala foi revertida na pauperização e na proletarização de uma massa de pequenos produtores despossuídos, em antagonismo com as “fábricas do campo”.

5.1. O “MILAGRE ECONÔMICO” COMPARADO

Não houve milagre econômico no México, tal como ele ocorrera no Brasil. Essa disparidade já vinha se consolidando, ao menos no setor agrícola, desde meados da década de 1960. De fato, o chamado "milagre econômico" nos dois países, foi a via que se considerara como a própria perfeição econômica, frente aos profundos problemas do subdesenvolvimento, os quais eram apontados como empecilho para o desenvolvimento. Nesse processo existiram elementos difusos e comuns, como a Olimpíada de 1968 e a Copa do Mundo de 1970, na qual a imagem da seleção do Brasil como tricampeã mundial foi alçada como mérito da nação. Da mesma forma, índices de produtividade e políticas públicas sofreram efeito semelhante.

A ideia de um "milagre econômico" ocorreu em muitas nações, nessa mesma época, como propaganda, pois nenhum modelo econômico, até então, podia ser verificado sob a forma de um milagre. Era a solução apresentada para o desenvolvimento, no entanto assentou-se sobre a ideologia do crescimento econômico, voltado para os diferentes setores: indústria, agricultura, comércio, educação, saúde etc. Sua existência se deveu a um aumento nas exportações e nas importações, empréstimos externos para investimentos internos, dentro de uma conjuntura "favorável" do mercado internacional e de "estabilidade" política. Esses fatores se traduziram no aumento da produtividade e das importações pelos centros capitalistas, como Estados Unidos e Europa, e na formação de condições permissivas ou de etapas lógicas e previsíveis, como um novo ciclo de um sistema histórico e rítmico.[365] Dentre os aspectos díspares do milagre mexicano e do brasileiro, a busca pela primazia tanto de uma quanto de outra, das duas nações, as confrontavam como simulacros de superpotências. Outra característica de distinção foi a qualidade de uma "economia mista" (estatal e privada) no México, aspecto este que não se apresentou tão nitidamente no Brasil, a não ser pelas diretrizes da planificação econômica.

A nomenclatura ambígua de “milagre econômico” possuiu diferenciações de *praxis*. No México, esse processo se verificou após a sucessão presidencial de dezembro de 1970, quando se iniciou uma “renovação dos quadros da burocracia política, assim como dos aparatos políticos e ideológicos do Estado”, visando um projeto de reformas, e “em substituição a velha política de desenvolvimento estabilizador” se propôs “uma estratégia de

[365] CARMONA, Fernando. La Situación Económica. In: CARMONA, Fernando, MONTAÑO, Guillermo, CARRION, Jorge, AGUILAR M., Alonso. *El Milagro Mexicano.* 7 ed. México, DF: Editorial Nuestro Tiempo. Latinoamerica Hayer y Hoy. e FARO, Diego do Prado. *II Plano Nacional de Desenvolvimento e o Modelo de Substituição de Importações.* Campinas, SP: Instituto de Economia, 2010 (MONOGRAFIA).

crescimento da renda, 'repartindo os benefícios'".[366] A partir de 1964, no Brasil, vigorou a política de busca do aumento da produtividade e da renda nacional, que posteriormente seria repartida. Essa diretriz se aprofundou entre os anos de 1967 e 1974.

O plano político e o econômico das décadas de 1960 e 1970 afirmaram o projeto das elites, portanto descaracterizando parcialmente a linha de ação do desenvolvimento, pois não foram observados os retornos qualitativos esperados para o conjunto da população, considerados de difícil consecução. A busca por um crescimento econômico acelerado privilegiou os setores dominantes da economia. Na agricultura, se coadunaram os objetivos da Revolução Verde com a aplicação dos princípios do crescimento econômico, na consecução de várias diretrizes, como o fornecimento de alimentos para as populações das cidades em razão da crescente urbanização, o fornecimento de matérias-primas para as indústrias, a liberação de mão de obra para outros setores, a geração de divisas por intermédio das exportações, o aumento da produtividade com o incremento tecnológico, este último fornecido pelas inversões do capital estrangeiro e concretizado na atuação de empresas transnacionais.

Uma averiguação preliminar de algumas dessas metas, que foram colocadas, tanto para a agricultura brasileira, quanto para a mexicana, apontaram encaminhamentos distintos. No México, ainda que houvesse produção agrícola suficiente para abastecer a população, quanto aos artigos da base alimentar, as formas de industrialização, de comercialização e de distribuição afetavam os preços, os elevando e dificultando o acesso aos produtos pela maioria da população. Constatou-se que "o monopólio, o controle das grandes firmas, a concorrência 'aparente' e a publicidade excessiva influíam no preço dos artigos básicos no preço dos artigos básicos e limitavam seu consumo a determinados grupos".[367] No Brasil, houve a percepção de que a urbanização e o crescimento demográfico aumentavam a demanda por alimentos, mas por intermédio de um consumo de alimentos comercializáveis, devido à inexistência de autossuprimento e uma "diversificação qualitativa do consumo influenciada pela assimilação de novos hábitos alimentares e pela modificação da escala de preferência dos consumidores".[368]

---

[366] SEMO, Enrique e SALDÍVAR, Américo. Op. Cit. P. 14.

[367] *In*: SANCHÉZ, Fernando Paz. Problemas y Perspectivas del Desarollo Agrícola. *In*: STAVENHAGEN, Rodolfo. *Neolatifundismo y Explotación. De Emiliano Zapata a Anderson Clayton & Co*. 5 ed. México, DF: Editorial Nuestro Tiempo, 1976. P. 93.

[368] *In*: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. *Programa Estratégico de Desenvolvimento*. Parte II. Caracterização da Prioridade do Projeto no Contexto do Programa Estratégico de Desenvolvimento do Governo Brasileiro. Brasília: MPCG, 1968. P. 2.

Quanto a relação entre a formação de capital, a agricultura e a indústria, houve a convicção de que a baixa renda dos pequenos produtores rurais deprimiam a demanda e a produção de bens de consumo limitando o volume de vendas e a expansão capitalista dos empresários. No caso mexicano, a solução deveria vir pelo aumento da formação de capital no campo, por parte da população rural, não somente se elevando o total da renda auferida no setor agrícola, mas também na renda dos pequenos agricultores, em um nível bastante superior ao historicamente alcançado.[369] Essas alterações foram pretendidas nas reformas do governo de Luiz Echeverría Álvarez, a partir de 1970, para atingir as metas de repartição das terras, proporcionando simultaneamente modernização, produtividade e emprego.

> Uma das primeiras leis que decreta o governo de Echeverría é a Nova Lei Federal de Reforma Agrária, promulgada em abril de 1971. Através desta se pretende atacar tudo o relacionado com os problemas da propriedade e fortalecer o *ejido*, a pequena propriedade e a propriedade comunal. Esta lei substitui o velho código agrário de 1942 e é apresentada como a segunda etapa da reforma agrária. Os pontos que nela se destacam são a continuação da repartição de terras, o cumprimento das resoluções presidenciais de dotação, da ineficiência agropecuária, a elevação da produtividade, o impulso à coletivização *ejidal* e o reforçamento do controle vertical através das assembléias.[370]

No caso brasileiro, a coadunância e a submissão aos preceitos da Revolução Verde foram sublinhadas pela esfera governamental:

> Acredita-se que o desvio de inversões pode ser substituído, no campo, pelo aprimoramento tecnológico, que manteria aos níveis desejados o montante da oferta. Tal afirmativa é entretanto amplamente discutida, pois o aprimoramento tecnológico subentende o uso de sementes, inseticidas, adubos, mecanização, e, consequentemente, a intensificação do emprego do fator capital, só sendo viável em estágio superior de evolução econômica.[371]

As empresas transnacionais exerceram papel fundamental no processo de consolidação da modernização agrícola, reforçando a tendência ao monopólio. No contexto da Revolução Verde, dos novos produtos e das novas técnicas, precursoras da biotecnologia, o processo de inovação tecnológica se somou à tendência monopolista.

Assim, se inverteu a interpretação do monopólio "natural", sem inovação tecnológica e com custo social. Os custos marginais, que seriam crescentes em uma estrutura de mercado sem oferta, apenas com demanda e renda marginal inferior aos preços se tornou uma estrutura de mercado monopólica, com controle de preços sobre uma oferta crescente e custos marginais decrescentes. O papel assumido pela inovação tecnológica substituiu o custo social

---

[369] SANCHÉZ, Fernando Paz. Problemas y Perspectivas del Desarollo Agrícola. *In*: STAVENHAGEN, Rodolfo. Op. Cit. P. 93 e 94.
[370] *In*: SEMO, Enrique e SALDÍVAR, Américo. Op. Cit. P. 84.
[371] *In*:

do monopólio, contudo manteve o controle dos preços, estes sim, mantidos sempre mais elevados que a renda marginal. Eram os chamados “pacotes tecnológicos”, pelos quais as transnaconais ofereciam, por exemplo, a semente para um cultivo e o tipo de pesticida adequado àquela semente, juntos. Os gráficos e tabelas do apêndice I demonstram essa situação de preço superior a renda, com a pendente positiva, no conjunto daqueles produtos agrícolas que, em menor escala, foram objeto de empreendimento transnacional. As exceções apresentadas nos gráficos I.2.1.2 e I.3.1.2 do apêndice, relacionadas ao México, se deram em função do baixo índice de correlação, devido ao desvio de uma ou outra estatística. Os gráficos 68e 69 representam a inversão do modelo do monopólio natural para o monopólio artificial.

Gráfico 68 - Monopólio "Natural" sem Inovação Tecnológica

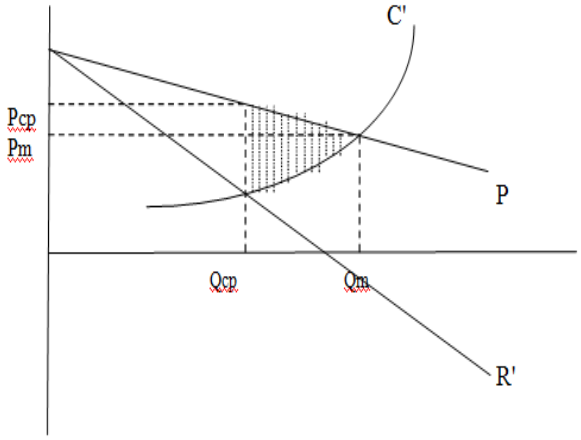
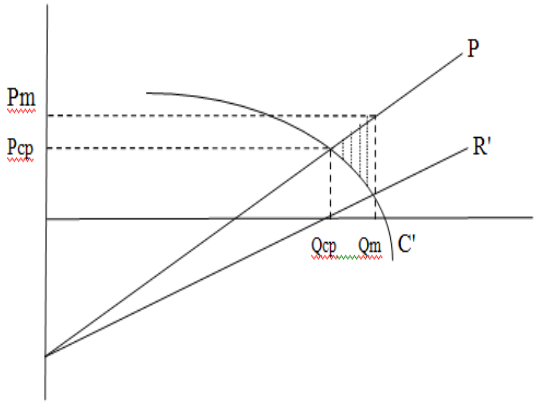
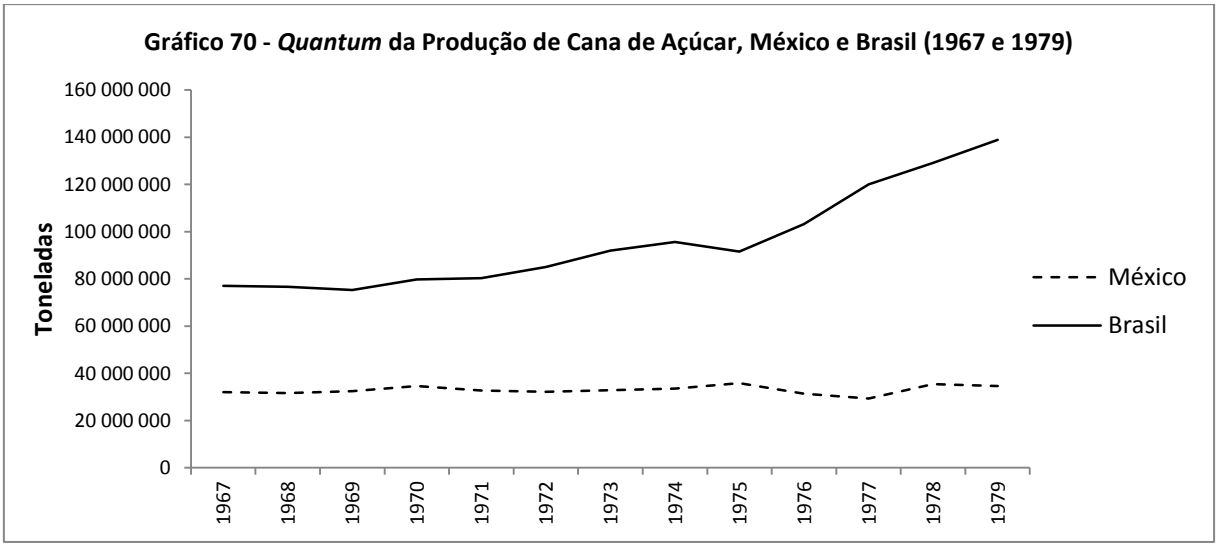


Gráfico 69 - Monopólio "Artificial" com Inovação Tecnológica



Com esse produto atuando na estrutura agrária do México e do Brasil, se esperava que os principais objetivos da Revolução Verde associada à ideologia do crescimento econômico, o aumento da produtividade e, por consequência, das exportações, fossem sendo alcançados.

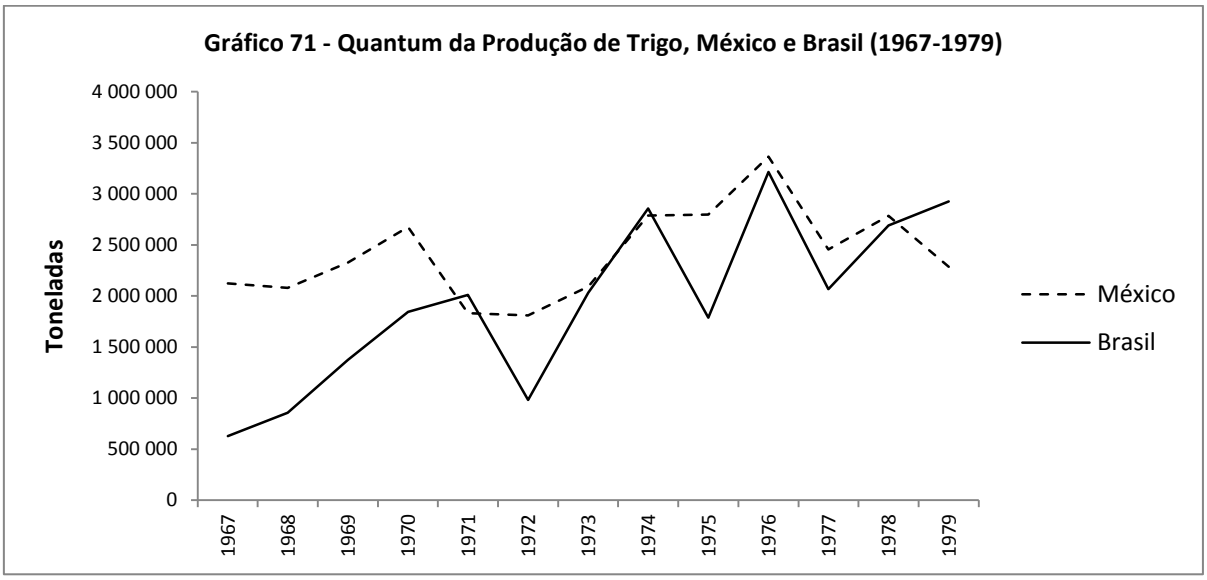
Os cultivos analisados nos gráficos 70 a 73 são os mesmos analisados no Apêndice I e, como mencionado, contaram com a presença da Cargill atuando como empresa transnacional, relacionada à produção, ao beneficiamento e a distribuição dos bens, a saber, o trigo, no México e a cana de açúcar, a soja e a laranja, no Brasil, por intermédio daquela integração vertical ou horizontal, das zonas agrícolas sob a influência do pólo agroindustrial. Por meio desses gráficos é possível observar o aspecto relativo ao aumento da produtividade. O gráfico 70 mostra a quantidade do tradicional cultivo da cana de açúcar, cujo interesse específico residiu na aquisição de melaço, matéria-prima para a indústria de transformação, resultando em vários outros produtos, como o etanol, fermentos biológicos, rações animais, além de aplicações na própria agricultura, nos cultivos do milho e da batata e também na biotecnologia, no cultivo de tecidos.



FONTE: Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção de Cana-de-Açúcar — (1920-1987) - (1988-97). Tabela 6.15; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX.* Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Caña de azúcar. Años seleccionados de 1892 a 2008 Cuadro 8.1.9.7. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

O cultivo do trigo expressou duas especificidades. No México, se tratava de uma atividade tradicional, na qual o país sempre teve autossuficiência; entretanto o aumento das exportações forçou, em alguns momentos, a importação de trigo. No Brasil, o cultivo do trigo nunca foi suficiente para o abastecimento interno, havendo contínua necessidade de

importações; desenvolvida no Sul do Brasil, a triticultura se associou, posteriormente, ao cultivo da soja. O gráfico 71 expressa a superioridade da triticultura mexicana, em relação à brasileira, predominante durante quase todo o período abarcado.

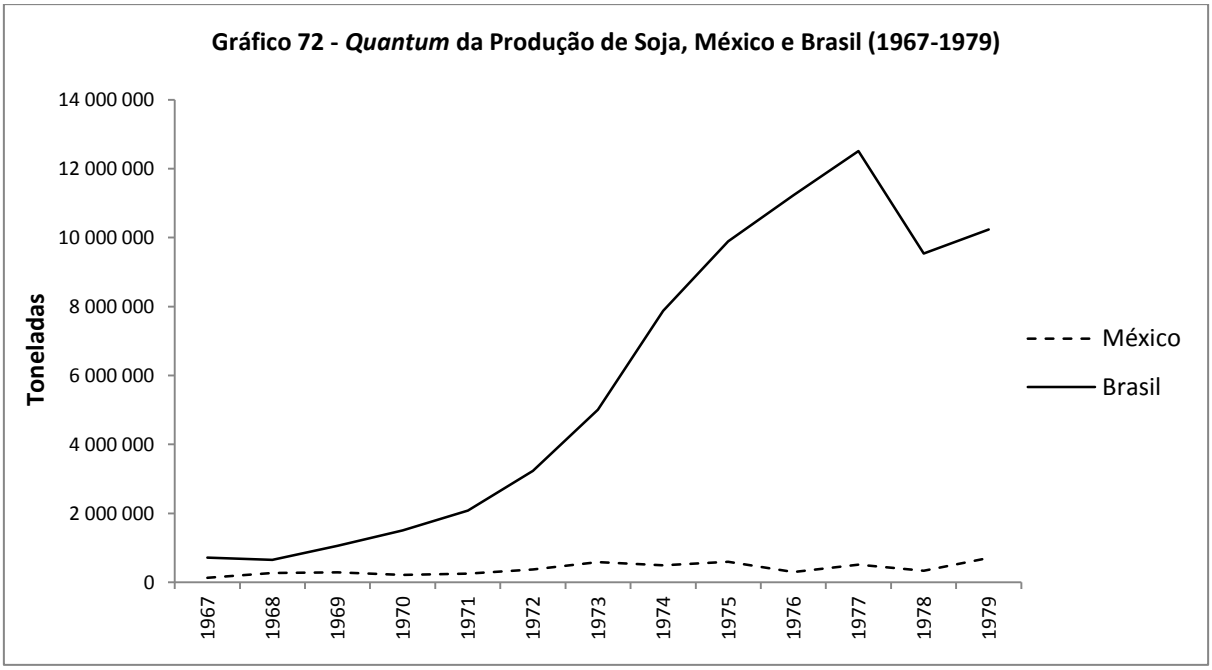


FONTE: Quantidade Produzida e Valor da Produção de Algodão Arbóreo e Herbáceo — (1920-1987). Tabela 6.07; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Algodón (Pluma). Años seleccionados de 1897 a 1989 Cuadro 8.1.9.3. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

Os demais cultivos, da soja e da laranja, mostram substancial diferença, tanto no quantum da produção, quanto no aumento da produtividade. De um modo geral, a agricultura mexicana possuiu um caráter de maior estabilidade da produção e dos preços, com as magnitudes das flutuações sempre próximas de uma média, não raras vezes, em ciclos próximos dos decenais e foi prioritariamente voltada para o abastecimento interno. A agricultura brasileira sempre possuiu forte traço exportador, apresentando flutuações mais acentuadas, devido à dependência junto aos mercados internacionais. A pauta de exportações do México atribuiu ao café o papel de principal produto de natureza agrícola exportado, pois possui um alto valor no comércio exterior, mas esteve combinado com metais e com petróleo. No Brasil, uma gama de produtos agrícolas desempenhara papel primordial no conjunto das exportações, tais como a soja e a laranja. Entre as grandes culturas graníferas, a soja foi a que mais se desenvolveu, no Brasil e mundialmente, a partir da década de 1970. Dentre as razões para a expansão do plantio e do comércio da soja no Brasil foram encontradas: o clima adequado, a topografia plana, o regime pluviométrico favorável, a transferência de tecnologia, o tratamento de solos ácidos e inférteis, os incentivos fiscais, o plantio intercalado com o trigo

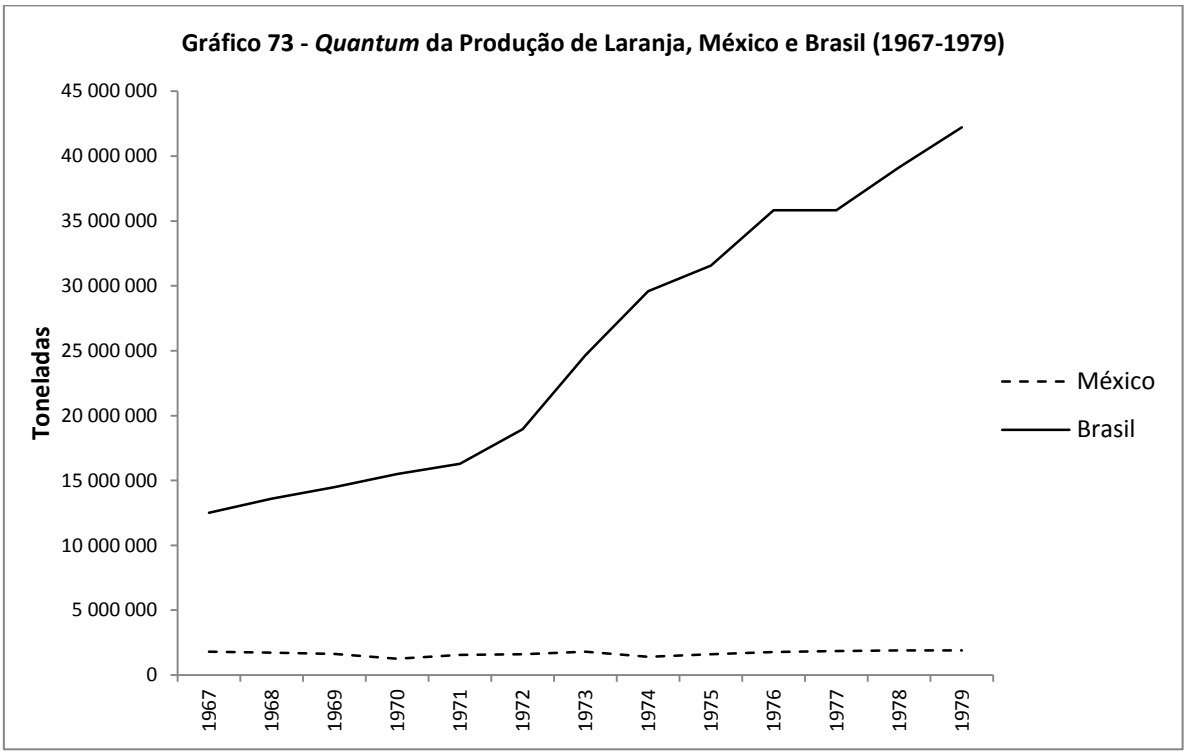
(no inverno) gerando aproveitamento da área, da mão de obra e da maquinaria para a soja (no verão), a alta dos mercados internacionais, a frustação das colheitas da China e da ex-União Soviética, a utilização do farelo de soja como ração animal ao invés do farelo de anchova, que era importada do Perú, o consumo de óleos vegetais e margarinas, a agroindústria em geral e a de beneficiamento da soja, mecanização da lavoura, o cooperativismo, as pesquisas públicas e privadas, a infra-estrutura de transportes, a construção de silos e armazéns.[372]

O aumento da produção da laranja no Brasil também esteve relacionado a fatores semelhantes. As condições favoráveis do meio ambiente, a associação do capital privado e do capital estatal, os parques logísticos agroindustriais e as adequações na infra-estrutura permitiram o ingresso da fruta na pauta de exportações, visando um amplo mercado consumidor de suco de laranja. Os gráficos 72 e 73 caracterizam esse aumento de produtividade da soja e da laranja brasileiras em contrapartida à manutenção de um mesmo nível de produtividade no México.



FONTE: Quantidade Produzida e Valor da Produção de Algodão Arbóreo e Herbáceo — (1920-1987). Tabela 6.07; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Algodón (Pluma). Años seleccionados de 1897 a 1989 Cuadro 8.1.9.3. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

[372] DALL'AGNOL, Amélio *et alii*. O Complexo Agroindustrial da Soja Brasileira. *In*: CIRCULAR TÉCNICA. Paraná, Londrina: Embrapa, setembro de 2007 (n. 43). P. 4.

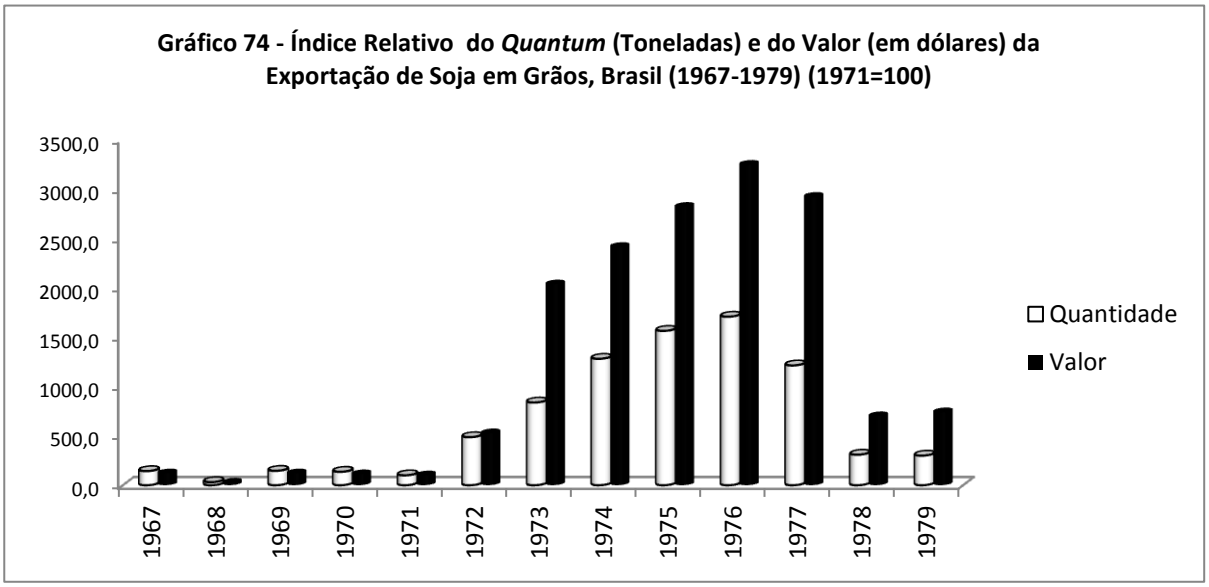


FONTE: Quantidade Produzida e Valor da Produção de Algodão Arbóreo e Herbáceo — (1920-1987). Tabela 6.07; *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM. Características de la producción agrícola por productos seleccionados: Algodón (Pluma). Años seleccionados de 1897 a 1989 Cuadro 8.1.9.3. *In*: INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

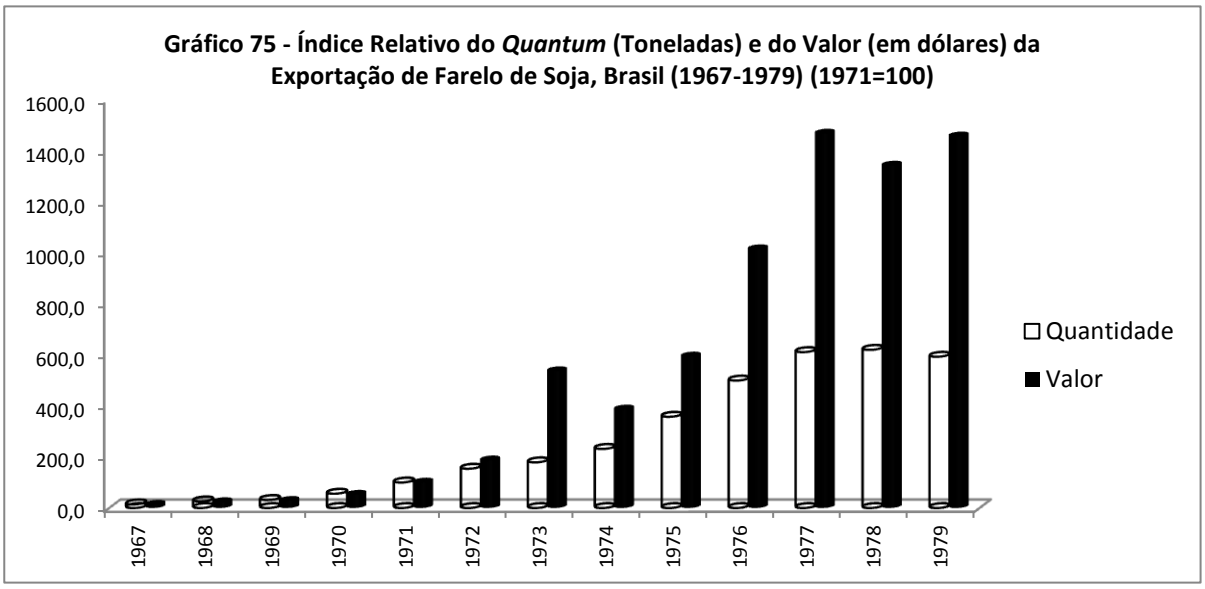
Desde a década de 1945, a agricultura mexicana se baseou na busca pela autossuficiência , pritorizando a produção dos cultivos da base alimentar assentada sob uma base agrária minufindiarista. Essa diretriz persistiu até meados da década de 1960, quando se recuperou a função dos latifúndios e da exportação dos produtos agrícolas. Esse foi o marco da passagem do modelo de autossuficiência para o modelo das vantagens comparativas, segundo o qual, as divisas geradas pela exportação de bens agrícolas valorizados no mercado internacional garantiriam a autossuficiência externa. No Brasil, a ausência dessa perspectiva da autossuficiência condicionou a agricultura para o modelo de exportações.

As experiências do crescimento econômico no México e no Brasil foram diferenciadas. A estratégia mexicana do “desenvolvimento estabilizador”, nos anos da década de 1960, não procou os mesmos resultados do “milagre brasileiro”, datado de 1967 a 1973, mas o crescimento econômico mexicano acabou se verificando na década de 1970, de forma mais lenta e descontínua, após meados dessa década. Apesar das diferentes conjunturas, houve um ponto em comum na estratégia de ambos os países, que foi a aplicação do “crescimento com endividamento”. Mas qual foi o impacto dessa política na produção agrícola?

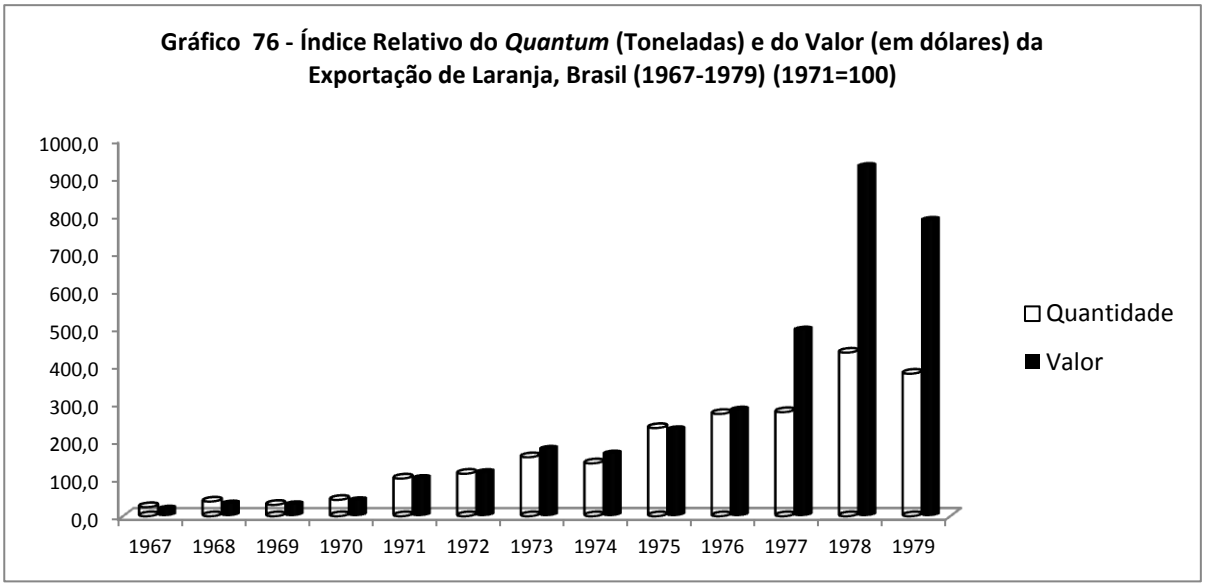
Nas décadas em questão, as fontes de recursos externos por meio do endividamento serviu para diversificar setores econômicos internos que foram suprimidos ao se deslocar a centralidade da produção par a exportação. Os espaços então criados foram ocupados por empresas estatais ou transnacionais, pela via de investimentos diretos e indiretos. O desenvolvimento estabilizador do México deu sinais de desgaste, entre 1964 e 1970, mas foi retomado , após o ano de 1976, logo após um sexênio no qual as diretrizes econômicas agrícolas haviam se redirecionado para a autossuficiência. Desse modo, os efeitos do modelo de exportação agrícola, das vantagens comparativas com crescimento, só se efetivou no breve período do final da década de 1970, para se estancar, novamente, na década de 1980. Em relação ao Brasil, o crescimento com endividamento, engendrado ao estímulo às exportações, fez diversificar a pauta dessas exportações, nas quais os produtos agrícolas mantiveram posição fundamental. Por exemplo, nos gráficos 74, 75 e 76, foram ilustradas a exportação de cultivos especializados – a soja, o farelo de soja e a laranja -, caracterizando a expansão dessa área, cujo aumento de produtividade se deu pela inserção de técnicas avançadas de cultivos, mecanização das lavouras e expansão da fronteira agrícola.



FONTE: Quantidade e valor da exportação de soja em grãos — (1949-87) - (1988-99). Tabela 6.46. *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX.* Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM.



FONTE: Quantidade e valor da exportação de farelo de soja — (1963-87) - (1988-99). Tabela 6.47. *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX.* Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM.



FONTE: Quantidade e valor da exportação de suco de laranja — (1961-87) - (1988-99). Tabela 6.47. *In*: IBGE. *Estatísticas do Século XX.* Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM.

Nesses casos, o aumento da quantidade exportada e dos ganhos só se verificou na segunda metade da década de 1970. Por um lado, esse crescimento foi a consolidação da formatação da agricultura pelos padrões agroindustriais e, ainda, daqueles propósitos da Revolução Verde, centrada na soja. Por outro lado, o choque da crise do petróleo de 1974 foi decisivo, pois a comercialização de grãos foi contraposta às dificuldades na compra de petróleo. Enquanto a exportação da soja em grãos apresentou um ciclo de produção com o cume em 1976, as exportações de farelo de soja e de laranja aumentaram durante a década e apresentaram pequeno declínio no ano de 1979. A valorização dos produtos, entretanto, ocorreu com o passar dos anos, após 1973, em relação à soja e após 1977, em relação à laranja.

A conjuntura pós-1974 foi de especial importância. Se iniciava um período de ajuste econômico pelos países que se endividaram, dentre os quais, o México e o Brasil. Com a crise, se justificou a ampliação dos recursos privados na economia, visto que o setor público sofrera restrições para o investimento. As perdas humanas de tal retrocesso se refletiram, sobretudo, para os *ejidatários* e pequenos proprietários. Aquela proposta teve particular aceitação no México, servindo de base para a culpabilidade do modelo minifundiário e da agricultura de subsistência que, obviamente, não apresentava os elevados índices de produtividade pretendidos pelos setores empresariais latifundistas, que contavam com o suporte de inversões diretas e indiretas do capital estrangeiro. A união entre Estado e empresariado surgiu como solução para a crise agrícola, porquanto se incentivava a

agricultura de exportação e se desprezava o problema alimentar interno e a condição de miserabilidade a que foram levados os pequenos proprietários. Após a recessão forçada até 1976, aproximadamente, os produtos de exportação da agricultura usufruíram de uma alta nos preços, devido à abertura do mercado norte-americano. O México exportava tomate, melão, tabaco, algodão, café, grão-de-bico, cacau, morango e gergelim, mas passou a importar milho e trigo, tradicionais produtos da base alimentária. Essa política, que visou à criação de divisas, alcançou uma balança comercial favorável entre 1977 e 1979, mas a partir deste ano começou a apresentar sinais de desgaste.[373]

O Brasil optou pela continuidade do crescimento com endividamento, conseguindo manter taxas acima das esperadas até o final da década de 1970. Permaneceu a aliança entre os empresários e o Estado, com o suporte do capital estrangeiro. As exportações encabeçavam o crescimento econômico, entretanto se tornaram insuficientes para saldar o endividamento externo.[374]

O impacto da segunda crise do petróleo, em 1979, aumentou a perspectiva do déficit público nos dois países. A crise dos anos de 1970 reverteu a tendência histórica dos baixos preços do petróleo, causando uma pressão inflacionária, e catalisou os fluxos do capital financeiro para os credores, quando diversos países haviam sustentado suas políticas de crescimento econômico por meio desses créditos.[375] Apesar das diferenças estruturais e conjunturais, o resultado ao final da década de 1970 e no início da década de 1980 foi o esgotamento do modelo de crescimento até então adotado e a eclosão da crise da dívida, que culminou em fases recessivas em 1982 e 1986, no México, e em 1983 e 1987, no Brasil.[376]

Desde 1974 e antes, com a aprovação da Lei de Comércio e Desenvolvimento Agrícola (Lei 480, de 1954), os grãos se tornaram instrumento de negociação dos Estados Unidos, para comercializar os excedentes da produção por intermédio de programas de ajuda alimentar. Sob esse pretexto, foram criados os mercados consumidores para os produtos agrícolas norte-americanos no exterior. No fim da década de 1960, os Estados Unidos mantinham uma vantagem competitiva na produção e comércio mundial de cereais e sementes oleaginosas, como a soja. Dentro dos Estados Unidos, entretanto, as companhias de comércio

---

[373] FRITSCHER, Magda. Estado y Sector Rural em México: 1976-1982. Iztapalapa: UAM; Divisas de Ciencias Sociales Y Humanidades, 1985 (Cuadernos Universitários, 31). P. 27-55.

[374] V. CARNEIRO, Dionísio Dias. El Ajuste a Largo Plazo, la Crisis de la Deuda y el Papel cambiante de las Políticas de Estabilización en la Reciente Experiencia Brasileña. In: THORP, Rosemary; WHITEHEAD, Laurence (Ed.) *La Crisis de la Deuda en América Latina.* Colombia: Siglo Veinteuno, 1986. P. 37 *et seqs.*

[375] ÁLVAREZ, Alejandro. La Crisis Global del Capitalismo en México 1968/1985. Reimp. México, Df: Era, 1988 (Col. Problemas de México). P. 156.

[376] BRANCO, Marta de Castello. Brasil e México: Duas Experiências de Ajuste Estrutural. Rio de Janeiro: PNPE/IPEA, 1993 (Série PNPE,25). P. 7.

de cereais desejavam se verem livres da intervenção governamental, apesar das subvenções que recebiam; "as transnacionais norte-americanas também continuaram a ampliar suas instalações de produção no exterior, em vez de produzir mercadorias nos Estados Unidos para exportação." [377]

A relevância econômica das empresas transnacionais e, especificamente, das agroindústrias transnacionais, constituiu o patamar mais avançado da organização capitalista do campo. Produto da modernização agrícola, elas se sobrepuseram às formas tradicionais de cultivo, seja a minifundiária, seja a latifundiária. A questão central, no entanto, permaneceu sobre as deficiências das relações produtivas na agricultura, sobre a produção e a distribuição dos bens agrícolas, sobre os conflitos entre a produtividade e a subsistência e sobre as relações entre o comércio exterior, a base alimentária das populações e autossuficiência dos países produtores.

[377] BURBACH, Roger e FYNN, Patricia. *Agroindústria nas Américas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 (Biblioteca de Ciências Sociais, Economia). P. 46.

CONCLUSÃO

A modernização agrícola representou um estágio ulterior do desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura, no sentido em que inverteu o capital industrial e financeiro na produção e distribuição dos bens agrícolas. Através desse desenvolvimento foi derivada a agroindústria que, simultânea e contraditoriamente, representou a máxima extensão das forças produtivas no campo e uma forma de dominância econômica sobre as demais organizações da produção agrícola. Esse aspecto contraditório permaneceu à medida que no processo histórico e econômico foram ultrapassadas as antigas e dominantes unidades pré-capitalistas de produção e à medida que se sobrepôs àquelas unidades produtivas não inseridas na acumulação de capital e na produção de vultosos excedentes econômicos. As empresas transnacionais, como a Cargill, expressaram a plenitude desse processo, pela larga capacidade que obtiveram de acumular e de reproduzir o capital que possuíam.

Nesse sentido, a participação associada de capitais estatais e privados, nacionais e estrangeiros, convergiram para a implantação das agroindústrias, em diferentes níveis, de modo que ela dominou a produção agrícola. Não somente o aspecto concorrencial, mas a centralização e a concentração do capital levaram as agroindústrias à tender para o monopólio. Com a inovação tecnológica e a diversificação dos ramos de atuação, a agroindústria passou a controlar as várias etapas da produção, do beneficiamento e da distribuição de mercadorias.

Apesar das diferenças na estrutura agrária do México e do Brasil, a modernização agrícola e as agroindústrias primaram pelos latifúndios e pela organização empresarial. Os minifúndios, marginalizados da constituição da dominância econômica, acabaram se organizando sob a forma de cooperativas. Assim, imbuídos das relações capitalistas de produção e de circulação dos produtos, os latifúndios, as empresas e os minifúndios organizados em cooperativas alçaram o estágio agroindustrial.

Observadas as condições materiais do desenvolvimento da agricultura mexicana e da brasileira, em meio ao avanço do sistema capitalista de produção, se constatou a dicotomia entre o modelo de exportação e o de autossuficiência, assim como a falibilidade da questão alimentar. Os cultivos de subsistência, por esse prisma, representaram alternativa na garantia de produção de alimentos. A natureza ímpar da histórica reforma agrária no México trouxe desafios econômicos, porém revelou ganhos humanos sem precedentes.

A organização capitalista da agricultura configurou seus próprios ápices. Como exemplo de síntese da modernização agrícola, a Cargill, uma empresa de natureza agroindustrial, caracterizou exemplarmente os traços mais demarcados da evolução do capital na agricultura, desde o empreendimento inicial de iniciativa privada até a formação da grande empresa, da corporação, da tendência ao monopólio, da transnacionalização.

Os argumentos sobre a dualidade entre o crescimento econômico brasileiro, nas décadas de 1960 e de 1970, e a estagnação da economia mexicana se apresentaram como uma querela, pois a estrutura agrária mexicana, bastante diferenciada da brasileira, se sustentava em características próprias e provia a população de alimentos, ainda que sob forte influência das empresas transnacionais. Contrariamente, o Brasil adotou o modelo de exportação, apoiado nessas empresas.

A supremacia da agroindústria transnacional foi expoente de um processo histórico, que se consolidou na década de 1960. No caso analisado, o comércio e o beneficiamento de produtos agrícolas inauguraram, assim como as inovações tecnológicas trazidas e apoiadas na pesquisa científica, um momento único de organização da produção agrícola. Exatamente por ser resultado de um processo histórico determinado, não se encerraram nessas relações as bases, os meios ou os propósitos da agricultura enquanto atividade humana multimilenar. Alternativas podem e devem ser buscadas, assim como não se relega ao segundo plano as unidades agrícolas que não usufruíram do predomínio econômico do capital.

BIBLIOGRAFIA

AGRICOLA, Giorgio. De Re Metallica. 1556. Disponível em: http://www.parcodellozolfodellemarche.it/images/de-re-metallica-1.jpg Acessado em: 14 jan 2013.

AIZPURU, Pilar G. (Dir.) *Historia de la Vida Cotidiana en México*. Mesoamérica y los ámbitos indígenas de la Nueva España. México, DF: El Colegio de México; FCE, 2004 (Tomo I).

ALCANTARA, Cynthia Hewitt de. *Modernizing Mexican Agriculture: socioeconomic implications of technological change 1940-1970.* Geneva: United Nations Research Institute for Social Development, 1976.

ÁLVAREZ, Alejandro. *La Crisis Global del Capitalismo en México 1968/1985*. Reimp. México, DF: Era, 1988 (Col. Problemas de México).

AMARAL, Luís. *História Geral da Agricultura Brasileira no Tríplice Aspecto Político-Social-Econômico.* Volume II. 2 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958 (Brasiliana, Serie Grande Formato, v. 16-A).

ANAYA, Pedro. *Los Problemas del Campo*. México, DF: Editorial Jus, 1976.

ANDRADE, Manuel Correia de. *O Planejamento Regional e o Problema Agrário no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1976 (Estudos Brasileiros, 4).

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A Grande Revolução Inglesa 1640-1780*. São Paulo: Hucitec, 1996 (Teses, 1).

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial.* São Paulo: Ática, 1980 (Ensaios, 64).

AVELLANEDA, Jerjes Aguirre. *La Política Ejidal en México*. México, DF: Instituto Mexicano de Sociologia A.C., 1976.

BAKEWELL. P. J. *Minería y Sociedad en el México Colonial. Zacatecas (1546 – 1700).* Reimp. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1984.

BALESTRINI C., Cesar. *La Industria Petrolera en America Latina.* Caracas: EBUC, 1971.

BARAN, P. e SWEEZY, P. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966 (Biblioteca de Ciências Sociais).

BARKIN, David e SUAREZ, Blanca. *El Complejo de Granos en México.* [s.l.]: Centro de Ecodesarollo; Instituto Latinoamericano de Estudios Transnacionales, [s.d.].

BASTOS, Edna. *Cacau. A Riqueza Agrícola da América.* São Paulo: Ícone, 1987.

BASTOS, Edna. *Guia para Cultivo do Milho*. São Paulo: Ícone, 1987 (Col. Brasil Agrícola).

BEARD, Charles. *The Rise of American Civilization*. Rev. Ed. U.S.: The MacMillan Company New York, 1947.

BOSSLE, Ondina Pereira. *História da Industrialização Catarinense (das origens à integração no desenvolvimento brasileiro).* Ed. Comemorativa. Santa Catarina: CNI; FIESC, 1988 (n. 155).

BRANCO, Marta de Castello. *Brasil e México: Duas Experiências de Ajuste Estrutural*. Rio de Janeiro: PNPE/IPEA, 1993 (Série PNPE, 25).

BRASIL. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da terra e dá outras providências. *Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos.* Brasília, 1964. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm Acesso em: 14 outubro 2013.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material e Capitalismo: Séculos XV e XVIII. O Tempo do Mundo.* 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BROHEL JR., Wayne G. *Cargill. Trading the World's Grain*. USA, Hanover: University Press of New England, 1992 (v.1).

BROHEL JR., Wayne G. *Cargill. Going Global.* Hanover & London: University Press of New England; Dartmouth College, 1992 (v.2).

BROSSARD, Paulo. *Assis Brasil, o Fisiocrata*. Rio Grande do Sul: Memorial do RS, [s.d.], (Caderno de História, n. 40). Disponível em: http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/assisbrasil.pdf#page=12&zoom=133,0,842. Acesso em 14 abril 2013.

BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da Agricultura. Trigo e Soja.* Petrópolis, RJ; Ijuí, RS: Vozes; Fundação de integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado, 1988.

BURBACH, Roger e FLINN, Patricia. *Agroindústria nas Américas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 (Biblioteca de Ciências Sociais, Economia).

BUSTOS, Rodolfo Bórquez (Org.) *Revolução Mexicana: Antecedentes, Desenvolvimento e Consequências.* São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CALDERÓN, Francisco R. *História Económica de la Nueva España en tiempo de los Austrias.* México: FCE, 1988.

CALDERÓN, Miguel Ángel. *El Impacto de la Crisis de 1929 en México.* México: SEP/80; FCE, 1982 (n. 36).

CANABRAVA, Alice Piffer. *História Econômica: Estudos e Pesquisas.* SP: HUCITEC; Unesp; ABPHE, 2005.

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito.* Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 7 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CÁRDENAS, Lázaro. *Ideario Politico*. 4 reimp. México: Era, 1991.

CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *História Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1983 (Biblioteca de História, v.8).

CARDOSO, Ciro Flamarión S. (Coord.) *Formación y Desarrollo de La Burguesía en México Siglo XIX*. México: Siglo XXI, 1978.

CARMONA, Fernando, MONTAÑO, Guillermo, CARRION, Jorge, AGUILAR M., Alonso. *El Milagro Mexicano.* 7 ed. México, DF: Editorial Nuestro Tiempo. Latinoamerica Hayer y Hoy.

CARONE, Edgar. *A República Nova (1930-1937).* São Paulo: Difel, 1976. P. 50-51.

CARONE, Edgar. *A Segunda República (1930-1967).* 3 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, julho/1978 (Corpo e Alma do Brasil).

CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo 1922/1938*. 2ª ed. rev. atualiz. São Paulo: Difel, 1975.

CHAUNU, Pierre. *Sevilha e a América*. Nos séculos XVI e XVII. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1980.

CHEVALIER, François. *La Formación de los Latifundios en México. Haciendas y sociedad en los siglos XVI, XVII y XVIII.* 3 ed. Corr. Aum. México: FCE, 1999 (Obras de Historia).

CHONCHOL, Jacques. *Sistemas Agrarios en America Latina.* De la etapa prehispánica a la modernización conservadora. México: FCE, 1994.

COCHRANE, Willard W. *The Development of American Agriculture. A Historical Analysis*. 2 ed. U.S.: Minneapolis, 1993.

CONKIN, Paul K. *A Revolution Down on the Farm. The Transition of American Agriculture since 1929.* US: The University Press of Kentucky, 2009.

COOK, S. L. y BORAH, W. *El Pasado de México: Aspectos sociodemográficos.* México: FCE, 1989 (Sección de Obras de Historia).

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República. Momentos Decisivos.* 8 ed. rev. amp. 2 reimp. São Paulo: Unesp, 2007.

CRESPO, Horacio (Dir.) *Historia del Azúcar em México*. México, DF: FCE, 1988 (Sección de Obras de Historia, v. I).

DATTEL, Gene. *Cotton and Race in the Making of America*. The human costs of economic power. Chicago: Ivan R. Dee, 2009.

DEYON, Pierre. *O Mercantilismo.* Lisboa: Gradiva, 1983 (Construir o Passado, 5).

DIAS, Manuel Nunes. *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549)*. Contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1963 (vol. I).

DÍAZ-POLANCO, Héctor. *Formación Regional y Burguesía Agraria em México*. México: Era, 1982 (Problemas de México).

EL COLEGIO DE MÉXICO. *Historia General de México*. 4 ed. México, DF: El Colegio de México; Centro de Estudios Históricos, 1994.

FAJNZYLBER, Fernando (sel.) *Industrialización e internacionalización en la América Latina*. México: FCE, 1980 (El Trimestre Económico. Lectura 34, v.1).

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder.* Formação do patronato político brasileiro. Vol. 1. 10 ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

FARO, Diego do Prado. *II Plano Nacional de Desenvolvimento e o Modelo de Substituição de Importações.* Campinas, SP: Instituto de Economia, 2010 (MONOGRAFIA).

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder.* São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1988.

FERNÁNDEZ, Ramón Fernández y. *Cooperación agrícola y organización económica del ejido*. México, DF: SepSetentas, 1973.

FLORESCANO, Enrique (Coord.) *Atlas Histórico de México*. 3 ed. México: Siglo XXI, 1988.

FLORESCANO, Enrique. *Origen y Desarrollo de los Problemas Agrarios de México. 1500-1821*. México, DF: Era, 1976. (Col. Problemas de México).

FRANK, Andre Gunder. *La Agricultura Mexicana: transformación del modo de producción. 1521 – 1630.* 1ª reimp. México, DF: Era, 1985.

FRITSCHER, Magda. Estado y Sector Rural em México: 1976-1982. Iztapalapa: UAM; Divisas de Ciencias Sociales Y Humanidades, 1985 (Cuadernos Universitários, 31).

FUENTE, José Iturriaga de la. *La Revolución Hacendária*. La hacienda pública com el presidente Calles. México, DF: SepSetentas, 1976 (n.282).

FURTADO, Celso. *Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec/abphe, 2001.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Ed. Comemorativa 50 anos. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

GALBRAITH, John Kenneth. *The Great Crash. 1929.* 7 ed. Boston; New York: Mariner Book, Houghton Mifflin Company, 1997.

GENOVESE, Eugene D. *O Mundo dos Senhores de Escravos*. Dois Ensaios de Interpretação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Pensamento Crítico, 35).

GEORGE, Stephan. *Enterprising Minnesotans*. 150 Years of Business Pioneers. Minneapolis, London:University of Minnesota Press, 2003.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial.* 2 ed. São Paulo: Ática, 1978 (Ensaios, 29).

GORTARI, Raúl Salinas de. *Agrarismo y Agricultura en el México Independiente y Postrevolucionario*. 2 ed. México, DF: CEHAM; FCE, 1988.

GOVERNMENT OF MEXICO. *The True Facts about the Expropriation of the Oil Companies Properties in Mexico*. Mexico City: 1940.

GUERRA, François-Xavier. *México: del Antiguo Régimen a la Revolución*. 2 ed. México: FCE, 1991(V.I). COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 8 ed. rev. e amp. 2 reimp. São Paulo: Unesp, 2007.

GUTELMAN, Michel. *Capitalismo y Reforma Agraria en México*. 4 ed. México, DF: Era, 1978 (Col. Problemas de México).

HAHN, Steven and PRUDE, Jonathan. *The Countryside in the age of Capitalist Transformation*. U.S.: University of North Caroline Press, 1985.

HAMILTON, Earl J. *American Treasure and the Price Revolution in Spain, 1501-1650*. Cambridge: Harvard University Press, 1934.

HAMON, James L. e NIBLO, Stephen R. *Precursores de la Revolucion Agraria en Mexico*. México, DF: SepSetentas, 1975 (n. 202).

HERRERO, Pedro Pérez. *Comercio e Mercados em America Latina Colonial*. Espanha: Mapfre, 1992 (Realidades Americanas).

HERZOG, Jesús Silva. *Breve Historia de la Revolución Mexicana.* Los antecedentes y la etapa maderista. 2 ed. 15 reimp. México, DF: FCE, 1997 (Vol. 1, Col. Popular, n. 17).

HERZOG, Jesus Silva. *Petróleo Mexicano. Historia de un Problema.* México: Fondo de Cultura Económica, 1941.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.) *I. A Época Colonial. 1. Do descobrimento à expansão territorial.* 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A Época Colonial. Administração, Economia, Sociedade.* 6 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Bertrand Brasil; Difel, 1987 (História Geral da Civilização Brasileira, Tomo I, Volume 2).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico. Reações e Transações.* 6 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Bertrand Brasil; Difel, 1987 (História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, Volume 3).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico. Declínio e Queda do Império.* 6 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Bertrand Brasil; Difel, 1987 (História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, Volume 4).

HURT, R. Douglas. *American Agriculture. A Brief History*. Rev. Ed. Indiana: Purdue University Press, 2002.

IANNI, Octavio. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. 1ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JÁUREGUI, Jesús. *Tabamex. Un Caso de Integración Vertical de la Agricultura*. México, DF: Centro de Investigaciones del Desarrollo Rural; Editorial Nueva Imagen, 1980.

JONES, E. L. Los Origenes Agricolas de la Industria. *In*: *Agricultura y Desarollo del Capitalismo*. España, Madrid: Alberto Corazón, 1974 (Comunicación, 22).

KAERGER, Karl. Landwirtschaft und Kolonisation im Spanischen Suedamerika. Leipzig, 1901-1902 (2 vol.).

KATZ, Friedrich. *La Guerra Secreta en México*. Tomo I. 5 ed. México: Era, 1985 (Col. Problemas de México).

KATZ, Friedrich. *La Servidumbre Agraria en México en la Época Porfiriana*. 5 reimp. México, DF: Era, 1991 (Problemas de México).

KENNEY, Dave. *The Grain Merchants: An Illustrated History of the Minneapolis Grain Exchange*. Minneapolis: Afton Historical Society Press, 2006.

KICZA, John E. *Empresarios Coloniales. Familias y negocios en la ciudad de México durante los Borbones.* México, DF: FCE, 1986.

KNEEN, Brewster. *Invisible Giant. Cargill and its Transnational Strategies*. 2 ed. London; Sterling, Virginia: Pluto Press, 2002.

KNOWLTON, Robert J. *Los Bienes del Clero y La Reforma Mexicana, 1856-1910.* México, DF: FCE, 1985.

LAFER, Celso. *O Convênio do Café de 1976.* São Paulo: Perspectiva, 1979 (Direito Internacional, 71).

LAPA, J.R. Amaral. *Economia Colonial.* São Paulo: Perspectiva, 1973 (Debates, 80).

LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980 (História Brasileira, 5).

LICHTENSTEIN, Nelson; STRASSER, Susan; ROSENZWEIG, Roy. *Who Built America? Working People and Nation's Economy, Politics, Culture and Society*. NY: Worth Publishers, 2000 (American Social History Project, vol. 2).

LINHARES, Maria Yedda (Org.) *História Geral do Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da Agricultura Brasileira. Combates e Controvérsias.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *Parceria e Capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

MACMILLAN, Duncan and JOHNSTON, Patricia Condon. *MacMillan: the American Grain Family*. Minnesota, Afton: Afton Historical society Press, 1998.

MARICHAL, Carlos (Coord.) *Las Inversiones Extranjeras en América Latina, 1850-1930*. Nuevos debates y problemas em história económica comparada. México, DF: Fideicomiso de las Américas; El Colegio de México, 1995 (Serie Estudios).

MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra*. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004. (Ciências Sociais, 16). P. 12.

MARX, Karl. *O Capital (Crítica da Economia Política).* Livro 1: O Processo de Produção Capitalista. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968 (v.2).

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MAURO, Frédéric. *Nova História e Novo Mundo.* 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1973 (Debates, 13).

MAZOYER, Marcel e ROUDART, Laurence. *História das Agriculturas no Mundo.* Do Neolítico à Crise Contemporânea. São Paulo: Unesp; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEDIN, Tzvi. *Ideología e Práxis Política de Lázaro Cárdenas*. 16 ed. México, DF: Sigo Veintiuno, 1992 (Sociología y Política).

MEDINA, Luis Ernesto Vásquez. *El Mercantilismo Mexicano Versus el Liberalismo Inglês.* México, DF: Editorial Benengeli, 1985.

MELLO, João Manoel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. 11 ed. Campinas: Unesp; Facamp, 2009.

MELLO, Maria Regina Ciparrone. *A Industrialização do Algodão em São Paulo.* São Paulo: Perspectiva, 1983 (Debates, História n. 180).

MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931).* São Paulo: HUCITEC, 1997.

MONDADORE, Ana Paula Carletto. *Mondragón é aqui? Cooperativismo e Internacionalização.* Campinas, SP: Instituto de Economia, 2013 (TESE DE DOUTORADO).

MORGAN, Dan. *Merchants of Grain*. *The Power and Profits of the Five Giant Companies at the Center of the World's Food Supply.* USA: Penguin Books, 1980.

MOTA, Carlos Guilherme. *1822 Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986 (Debates, 67).

MUELLER, Charles C. *Das Oligarquias Agrárias ao Predomínio Urbano-Industrial: Um Estudo do Processo de Formação de Políticas Agrícolas no Brasil.* Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983 (Série PNPE, 9).

MÜLLER, Geraldo. *O Complexo Agroindustrial Brasileiro*. [s.l.]: Núcleo de Pesquisas e Publicações, 1981 (n. 13).

MUÑOZ, Manrrubio, SÁNCHEZ, Víctor, FLORES, J. José, GÓMEZ, M. Angel. *La Agroindustria en México.* México: Universidad Autónoma Chapingo, 1987 (Programa Integración Agricultura-Industria).

NAVARRETE, Ifigenia Martínez de, FERNÁNDEZ, Iván Restrepo, EQUIHUA, Clementina Zamora M. de. *Alimentación Básica y Desarrollo Agroindustrial.* México: FCE, 1977.

NAVARRO, Moisés Gonzalez. *Raza y Tierra*. *La Guerra de Castas y el Henequén*. México, DF: El Colégio de México, 1970 (Centro de Estudios Históricos, Nueva Serie 10).

NEVIS, Allan; COMAGER, Henry Steele. *A Pocket History of the United States.* 9 ed. New York: Pocket Books, 1992.

NÚÑEZ, Lúcio Mendieta y. *Síntesis del Derecho Agrario*. México, DF: Instituto de Investigaciones Juridicas, 1971.

OROZCO, Víctor. *Historia General de Chihuahua III. Primera parte. Tierras de Libres. Los pueblos del Distrito Guerrero em el siglo XIX.*Chihuahua, Cd. Juárez: Universidad Autónoma de CiudadJuárez, 1995.

PEREIRA, Francisco José et alii. *A Questão Agrária e o Desenvolvimento Nacional*. Florianópolis: UFSC; SUDESUL, 1987.

PERREN, Richard. *Agriculture in Depression 1870-1940*. G.B.: Cambridge University Press, 1995.

PICARD, J. *Usinas Açucareiras de Piracicaba, Villa-Raffard, Porto-Feliz, Lorena e Cupim. Missão de Inspeção do Senhor J. Picard, Engenheiro, de 1 de março a 15 de julho de 1903.* São Paulo: HUCITEC; Unicamp, 1996 (Estudos Rurais).

PINSKY, Jaime *et al. História da América através de Textos*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1991. (Textos e Documentos, 4).

PINTO, Virgílio Noya. *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português*. 2 ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979 (Brasiliana, 371).

PITTMAN JR., Dewitt Kennieth. *Hacendados, Campesinos y Políticos.* Las classes agrarias y la instalación del Estado oligárquico en México, 1869-1876. México, DF: FCE, 1985.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 12 reimp. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. 3 ed. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RAMOS, Pedro. *Agroindústria Canavieira e Propriedade Fundiária no Brasil.* São Paulo: HUCITEC, 1999. (Economia e Planejamento, 36; Teses e Pesquisas, 21).

REIS, Liana Maria e BOTELHO, Angela Vianna. *Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império*. Belo Horizonte: Dimensão, 1998.

RIBEIRO JR., José. *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro.* 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

ROZO, Carlos y BARKIN, David. *La Agricultura y la Internacionalización de Capital.* México, DF: UAM-Xochimilco, 1981 (Division de Ciencias Sociales y Humanidades).

SANTIAGO, Théo (Org.) *América Colonial. Ensaios*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975 (Economia e Sociedade).

SANTOS, Armando González. *La Agricultura. Estructura y Utilización de los Recursos.* México: FCE, 1957.

SCHATTAN, Salomão. *Advento de Nova Era para as Estatísticas Agrícolas Brasileiras.* Brasília, DF: Ministério da Agricultura; Divisão de Economia Rural (Texto fotocopiado).

SEMO, Enrique (Coord.) e SALDÍVAR, Américo. *México un Pueblo en la Historia. Fin de Siglo.* 2 ed. México: Alianza Editorial Mexicana, 1990.

SEMO, Enrique. *Historia del Capitalismo en México. Los Orígenes. 1521/1763*. 14 reimp. México, DF: Era, 1990. (Col. Problemas de México).

SILVA, Ligia Osorio. *Terras Devolutas e Latifúndio*: *Efeitos da lei de 1850*. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SILVA, Sérgio S. e SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.) *História Econômica da Primeira República.* 2 ed. rev. SP: EdUSP; Hucitec, 2002.

SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil (1500/1820).* 8 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978 (Col. Brasiliana Grande Formato, v. 10).

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964).* 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

SOTO Y GAMA, António Díaz. *La Cuestión Agrária en México*. 2 ed. México: El Caballito, 1976.

STANLEY, J. S. e STEIN B. *A Herança Colonial na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

STAVENHAGEN, Rodolfo. *Neolatifundismo y Explotación. De Emiliano Zapata a Anderson Clayton & Co*. 5 ed. México, DF: Editorial Nuestro Tiempo, 1976. (Los Grandes problemas Nacionales).

STEDILE, João Pedro (Org.). *Programas de Reforma Agrária: 1946-2003.* São Paulo: Expressão Popular, 2005 (A Questão Agrária no Brasil, 3).

STEELE, Howard L., FILHO, Francisco Vera e WELSH, Robert S. *Comercialização Agrícola*. São Paulo: Atlas, 1971.

STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba com Referência Especial ao Município de Vassouras*. SP: Brasiliense, [s.d.].

SWEEZY, P. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976 (Biblioteca de Ciências Sociais).

SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.) *História Econômica do Período Colonial.* 2 ed. rev. SP: EdUSP; Hucitec, 2002.

TAUGER, Mark B. *Agriculture in World History*. London and New York: Routledge Taylor and Francis Group, 2011 (Themes in World History).

THORP, Rosemary; WHITEHEAD, Laurence (Ed.) *La Crisis de la Deuda en América Latina.* Colombia: Siglo Veinteuno, 1986.

TOPALOV, Christian. *Estruturas Agrárias Brasileiras*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978 (Ciências Sociais).

UNITED STATES. DEPT. OF AGRICULTURE. OFFICE OF THE GENERAL COUNSEL. *A Brief Statutory History of the United States Department of Agriculture (1916).* U.S.: Cornell University Library, 2011 (Digital Collection).

VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1938 (Vol. II).

VILLA, Marco Antonio. *Francisco "Pancho" Villa. Uma Liderança da Vertente Camponesa na Revolução Mexicana.* São Paulo: Ícone, 1992.

VILLAR, Pierre. *Ouro e Moeda na História (1450-1920).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981 (Economia, 13).

WORK, John L. *Cargill Beginnings... an Account of Early Years*. [s.l.]: Cargill Incorporated, 1965.

ZAVALA, Silvio. *Apuntes de Historia Nacional 1808-1974*. 5 ed. 7 reimp. México: FCE, Colégio de México, 2005 (Sección de Obras de Historia).

ZUNO, Rodolfo Echeverría (Coord.). *Transnacionales, Agricultura y Alimentación*. México, DF: Colegio Nacional de Economistas A.C.; Editorial Nueva Imagen, 1982.

ARTIGOS DE PERIÓDICOS E FONTES SECUNDÁRIAS

ALBUQUERQUE, Severo Salles e SALLES, Vânia Almeida de. Brasil: el campo que se transforma. *In*: SOCIOLÓGICA. *Crisis Agrícola y Políticas de Modernización*. Azcapotzalco: Departamento de Sociología; UAM. Mayo-Agosto de 1990 (Año 5, n. 13).

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Elo Perdido: a economia brasileira entre 1780 e 1830*. *In*: REVISTA USP. [s.d.]. P. 98.

CONTRERAS, Bonifacio. Revolución Verde ¿Nuevamente a la Mesa de Debates? *In*: REPORTE DE INVESTIGACIÓN. Xochimilco: UAM; División de Ciencias Sociales y Humanidades, 1981 (n. 73).

CORDERA P., Miguel Angel. Comercialización del Cacao. In: REVISTA DE MÉXICO AGRÁRIO. México, DF: CNC, Nov. Dec. Ene./1970-1971 (Ano IV, vol. 1).

DALL'AGNOL, Amélio *et alii*. O Complexo Agroindustrial da Soja Brasileira. *In*: CIRCULAR TÉCNICA. Paraná, Londrina: Embrapa, setembro de 2007 (n. 43).

FURTADO, Celso. Agricultura y Desarollo Económico: consideraciones sobre el caso brasileño. In: REVISTA DE MÉXICO AGRÁRIO. México, DF: CNC, Ago. Sep. Oct./1971 (Ano IV, vol. 4).

GIANNOTTI, José Arthur. Notas sobre a Categoria de Modo de Produção para Uso e Abuso dos Sociólogos. *In*: *Cadernos CEBRAP 17*. P. 163. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/notas_sobre_a_categoria.pdf. Acesso 25 jul 2012.

GUEVARA C., José. *Ensenãnza, Investigación y Extensión Agrícola en México*. In: REVISTA DE MÉXICO AGRÁRIO. México, DF: CNC, May. Jun. Jul./1971 (Ano IV, vol. 3).

HENRIQUES, Amilson Barbosa. *Propostas de Modernização da Agricultura em São Paulo e a Reforma da Agricultura Brasileira de Antônio Gomes Carmo.In*: HISTÓRIA E PERSPECTIVAS. Revista dos Cursos de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia: EdFU, jul./dez 2012, (47).

HISTORIA Y SOCIEDAD. *Revista Latinoamericana de Pensamiento Marxista.* México, DF: Juan Pablos, vol. 5 e outros.

IBGE. *IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980.* Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1984 (Volume 2, tomo 3, Número 1).

IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988.* 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, 2003: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003. CD-ROM.

INEGI. *Censos Agrícola y Ejidal de México.* México, DF: Instituto Nacional de Geografía y Estadística, 1960, 1970, 1980.

INEGI. *Sistema para la Consulta de las Estadísticas Históricas de México 2009*. México, DF: Instituto Nacional de Estadística y Geografia, 2010. CD-ROM.

LEYVA, Jesús Puente. Recursos y Crecimiento del sector agropecuário en México, 1930-1967. In: REVISTA DE MÉXICO AGRÁRIO. México, DF: CNC, Feb. Mar. Apr./1972 (Ano V, vol. 2).

MAGDALENO *et al*. *Haciendas de México*. México, DF: Rosas Morena, 1966 (Artes de México, nº 79/80, ano XIII).

MARICHAL, Carlos e TOPIK, Steven. *O Estado e o Crescimento Econômico na América Latina: Brasil e México, 1880-1920.In*: HISTÓRIA ECONÔMICA & HISTÓRIA DE EMPRESAS. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. São Paulo: HUCITEC/ABPHE. V. 1 (2003).

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. *Programa Estratégico de Desenvolvimento*. Parte II. Caracterização da Prioridade do Projeto no Contexto do Programa Estratégico de Desenvolvimento do Governo Brasileiro. Brasília: MPCG, 1968.

MONTEIRO, Denise Mattos. Política de Terras no Brasil: elite agrária e reações à legislação fundiária na passagem do Império para a República. *In*: HISTÓRIA ECONÔMICA & HISTÓRIA DE EMPRESAS. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. São Paulo: HUCITEC/ABPHE. V. 2 (2002).

FONTES PRIMÁRIAS

AMAYA, Abelardo S. *Telégrafos Nacionales. Telegrama Recibido em México D.F. San Juanito, Chihuahua*. México, DF: Archivo General de la Nación, 03/02/1923.

CARGILL CROP BULLETIN. *Grain and Market Situation in the United States and World.* Minneapolis, Minn.: Cargill, fevereiro de 1974.

CARGILL NEWS. *As Brazil Grows So Grows Cargill Agricola, S.A.*. Minneapolis, Minn.: Cargill, 1969 [s.n.].

CARGILL NEWS. *Brazil's Newest Feed Mill.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1974 [s.n.].

CARGILL NEWS. *Cargill + Research = Your Future*. Minneapolis, Minn.: Cargill, 1962 [s.n.].

CARGILL NEWS. *Cargill in Brazil.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1974 [s.n.].

CARGILL NEWS. *Chicks Go by Charter*. Minneapolis, Minn.: Cargill, 1967 [s.n.].

CARGILL NEWS. *Concentrated Orange Juice is Brazil Firm's New Venture.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1978 [s.n.].

CARGILL NEWS. *Corn Harvest in March*. Minneapolis, Minn.: Cargill, 1962 [s.n.].

CARGILL NEWS. *Gala Activities Mark Trip to South America.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1968 [s.n.].

CARGILL NEWS. *Genetics, Farmer Team Make Sorghum Top Crop*. Minneapolis, Minn.: Cargill, 1962 [s.n.].

CARGILL NEWS. *Hybrid Wheat – Top Target of Cargill Research*. Minneapolis, Minn.: Cargill, 1970 [s.n.].

CARGILL NEWS. *Mexican Subsidiary Formed.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1965 [s.n.].

CARGILL NEWS. *New Wheat Variety Announced*. Minneapolis, Minn.: Cargill, 1970 [s.n.].

CARGILL NEWS. *Palm Trees in Field of Midwest Corn?* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1965 [s.n.].

CARGILL NEWS. *Processing and Refining Division.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1971 [s.n.].

CARGILL NEWS. *Research Vitality Speeds Carguill´s Growth*. Minneapolis, Minn.: Cargill, 1968 [s.n.].

CARGILL NEWS. *Seed Research Advances World Quest for Greater Food Supplies*. Minneapolis, Minn.: Cargill, 1977.

CARGILL NEWS. *Seed´s New Model Season*. Minneapolis, Minn.: Cargill, 1966 [s.n.].

CARGILL NEWS. *Shaver Brazil.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1973 [s.n.].

CARGILL NEWS. *Shock Waves from Changing Agriculture Felt Nationwide*. Minneapolis, Minn.: Cargill, 1967 [s.n.].

CARGILL NEWS. *The Winners Circle*. Minneapolis, Minn.: Cargill, 1968 [s.n.].

CARGILL NEWS. *Three Midwest Plants Provide Work-a-Day Glimpses of P&R Division Activities.* Minneapolis, Minn.: Cargill, 1971 [s.n.].

CARGILL NEWS. *Wheat Research Seeks Hybrid Breakthrough*. Minneapolis, Minn.: Cargill, 1968 [s.n.].

CASA DEL OBRERO MUNDIAL. *Carta al Ciudadano Presidente Constitucional de la República.* México, DF: Archivo General de la Nación, 30/12/1922.
COMMERCIAL WEST. *The Weekly Magazine of Banking and Business.* [s.l.]: Ninth District Banker; Minnesota Banker; Montana Banker, May 4, 1968.

DRAFT *of Mr. Kelm's Genova Talk.* 23 de dezembro de 1968.

ENRIQUEZ, I.C. *Telégrafos Nacionales. Telegrama Recibido em México D.F. San Juanito, Chihuahua*. México, DF: Archivo General de la Nación, 15/01/1923.

FOR RELEASE. *Cargill Forms Latin Region*. Minneapolis, Minn.: janeiro de 1967.

FOR RELEASE. *Cargill Wins Top Honors in Brazil Corn Yeld Tests*. Minneapolis, Minn.: outubro de 1968.

GIL, E. Portes. *Asunto - Relativo al amparo promovido por la Cargill Lumber Company*. México, DF: Archivo General de la Nación, 06/09/1933.

LETTER *of a North Dealer*. [s.l.]: abril de 1965.

MENSAGEM do Procurador Geral da República ao Secretário Particular do Presidente da República. *Assunto: sobre o recurso requerido pela Cargill LumberCompany.* México, DF: Archivo General de la Nación, 06/09/1933.

MINNESOTA *Nutrition Conference*. Minneapolis, Minn.: Cargill, Inc., 20 de setembro de 1971.

MUSEU do Imigrante. *Acervo Iconográfico*. São Paulo, SP: Arquivo Público do Estado de São Paulo, dez 2010.

OFFICIAL REPORT. *Beyond Commodity Trading*. Minneapolis, Minn.: julho de 1970.

OFFICIAL REPORT. *Cargill Announces New Wheat Variety*. Minneapolis, Minn.: novembro de 1970.

OFFICIAL REPORT. *Cargill Opens New Research Farm at Dixon*. Minneapolis, Minn.: julho de 1968.

OFFICIAL REPORT. *Cargill, Incorporated.* Minneapolis, Minn.: janeiro de 1969.

OFFICIAL REPORT. *Cargill's involvement in the world food...* Minneapolis, Minn.: fevereiro de 1967.

OFFICIAL REPORT. *Fred Seed´s Remarks to Trainee Group*. Minneapolis, Minn.: abril de 1970.

OFFICIAL REPORT. *From Cargill's President to Employees*. Minneapolis, Minn.: agosto de 1970.

OFFICIAL REPORT. *From Cargill's Public Relations Departament to Readers*. Minneapolis, Minn.: março de 1970.

OFFICIAL REPORT. *Geneticists Seek Seed Improvement*. Minneapolis, Minn.: abril de 1970.

OFFICIAL REPORT. *Man Redesigns Seeds and Gets More Crops*. Minneapolis, Minn.: fevereiro de 1970.

OFFICIAL REPORT. *New Ponta Grossa, Brazil soyabean processing plant of Cargill....* Minneapolis, Minn.: agosto de 1973.

OFFICIAL REPORT. *Parade of Business*. Minneapolis, Minn.: maio de 1969.

OFFICIAL REPORT. *The Vice Chairman's Report on Cargill Activities: 1976-1977*. Minneapolis: agosto de 1977.

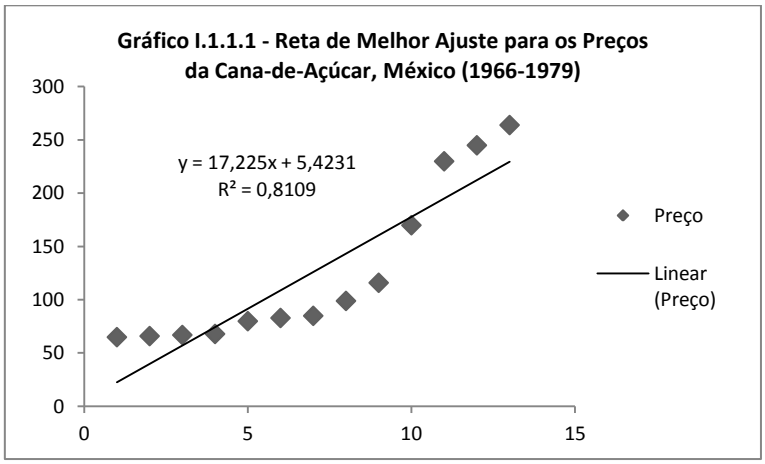
OFFICIAL REPORT. *Unless the Cargill....* Minneapolis, Minn.: julho de 1970.

SAENZ, Ricardo B. *Telégrafos Nacionales. Telegrama Recibido em México D.F. San Juanito, Chihuahua*. México, DF: Archivo General de la Nación, 13/10/1922.

APÊNDICE I

Tabela I.1.1 – Cálculo do Ingresso Total, Marginal e Médio para a Cana-de-Açúcar, México (1967-1979)

Ano	Quantidade(q)	Preço (p)	Renda total (R=p.q)	Renda marginal (Rmg=Rb-Ra)	Renda média (Rme=R/q)
1967	32 106 858	65	2086945770		65
1968	31 683 237	66	2091093642	4147872	66
1969	32 445 800	67	2173868600	82774958	67
1970	34 651 422	68	2356296696	182428096	68
1971	32 715 144	80	2617211520	260914824	80
1972	32 251 993	83	2676915419	59703899	83
1973	32 861 253	85	2793206505	116291086	85
1974	33 499 145	99	3316415355	523208850	99
1975	35 840 570	116	4157506120	841090765	116
1976	31 386 550	170	5335713500	1178207380	170
1977	29 397 338	230	6761387740	1425674240	230
1978	35 474 851	245	8691338495	1929950755	245
1979	34 587 412	264	9131076768	439738273	264



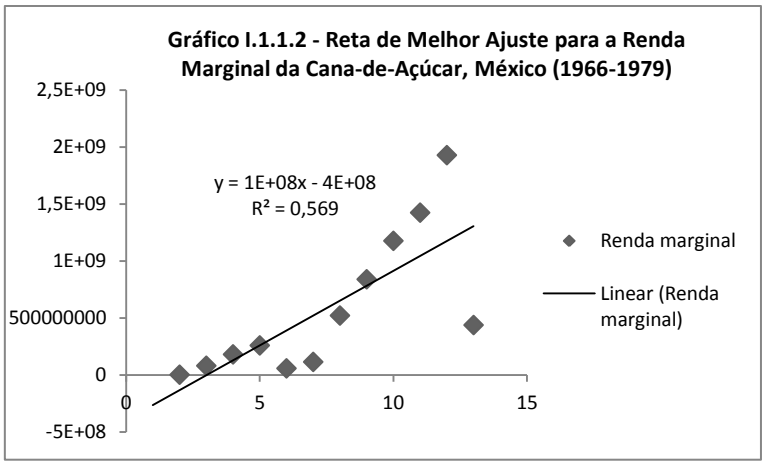
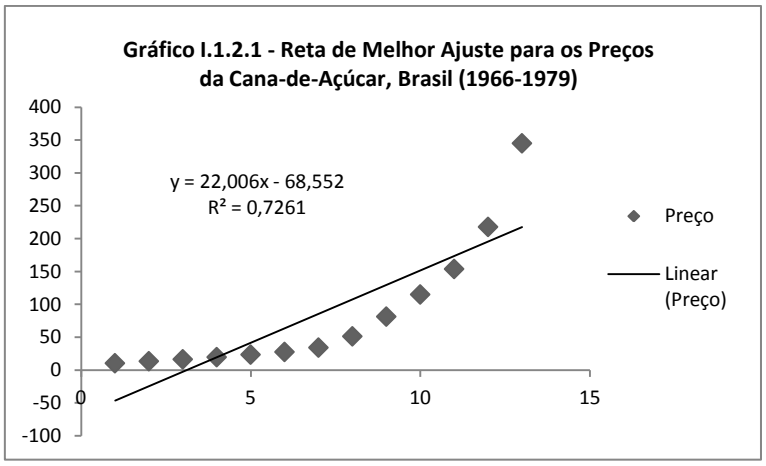


Tabela I.1.2 – Cálculo do Ingresso Total, Marginal e Médio para a Cana-de-Açúcar, Brasil (1967-1979)

Ano	Quantidade	Preço	Renda total	Renda marginal	Renda média
1967	77 086 529	10,545	812898000		10,54526661
1968	76 610 500	13,596	1041565000	228667000	13,59559068
1969	75 247 090	16,501	1241678000	200113000	16,50134244
1970	79 752 936	19,798	1578945000	337267000	19,79795452
1971	80 380 399	23,665	1902218000	323273000	23,66519728
1972	85 106 223	27,696	2357098000	454880000	27,69595356
1973	91 994 024	34,341	3159162000	802064000	34,34094806
1974	95 623 685	51,452	4920050000	1760888000	51,45221082
1975	91 524 559	81,519	7461033000	2540983000	81,51946408
1976	103 173 449	115,16	11881084000	4420051000	115,1564101
1977	120 081 700	153,95	18487083000	6605999000	153,9542078
1978	129 144 950	217,97	28150083000	9663000000	217,972774
1979	138 898 882	345,19	47947034000	19796951000	345,193808



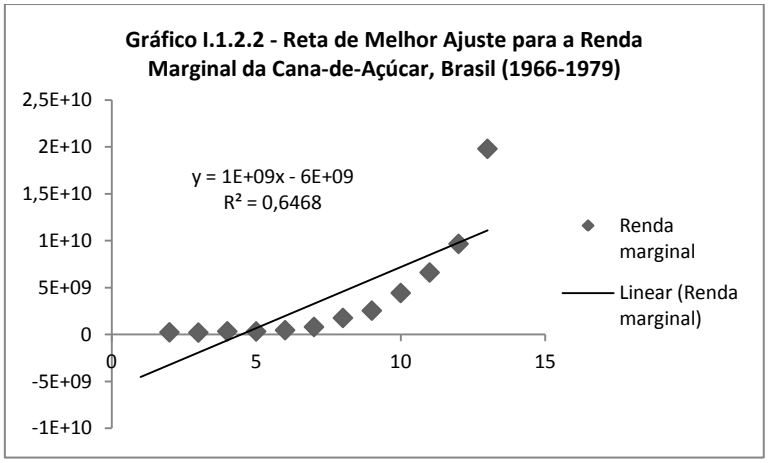
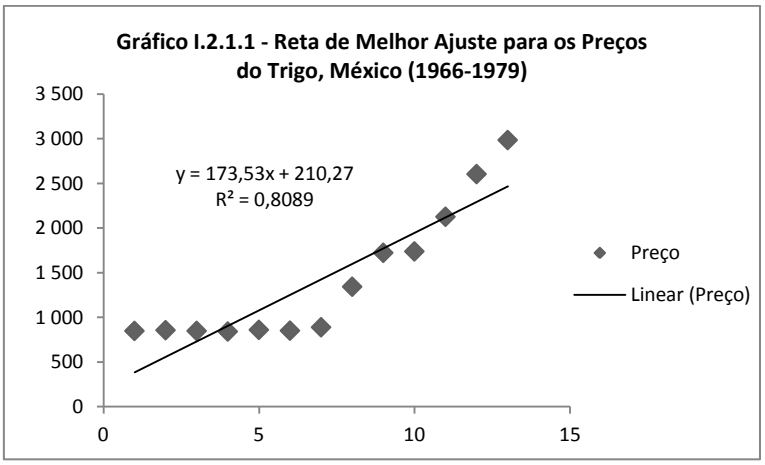


Tabela I.2.1 – Cálculo do Ingresso Total, Marginal e Médio para o Trigo, México (1967-1979)

Ano	Quantidade	Preço	Renda total	Renda marginal	Renda média
1967	2 122 389	849	1 801 947 087		849
1968	2 080 725	857	178 315 927	-1 623 631 160	857
1969	2 326 055	849	197 529 284	19 213 357	849
1970	2 676 451	842	2 254 793 003	2 057 263 719	842
1971	1 830 880	861	1 576 779 299	-678 013 704	861
1972	1 809 018	852	1 540 756 714	-36 022 585	852
1973	2 090 844	890	1 861 018 325	320 261 611	890
1974	2 788 577	1 344	374 705 038	-1 486 313 287	1 344
1975	2 798 219	1 724	482 296 448	107 591 410	1 724
1976	3 363 299	1 739	584 749 481	102 453 033	1 739
1977	2 455 774	2 127	5 224 124	-579 525 357	2 127
1978	2 784 660	2 605	7 253 363	2 029 239	2 605
1979	2 286 525	2 986	6 827 828	-425 535	2 986



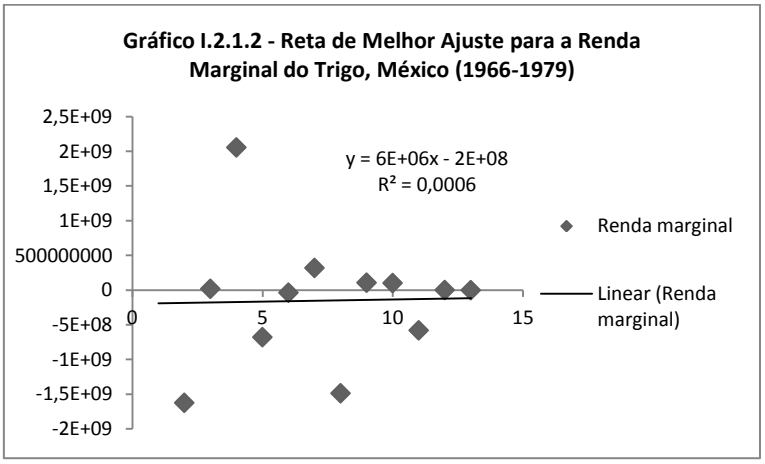
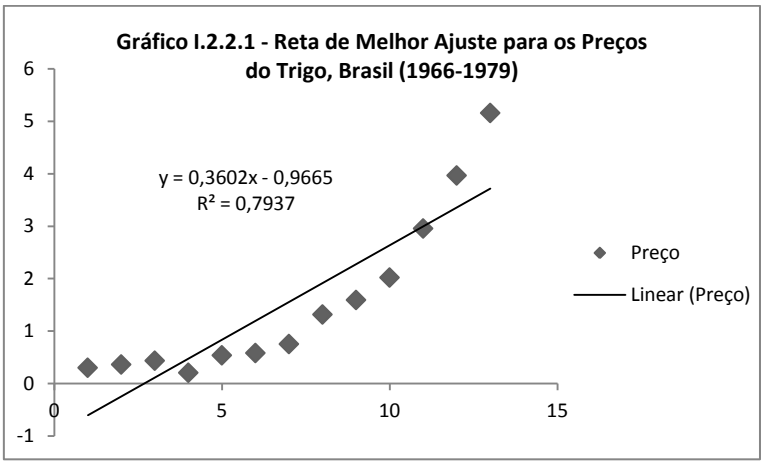


Tabela I.2.2 – Cálculo do Ingresso Total, Marginal e Médio para o Trigo, Brasil (1967-1979)

Ano	Quantidade	Preço	Renda total	Renda marginal	Renda média
1967	629 301	0,302262351	190 214		0,302262351
1968	856 170	0,364521065	312 092	121 878	0,364521065
1969	1 373 691	0,436523934	599 649	287 557	0,436523934
1970	1 844 263	0,207253521	382 230	-217 419	0,207253521
1971	2 011 334	0,539403202	1 084 920	702 690	0,539403202
1972	982 901	0,583278479	573 305	-511 615	0,583278479
1973	2 031 338	0,754630692	1 532 910	959 605	0,754630692
1974	2 858 530	1,317833292	3 767 066	2 234 156	1,317833292
1975	1 788 180	1,594564306	2 851 368	-915 698	1,594564306
1976	3 215 745	2,022268246	6 503 099	3 651 731	2,022268246
1977	2 066 039	2,958121313	6 111 594	-391 505	2,958121313
1978	2 690 888	3,968708099	10 679 349	4 567 755	3,968708099
1979	2 926 764	5,1607065	15 104 170	4 424 821	5,1607065



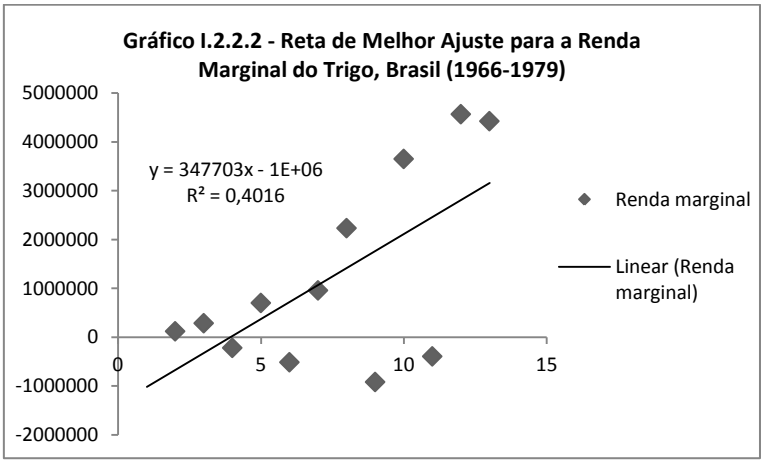
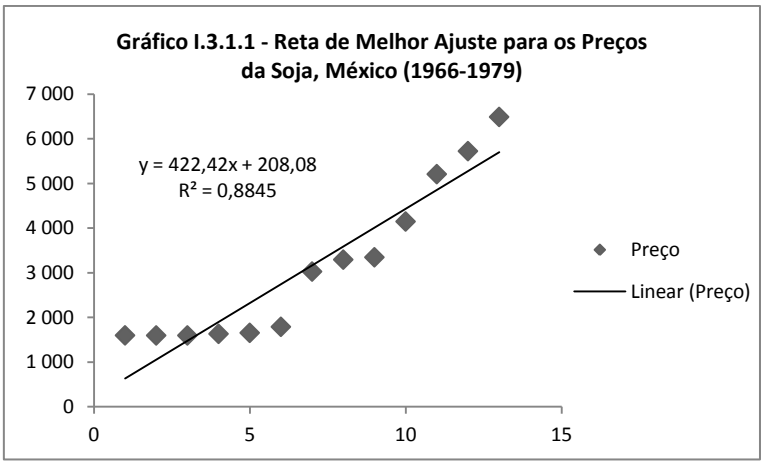


Tabela I.3.1 – Cálculo do Ingresso Total, Marginal e Médio para a Soja, México (1967-1979)

Ano	Quantidade	Preço	Renda total	Renda marginal	Renda média
1967	131 023	1 601	209 821 421		1 601
1968	275 159	1 599	439 912 228	230 090 807	1 599
1969	286 708	1 599	458 506 972	18 594 744	1 599
1970	214 603	1 635	350 958 795	- 107 548 177	1 635
1971	255 878	1 658	424 262 347	73 303 552	1 658
1972	376 810	1 793	675 447 982	251 185 635	1 793
1973	585 474	3 030	1 174 132 405	498 684 423	3 030
1974	491 084	3 297	161 889 249	-1 012 243 156	3 297
1975	598 694	3 350	200 584 135	38 694 886	3 350
1976	302 492	4 151	125 568 843	- 75 015 292	4 151
1977	516 275	5 212	269 068	- 125 299 775	5 212
1978	333 960	5 727	1 912 454	1 643 386	5 727
1979	707 142	6 493	4 591 741	2 679 287	6 493



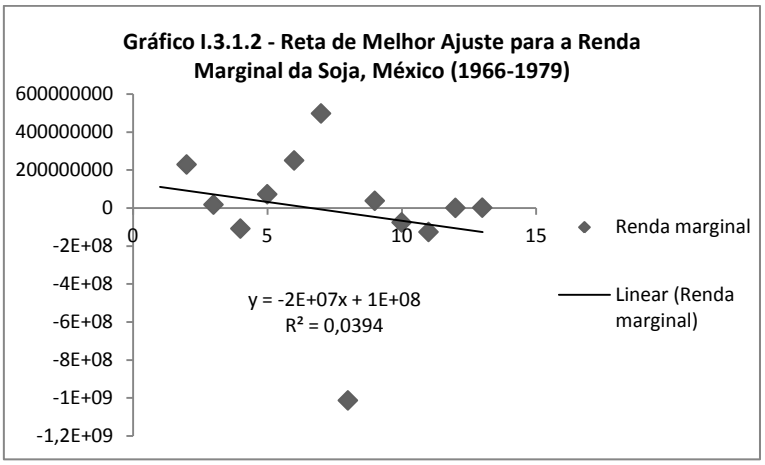
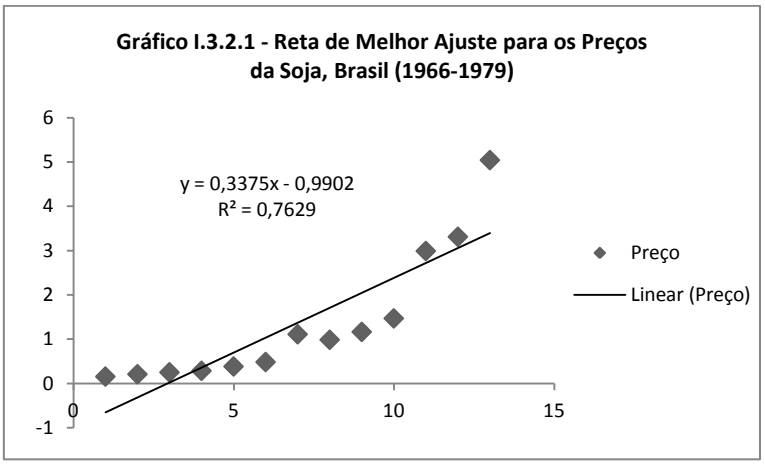


Tabela I.3.2 – Cálculo do Ingresso Total, Marginal e Médio para a Soja, Brasil (1967-1979)

Ano	Quantidade	Preço	Renda total	Renda marginal	Renda média
1967	715 606	0,155	110 787		0,154815639
1968	654 476	0,208	136 357	25 570	0,208345302
1969	1 056 607	0,251	265 213	128 856	0,251004394
1970	1 508 540	0,285	430 028	164 815	0,285062378
1971	2 077 291	0,383	795 705	365 677	0,383049366
1972	3 229 631	0,483	1 560 750	765 045	0,483259543
1973	5 011 614	1,11	5 564 908	4 004 158	1,110402357
1974	7 876 527	0,986	7 765 099	2 200 191	0,985853156
1975	9 893 008	1,164	11 516 484	3 751 385	1,164103375
1976	11 227 123	1,469	16 494 220	4 977 736	1,469140402
1977	12 513 406	2,991	37 426 689	20 932 469	2,99092741
1978	9 540 577	3,312	31 599 553	- 5 827 136	3,312121793
1979	10 240 306	5,044	51 649 921	20 050 368	5,043786875



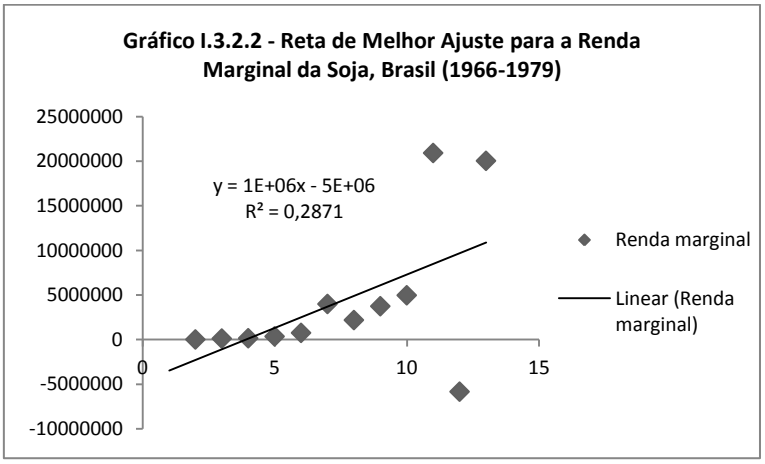
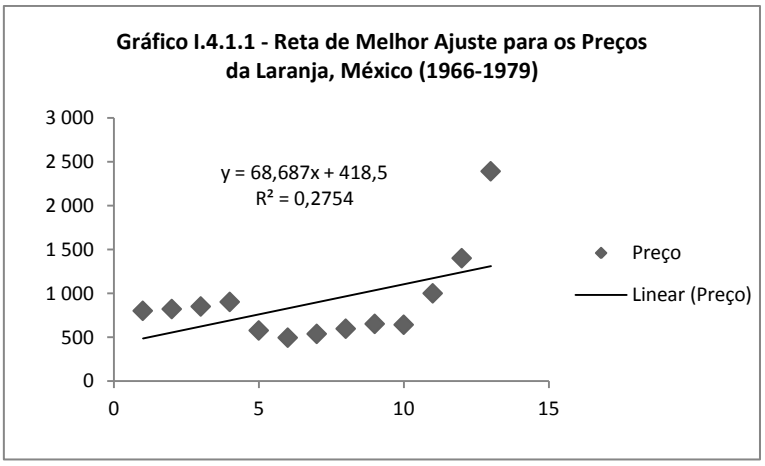


Tabela I.4.1 – Cálculo do Ingresso Total, Marginal e Médio para a Laranja, México (1967-1979)

Ano	Quantidade	Preço	Renda total	Renda marginal	Renda média
1967	1 805 030	803	1 450 030 287		803
1968	1 721 132	823	1 416 391 167	- 33 639 120	823
1969	1 626 256	852	1 385 981 274	- 30 409 893	852
1970	1 254 682	904	1 134 465 075	- 251 516 199	904
1971	1 565 947	579	90 676 782	-1 043 788 293	579
1972	1 613 267	497	801 391 745	710 714 963	497
1973	1 797 819	540	970 483 174	169 091 429	540
1974	1 420 360	599	85 106 684	- 885 376 490	599
1975	1 615 336	654	105 633 096	20 526 412	654
1976	1 787 499	644	115 119 063	9 485 967	644
1977	1 856 764	1 002	1 861 279	- 113 257 784	1 002
1978	1 902 209	1 402	2 666 158	804 879	1 402
1979	1 902 196	2 392	454 965	- 2 211 193	2 392



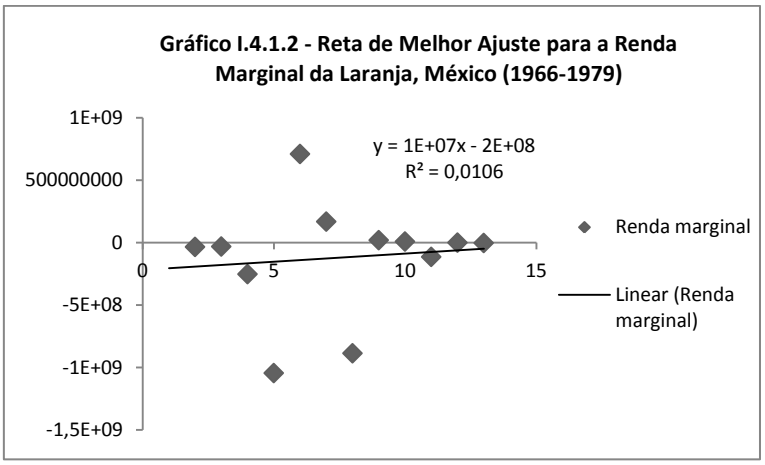
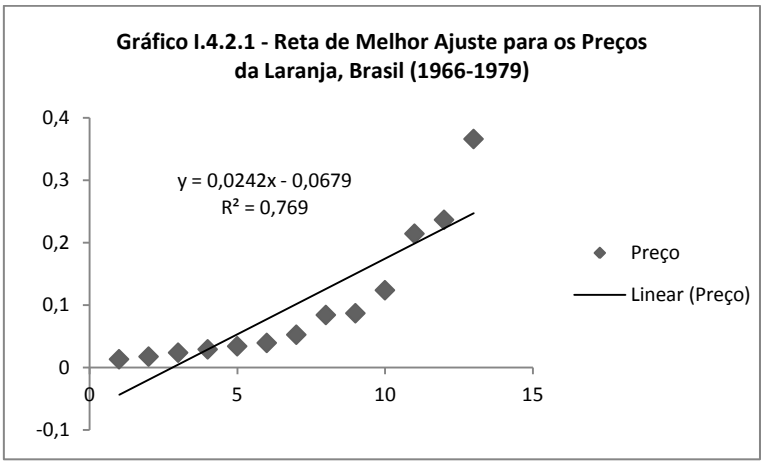
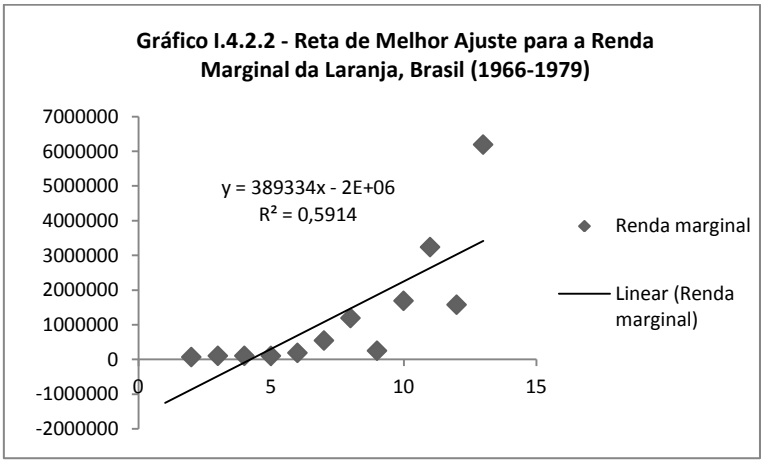


Tabela I.4.2 – Cálculo do Ingresso Total, Marginal e Médio para a Laranja, Brasil (1967-1979)

Ano	Quantidade	Preço	Renda total	Renda marginal	Renda média
1967	12 523 280	0,013	166 240		0,013274478
1968	13 586 728	0,018	237 788	71 548	0,017501491
1969	14 484 057	0,024	344 780	106 992	0,023804104
1970	15 497 198	0,029	451 229	106 449	0,029116812
1971	16 284 145	0,034	555 399	104 170	0,034106734
1972	18 945 814	0,039	747 242	191 843	0,039441008
1973	24 651 998	0,053	1 295 653	548 411	0,052557728
1974	29 594 708	0,084	2 491 047	1 195 394	0,084172042
1975	31 565 854	0,087	2 744 412	253 365	0,086942428
1976	35 841 350	0,124	4 436 833	1 692 421	0,123790901
1977	35 823 453	0,214	7 678 142	3 241 309	0,214332828
1978	39 131 682	0,237	9 258 600	1 580 458	0,236601125
1979	42 226 117	0,366	15 454 825	6 196 225	0,366001567